

Revista da Faculdade de
Letras da Universidade do Porto

Janeiro – Junho 2025
Vol. 51

José Madureira Pinto
Raimundo Elías Gómez
Maria Gabriela Miño
Jeff Anderson
Siddharth S.M. Bora
Henrique Grimaldi Figueredo
Adilson Filomeno Carvalho Semedo
João Teixeira Lopes
Virgílio Borges Pereira
João Freire
Fernando Luís Machado
Almerindo Janela Afonso
André Costa Pina

DEPARTAMENTO
DE SOCIOLOGIA
DS-FLUP



U PORTO
FLUP FACULDADE DE LETRAS
UNIVERSIDADE DO PORTO

is INSTITUTO DE
SOCIOLOGIA
U PORTO

fct Fundação
para a Ciência
e a Tecnologia

SOCIOLOGIA

Revista da Faculdade de
Letras da Universidade do Porto

SOCIOLOGIA

DEPARTAMENTO
DE SOCIOLOGIA
DS-FLUP



U. PORTO
FLUP FACULDADE DE LETRAS
UNIVERSIDADE DO PORTO

is INSTITUTO DE
SOCIOLOGIA
U. PORTO

fct Fundação
para a Ciência
e a Tecnologia

Diretor:

Virgílio Borges Pereira, Departamento de Sociologia da Faculdade de Letras da Universidade do Porto e Instituto de Sociologia da Universidade do Porto.

Conselho de Redação:

António Firmino da Costa, ISCTE-IUL/CIES-IUL; Cristina Parente, FLUP/IS-UP; Fernando Luís Machado, ISCTE-IUL/CIES-IUL; Isabel Dias, FLUP/IS-UP; João Teixeira Lopes, FLUP/IS-UP; Luís Vicente Baptista, FCSH-UNL/CESNOVA.

Conselho Editorial:

Alice Duarte, FLUP/IS-UP; Álvaro Domingues, FAUP/CEAU; Ana Maria Brandão, ICS-UM; Ana Nunes de Almeida, ICS-UL; Ana Paula Marques, ICS-UM; Anália Torres, ISCSP-UTL/CIES-IUL; Antonio Álvarez Sousa, Universidad de La Coruña, Espanha; António Firmino da Costa, ISCTE-IUL/CIES-IUL; Augusto Santos Silva, FEP/IS-UP; Benjamin Tejerina, Universidad del País Vasco, UPV/CEIC, Espanha; Bernard Lahire, ENSL, França; Carlos Manuel Gonçalves, FLUP/IS-UP; Carolina Pimentel Corrêa, UFRGS; Chiara Saraceno, Università degli Studi di Torino, Itália/Social Science Research Center Berlin, Alemanha; Claudino Ferreira, FEUC/CES-UC; Cristina Parente, FLUP/IS-UP; Elena Zdravomyslova, European University at St Petersburg (EUSP)/Center for Independent Social Research (CISR), Rússia; Elisa Reis, Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)/Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), Brasil; Fernando Luís Machado, ISCTE-IUL/CIES-IUL; Frank Welz, Universität Innsbruck, Áustria; Hans-Peter Blossfeld, Otto-Friedrich-Universität Bamberg/Staatsinstitut für Familienforschung an der Universität Bamberg, Alemanha; Heitor Frugoli, Universidade de São Paulo (USP)/Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), Brasil; Hermes da Costa, CES; Hustana Vargas, Universidade Federal Fluminense (UFF)/Núcleo de Estudos e Pesquisas em Educação Superior (NEPES), Brasil; Immanuel Wallerstein, Yale University, Estados Unidos da América; Inês Pereira, ISCTE-IUL/CIES-IUL; Isabel Dias, FLUP/IS-UP; Jean Kellerhals, Université de Genève, Suíça; João Bilhim, ISCSP-UTL; João Sedas Nunes, FCSH-UNL/CESNOVA; João Teixeira Lopes, FLUP/IS-UP; José Madureira Pinto, FEP, IS-UP; José Resende, FCSH-UNL/CESNOVA/Observatório Permanente de Escolas (ICS-UL); José Soares Neves, ISCTE-IUL/OAC; Lúcia Ferro, IS-UP; Luís Vicente Baptista, FCSH-UNL/CESNOVA; Luísa Neto, FDUP/CENCIFOR; Luísa Pinheiro, IPV; Margaret Archer, College of Humanities-École Polytechnique Fédérale de Lausanne, Suíça; Maria Manuel Vieira, ICS-UL; Maria Manuela Mendes, FA-UTL/CIES-IUL; Mariano Enguita, Universidad de Salamanca/Centro de Análisis Sociales de la Universidad de Salamanca (CASUS), Espanha; Massimo Introvigne, Center for Studies on New Religions (CESNUR), Itália; Michael Burawoy, University of California, Berkeley, Estados Unidos da América; Michel Wieviorka, Ecole des Hautes Etudes en Sciences Sociales, França; Patrícia Ávila, CIES-IUL; Paula Silva, FMUP; Pedro Abrantes, Universidade Aberta/CIES-IUL; Pertti Alasutari, University of Tampere/Tampere Research Group for Cultural and Political Sociology (TCuPS), Finlândia; Piotr Sztompka, Jagiellonian University, Polónia; Ricca Edmondson, National University of Ireland, Irlanda; Rui Gomes, FCDEF-UC/CIDAF; Sara Melo, Portugal, ISSSP; Tally Katz-Gerro, University of Haifa, Israel/University of Turku, Finlândia; Tina Uys, University of Johannesburg/Centre for Sociological Research, África do Sul; Vera Borges, ICS-UL; Vítor Kajibanga, Universidade Agostinho Neto, Angola/Centro de Estudos Africanos da Universidade do Porto/Centro de Estudos Africanos do ISCTE-IUL; Vítor Ferreira, ICS-UL; Walter Rodrigues, ISCTE-IUL/DINÂMIA'CET-IUL.

Indexação

Sociologia, Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto é indexada em SciELO, Latindex, EBSCO (Open Science Directory e Fonte Académica), Sherpa/Romeo, DOAJ – Directory of Open Access Journals, Newjour, CAPES e EZB – Electronic Journals Library.

Coordenação e Revisão Editorial:

Assistência editorial: Marta Pereira de Sousa.

Design gráfico: Tomás Ferreira.

Trabalho financiado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia no âmbito do Projeto UID/00727. Este trabalho está licenciado com uma Licença Creative Commons - Atribuição 4.0 Internacional.

Os artigos são da exclusiva responsabilidade dos seus autores.

Os artigos foram submetidos a *peer review*.

Depósito Legal: 92384/95 **ISSN:** 0872-3419 **DOI:** <https://doi.org/10.21747/08723419/soc51>

Sumário

Editorial

Virgílio Borges Pereira 09

In Memoriam

Na morte de Michael Burawoy, um adeus inconformado
José Madureira Pinto 15

Artigos

Sobre las relaciones hombre-naturaleza en la Reserva de Biosfera
Transfronteriza Gerês Xurês
Raimundo Elías Gómez e Maria Gabriela Miño 25

Indicadores socioculturais das cidades circulares
Jeff Anderson 55

Technolatry and Virtual emotions in the Era of Digital Brutalism:
Understanding the proliferation of Cybercrimes in Modern Brazil
Siddharth S. M. Bora 95

O grunge e a moda, uma brevíssima introdução
Henrique Grimaldi Figueredo 125

As nuances socioestruturais da crise da masculinidade cabo-verdiana
em *Chiquinho* de Baltasar Lopes
Adilson Filomeno Carvalho Semedo 157

Homenagem

O reconhecimento de um percurso académico
João Teixeira Lopes e Virgílio Borges Pereira 193

Breve recordação
João Freire 197

A institucionalização da sociologia em Portugal e um dos seus
protagonistas no Porto
Fernando Luís Machado 201

Fórum

Considerações avulsas de um sociólogo da educação pericanónico
Almerindo Janela Afonso 219

Recensão

ROSAS, Fernando (coord.) (2022), *Revolução Portuguesa, 1974-1975*.
Lisboa, Tinta-da-china.

André Costa Pina 235

Estatuto Editorial 241

Normas para apresentação e publicação 247

Editorial

Editorial

Entre evocações e investigações sociológicas substantivas

O número 51 de *Sociologia - Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto* começa por evocar a memória de um grande sociólogo, Michael Burawoy, desaparecido, de modo trágico, recentemente, nos Estados Unidos da América e que em diversos momentos marcou presença na Universidade do Porto. A última dessas presenças teve lugar no mais recente congresso da European Sociological Association, ocorrido em final de agosto do ano passado. Nesta ocasião, uma vez mais, o distinto Professor da University of California Berkeley expressou publicamente, neste caso, num quente final de tarde, perante milhares de sociólogas e sociólogos que enchem, por completo, o Pavilhão Rosa Mota, e ainda antes de um rigoroso e inesquecível *Keynote Speech* dedicado à compreensão sociológica de Gaza e da Palestina através de lentes sul-africanas (Burawoy, 2025a, 2025b), o seu apreço pelo Porto e pela sua *Sociologia*. José Madureira Pinto, sociólogo portuense que Michael Burawoy muito respeitava, e que não esqueceu na saudação inicial que fazia à impressionante assembleia que o escutava no Porto naquele final de tarde de agosto do ano passado, toma a palavra para, num comovente texto, realizar um justo tributo a um sociólogo cujo percurso acompanhou desde muito cedo e com quem pôde debater intensamente (Madureira Pinto, 2007; Madureira Pinto & Queirós, 2010).

O número da revista prossegue com um artigo, da autoria de Raimundo Elías Gómez e Maria Gabriela Miño, intitulado “Sobre las relaciones hombre-naturaleza en la Reserva de Biosfera Transfronteriza Gerês Xurés”, em que se estudam, a partir de uma estimulante teorização sociológica inspirada em clássicos da Sociologia, as dinâmicas locais de promoção de práticas de conservação inclusivas e sustentáveis na reserva da biosfera analisada. Seguidamente, Jeff Anderson, em “Indicadores socioculturais das cidades circulares”, procura estabelecer um quadro analítico preciso para monitorizar a circularidade nas cidades, tomando por referência três iniciativas levadas a cabo na cidade do Porto e destacando o significado, incluindo como indicador sociocultural, dos espaços públicos em tais processos. Por sua vez, Siddarth S. M. Bora, em “Technolatry and Virtual emotions in the Era of Digital Brutalism: Understanding the proliferation of Cybercrimes in Modern Brazil”, orienta a sua atenção para o significado, quase religioso, que a *tecnolatria*, e a veneração acrítica que esta pressupõe, assume no Brasil contemporâneo, refletindo sobre a relação entre tecnologia e crime e sobre o modo como uma tal relação tem vindo a reconfigurar a paisagem sociopolítica brasileira. O escopo analítico de Henrique Grimaldi Figueredo, em “O grunge e a moda, uma brevíssima introdução”, orienta-se, como o título do seu artigo indica, para o estudo sociológico da juventude e da cultura e propõe uma análise da relação entre a expressão através da indumentária e a estruturação do estilo *grunge*. Para além de situar sociologicamente as suas origens em Seattle, nos anos 1980 e 1990, o estudo efetua uma análise da sua inscrição

musical e estabelece o estatuto da sua relação com a cultura das celebridades, contribuindo para uma cartografia social e simbólica que merece continuar a ser investigada. Por fim, a secção dedicada aos artigos conclui-se com um estudo, da autoria de Adilson Filomeno Carvalho Semedo, intitulado "As nuances socioestruturais da crise da masculinidade cabo-verdiana em *Chiquinho* de Baltasar Lopes", que se propõe, como o título revela, ilustrar as diferentes faces da masculinidade nas ilhas de Cabo Verde a partir da exploração etnográfica das incidências de uma obra literária, aqui equacionada como ponto de partida para um questionamento sociológico sobre a identidade masculina neste país e sobre a sua crise.

Na secção seguinte, o presente número da revista abre espaço para uma homenagem a um docente do Departamento de Sociologia da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, por ocasião da sua jubilação, Carlos Manuel Gonçalves. Com textos de responsáveis da instituição, e de dois reconhecidos sociólogos portugueses, João Freire e Fernando Luís Machado, *Sociologia - Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto* homenageia um docente e investigador que assumiu responsabilidades de relevo na condução dos destinos da própria revista e estabelece coordenadas para ler um percurso académico reconhecido.

A secção *Fórum* dá um renovado contributo para a construção reflexiva da atividade sociológica e mobiliza, neste caso, um testemunho de Almerindo Janela Afonso. Em "Considerações avulsas de um sociólogo da educação pericanónico", o seu autor procura estabelecer um roteiro conceptual e um quadro de referência para construir, de modo autorreflexivo, uma leitura sobre o percurso científico que realizou na Sociologia e na Sociologia da Educação.

Ainda na procura de referências estáveis para compreender os processos sociais e políticos que marcam o Portugal contemporâneo, André Costa Pina efetua uma revisão do trabalho coletivo, coordenado pelo historiador Fernando Rosas, consumado em *Revolução Portuguesa, 1974-1975* (Rosas, 2022).

Não faltam, como se perceberá, bons motivos para ler mais este número de *Sociologia - Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*. Boas leituras!

Referências bibliográficas

BURAWOY, M. (2025a), "Palestine Through a South African Lens", *New Left Review*, 152-153, 133-145.

BURAWOY, M. (2025b), "Why and how should sociologists speak out on Palestine?", *The Sociological Review*, 73(2), 249-260.
<https://doi.org/10.1177/00380261251321676>

MADUREIRA PINTO, J. (2007), "'Open the social sciences: To whom and for what?', by Michael Burawoy", *Portuguese Journal of Social Science*, 6(3), 147-154.

MADUREIRA PINTO, J.; & QUEIRÓS, J. (2010), "Introdução Geral", In J. Madureira Pinto, & J. Queirós (Orgs.), *Ir e Voltar: sociologia de uma colectividade local do Noroeste Português (1977-2007)*, vol. 1, pp. 9-14, Porto: Edições Afrontamento.

ROSAS, F. (Coord.) (2022), *Revolução Portuguesa, 1974-1975*, Lisboa: Tinta da China.

Virgílio Borges Pereira

Departamento de Sociologia da Faculdade de Letras da Universidade do Porto e
Instituto de Sociologia da Universidade do Porto

Diretor de *Sociologia*: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto

In Memoriam

Na morte de Michael Burawoy, um adeus inconformado

José Madureira Pinto

Professor Catedrático aposentado da Faculdade de Economia da Universidade do Porto
Investigador do Instituto de Sociologia da Universidade do Porto

Artigo recebido a 05/05/2025.

Aceite para publicação a 11/05/2025.

Quando, em meados da década de 1980, se concluiu o primeiro ciclo da investigação que, em colaboração com João Ferreira de Almeida (e com o apoio, em delicadas tarefas de trabalho de campo, de Rodrigo Meireles, Rui Azevedo e Domingos Braga), dedicara ao estudo das dinâmicas sócio-simbólicas de uma colectividade rural do Noroeste Português (Fonte Arcada, no Concelho de Penafiel), tomei a decisão de passar a concentrar esforços, durante algum tempo, na análise dos trabalhadores da Construção Civil, um grupo profissional cujas ligações ao mundo rural, além de frequentemente sublinhadas na literatura das Ciências Sociais, se tinham revelado, no percurso de pesquisa precedente, merecedoras de atenção sociológica adicional.

Foi durante a preparação desta nova fase de trabalho que entrei em contacto com as propostas sociológicas de Michael Burawoy expostas em dois fulgurantes livros de sua autoria, a saber, *Manufacturing Consent. Changes in the Labor Process under Monopoly Capitalism*, publicado pela University of Chicago Press em 1979 (Burawoy, 1979), e *Politics of Production. Factory Regimes under Capitalism and Socialism*, editado em Londres pela Verso em 1985 (Burawoy, 1985).

Procurei dar testemunho da importância que para mim teve o acesso a tais propostas numa comunicação, intitulada “*Scolarisation, rapport au travail et transformation des pratiques sociales*”, apresentada, em Maio de 1987, no âmbito do Colóquio *La Sociologie et les*

Nouveaux Défis de la Modernisation, organizado pela Association Internationale des Sociologues de Langue Française em colaboração com a então recém-formada Secção de Sociologia da Faculdade de Letras do Porto (os trabalhos apresentados no referido Encontro viriam a ser publicados, em 1988, no volume, organizado por A. Custódio Gonçalves, A. Teixeira Fernandes e C. Lalive d'Épinay, cujo título reproduziu o do próprio Colóquio) (Madureira Pinto, 1988).

Fiz questão de sublinhar nessa altura que, nos dois livros referenciados, Michael Burawoy fora capaz de desvendar e objectivar, com a largueza de vistas fundada numa subtil e informada imaginação sociológica e a minúcia analítica que só uma criteriosa pesquisa de terreno permite alcançar, alguns dos mais importantes mecanismos simbólicos através dos quais as pesadas rotinas da produção se articulam, nos espaços em que se concretizam, com insólitas formas de competitividade lúdica (*“making out”*), não deixando de, por essa via, gerar consensos tácitos com implicações importantes no plano da reprodução económica, política e ideológica das sociedades. Pretendi, com tal chamada de atenção, dar relevo à original contribuição de um autor que, ao pensar o poderoso efeito socializador intimamente associado, ainda que sob a aparência de um fútil jogo, à disciplina da fábrica e de outros lugares de trabalho, viera mostrar, no quadro problemático da sociologia, e com a autoridade moral e epistemológica que a prolongada observação-participante dos locais analisados lhe conferia, de que modo podia tal efeito constituir um dos fundamentos e motores mais eficazes da ordem social global.

Com a análise sociológica dos processos de trabalho e das organizações levada a cabo por Michael Burawoy – garantia eu -, tinham sido dados passos decisivos para entender até que ponto os espaços físico-institucionais da produção constituem, desde as componentes essenciais do seu ordenamento organizacional até aos pequenos gestos, rituais e jogos do quotidiano do trabalho, contextos práticos de reprodução social envolvendo uma malha de componentes inextricavelmente materiais e simbólico-ideológicas. Ficava mais claro, perante os resultados de tal análise, que a política, as ideologias, os mitos, os medos, o desejo, a fantasia, nunca deixam de penetrar no coração (quer dizer, na materialidade) das práticas sociais da produção. E que estas, mesmo quando aparentam visar objectivos puramente

instrumentais, intervêm, de facto, de forma activa, nos processos sociais de construção de sentido, quer por intermédio da obtenção dos consensos, consentimentos e concessões lúdicas que contribuem para consolidar, no dia a dia do trabalho, a ordem social local, quer, em conjunturas especiais, através de intensas mobilizações susceptíveis de mudar globalmente o próprio *statu quo* societal.

Ao revelar, através dos conceitos de “*production politics*” e de “*factory regimes*”, e com base em informação empírica relevante, toda a influência dos aparelhos político-institucionais sobre o quotidiano do trabalho, bem como a eficácia propriamente política da organização dos processos produtivos, Burawoy ter-nos ia apontado, além disso – afirmava eu ainda -, filões teórico-metodológicos fundamentais para a compreensão dos fundamentos políticos das relações de trabalho, das identidades profissionais e das forças e fraquezas do movimento sindical, não sem adicionalmente poder dar conta tanto da progressiva instabilização dos vínculos laborais e da relação salarial capitalista globalmente considerada, quanto, por outro lado, das consequências pessoais de uma ordem produtiva assente, cada vez mais, na flexibilidade, real e ideologicamente induzida, dos processos produtivos.

O contributo de Michael Burawoy para o desenvolvimento do edifício sociológico de modo nenhum viria, porém, a ficar fechado nos limites do espaço de teorização dos factos sociais entreaberto nas obras atrás referenciadas. Com efeito, muitas outras questões cruciais no e para o desenvolvimento da disciplina acabariam por vir a ocupá-lo, depois disso, com empenhamento e vivacidade semelhantes aos que pusera nos primeiros trabalhos.

Foi o que, por exemplo, aconteceu com a discussão que promoveu acerca de múltiplos problemas ligados às especificidades e exigências da pesquisa observacional sobre os factos sociais. Nesse âmbito, veio a ganhar especial destaque, bem como indelével repercussão na agenda conceptual e metodológica da Sociologia, a reflexão (repleta de incursões eruditas, mas também de oportunas chamadas de atenção de um realismo sociologicamente muito bem temperado) que dedicou às experiências de revisitação sócio-etnológica levadas a cabo por investigadores desta área do saber (“Revisits: an outline of a theory of reflexive ethnography”, *American Sociological Review*, 2003, Vol. 68/October) (Burawoy, 2003).

Quando, em Março de 2006, Michael Burawoy esteve em Portugal, proferindo, entre outras intervenções, uma Conferência no Instituto de Sociologia da Faculdade de Letras da Universidade do Porto sobre, justamente, “*The methodology of revisits*”, coube-me a responsabilidade de formalmente o apresentar ao público que acorreu a escutá-lo. Na origem de tal incumbência esteve a circunstância de, na altura, ter a meu cargo a coordenação do trabalho de um conjunto de investigadores e assistentes de investigação do Instituto, da Universidade do Porto e do ISCTE (Virgílio Borges Pereira, João Queirós, Ester Gomes da Silva, Idalina Machado, Miguel Nogueira, Marta Cruz, João Ferreira de Almeida, José Luís Casanova, Ana Carolina Mendonça, Ana Sofia Freitas, José Pedro Silva e César Santos Silva), bem como de uma equipa de filmagem constituída por Serge Abramovici/Saguenail, Regina Guimarães e Rui Coelho, que, mais de um quarto de século após a pesquisa que, juntamente com João Ferreira de Almeida, me coubera desenvolver, se dispuseram a participar na revisitação sócio-etnológica das dinâmicas de transformação envolvendo a colectividade de Fonte Arcada (os resultados da pesquisa em causa, que, além dos intervenientes já nomeados, viria a contar ainda com a colaboração de Teresa Soeiro, Gilles Laferté e Nicolas Renahy, foram publicados por Edições Afrontamento em dois grossos livros e um CD: José Madureira Pinto e João Queirós (Orgs.), *Ir e voltar. Sociologia de uma Colectividade Local do Noroeste Português (1977-2007)*, Volume 1 (Madureira Pinto & Queirós, 2010) e João Ferreira de Almeida e Virgílio Borges Pereira (Orgs.), *Ir e voltar. Sociologia de uma Colectividade Local do Noroeste Português (1977-2007)*, Volume 2 (Ferreira de Almeida & Borges Pereira, 2021). Impõe-se assinalar, a este respeito, o facto de o próprio Michael Burawoy integrar, a título de “Consultor”, a “Equipa do Projecto” formalmente responsável pela revisitação em causa.

Outra frente de reflexão sociológica ocupada com brilho por Michael Burawoy durante a sua carreira académico-científica foi a que o levou a discutir com grande empenhamento a questão da relevância social e política dos saberes construídos no âmbito das Ciências Sociais, em geral, e da Sociologia, em particular – um tópico que soube explorar conceptualmente e praticar com grande vivacidade argumentativa, exemplar tolerância e agudo sentido de oportunidade quando desempenhou as funções de Presidente da *American Sociological Association* (2003-2004) e, mais tarde, da *International Sociological Association* (2010-2014).

Nesse âmbito, ficaram célebres, pela intensidade das discussões que suscitaram em múltiplos pólos do campo intelectual e institucional da Sociologia (incluindo o da Sociologia portuguesa), quer a distinção por si proposta entre “*Public Sociology*”, “*Professional Sociology*”, “*Critical Sociology*” e “*Policy Sociology*”, quer a defesa desassomburada que, a seu propósito, fez das potencialidades da Sociologia como instrumento de reformulação edificante da hierarquia dos problemas da agenda pública nas sociedades contemporâneas (“2004 Presidential Address: For Public Sociology”, 2005, *American Sociological Review*, Vol. 70/February) (Burawoy, 2005).

A relação das Ciências Sociais com a Política, esse tema tão antigo, mas também, lamentavelmente, tão recalcado entre sociólogos, viria a adquirir, no quadro problemático proposto por Burawoy, clareza, premência e heurística invulgares, graças precisamente à distinção, incisiva e polémica, mas sempre bem calibrada, entre as quatro variantes de abordagem sociológica por si enunciadas. Uma nova e original abertura para a discussão das potencialidades do debate democrático e do lugar que nele deveria ser legitimamente reivindicado pela Sociologia pôde, desse modo, ser vislumbrada.

Valendo-me mais uma vez do conteúdo da comunicação citada no início deste depoimento, terminarei este breve texto de homenagem aludindo a um traço do percurso intelectual de Michael Burawoy que, a meu ver, revela bem toda a grandeza e limpidez de carácter que o caracterizavam.

Tal como ousei afirmar no longínquo ano de 1987, vários eram os sociólogos que, afastando-se de algumas das premissas teóricas subjacentes ao contributo de Burawoy para a compreensão das determinantes estruturais dos processos de produção capitalista, tinham optado, já nessa altura, por enfatizar a panóplia de desfasamentos e contradições que tendem a emergir, nos espaços de trabalho concretos, entre, por um lado, os regimes disciplinares dominantes nesses lugares (regimes esses que o autor de *Manufacturing Consent* tenderia a considerar eminentemente integradores, na sua globalidade) e, por outro, as confluências de trajectórias e habitus de classe geradoras de práticas laborais tantas vezes não conformes ou

mesmo radicalmente inconformadas em relação aos padrões disciplinares e ordem produtiva instituídos.

Em vez de pressuporem a existência de uma ordem da fábrica que se presumia subordinada aos interesses das classes dominantes (ordem essa capaz, na óptica de Burawoy, de resistir à própria intromissão subversiva de dimensões lúdicas nas rotinas do trabalho), admitiam muitos outros que, nas práticas de trabalho concretas, emergem sempre, por imposição da diversidade de habitus, trajectórias e projectos sociais que aí necessariamente se intersectam, múltiplas falhas, recusas e demissões mais ou menos conscientes, gerando, por conseguinte, nos universos e práticas simbólicas envolvidas, outras tantas formas de retraimento, afastamento ou mesmo de dissidência face às imposições associadas ao trabalho regular (e regulado).

No final da década de 1980, um Pierre Bourdieu, por exemplo, defendia abertamente uma visão sobre a prática social em geral, e sobre o trabalho, em particular, globalmente divergente da que Michael Burawoy propusera. Perante tal divergência, tudo apontaria, então, na perspectiva do jovem sociólogo que eu era, para que, em nome do progresso da razão e do aprofundamento do conhecimento sociológico sobre situações concretas ligadas à esfera social da produção, os defensores das problemáticas em confronto (na verdade, a análise marxista, de um lado, e a “teoria da prática”, de outro) viessem a encontrar-se na arena sociológica, tratando de, nas práticas de pesquisa em que concretamente se envolvessem, fertilizar reciprocamente, sem pudores nem dogmas paralisantes, as convicções teóricas mobilizadas.

Sobre o divórcio entre o pensamento sociológico dos dois autores que, contrariando tal expectativa, virá a ocorrer, de facto, nas décadas (!) subsequentes, nada melhor do que atender às palavras com que o próprio Burawoy quis iniciar o Prólogo do livro em que, já no ano de 2019, viria a discutir aberta e extensamente as teses do sociólogo francês. Reconhece ele nessa altura: “A minha aproximação a Bourdieu foi longa e árdua, pejada de cepticismo e irritação. As suas frases são muito compridas, os parágrafos enigmáticos, os textos intrincados, o conhecimento patenteado intimidatório, os seus livros são cansativos, e a sua

obra expande-se desordenadamente. (...) Pierre Bourdieu é não só o grande analista da violência simbólica, ele é também o grande perpetrador de violência simbólica, compelindo-nos a acreditar que no seu trabalho se esconde algures uma qualquer grande verdade. Durante muitos anos fui anti-Bourdieu” (Michael Burawoy, *Symbolic violence. Conversations with Bourdieu*, Durham e Londres, Duke University Press, 2019) (Burawoy, 2019, p. 1).

Ora, lendo o livro de Michael Burawoy acabado de citar, a principal conclusão a retirar é a de que, contra o tom que o autor parece adoptar no início do Prólogo, mas plenamente de acordo com o que, em contraste, é sugerido no seu título, o percurso e balanço críticos efectuados a respeito das teses bourdieusianas, nada tem do tom meramente confrontacional ou, menos ainda, sumariamente excludente que marcou e marca tantas controvérsias teóricas nas Ciências Sociais. Trata-se, com efeito, nas páginas em causa, de, a propósito de domínios convencionais da Sociologia, e sem tentar esconder divergências ideológicas insanáveis entre as propostas bourdieusianas e a matriz marxista em que se situa o quadro de inteligibilidade sociológica subscrito por Burawoy, assinalar relevantes possibilidades teóricas e analíticas ao alcance da “teoria da prática”. Contra o que o próprio Bourdieu tenderá a afirmar, há, acredita Burawoy, em múltiplos domínios dos debates que percorrem as Ciências Sociais (por exemplo, o dos limites e possibilidades do combate contra o colonialismo, o das formas, expressas ou implícitas, de dominação cultural e, em particular, da dominação masculina, o da pobreza e exclusão em “sociedades de abundância”, o dos limites, sempre renovados, com que a “imaginação sociológica” tem de confrontar-se, o das velhas e novas formas de alienação no trabalho, entre outros), possibilidades efectivas de progressão da teoria bourdieusiana da prática. O convívio dos defensores de tal perspectiva com propostas oriundas do marxismo, ainda que veiculadas por personagens “menores” do campo sociológico, será potencialmente, de acordo com Burawoy, muito produtiva.

Poucos terão sabido, como ele, lidar com tal desafio. O sorriso atencioso e benévolo com que, sem abdicar do rigor e desafios de uma insaciável erudição, sempre soube manter nas polémicas que quis iniciar ou em que, como bom “conversador”, generosamente se deixou envolver deixa, em todos os que tiveram o privilégio de alguma vez o ter por perto, uma inconformada saudade. Estudar sociologia com o entusiasmo despretenso com que

Burawoy sempre o fez ser, porventura, então, a melhor forma de lhe rendermos uma sentida homenagem.

Referências bibliográficas

BURAWOY, M. (1979), *Manufacturing consent: Changes in the labor process under monopoly capitalism*, Chicago: University of Chicago Press.

BURAWOY, M. (1985), *The politics of production: Factory regimes under capitalism and socialism*, London: Verso.

BURAWOY, M. (2003), "Revisits: An outline of a theory of reflexive ethnography", *American Sociological Review*, 68(5), 645–679. <https://doi.org/10.2307/1519757>

BURAWOY, M. (2005), "For public sociology", *American Sociological Review*, 70(1), 4–28. <https://doi.org/10.1177/000312240507000102>

BURAWOY, M. (2019), *Symbolic violence: Conversations with Bourdieu*, Durham & London: Duke University Press.

FERREIRA DE ALMEIDA, J., & BORGES PEREIRA, V. (Orgs.). (2021), *Ir e voltar: Sociologia de uma colectividade local do Noroeste português (1977–2007)*, Volume 2, Porto: Edições Afrontamento.

MADUREIRA PINTO, J. (1988), "Scolarisation, rapport au travail et transformation des pratiques sociales", In A. Custódio Gonçalves, A. Teixeira Fernandes, & C. Lalive d'Épinay (orgs.), *La sociologie et les nouveaux défis de la modernisation* (pp. 31–46), Porto: Association Internationale des Sociologues de Langue Française/ Secção de Sociologia da Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

MADUREIRA PINTO, J., & QUEIRÓS, J. (orgs.). (2010), *Ir e voltar: Sociologia de uma colectividade local do Noroeste português (1977–2007)*, volume 1, Porto: Edições Afrontamento

José Madureira Pinto.

Professor Catedrático aposentado da Faculdade de Economia da Universidade do Porto. Investigador do Instituto de Sociologia da Universidade do Porto. ORCID ID: 0000-0001-7740-6349.

E-mail: jmp@fep.up.pt

Artigos

Sobre las relaciones hombre-naturaleza en la Reserva de Biosfera Transfronteriza Gerês Xurés

Raimundo Elías Gómez

Instituto de Sociologia da Universidade do Porto
Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas (CONICET)

Maria Gabriela Miño

Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas (CONICET)

Artigo recebido a 02/05/2025.

Aceite para publicação a 25/06/2025.

Resumen

El artículo sintetiza configuraciones sociales vinculadas a la conservación en la Reserva de Biosfera Transfronteriza Gerês-Xurés, entre Portugal y España. Se abordan tres ejes: la conservación del lobo, el envejecimiento comunitario y la instrumentalización de la naturaleza en la reserva. El enfoque combina conceptos de Bourdieu, Elías, Weber y De Swaan para una aproximación sociológica a los procesos de interés. Basado en fuentes previas y en investigaciones etnográficas, cuantitativas y espaciales (2024–2025), se destaca la importancia de enfoques sociales para comprender las dinámicas locales y promover prácticas de conservación más inclusivas y sostenibles.

Palabras clave: Carisma Ambiental; Compartmentalización; Racionalización.

Sobre as relações homem-natureza na Reserva da Biosfera Transfronteiriça Gerês-Xurés

Resumo

O artigo sintetiza configurações sociais vinculadas à conservação na Reserva da Biosfera Transfronteiriça Gerês-Xurés, entre Portugal e Espanha. São abordados três eixos: a conservação do lobo, o envelhecimento comunitário e a instrumentalização da natureza na reserva. A abordagem combina conceitos de Bourdieu, Elias, Weber e De Swaan, propondo uma leitura sociológica dos processos em questão. Com base em fontes anteriores e em pesquisas etnográficas, quantitativas e espaciais (2024–2025), destaca-se a importância de abordagens sociais para compreender as dinâmicas locais e promover práticas de conservação mais inclusivas e sustentáveis.

Palavras-chave: Carisma Ambiental; Compartmentalização; Racionalização.

On human–nature relations in the Gerês-Xurés Transboundary Biosphere Reserve

Abstract

This article synthesises social configurations related to conservation in the Gerês-Xurés Transboundary Biosphere Reserve, located between Portugal and Spain. It addresses three key areas: wolf conservation, community ageing, and the instrumentalisation of nature within the reserve. The approach draws on the concepts of Bourdieu, Elias, Weber, and De Swaan to develop a sociological analysis of the processes at stake. Based on previous sources and on ethnographic, quantitative, and spatial research (2024–2025), the article highlights the relevance of social approaches for understanding local dynamics and fostering more inclusive and sustainable conservation practices.

Keywords: Environmental charisma; Compartmentalisation; Rationalisation.

Sur les relations homme-nature dans la Réserve de Biosphère Transfrontalière Gerês-Xurés

Résumé

Cet article synthétise des configurations sociales liées à la conservation dans la Réserve de Biosphère Transfrontalière Gerês-Xurés, située entre le Portugal et l'Espagne. Trois axes sont abordés : la conservation du loup, le vieillissement communautaire et l'instrumentalisation de la nature dans la réserve. L'approche combine les concepts de Bourdieu, Elias, Weber et De Swaan pour proposer une lecture sociologique des processus concernés. Basée sur des sources antérieures ainsi que sur des recherches ethnographiques, quantitatives et spatiales (2024–2025), l'étude souligne l'importance des approches sociales pour comprendre les dynamiques locales et encourager des pratiques de conservation plus inclusives et durables.

Mots-clés: Charisme environnemental; Compartimentation; Rationalisation.

Introducción

La doxa refiere a creencias y valoraciones incuestionadas que organizan las percepciones y prácticas cotidianas dentro de una sociedad, mientras que las heterodoxias comprenden oposiciones, cuestionamientos y reinterpretaciones de estas disposiciones consolidadas (Bourdieu, 1976). La separación histórica entre humanos y naturaleza es un ejemplo de doxa con siglos de desarrollo, pero en cuestionamiento en la actualidad. Esta separación aún influye profundamente en las prácticas de conservación de las áreas naturales protegidas (Cronon, 1996; Ingold, 2024). En sintonía con esta doxa, las especies y elementos no humanos han sido tradicionalmente concebidos como recursos externos a las sociedades humanas. Las áreas naturales protegidas, como figuras estatales creadas a fines del siglo XIX y principios del siglo XX bajo la denominación de parques nacionales, se adecuaron bien a este dualismo clásico; algunos ejemplos conocidos incluyen al Parque Nacional Yellowstone en Estados Unidos (1872), el Parque Nacional Banff en Canadá (1885), el Parque Nacional Kruger en Sudáfrica (1926), el Parque Nacional Nahuel Huapi en Argentina (1934), el Parque Nacional Desierto de los Leones en México (1917), y el Parque Nacional de Ordesa y Monte Perdido en España (1918), entre otros. Los modelos de conservación iniciales de estos parques excluían explícitamente la presencia permanente de poblaciones humanas en su interior, e intentaban preservar una naturaleza “intocada”, aislada del avance industrial y destinada al disfrute de las poblaciones humanas (Adams & Mulligan, 2003).

En la actualidad, esta doxa predominante aún, es impugnada por múltiples heterodoxias que buscan desarticular el binomio hombre–naturaleza, fomentando enfoques integrados y cooperativos entre conservación y desarrollo (Morea, 2021; Kopnina, 2012). Las Áreas Naturales Protegidas se han convertido en espacios claves para investigar y analizar estas disputas, sobre todo porque son los únicos enclaves en los que sobrevive una diversidad mayor de vida animal y vegetal. En este contexto, las Reservas de Biosfera, creadas desde 1971 bajo el programa Man and Biosphere de la UNESCO, funcionan como los principales marcos alternativos a los parques naturales clásicos, apuntando a una combinación mixta de conservación de la biodiversidad con desarrollo económico sostenible y reconocimiento de culturas locales (Reed & Price, 2019; Gale Group & UNESCO, 1999). La Reserva de Biosfera

Transfronteriza Gerês-Xurés (GX), establecida en 2009 entre Portugal y Galicia, España, constituye entonces una oportunidad importante para estudiar estas nuevas configuraciones socio-ecológicas en contextos complejos, debido a que, dentro de las reservas de biosfera, la GX forma parte de un grupo aún más acotado de veinticinco (25) reservas de biosfera transfronterizas del mundo. Esta dimensión, transnacional, indica la pretensión de la GX de establecer mecanismos de gobernanza ambiental conjunta, participativa y justa, atravesando incluso fronteras nacionales (ICNF, 2022).

En este marco, el artículo recurre a los aportes de autores clásicos como Max Weber, Norbert Elias, Abram de Swaan y Pierre Bourdieu para situar el análisis de la GX mediante enfoques sociológicos capaces de captar las dinámicas históricas complejas que configuran las relaciones entre humanos y naturaleza. Estos enfoques permiten interpretar la racionalización de los usos del territorio (Weber, 2014), la formación de interdependencias históricas (Elias, 2016), los procesos de compartimentalización de espacios y poblaciones (De Swaan, 2001) y las dinámicas de legitimación simbólica (Bourdieu, 1989) como dimensiones interrelacionadas en la evolución de las reservas de biosfera. En este sentido, la Reserva de Biosfera Transfronteriza Gerês-Xurés se analiza no solo como un enclave de conservación ambiental, sino como un espacio donde se inscriben procesos sociales de larga duración y alcance geográfico, diferenciaciones territoriales y transformaciones en los regímenes de gobernanza ambiental. El bosquejo de movilización de estos marcos conceptuales a propósito de tres temáticas interrelacionadas — acerca de la conservación del lobo, del envejecimiento poblacional y de la instrumentalización de la naturaleza — destaca además la variedad de procesos impactando en los ecosistemas locales. El artículo contribuye a la producción de conocimiento sociológico sobre reservas de biosfera, enfatizando la relacionalidad y la larga duración de los procesos sociales en torno a las poblaciones humanas y no humanas en la GX.

1. Área de interés y Metodología

La región Norte de Portugal y sur de Galicia, con su extensa historia, ha sido habitada desde tiempos prehistóricos. Este hecho se encuentra evidenciado en numerosas investigaciones, sitios arqueológicos y monumentos megalíticos. Durante la época romana, la región formaba

parte de la provincia de Gallaecia. Posteriormente, el Norte de Portugal y el sur de Galicia fueron testigos de numerosos conflictos y cambios políticos con la llegada de los suevos, visigodos y, más tarde, los musulmanes. En la Edad Media, el reino de Galicia llegó a ser un importante centro de poder, y su historia está entrelazada con la del Condado Portucalense, precursor del Reino de Portugal. A partir del siglo XII, con la independencia de Portugal, el Norte de Portugal y el sur de Galicia quedaron definitivamente integrados en marcos político-territoriales distintos, aunque manteniendo profundas conexiones culturales y socio-ecológicas. De esta síntesis simplificada de decenas de siglos, es fácil entender que las materialidades de la naturaleza protegida en el sur de Galicia y en el Norte de Portugal han pervivido profundamente mediatizadas por las acciones acumulativas de múltiples agentes (Pérez-Alberti, 2022; Nogueira & Luís, 2022). El área específica de interés en este artículo es la Reserva de Biosfera Transfronteriza Gerês-Xurés (GX), ubicada en parte en el sur de Galicia y en parte en la Región Norte de Portugal. Esta reserva de biosfera fue establecida en el año 2009, abarca una superficie de más de 267,000 hectáreas, incluyendo al Parque Nacional Peneda-Gerês en Portugal y el Parque Natural Baixa Limia-Serra do Xurés en Galicia (España) (ICNF, 2022). La GX es una de las 25 reservas transfronterizas reconocidas por la UNESCO a nivel mundial, y resguarda una enorme biodiversidad, incluyendo numerosas especies en peligro de extinción, como el lobo ibérico, el desmán ibérico, la náyade de río, entre otros, pero también una gran cantidad de patrimonio cultural, con aldeas tradicionales, castillos medievales y rutas de peregrinación, incluyendo vías alternativas del Camino de Santiago (Trillo-Santamaría & Paül, 2016; Gomez & Miño, 2024a).

La aproximación a la Reserva de Biosfera Transfronteriza Gerês-Xurés (GX) se apoya en antecedentes de investigación propios y previos en otras áreas naturales protegidas de Argentina y México principalmente (Gomez, 2019; Gomez & Miño, 2023). El trabajo de campo en la GX fue posible gracias al financiamiento del proyecto de investigación “SSpaceGX - Social Space and Nature Conservation in the Gerês-Xurés Transboundary Biosphere Reserve (Portugal/Spain)”, financiado bajo el pilar *Excellent Science* del Programa *Horizon Europe*, mediante una *Marie Skłodowska-Curie Actions Fellowship* (ID del proyecto: 101102978). En el marco de este proyecto, durante los años 2024 y 2025 se desarrollaron análisis etnográficos y geoestadísticos centrados en la GX, combinando datos microcensales con registros de

actividades económicas, emisiones de contaminantes del aire y almacenamiento de carbono, a partir del procesamiento de imágenes satelitales. Estos análisis se orientaron a rastrear y mapear objetivaciones de competencias sociales en el espacio físico, restringiéndose a escalas temporales breves (última década) y a una delimitación espacial reducida (la propia GX), con un enfoque en materiales atmosféricos del espacio físico (Gomez *et al.*, 2025, 2024; Gomez & Miño, 2024b, 2024c, 2024d, 2024e, 2024f).

Metodológicamente, el artículo desarrolla tres lecturas interrelacionadas sobre problemáticas diferentes, empleando la Reserva de Biosfera Transfronteriza Gerês-Xurés como caso estratégico: un escenario donde se manifiestan con especial claridad las luchas por la distribución de capitales diversos bajo un régimen de gobernanza binacional. No se persigue la representatividad estadística ni la comparación entre múltiples unidades, sino la ilustración ejemplar del caso de la GX para exponer procesos generales que afectan a las reservas de biosfera. Como parte del enfoque etnográfico, en el período comprendido entre 2024 y 2025 se realizaron múltiples estadías semanales, quincenales y mensuales en distintas municipalidades de la GX, tanto en el lado portugués como del lado español. Durante dichas estadías se llevaron a cabo entrevistas desestructuradas y conversaciones con residentes locales, comerciantes, emprendedores de los sectores turístico, gastronómico, ganadero y vitivinícola, así como con funcionarios públicos e investigadores con experiencia en la región. Asimismo, se realizaron observaciones directas, recorridos territoriales y se participó en eventos y talleres vinculados con la conservación de la naturaleza. Estos esfuerzos situados permiten bosquejar marcos sociológicos de mayor alcance temporal y espacial, que otorgan sentidos a fenómenos relacionados con las materialidades de la vida silvestre, con las delimitaciones geográficas e institucionales de la GX y con los programas de conservación y desarrollo en pugna. Específicamente en torno a: (1) la conservación del lobo, (2) el envejecimiento poblacional de las comunidades locales, y (3) la instrumentalización de la naturaleza en los modos de gobernanza de la reserva. Estos tres temas fueron seleccionados por su centralidad empírica en la Reserva de Biosfera Transfronteriza Gerês-Xurés (GX), por su capacidad para ofrecer claves explicativas de las configuraciones socioambientales contemporáneas y por su inserción en debates críticos de alcance global. En particular, permiten abordar, desde una perspectiva relacional, cuestiones relativas a la conservación de

especies en contextos de cambio climático, las transformaciones demográficas que reconfiguran los vínculos entre población y territorio, y los modos contemporáneos de gobernabilidad de la naturaleza. Esta selección, por tanto, no solo responde a su relevancia local, sino también a su potencial para iluminar problemáticas estructurales más amplias en la intersección entre dinámicas sociales y procesos ecológicos.

¿Por qué retomar los aportes de Max Weber, Norbert Elias, Abram de Swaan, y Pierre Bourdieu? Porque permiten inscribir el estudio de las Áreas Naturales Protegidas en tradiciones sociológicas diferentes, pero parcialmente convergentes, capaces de captar las dinámicas históricas de largo alcance en sus procesos constitutivos. La racionalización de la gestión y los usos del territorio (Weber, 2014), la compartimentalización de espacios y poblaciones (De Swaan, 2001, 2015, 2024), la estructuración de interdependencias desiguales (Elias, 1999, 2016; Elias y Heinich, 1999; Elias y Scotson, 2012), y la producción y reproducción de poderes simbólicos legitimados (Bourdieu, 1976, 1989) son procesos que se dan en simultáneo, atravesando las Áreas Naturales Protegidas (ANP). En la GX, particularmente, nociones como el desencantamiento del mundo, las configuraciones sociales, las *we-images* y los carismas grupales son importantes para comprender cómo determinadas narrativas de conservación, desarrollo y sustentabilidad adquieren eficacia social, movilizan adhesiones o generan resistencias. Lejos de constituir simples enclaves de protección ecológica, las reservas de biosfera son el escenario de competencias sociales donde se dirimen identidades colectivas, legitimidades territoriales y formas de habitabilidad posibles. Retomar estos aportes clásicos es, por tanto, una condición útil para una sociología crítica de las ANP, que supere enfoques descriptivos, excesivamente situados, dé cuenta de las densidades históricas implicadas, y aporte a la construcción de interpretaciones colectivas y menos ingenuas sobre los procesos de conservación contemporáneos. Ello resulta especialmente pertinente en un campo donde, como advierte Boltanski (2013), la renovación constante de nuevos marcos analíticos acotados puede debilitar la acumulación crítica y la potencia explicativa de la sociología.

2. Desarrollo

Las prácticas que impactan sobre los medios ambientes protegidos en la GX son diversas, y con frecuencia entran en tensión con marcos normativos de otras escalas, y proyectos con objetivos diferentes. Otras veces, determinadas prácticas son re-elaboradas, o despertadas luego de siglos de haber estado suspendidas y/o aparentemente olvidadas, y agentes asociados con unas concepciones, pasan a sostener posiciones diferentes. Esta complejidad suele ser soslayada por enfoques reduccionistas que atribuyen los cambios en torno a la conservación de la naturaleza en la GX a grupos sociales determinados, programas políticos, ideologías, organizaciones y agentes actuales, achicando las soluciones a una falta de información, de concientización, de promoción cultural, o de aplicación coercitiva de medidas gubernamentales. En el fragor de las luchas sociales, no es usual, apoyar todo el peso de siglos de procesos sociales en determinadas agencias, ideologías, y centros de poder. No obstante, situar el enfoque en configuraciones sociales multiescalares permite enmarcar problemáticas actuales y localizadas al interior de la GX, en espacios temporales, sociales y territoriales más amplios y congruentes con el alcance de las transformaciones globales en proceso.

Las configuraciones sociales son conjuntos históricos de interdependencias entre grupos dotados con fuerzas desiguales. Los atributos que pueden tensionar las interdependencias entre grupos de agentes, o la fuerza social de los mismos, pueden tener fuentes múltiples – como la posesión de bienes económicos, de conocimientos específicos, de derechos tradicionales, de cohesión moral grupal, de fortaleza física, u otros – y pueden ir intercalándose, reconvirtiéndose, o subsumiéndose unas en otras a lo largo del tiempo (Elias, 1999; Elias & Heinich, 1999; Van Krieken, 2013). En las grandes ciudades, donde predominan las poblaciones humanas y es prioritario el bienestar de estas, las configuraciones en torno a las competencias sociales suelen seguir patrones más estacionales, regularidades estadísticas más acentuadas, y consecuencias materiales más controladas, que en las reservas de biosfera transfronterizas. En la GX, como en otras reservas de biosfera del mundo, resultan especialmente relevantes las consecuencias que las asociaciones, oposiciones y conflictos entre grupos humanos desigualmente equipados generan sobre el espacio físico y sobre las especies silvestres cohabitantes. Esto agrega una complejidad mayor a las reglas legales, a las

prácticas, y a las instituciones relacionadas con la conservación de la vida en estas áreas escasamente urbanizadas. En lo que sigue, nos centramos en 1) la conservación del lobo; 2) el envejecimiento poblacional, y 3) en la instrumentalización de la cultura, para construir una síntesis general de algunos procesos complejos y con grandes implicancias localizadas en la GX.

3. La conservación del lobo y el (des)encantamiento del mundo

El "desencantamiento del mundo" (*Entzauberung der Welt*), una concepción original de Max Weber (2014), denota los procesos por los cuales las concepciones tradicionales, religiosas y míticas de la realidad son progresivamente desplazadas por construcciones racionales, científicas y burocráticas. Este fenómeno implica al menos tres procesos históricos interrelacionados: (a) la racionalización científica, que sustituye los relatos basados en creencias y costumbres por explicaciones empíricas; (b) la secularización, que reduce la autoridad social de las instituciones tradicionales y religiosas y sus narrativas sobre el mundo natural; y (c) la burocratización, que organiza la vida social conforme a procedimientos impersonales, límites calculables y prácticas reguladas por estatutos, debilitando los sistemas de creencias tradicionales. Las transformaciones históricas impulsadas por estos procesos en la GX pueden rastrearse en las instituciones que rigen la vida cotidiana de las comunidades, en las estrategias de los agentes que intentan mantener o mejorar sus posiciones económicas y culturales, pero también en las materialidades de las transformaciones poblacionales, tanto humanas como no humanas.

La conservación del lobo — *Canis lupus signatus*, otro animal social que habita la GX — constituye un caso especialmente adaptado a las dinámicas procesuales y jerárquicas de las sociedades humanas. Si se cuantifican y caracterizan las apariciones de los lobos en la literatura regional, durante los últimos siglos, las variaciones son múltiples y complejas, sin que destaque un predominio de representaciones negativas o desventajosas para esta especie (Lopes-Fernandes *et al.*, 2016). Pero en los últimos siglos, la materialidad de los lobos, es decir, los lobos de carne y hueso, ha decrecido drásticamente. De extenderse por todo Portugal y España, han quedado confinados a unas pocas regiones, la mayor de las veces al

interior de áreas naturales protegidas (Llaneza *et al.*, 2005). Esto expone la necesidad de articular las dimensiones simbólicas en torno al lobo con las configuraciones sociales en las que emerge inmerso, y con transformaciones materiales concretas — de poblaciones humanas, especies silvestres y demás entidades con presencia en el espacio físico —, evitando sesgos analíticos que privilegien el análisis separado de normas y citas discursivas.

Las relaciones fluctuantes entre humanos y lobos en la GX se han visto moldeadas desde hace siglos, en parte por prácticas de caza y concepciones de conservación que acompañaron profundas transformaciones institucionales y materiales. A finales del siglo XIII se hizo común en Europa la creación de áreas protegidas para la recreación de las realezas y sus grupos vinculados. En Portugal y Galicia, esto se plasmó en la creación de *coutadas* y *cotos*, orientados a resguardar la fauna local para la caza y el disfrute de la realeza, y las aristocracias. Esto llevó a que aumentaran los bosques protegidos, y la protección de especies silvestres. La caza en bosques protegidos, al estar muy ligada a los ejercicios militares de las élites regionales, se centraba mayormente en animales destacados por la apreciabilidad de su carne, velocidad, porte, y nobleza (ciervos, venados, jabalíes). Los lobos quedaban fuera de este grupo de animales predilectos por sus asociaciones culturales fuertes — religiosas y políticas en mayor medida — con virtudes opuestas (carne no apreciada, además de, depredadores implacables, de dudosa nobleza). Simplificando, durante la mayor parte de la Edad Media, los más preocupados por organizar *batidas*, *fojos*, y demás contra el lobo, fueron las poblaciones rurales, sobre todo aquellas con actividad ganadera y viviendo en cercanías de zonas pobladas con lobos. Se trataba en estos casos de una caza defensiva más que para el disfrute y el desarrollo de destrezas militares, aun cuando implicaban obligaciones, reglamentaciones municipales y pagos por los lobos asesinados (Louro, 2023).

En la actualidad, la presencia de los lobos persiste bajo modalidades transformadas respecto al periodo medieval; esta especie ya no se distribuye por toda la península ibérica, sino que pervive mayormente al interior de áreas naturales protegidas. Hasta finales de 2024, la población de lobo ibérico en la GX se mantenía en estado fragmentado. En el sector portugués, particularmente en las áreas de Peneda y Gerês, se han identificado entre 3 y 4 manadas estables. En el lado gallego, en la provincia de Ourense Albergaría, unas 26 manadas,

pero al interior de la GX podrían haber entre 3 y 6 manadas distribuidas principalmente en los municipios de Entrimo, Lobios y Muíños. En conjunto, se estima que la población total de lobos en la GX podría oscilar entre 30 y 50 individuos, considerando la variabilidad en el tamaño de las manadas y la presencia de ejemplares solitarios o en dispersión (Llaneza *et al.*, 2005; Iglesias, Barcon & Lago, 2021; Álvares *et al.*, 2000; *Portal do Censo Nacional do Lobo 2019-2021*, 2018). Los programas de conservación actuales, impulsados por el Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF) en Portugal y la Dirección General de Patrimonio Natural de la Xunta de Galicia, incluyen planes de mitigación de conflictos, medidas de protección ganadera y monitoreo comunitario, aunque su aceptación social es desigual (ICNF, 2024; Xunta de Galicia, 2025a). En Galicia, la Xunta ha destacado el estado favorable de conservación del lobo, con 93 manadas confirmadas, y ha defendido la necesidad de revisar su estatus de protección — a fin de eliminar su status protegido — a la luz de los últimos informes (Xunta de Galicia, 2025c).

A diferencia de siglos atrás, en Portugal y Galicia la caza de fauna silvestre está hoy estrictamente racionalizada, regulada y limitada, en general, a especies cinegéticas como el jabalí, el ciervo, el corzo, y la liebre dentro de períodos y zonas específicas, mientras que el lobo permanece inestablemente protegido por legislaciones temporales. En las configuraciones contemporáneas de aversión y simpatía ante los lobos influyen fuertemente los estudios académicos y la diseminación de las preocupaciones ecológicas y ambientalistas globales. En la GX, el desencantamiento del mundo ha ido moviendo al lobo de las imagerías políticas, religiosas, y literarias de la Edad Media, a los documentales ecologistas, las investigaciones científicas, los programas oficiales de conservación, y las legislaciones burocráticas. La progresiva racionalización objetivista del lobo y sus ecosistemas asociados entran frecuentemente en pugna con las representaciones y los intereses de las comunidades locales. En este sentido, la conservación del lobo en la actualidad encarna una pretensión de reencantamiento ambientalista, una forma de heterodoxia que intenta poner en duda la tradicional jerarquía del hombre sobre los lobos, tal como lo planteaba, y lo hace aún, la doxa dualista de las relaciones hombre-naturaleza.

En otras palabras, en la GX, lejos de haberse logrado un consenso generalizado en torno a su protección, la figura del lobo sigue suscitando temor, resentimiento y rechazo entre quienes lo asocian con pérdidas económicas, amenazas a los medios de vida y obstáculos al desarrollo rural (usual entre poblaciones rurales con actividades ganaderas y agropecuarias en zonas con lobos). Estudios recientes muestran que, incluso tras su inclusión en programas de conservación, el lobo continúa siendo objeto de prácticas informales de repulsión — como el sabotaje de medidas protectoras, las matanzas encubiertas, y la omisión deliberada de ataques, no solo en Portugal y España, sino en diversas regiones de Europa donde habitan lobos (Blanco & Cortés, 2009; Linnell *et al.*, 2003; Torres & Fonseca, 2016; Valente *et al.*, 2024). Esta persistencia de tensiones revela que las políticas conservacionistas muchas veces son vividas localmente como imposiciones elitistas, diseñadas en centros cosmopolitas distantes, sin suficiente anclaje en los saberes, sensibilidades y necesidades de las comunidades afectadas. De este modo, la conservación del lobo en la GX se atiene al carácter relacional de las competencias sociales humanas que estructuran las valoraciones divergentes sobre esta especie: mientras algunos, promueven una visión ecocéntrica que intenta situar al lobo como emblema de la biodiversidad y el equilibrio ecosistémico (una posición simbólica similar en otras partes del mundo es ocupada por especies como el yagareté en la Selva Paranaense, el león en las sábanas africanas, el oso pardo en zonas montañosas del hemisferio norte, o el panda gigante en regiones de China), otros agentes, residiendo en ambientes compartidos con lobos, aun lo perciben como símbolo de abandono institucional y desconexión gubernamental con las realidades de zonas rurales. Estos desacuerdos hacen oscilar a los proyectos de conservación entre sesgos elitistas y reacciones regionalistas.

El caso del lobo en la GX ilustra cómo los animales silvestres pueden quedar atrapados en configuraciones históricas de distanciamiento inter-especies de larga data. Las prácticas de protección y persecución de esta especie se ven impulsadas por posiciones sociales diferenciadas y por procesos de racionalización, burocratización y secularización que articulan el paisaje con disputas en torno al reconocimiento de los lobos y el desarrollo territorial de las poblaciones humanas. Esta dinámica se expone parcialmente en: (a) determinadas políticas de conservación globales que generan resistencias cuando se perciben como externas a las comunidades afectadas; (b) en como las especies de animales silvestres

devienen símbolos de abandono institucional-gubernamental, o de legitimidad científica, según las posiciones sociales defendidas; y (c) en como los nuevos imaginarios ambientales globales se enfrentan a nivel local con las memorias de desigualdad y luchas sociales localizadas. En síntesis, para una aproximación configuracional al problema de la conservación de especies silvestres en áreas naturales protegidas, es útil considerar que un análisis de las representaciones simbólicas actuales no basta para comprender las dinámicas ecológicas si no se integran con procesos sociales de larga duración y con la dimensión material de las especies en cuestión.

4. El envejecimiento poblacional y la compartimentalización de la naturaleza

Las Áreas Naturales Protegidas (ANP) incluyen zonas con diversas denominaciones: parques, reservas, santuarios y monumentos naturales, entre otros. La mayoría de las ANP comparte características definitorias a saber: (1) Sus territorios son delimitados por agencias gubernamentales; en otras palabras, son creadas por decretos de la cámara ejecutiva de Estados (nacionales o provinciales); (2) Siempre incluyen el objetivo de proteger, ecosistemas, especies de flora y fauna y paisajes específicos; (3) Son gestionadas sobre todo por agencias estatales encargadas de aplicar las regulaciones y los procedimientos oficiales para el manejo de estas áreas. Las Áreas Naturales Protegidas cuentan con los avales internacionales de la IUCN y de la UNESCO en el caso de las reservas de biosfera (Neugarten *et al.*, 2018; Keith *et al.*, 2024). Las creaciones gubernamentales que compartimentalizan áreas establecen actividades permitidas, ofrecen incentivos económicos y demás, tienen como un interés particular el gobierno sobre determinados territorios y poblaciones.

La compartimentalización alude a procesos sociales e institucionales de producción de fronteras físicas, simbólicas y normativas que separan a determinadas entidades — naturales, humanas o institucionales — del resto de las dinámicas sociales (Lew, 2013; De Swaan, 2015). La compartimentalización, al generar fronteras, puede entonces disociar espacios, especies y sectores poblacionales de la sociedad más amplia. Así, el aislamiento de áreas naturales protegidas respecto a los centros urbanos más densamente poblados puede entrelazarse con una creciente desidentificación de la sociedad civil respecto de los ambientes naturales

delimitados, erosionando los vínculos de responsabilidad colectiva. En este marco, la compartimentalización puede reproducir lógicas de indiferencia y delegación técnica, en las cuales las poblaciones residiendo al interior de compartimentos son marginadas de los procesos de gobernabilidad, y las decisiones pasan a depender de administraciones técnicas especializadas que mantienen a distancia a la sociedad mayor, de espacios considerados demasiado salvajes, peligrosos, y abandonados, donde impera la violencia de los animales silvestres, y la rudeza del clima y la vegetación.

Estos procesos no solo delimitan un “adentro” natural protegido y un “afuera” social libre, sino que también establecen regímenes de gobernanza verticales, en los que las poblaciones locales van siendo desplazadas de los procesos decisorios. En su lugar comienzan a operar mayormente intermediarios especializados, como cuerpos técnicos, guardaparques, equipos científicos, o de gestión política (De Swaan, 2001, 2024). Esta separación estructural, no es solamente una estrategia racional, burocrática, y secular de gestión espacial, sino una forma de reconfiguración social que entrena a las personas en el distanciamiento afectivo y en la fragmentación de sus compromisos solidarios para con los medios ambientes naturales y para con los residentes más alejados de los centros densamente poblados. En contextos históricos de inicios de siglo con los parques nacionales clásicos, la compartimentalización tendió a consolidarse como parte de una doxa divisoria de las relaciones naturaleza-sociedad (Gomez & Miño, 2023). En la GX, como en otras reservas de biosfera, los patrones disociativos asociados a la compartimentalización de la naturaleza tienden a desdibujarse debido a la subversión explícita del concepto de biosfera — concebida como una unidad que integra poblaciones humanas, animales, plantas y elementos ambientales — aunque ciertas características de dichos procesos persisten, adoptando formas más complejas.

Varios estudios han evidenciado que el envejecimiento demográfico en Galicia y el Norte de Portugal es un fenómeno estructural, caracterizado por la baja natalidad, la emigración juvenil a centros urbanos y la concentración de población con mayor edad en áreas rurales (Calmaestra, Antonio & Capote Lama, 2024; Domènech, 2020; Otero Varela, Gusman & Patiño Romarís, 2025; Álvarez Lorente, Sousa Soares de Oliveira Braga & Barros Cardoso, 2020). En Galicia, más del 30% de los municipios presentan un crecimiento vegetativo negativo superior

al 10%, y en varios concellos del interior — como A Fonsagrada, Navia de Suarna o Manzaneda — no se registraron nacimientos en 2023. En la GX, municipios gallegos como Bande, Lobeira y Entrimo presentan una densidad de población inferior a 30 habitantes por km², con una proporción de personas mayores de 65 años que supera el 35% de su población total (INE-SP, 2024). En la Región Norte de Portugal, el 33,6% de la población tenía 65 años o más en 2021, con especial incidencia en subregiones como Terras de Trás-os-Montes y Alto Tâmega, donde la densidad poblacional es inferior a 30 habitantes por km² y continúa disminuyendo, reflejando un marcado proceso de despoblación (INE-PT, 2024). Del lado portugués de la GX, municipios como Montalegre, Melgaço y Terras de Bouro enfrentan desafíos similares a la Región Norte, con densidades poblacionales bajas y una creciente proporción de población envejecida. Esta situación se ve agravada tanto en el sur de Galicia como en el Norte de Portugal por la distancia de las comunidades más alejadas respecto a servicios básicos, como atención sanitaria y educativa, lo que dificulta el arraigo y la atracción de nuevos residentes. Esta realidad demográfica condiciona también la representación política, dado que una menor cantidad de votantes en zonas poco capitalizadas de la GX implica menor capacidad de incidencia de los pobladores locales en decisiones políticas municipales, autonómicas/regionales, y nacionales. En algunos sectores menos habitados del lado gallego y portugués, este desfase alimenta eventuales denuncias públicas de abandono institucional, sin que ello implique una desvinculación con los marcos estatales.

En la GX, estos patrones de despoblamiento también son fortalecidos por su denominación misma como área prioritaria para la conservación sustentable de la naturaleza, más que para el desarrollo económico exclusivamente (Nogueira *et al.*, 2023). La compartimentalización, en este contexto, no separa autoritariamente al espacio natural protegido, con sus poblaciones de flora y fauna, de los centros poblacionales más densamente poblados, pero sí diferencia que clases de poblaciones humanas pueden vivir en su interior y en qué condiciones. Más que una frontera física e institucional, se trata de una estructura de oportunidades que modela las formas de vida humana posibles en la región (West, Igoe & Brockington, 2006; Gomez & Miño, 2023). A esta dinámica se suma el hecho de que la GX no solo ocupa posiciones periféricas en el espacio físico (sumida entre macizos montañosos, con escasa conectividad y lejos de los principales corredores infraestructurales transfronterizos),

sino también en los espacios sociales más amplios del Norte de Portugal y Galicia, al asociarse con bajos niveles de consumo, reducida calidad de vida y escasa capacidad de ostentación simbólica. En paralelo, las poblaciones humanas que residen en su interior son numéricamente limitadas, y muchas de ellas atraviesan procesos de envejecimiento o de retiro paulatino de las competencias sociales mayores. Se consolida así, una doble periferización —física y social— que restringe las capacidades locales de incidir en las definiciones legítimas acerca de los usos territoriales de la región.

En otras palabras, la combinación entre despoblación prolongada y fuerte carga patrimonial convierte a la GX en un “territorio de herencia”, donde la conservación ambiental se entrelaza con memorias familiares, y prácticas tradicionales que aún persisten pese a la reducción demográfica (Bendix, 2008). No obstante, en la GX existen esfuerzos institucionales por integrar los usos tradicionales de la región y valorar los saberes locales, con el objetivo de revertir las dinámicas de aislamiento y el declive demográfico. A propósito de estos desafíos, existen múltiples estrategias en curso como la inversión en cabeceras comarcales para concentrar servicios y mejorar la accesibilidad, así como la implementación de políticas de economía plateada que fomentan el envejecimiento activo y la integración de la población mayor en la vida económica y social. Tanto del lado gallego como portugués de la GX, en la actualidad existen varias iniciativas gubernamentales para mitigar la despoblación y fomentar la revitalización rural: en Galicia, a través de programas autonómicos como el *Plan de Dinamización Demográfica* y la *Axenda de Dinamización das Comarcas Rurais* (Xunta de Galicia, 2013, 2025b; MITECO, 2021); y en Portugal, mediante estrategias del *Programa Nacional de Coesão Territorial* y proyectos piloto de atracción de nuevos residentes en zonas de baja densidad impulsados por la *Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte (CCDR-N)* (Governo de Portugal, 2016). Estas acciones buscan reconectar la habitabilidad humana con los objetivos de conservación, garantizando la sostenibilidad social de las áreas rurales y las áreas naturales protegidas.

En síntesis, la GX no es ajena a las peculiaridades globales de las Áreas Naturales Protegidas en general, a sus intereses también se suma la promoción de la cooperación transfronteriza, el fortalecimiento de la identidad territorial compartida y la participación activa de las

comunidades locales en la gestión y conservación del patrimonio natural y cultural (ICNF, 2022; Paül & Trillo Santamaría, 2019). Esto se debe a que la GX es una creación tanto del gobierno del estado español como del estado portugués. Las ANP, como creaciones estatales, constituyen un eslabón central en los procesos de racionalización del uso del territorio, orientados a la gestión, planificación y aprovechamiento regulado de espacios naturales. En esta dinámica, las reservas de biosfera, como la GX, representan una fase avanzada, al incorporar no solo objetivos de conservación estricta, sino también estrategias de desarrollo económico y social que se declaran compatibles con la preservación de la biodiversidad. Esta pretensión no viene sin nuevos problemas devenidos precisamente, de las posibilidades de una mayor participación democrática de las comunidades locales.

5. La instrumentalización de la naturaleza y el carisma de sustentabilidad

Los procesos de racionalización y de compartimentalización territorial no excluyen la emergencia de formas de identificación afectiva y moral con los valores conservacionistas. Los agentes involucrados en programas de conservación — residentes, técnicos locales, emprendedores o educadores ambientales — no solo se adaptan a normas externas, sino que, en muchos casos, internalizan y reproducen activamente disposiciones vinculadas al cuidado ambiental, estructurando carismas grupales en torno a ideales de sustentabilidad. Estas adhesiones pueden nacer de convicciones profundas y trayectorias de compromiso, pero también funcionar como recursos performativos que otorgan legitimidad, acceso a financiamiento y visibilidad institucional. Así, el capital simbólico ambiental opera como principio de diferenciación dentro de configuraciones sociales localizadas, en las que se disputa quién tiene autoridad para gestionar la naturaleza, qué saberes son considerados válidos y qué formas de habitar el territorio resultan legítimas.

El carisma de grupo concentra determinados atributos simbólicos que hacen únicas a ciertas personas. Tiene gran importancia en las luchas por la dominación, al estimular la cohesión interna de las poblaciones humanas. Esta cohesión incluye no solo las tomas de posición y estrategias, sino fundamentalmente una unidad moral/emocional (Weber, 2014; McCulloch, 2014). Para Elias y Scotson (2012), esa unidad es relativa, en el sentido de que emerge en las

confrontaciones con otros grupos y conforma un excedente de fuerza diferente al que puede proporcionar la posesión de fuerza económica, política o física. La diferencia respecto a la mera cohesión organizativa radica en que la cohesión moral requiere una imagen de nosotros (*we-image*) constituida en confrontaciones con otros grupos, además de tiempo y vivencias compartidas (Elias, 1999, 2016; Wouters, 2021). Con una *we-image* consolidada, los miembros de un colectivo sienten “como si estuvieran dotados de un tipo de carisma grupal, de una virtud específica que comparten todos sus miembros y de la que carecen los demás” (Elias & Scotson, 2012: 28). Siguiendo esta dinámica es como emergen carismas ambientales localizados en la GX: disposiciones prácticas y adscripciones a valores de conservación que permiten a ciertos agentes obtener ventajas competitivas, legitimidad institucional, recursos económicos y reconocimiento social. Pierre Bourdieu denomina a esta capacidad poder simbólico: la facultad socialmente reconocida de naturalizar determinadas clasificaciones del mundo, legitimando así la distribución existente de recursos y autoridad (Bourdieu, 1989; Wacquant, 2023). En la GX, este poder simbólico emerge en el “carisma ambiental” de educadores, guías de turismo, emprendedores rurales, y planificadores de la conservación, permitiéndoles traducir valores ecológicos en legitimidad institucional, capital económico y un estatus social distintivo en la región.

Los ejemplos notables en torno al desarrollo de la sustentabilidad como valores carismáticos comunitarios, son numerosos, y van unidos a determinados resultados materiales en el espacio físico protegido de la GX. Un caso ilustrativo, es el del “Centro de Educação Ambiental do Videiro”, en el Parque Nacional da Peneda-Gerês, que ha articulado un discurso ambiental centrado en la sensibilización ecoturística y la formación de jóvenes locales. La legitimidad del centro no proviene solo de su alineación con los objetivos del parque, sino también de la figura reconocida de sus educadores, percibidos como mediadores autorizados de lo natural por parte de la comunidad y los visitantes. La visibilidad institucional de sus acciones se ha traducido en apoyos financieros de programas europeos (INTERREG, POCTEP), consolidando un carisma ambiental reconocido por agencias gubernamentales locales, regionales y nacionales, además de la población residente local (*POCTEP – Programa Operativo Coordinación Transfronteriza España Portugal, 2025; Spain-Portugal (POCTEP) - Interreg EU, 2025*). Del lado español de la GX, es ilustrativo el caso de la “Asociación de

Desenvolvimento Rural Limia-Arnoia”, que ha promovido proyectos de valorización del castaño y de recuperación del paisaje tradicional. Estas iniciativas combinan una narrativa de sostenibilidad con estrategias de turismo territorial, donde ciertos agentes locales — productores, técnicos, y emprendedores rurales — se convierten en ejemplos vivos de la región, luego de obtener resultados comprobables y reconocidos por la comunidad, agencias de inversión transnacionales y municipales (ENRD home page, 2023; PDR 2014-2022, 2025). Este carisma no deriva de un liderazgo formal, sino de la capacidad de encarnar una moralidad ambiental compatible con los dispositivos institucionales de la GX. Asimismo, iniciativas promovidas por parques naturales en Portugal, como la valorización de productos locales en el marco de sus *Programas Especiais*, o los sellos de ‘*produto local*’ apoyados por los *Grupos de Desenvolvimento Rural* en Galicia, operan como tecnologías de reconocimiento simbólico que posibilitan que agentes económicos locales — artesanos, ganaderos, hosteleros— puedan adscribirse a una imagen colectiva de sustentabilidad territorial.

El carisma, como resumimos al inicio de este apartado, vincula certificaciones e inversiones de organismos multilaterales, con agentes locales activos, produciendo sustentabilidad e impulsando la conservación de especies silvestres a nivel local. El carisma ambiental — como el carisma grupal descrito por Weber (2014) y la *we image* ampliada por Elias y Scotson (2012) — no es meramente una cualidad personal, sino una forma de consagración social vinculada a la performatividad moral y comunitaria. La cohesión que se genera en torno a estas figuras o colectivos permite estructurar un “nosotros ambiental” que se distingue de aquellos que son percibidos como extractivistas, indiferentes o no alineados con las lógicas de la conservación, generando además exclusiones simbólicas y posicionando a ciertos actores como legítimos interlocutores en la gobernanza ambiental de la región. No obstante, el desarrollo de adscripciones profundas a la sustentabilidad en las mismas áreas donde predominan formas de vida rural tradicionales también suele generar fricciones.

En el lado gallego de la GX, la valorización de ciertos paisajes o especies por parte de programas europeos ha dado lugar a reconfiguraciones discursivas donde los saberes locales son traducidos y reinterpretados mediante lenguajes técnicos, muchas veces sin participación efectiva de sus portadores (Rodríguez-Couso, Teijido & Álvarez, 2006; Peón, Rodríguez-

Álvarez & López-Iglesias, 2019; Martínez-Filgueira, Peón & López-Iglesias, 2022). Esta violencia simbólica implica también una redistribución de las legitimidades sobre el territorio: no todos los habitantes cuentan con el mismo derecho a representar o intervenir sobre la "naturaleza" que habitan. Este ambientalismo afín al paradigma de los servicios ecosistémicos como al de las contribuciones de la naturaleza a las personas, suele ser criticado por su utilitarismo, su visión dualista y antropocéntrica de las relaciones entre humanos y naturaleza (Muradian & Gómez-Baggethun, 2021). En este esquema, la naturaleza es representada como proveedora de beneficios, y los humanos como sus únicos sujetos legítimos de valoración. Aunque el lenguaje haya mutado, los supuestos ontológicos persisten estimulando una "performatividad verde" (Bluwstein, 2021). Esta lógica persiste en programas que priorizan la cuantificación de funciones ecológicas sobre formas relacionales de habitabilidad. La tecnocratización de la conservación va generando mecanismos de monitoreo, control y evaluación que transforman el paisaje en objeto de intervención técnica antes que en un espacio vivido. Esto se traduce, en restricciones inconsultas al uso del suelo, limitaciones a prácticas agropecuarias tradicionales, o valoraciones que excluyen dimensiones afectivas, simbólicas o culturales del espacio.

En resumen, las instrumentalizaciones de la naturaleza en la GX responden a lógicas heterogéneas: algunas orientadas por principios ecocéntricos y de conservación estricta; otras vinculadas a objetivos de valorización económica del entorno, como el turismo, la producción vitivinícola o la explotación forestal; y otras aún determinadas por la reproducción de legitimidades institucionales, técnicas o académicas, como la producción de indicadores de sostenibilidad o la implementación de dispositivos de certificación ambiental. Lejos de tratarse de un proceso unidireccional, la apropiación de la naturaleza en la GX evidencia formas complejas de agencia local. Actores comunitarios reinterpretan los marcos globales de la sustentabilidad para legitimar prácticas tradicionales o reclamar derechos territoriales. Ejemplos de ello son la recuperación de rutas ancestrales de trashumancia, la consolidación de cooperativas agroecológicas, la organización de circuitos de turismo de base comunitaria, o las prácticas de gestión comunal de montes, como ocurre en aldeas del municipio de Entrimo, en Lobios o en Soajo (Ferrás-Sexto & O'Flanagan, 2012; Valente *et al.*, 2015; Rodríguez, 2018). En estos casos, la retórica ambiental es reapropiada estratégicamente,

dando lugar a configuraciones sociales que desbordan las categorías oficiales e introducen formas situadas de sustentabilidad, adaptación y resistencia.

Consideraciones finales

La recuperación de los aportes de Max Weber, Norbert Elias, Abram de Swaan y Pierre Bourdieu, en la caracterización de configuraciones sociales activas en la GX, responde a la necesidad de abordar las Áreas Naturales Protegidas no desde marcos descriptivos o utilitarios, sino desde tradiciones teóricas capaces de captar las dinámicas históricas que configuran las relaciones entre sociedad y naturaleza. Las nociones de desencantamiento del mundo, racionalización y carisma grupal, son importantes para comprender cómo la gestión técnica y burocrática de la naturaleza despoja al territorio de vínculos afectivos tradicionales, a la vez que produce nuevas legitimidades simbólicas, en forma de reencantamientos ambientalistas (Weber, 2014). El concepto de configuraciones sociales centra el enfoque en las interdependencias históricas entre agentes humanos y no humanos, mientras que la concepción de *we image* deja ver los compromisos procesuales asumidos por comunidades inmersas en competencias ampliadas y sus consecuencias sobre el espacio físico (Eliás & Scotson, 2012). La noción de compartimentalización permite reconocer cómo determinadas áreas naturales protegidas son estructuradas históricamente como compartimentos físicos y simbólicos, donde se separan y jerarquizan poblaciones humanas, especies no humanas y usos legítimos del territorio (De Swaan, 2001, 2015, 2024). Por su parte, el énfasis en el poder simbólico expone cómo determinadas clasificaciones naturalizadas de lo ecológico se imponen como legítimas, estableciendo definiciones y apropiaciones de los espacios protegidos (Bourdieu, 1976, 1989). Estos enfoques permiten inscribir la conservación del medio ambiente en sociedades contemporáneas en la trama histórica de transformaciones territoriales y configuraciones sociales ampliadas.

Los conceptos utilizados fueron seleccionados por su capacidad para disminuir las limitaciones de enfoques exclusivamente ecológicos, institucionales o economicistas. Frente a perspectivas que abordan las Áreas Naturales Protegidas como espacios de gestión ambiental, la aproximación propuesta las enfoca como formaciones sociales atravesadas por

competencias sociales, diferenciaciones simbólicas y procesos históricos de larga duración. En este sentido, se retoma la propuesta de la imaginación sociológica de Wright Mills (1959), como una herramienta útil para vincular transformaciones espaciales en la GX, con dinámicas ambientales y estructuras sociales de mayor alcance. Con ello, el artículo incentiva nuevas investigaciones ampliadas sobre las áreas naturales protegidas, reconociendo la necesidad de enfoques que iluminen dimensiones históricas y sociales frecuentemente desplazadas en estudios más pragmáticos o alineados con las agendas gubernamentales de conservación y desarrollo.

En síntesis, las heterodoxias que atraviesan las relaciones socioecológicas en la GX desbordan al dualismo clásico entre naturaleza y cultura. Las dispares racionalizaciones burocráticas de la gobernabilidad ambiental global, europea, portuguesa y española, se entrecruzan en la región, junto con prácticas de gestión comunal, la reapropiación de discursos de sostenibilidad y la emergencia de carismas ambientales localizados. Esta complejidad muestra que los agentes no solo reaccionan a dispositivos externos, sino que también los resignifican estratégicamente. En la región no existe una subordinación del ambiente a fines económicos, institucionales, más bien es una región del espacio social donde se articulan de forma experimental múltiples formas de vida. En este sentido, la GX funciona como un laboratorio social donde conviven formas de valorización ecológica, económica y simbólica, frecuentemente contradictorias, pero mediadas por configuraciones sociales de larga data. En esta reserva, transformaciones históricas como la racionalización de los usos del territorio y la compartimentalización de la naturaleza, impulsadas desde espacios sociales más amplios, se traducen en luchas por la legitimidad y por el reencantamiento del territorio. En ese marco, el capital simbólico asociado a prácticas como la agroecología, el turismo comunitario o la conservación científica se convierte en un recurso estratégico para incluir o excluir determinados agentes. Lejos de tratarse de espacios más tranquilos, más armónicos con el medio ambiente, en esta reserva operan configuraciones históricas donde se entrecruzan desigualdades sociales, jerarquías institucionales y sentidos múltiples de lo natural. El estudio de las naturalezas en la GX, por tanto, contribuye a una sociología crítica de la conservación, que reconoce la densidad histórica y las disputas simbólicas que estructuran los vínculos socioecológicos en contextos protegidos.

Finalmente, las dinámicas identificadas en la GX sugieren que las políticas de conservación deben ir más allá de los enfoques estrictamente ecológicos/económicos, incorporando dispositivos institucionales sensibles a las trayectorias históricas, los capitales simbólicos locales y las desigualdades acumuladas en los espacios rurales. Esto implica (i) fortalecer mecanismos de co-gestión ambiental con participación efectiva de agentes comunitarios, organizaciones y residentes particulares; (ii) promover marcos de gobernanza transfronteriza que reconozcan la pluralidad de saberes territoriales en torno a las diversas actividades económicas de la zona; (iii) fomentar programas de atracción demográfica compatibles con formas de vida tradicionales y sostenibles; y (iv) diseñar métricas de evaluación que integren indicadores socioecológicos de largo plazo. Estas líneas de acción permitirían articular más estrechamente la conservación de la biodiversidad con la reproducción social de las comunidades que habitan la GX, evitando que la reserva opere como un compartimento aislado de las políticas territoriales generales.

Referencias bibliográficas

ADAMS, Williams, & MULLIGAN, Martin (2003), *Decolonizing nature: Strategies for conservation in a post-colonial era*, London: Earthscan Publications.

ÁLVARES, Francisco *et al.* (2000), “Os fojos dos lobos na Península Ibérica. Sua inventariação, caracterização e conservação”, *Galemys Spanish Journal of Mammalogy*, vol. 12, pp. 57-77.

ÁLVAREZ LORENTE, Tamara, SOUSA SOARES DE OLIVEIRA BRAGA, José Luís, & BARROS CARDOSO, Antonio (2020), “The social problem of rural depopulation in Spain and Portugal”, en Ricardo Duque-Calvache, Francisco Entrena Durán, Rosa M. Soriano-Miras (eds.), *Social Problems in Southern Europe*, pp. 143-156, Cheltenham: Edward Elgar Publishing.

BENDIX, Regina (2008), “Heritage between economy and politics: An assessment from the perspective of cultural anthropology”, en Laurajane Smith & Natsuko Akagawa (eds.), *Intangible Heritage*, pp. 267-283, London: Routledge.

BLANCO, Juan Carlos & CORTÉS, Yolanda (2009), “Ecological and social constraints of wolf recovery in Spain”, en Marco Musiani, Luigi Boitani & Paul C. Paquet (eds.), *A New Era for Wolves and People*, pp. 41-66, Calgary: University of Calgary Press.

BLUWSTEIN, Jevgeniy (2021), "Transformation is not a metaphor", *Political geography*, vol. 90, art. 102450.

BOLTANSKI, Luc (2013), *On critique: A sociology of emancipation*, Cambridge: Polity Press.

BOURDIEU, Pierre (1976), "Le sens pratique", *Actes de la recherche en sciences sociales*, 2 (1), pp. 43-86.

BOURDIEU, Pierre (1989), Social space and symbolic power, *Sociological theory*, 7 (1), p. 14.

CALMAESTRA, Nieto, ANTONIO, José & CAPOTE LAMA, Alberto (2024), "El envejecimiento en España. Un análisis territorial multiescalar", *Empiria Revista de metodología de ciencias sociales*, n.º 61, pp. 93-122.

CRONON, William (1996), "The trouble with wilderness: Or, getting back to the wrong nature", *Environmental history*, 1 (1), pp. 7-28.

DE SWAAN, Abram (2001), "Dyscivilization, mass extermination and the state", *Theory, culture & society*, 18 (2-3), pp. 265-276.

DE SWAAN, Abram (2015), *The killing compartments: The mentality of mass murder*, New Haven, CT : Yale University Press.

DE SWAAN, Abram (2024), "Politiques de la destructivité", en François Bafoil & Paul Zawadzki (eds.), *Politiques de la destructivité*, pp. 87-104, Paris; Hermann.

DOMÈNECH, Josep Mestres (2020), El envejecimiento en España y Portugal y su impacto en el crecimiento económico: un enfoque regional, *CaixabankResearch*, [Consultado el 1 mayo 2025], Disponible en : <https://www.caixabankresearch.com/es/economia-y-mercados/mercado-laboral-y-demografia/envejecimiento-espana-y-portugal-y-su-impacto>

ELIAS, Norbert (1999), *Sociología Fundamental*, Barcelona: Gedisa.

ELIAS, Norbert (2016), *El proceso de la civilización. Investigaciones psicogenéticas y sociogenéticas*, Ciudad de México : Fondo de Cultura Económica.

ELIAS, Norbert, & HEINICH, Nathalie (1999), *Norbert Elias: Historia y Cultura en Occidente*, New York and London: Nueva Vision. Coleccion Claves.

ELIAS, Norbert, & SCOTSON, John (2012), *The established and the outsiders*, London: SAGE Publications. Published in association with Theory, Culture & Society.

ENRD home page (2023), *The European Network for Rural Development (ENRD) - European Commission*, [Consultado el 1 mayo 2025], Disponible en : https://enrd.ec.europa.eu/home-page_en.

FERRÁS-SEXTO, Carlos, & O'FLANAGAN, Patrick (2012), "Petites exploitations et agriculture familiale durable: Une étude de cas comparative en Galice et en Irlande", *Norois*, n.º 224, pp. 61-76.

GALE GROUP, & UNESCO (1999), *Encyclopaedia of the biosphere: Vol.7: A guide to the world's ecosystems*, Farmington Hills, MI: Cengage Gale. Encyclopedia of the biosphere.

GOMEZ, Raimundo Elias (2019), "Establecidos y marginados en áreas naturales protegidas: dos casos de estudio en México y Argentina", *Letras Verdes Revista Latinoamericana de Estudios Socioambientales*, n.º 26, pp. 51-68.

GOMEZ, Raimundo Elias *et al.* (2024), *Tracing emplaced capital footprints in Arcos de Valdevez, Portugal*, [Preprint] Zenodo.

GOMEZ, Raimundo Elias *et al.* (2025), "Spatial Distribution and Classification of Objectified Capital in the Gerês", *Frontiers in Environmental Economics*, vol. 4, p. 1463694.

GOMEZ, Raimundo Elias, & MIÑO, Maria Gabriela (2023), "Compartimentalizando naturaleza: sobre las Áreas Naturales Protegidas de México y Argentina", *Letras Verdes Revista Latinoamericana de Estudios Socioambientales*, n.º 33, pp. 86-102.

GOMEZ, Raimundo Elias, & MIÑO, Maria Gabriela (2024a), *Rastrexando as Competencias de Capital a través das Infraestruturas Espaciais, Contaminación do Aire e Radiação Nocturna no Noroeste da Reserva da Biosfera Transfronteira Gerês-Xurés*, [Preprint] Zenodo.

GOMEZ, Raimundo Elias, & MIÑO, Maria Gabriela (2024b), *CoRadiance_Explorer_v1*, aplicacion geospacial, Zenodo.

GOMEZ, Raimundo Elias, & MIÑO, Maria Gabriela (2024c), *Workflow 3: Correlation graphs and clusters, nightlight radiance, and CO emissions maps*, [Preprint] Zenodo.

GOMEZ, Raimundo Elias, & MIÑO, Maria Gabriela (2024d), *Workflow 2: Temporal series of nightlight radiance and CO emissions*. [Preprint] Zenodo.

GOMEZ, Raimundo Elias, & MIÑO, Maria Gabriela (2024e), *Workflow 1: Location of the GXTBR, other related protected natural areas, roads, and traffic data*. [Preprint] Zenodo.

GOMEZ, Raimundo Elias, & MIÑO, Maria Gabriela (2024f), *Principal Component Analysis, mixed classification, and geospatial mapping of air pollution, critical infrastructure, and capital competences in Arcos de Valdevez, Portugal*. [Preprint] Zenodo.

GOVERNO DE PORTUGAL (2016), *Programa Nacional para a Coesão Territorial*, Lisboa: Presidência do Conselho de Ministros.

ICNF (2022), *Plano de ação da reserva da Biosfera Transfronteira Gerês-Xurés 2022-2025*, Lisboa: Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas.

ICNF (2024), *Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas* [Consultado el 29 junio 2024], Disponible en: <https://www.icnf.pt/>

IGLESIAS, Pedro Alonso, BARCON, Miguel Hevia & LAGO, David Martínez (2021), “Censo da poboación de lobos (*Canis lupus*) do norte de Galicia e estimativa da densidade”, *Recursos Rurais*, n.º 17.

INE-PT (2024), Instituto Nacional de Estatística, Portugal. *Geopackage. Censo 2021*, [Consultado el 8 agosto 2024], Disponible en: <https://mapas.ine.pt/download/index2021.phtml>.

INE-SP (2024), *Instituto Nacional de Estadística, España*, [Consultado el 20 agosto 2024], Disponible en: <https://www.ine.es/>.

INGOLD, Tim (2024), “How to imagine a sustainable world”, *Acta borealia*, 41 (1), pp. 7-15.

KEITH, David A. *et al.* (2024), “Contributions of the IUCN Red List of Ecosystems to risk-based design and management of protected and conserved areas in Africa”, *Conservation biology: the journal of the Society for Conservation Biology*, 38 (3), p. e14169.

KOPNINA, Helen (2012), “Toward conservational anthropology: addressing anthropocentric bias in anthropology”, *Dialectical anthropology*, 36 (1-2), pp. 127-146.

LEW, Ilan (2013), “«Barbarity» and ‘Civilization’ according to perpetrators of State violence during the last dictatorship in Argentina”, *Política y Sociedad*, 50 (2), pp. 501-515.

LINNELL, John D. C. *et al.* (2003), “Is the fear of wolves justified? A Fennoscandian perspective”, *Acta zoologica Lituanica*, 13 (1), pp. 34-40.

LLANEZA, Luis *et al.* (2005), “Distribución y aspectos poblacionales del lobo ibérico (*Canis lupus signatus*) en las provincias de Pontevedra y A Coruña (Galicia)”, *Galemys Spanish Journal of Mammalogy*, 17 (NE), pp. 61-80.

LOPES-FERNANDES, Margarida *et al.* (2016), "Living with the beast: Wolves and humans through Portuguese literature", *Anthrozoos*, 29 (1), pp. 5-20.

LOURO, Andreia Fontenete (2023), "Wolf hunting in Portugal in the Middle Ages (12th-15th Centuries)", *Cuadernos del CEMYR*, n.º 31, pp. 115-137.

MARTÍNEZ-FILGUEIRA, Xosé-Manuel, PEÓN, David & LÓPEZ-IGLESIAS, Edelmiro (2022), "Determinants of innovation by agri-food firms in rural Spain: an MCA PLS-SEM analysis", *International Food and Agribusiness Management Review*, 25 (1), pp. 103-119.

MCCULLOCH, Andrew (2014), *Charisma and Patronage Reasoning with Max Weber*, Farnham: Ashgate Publishing Limited.

MILLS, Charles Wright (1959), The Sociological Imagination, *The Mississippi Valley historical review*, 46 (2), p. 355.

MITECO (2021), *Plan de recuperación 130 medidas frente al reto demográfico*, Madrid: Ministerio para la Transición Ecológica y el Reto Demográfico.

MOREA, Juan Pablo (2021), "Concepciones del espacio y ordenamiento territorial. Hacia una renovación de las estrategias de conservación en áreas protegidas", *Cuadernos de Geografía Revista Colombiana de Geografía*, 30 (1), pp. 199-216.

MURADIAN, Roldan, & GÓMEZ-BAGGETHUN, Erik (2021), "Beyond ecosystem services and nature's contributions: Is it time to leave utilitarian environmentalism behind?", *Ecological economics: the journal of the International Society for Ecological Economics*, vol. 185.

NEUGARTEN, Rachel A. *et al.* (2018), *Tools for measuring, modelling, and valuing ecosystem services: guidance for Key Biodiversity Areas, natural World Heritage sites, and protected areas*, Gland, Switzerland: IUCN, International Union for Conservation of Nature.

NOGUEIRA, Sónia *et al.* (2023), "Game theory and governance of protected areas – Peneda-Gerês National Park", *Cogent business & management*, 10 (1).

NOGUEIRA, Sónia, & LUÍS, Maria Emília (2022), "The application of a generational approach to the marketing management of gerês-xurés cross-border park (Portugal and Spain)", en João Vidal de Carvalho, Pedro Liberato, Alejandro Peña, & Álvaro Rocha (eds.), *Advances in Tourism, Technology and Systems*, pp. 457-466. Singapore: Springer Nature Singapore. Smart innovation, systems and technologies.

OTERO VARELA, Alejandro, GUSMAN, Inês, & PATIÑO ROMARÍS, Carlos Alberto (2025), "Demographic oases in shrinking rural areas: Exploring trends in Galicia (Spain) and Northern Portugal", *Boletín de la Asociación de Geógrafos Españoles*, n.º 103.

PAÛL, Valerià, & TRILLO SANTAMARÍA, Juan M. (2019), "Hacia una geografía histórica del Gerês/Xurés: la conformación de una región transfronteriza", *Revista de Historiografía (RevHisto)*, vol. 30, p. 119.

PDR 2014-2022 (2025), *Consellería do Medio Rural*, [Consultado el 1 mayo 2025], Disponible en: <https://mediorural.xunta.gal/es/temas/desarrollo-rural/pdr-2014-2022>.

PEÓN, David, RODRÍGUEZ-ÁLVAREZ, Jorge, & LÓPEZ-IGLESIAS, Edelmiro (2019), "Spread or backwash: The impact on population dynamics and business performance of a new road in a rural county of Galicia (Spain)", *Papers in regional science: the journal of the Regional Science Association International*, 98 (6), pp. 2479-2503.

PÉREZ-ALBERTI, Augusto (2022), "The glaciers of the Peneda, Amarela, and Gerês-Xurés massifs", en Marc Oliva, José M. Fernández-Fernández & David Palacios (eds.), *Iberia, Land of Glaciers*, pp. 397- 416, Amsterdam: Elsevier.

POCTEP – Programa Operativo Coordinación Transfronteriza España Portugal (2025), *Programa Operativo Coordinación Transfronteriza España Portugal*, [Consultado el 1 mayo 2025], Disponible en: <https://www.poctep.eu/>.

PORTAL DO CENSO NACIONAL DO LOBO 2019-2021 (2018), *Portal do Censo Nacional do Lobo 2019/2021*, [Consultado el 1 mayo 2025], Disponible en: <https://censo-2019-2021.loboiberico.pt/>.

REED, Maureen G., & PRICE, Martin F. (eds.) (2019), *UNESCO biosphere reserves: Supporting biocultural diversity, sustainability and society*, London, England: Routledge. Earthscan Studies in Natural Resource Management.

RODRÍGUEZ, Damián Copena (2018), "Montes Veciñais en Man Común e Baldios: Unha análise comparativa das propiedades comunitarias de Galicia e Portugal", *Sémata: Ciencias Sociais e Humanidades*, n.º 30, pp. 85-104.

RODRÍGUEZ-COUSO, María, TEIJIDO, Miguel, & ÁLVAREZ, Carlos Jose (2006), "Rural development programmes in Galicia (north-west Spain)", *Outlook on agriculture*, 35 (3), pp. 183-189.

Spain-Portugal (POCTEP) - Interreg EU (2025), *Interreg EU: Spain-Portugal (POCTEP)* -, [Consultado el 1 mayo 2025], Disponible en: https://interreg.eu/programmes/spain-portugal-poctep/?utm_source=chatgpt.com.

TORRES, Rita Tinoco, & FONSECA, Carlos (2016), "Perspectives on the Iberian wolf in Portugal: population trends and conservation threats", *Biodiversity and conservation*, 25 (3), pp. 411-425.

TRILLO-SANTAMARÍA, Juan-Manuel, & PAÛL, Valerià (2016), "Transboundary protected areas as ideal tools? Analyzing the Gerês-Xurés transboundary biosphere reserve", *Land use policy*, vol. 52, pp. 454-463.

VALENTE, Ana M. *et al.* (2024), "Friend or foe, what do the locals say? Attitudes towards the endangered Iberian wolf in Central Portugal", *Biodiversity and conservation*, 33 (5), pp. 1645-1664.

VALENTE, Sandra *et al.* (2015), "Sustainable Forest Management in Portugal: transition from global policies to local participatory strategies", *International forestry review*, 17 (3), pp. 368-383.

VAN KRIEKEN, Robert (2013), *Norbert Elias*, New York and London: Routledge.

WACQUANT, Loïc (2023), *Bourdieu in the City: Challenging Urban Theory*, Cambridge: Polity Press.

WEBER, Max (2014), *Economía y sociedad*, Ciudad de México: Fondo de Cultura Económica.

WEST, Paige, IGOE, James, & BROCKINGTON, Dan (2006), "Parks and peoples: The social impact of protected areas", *Annual review of anthropology*, 35 (1), pp. 251-277.

WOUTERS, Cas (2021), *Informalization: Manners and emotions since 1890*, Thousand Oaks, CA: SAGE Publications. Published in association with Theory, Culture & Society.

XUNTA DE GALICIA (2013), *Plan para a Dinamización Demográfica de Galicia 2013–2016. Horizonte 2020*, Santiago de Compostela: Xunta de Galicia.

XUNTA DE GALICIA (2025a), Bienvenido a Patrimonio Natural de Galicia. [Consultado el 1 mayo 2025], Disponible en: <https://patrimonionatural.xunta.gal/es>.

XUNTA DE GALICIA (2025b), Inicio. *Observatorio Galego de Dinamización Demográfica* [Consultado el 1 mayo 2025], Disponible en : <https://observatoriodemografico.xunta.gal/es>.

XUNTA DE GALICIA, Xunta (2025c), La Xunta pide al Gobierno central que retire lo antes posible el lobo del listado de especies con protección especial ya que su situación en Galicia es favorable, [Consultado el 1 mayo 2025], Disponible en: https://www.xunta.gal/notas-de-prensa/-/nova/010225/xunta-pide-gobierno-central-que- retire-antes-posible-lobo-del-listado-especies?langId=es_ES

Raimundo Elías Gómez (*autor para correspondência*).

Role: Concetualização, Aquisição de financiamento, Investigação, Redação – rascunho original.

Investigador Integrado do Instituto de Sociologia da Universidade do Porto. Investigador Assistente do Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas (CONICET), Argentina. *Endereço para correspondência:* Instituto de Sociologia, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Via Panorâmica s/n, 4150-564, Porto, Portugal. ORCID ID: 0000-0002-4468-9618.

E-mail: rgomez@letras.up.pt

Maria Gabriela Miño.

Role: Concetualização, Investigação, Metodologia, Redação – revisão e edição.

Bolsista de doutoramento do Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas (CONICET), Argentina. ORCID ID: 0000-0002-5057-5158.

E-mail: tsgabrielam@gmail.com

Indicadores socioculturais das cidades circulares

Jeff Anderson

Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto (FEUP)

Artigo recebido a 15/03/2025.

Aceite para publicação a 27/06/2025.

Resumo

A monitorização da circularidade nas cidades enfrenta desafios devido à falta de indicadores abrangentes. A maioria foca aspetos específicos da economia circular, dificultando uma visão holística e a formulação de políticas eficazes. Indicadores transversais, especialmente socioculturais, são essenciais. Este estudo analisa três iniciativas no Porto (*Good Food Hubs*, *Refood* e Ilhas de Compostagem Comunitária) e destaca a relevância dos espaços públicos na circularidade urbana. Como conclusão, sugere-se o uso desses espaços para práticas circulares como um indicador sociocultural para medir a circularidade nas cidades.

Palavras-chave: Cidade circular; Economia circular; Indicadores.

Sociocultural indicators of circular cities

Abstract

Monitoring circularity in cities faces challenges due to the lack of comprehensive indicators. Most existing metrics focus on specific aspects of the circular economy, hindering a holistic understanding and the development of effective policies. Cross-cutting indicators, particularly sociocultural ones, are essential. This study analyzes three initiatives in Porto (*Good Food Hubs*, *Refood*, and *Community Composting Islands*) and highlights the significance of public spaces in fostering urban circularity. As a conclusion, it proposes the use of these public spaces for circular practices as a sociocultural indicator to measure circularity in cities.

Keywords: Circular city; Circular economy; Indicators.

Indicateurs socioculturels des villes circulaires

Résumé

Le suivi de la circularité dans les villes rencontre des défis en raison du manque d'indicateurs globaux. La plupart des indicateurs existants se concentrent sur des aspects spécifiques de l'économie circulaire, ce qui complique une compréhension holistique et l'élaboration de politiques efficaces. Des indicateurs transversaux, notamment socioculturels, sont essentiels. Cette étude analyse trois initiatives à Porto (*Good Food Hubs*, *Refood* et Îles de Compostage Communautaire) et souligne l'importance des espaces publics dans la circularité urbaine. En conclusion, elle propose l'utilisation de ces espaces pour des pratiques circulaires comme indicateur socioculturel de la circularité urbaine.

Mots-clés: Ville circulaire; Économie circulaire; Indicateurs.

Indicadores socioculturales de las ciudades circulares

Resumen

El monitoreo de la circularidad en las ciudades enfrenta desafíos debido a la falta de indicadores integrales. La mayoría se centra en aspectos específicos de la economía circular, lo que dificulta una visión holística y la formulación de políticas eficaces. Los indicadores transversales, especialmente los socioculturales, son fundamentales. Este estudio analiza tres iniciativas en Oporto (*Good Food Hubs*, *Refood* e Islas de Compostaje Comunitario) y destaca la importancia de los espacios públicos en la circularidad urbana. Como conclusión, se propone el uso de estos espacios para prácticas circulares como un indicador sociocultural para medir la circularidad en las ciudades.

Palabras clave: Ciudad circular; Economía circular; Indicadores.

Introdução

Na transição do atual sistema linear de produção e consumo — baseado no ciclo extrair, produzir e descartar, e amplamente considerado insustentável do ponto de vista dos recursos naturais — para um modelo mais sustentável, o paradigma da Economia Circular (EC) surge como base conceitual para o desenvolvimento das Cidades Circulares (CC). Estas apresentam-se como um novo horizonte a construir, pois reimaginam a cidade a partir de práticas circulares que pressupõem os limites ecológicos do planeta. Por consequência, muitas cidades em toda a Europa e no mundo estão a alargar suas ambições para implementar a Economia Circular em diversas frentes que vão desde o consumo de água e energia até ao

tratamento de resíduos. Sob esse contexto, um amplo e múltiplo cenário de práticas de circularidade urbana está a surgir.

Porém, por se tratar de tema recente, a questão relativa à monitorização das práticas de circularidade e seus resultados ainda está em desenvolvimento. Atualmente, a maioria dos indicadores existentes está associada a aspetos específicos da Economia Circular. Existem poucos exemplos de indicadores concebidos para avaliar a circularidade de uma cidade inteira. Essa lacuna limita a compreensão holística do desempenho circular das cidades e dificulta a implementação eficaz de políticas e ações direcionadas à circularidade e à sustentabilidade urbanas.

Um primeiro passo para superar este obstáculo é atentar-se para indicadores transversais. Segundo Paoli *et al.* (2022), uma vez que a Cidade Circular não se limita a um novo modelo económico, mas abrange, pelo menos, aspectos ambientais, económicos e socioculturais, muitas das características da Cidade Circular não são mensuráveis em sentido meramente quantitativo e, portanto, requerem indicadores específicos que devem ser subjetivos e qualitativos. Neste contexto, a aplicação de indicadores transversais, destacando-se os indicadores socioculturais, é crucial para promover a implementação eficaz da circularidade urbana.

Com base em três casos de estudo – o projeto *Good Food Hubs* (2022), a instituição *Refood* (2023) e as Ilhas de Compostagem Comunitária, Porto Ambiente (2021) –, este artigo apresenta uma análise da circularidade no sistema alimentar da cidade do Porto de modo a evidenciar o espaço público, com atividades de economia circular, como um indicador sociocultural.

Nesta investigação, utilizou-se a metodologia mista de Verga e Khan (2022), a qual explora as categorias de análises em espaço, fluxo e atores; a abordagem pesquisador-participante de Lakatos e Marconi (2003); e o método de contabilidade *Cityloops metabolismo of cities* (2020).

Os três casos apresentaram resultados metabólicos pouco expressivos em relação ao fluxo da biomassa do Porto. Isso demonstra que as práticas circulares no sistema alimentar urbano estão em estágio inicial, com impacto metabólico ainda pequeno na Economia Circular da

cidade. Porém, os três casos revelaram importantes fatores condicionantes da circularidade do sistema alimentar urbano, como a taxa de participação nas atividades circulares e o grau de articulação entre os *stakeholders* envolvidos. E trouxeram um dado relevante: o facto de, nos três casos, a circularidade se efetivar a partir de práticas vigentes em espaço público.

Por este motivo, propõe-se, na conclusão deste artigo, o uso de espaços públicos para práticas circulares como um possível indicador sociocultural para a medição da circularidade urbana, indicador especialmente relevante quando se compreende a Cidade Circular como modelo democrático, inclusivo e participativo.

1. Revisão de Literatura

A Cidade Circular é um conceito novo e ainda em construção, que agrega diversas perspectivas teóricas e práticas e que se relaciona com outros conceitos igualmente recentes como os de Economia Circular, metabolismo urbano, sistema alimentar e práticas da hierarquia dos “R” – Redução e Reutilização (Zou *et al.*, 2022), por exemplo.

Dada a complexidade do tema, é pertinente iniciar a conceituação de Cidade Circular com base em dois documentos internacionais de referência: a Declaração das Cidades Circulares Europeias (CCD) (ICLEI, 2020) e a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas (United Nations, 2015). Relativamente a esta última, vale destacar, entre seus Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), os de número 11 (Cidades e Comunidades Sustentáveis), 12 (Consumo e Produção Responsáveis) e 17 (Parcerias e Meios de Implementação), todos diretamente relacionados à sustentabilidade urbana. Ambos os documentos oferecem diretrizes programáticas e princípios orientadores amplamente adotados por países e atores institucionais como parte do arcabouço legal e político de seus processos de transição para modelos urbanos mais circulares.

Segundo a Declaração das Cidades Circulares Europeias (CCD):

“Uma cidade circular é aquela que promove a transição de uma economia linear para uma EC de forma integrada em todas as suas funções em colaboração com os cidadãos, as empresas e a comunidade de pesquisa. Isso significa, na prática, promover modelos de negócios e comportamentos econômicos que dissociem o uso de

recursos da atividade econômica, mantendo o valor e a utilidade de produtos, componentes, materiais e nutrientes pelo maior tempo possível, a fim de fechar os ciclos materiais e minimizar o uso nocivo de recursos e a geração de resíduos. Por meio dessa transição, as cidades buscam melhorar o bem-estar humano, reduzir as emissões, proteger e aumentar a biodiversidade e promover a justiça social, de acordo com os ODS” (ICLEI, 2020: 1).

Quanto às definições acadêmicas do conceito de Cidade Circular, toma-se como referência os trabalhos de Williams (2019a, 2019b, 2021, 2023) e Verga e Khan (2022). Para estes autores, a circularidade urbana tem por pressuposto a promoção de comportamentos e práticas menos esbanjadoras de recursos e mais engajadas no combate ao desperdício, e a adoção de abordagens holísticas que promovam a integração entre os diversos setores e fatores que compõem ou influenciam a vida nas cidades.

Neste sentido, Williams (2021) defende a Cidade Circular como um conceito que vai além da economia circular e apresenta aquilo que chamou de Desenvolvimento Circular, com foco em reduzir o consumo de recursos e resíduos, preservar o capital natural e minimizar as externalidades negativas. Este conceito, que Williams apresentou em seu livro "*Circular Cities: A Revolution in Urban Sustainability*" (2021), propõe uma abordagem holística para o desenvolvimento urbano, considerando diversos aspectos como recursos, clima, saúde, desigualdades sociais e economia.

Tratando-se de pioneirismo na literatura, Kampelmann (2017) trabalhou o conceito de circularidade de forma mais abrangente em "*Circularization of Territorial Metabolism*". Pouco depois, Marin e De Meulder (2018b) conceituaram a ideia que hoje se tem sobre circularidade urbana como sendo um fenômeno que se manifesta no espaço, caracterizando-se pela sua natureza multiperspectiva e multidimensional, com ênfase na especificidade dos lugares e nas dinâmicas de transição em múltiplas escalas. Essa abordagem indica que a disciplina do *design* da paisagem urbana possui um papel estratégico na promoção da transição para cidades circulares, ao articular as escalas local e regional com sensibilidade contextual. Nesse sentido, evidencia-se uma perspectiva construtivista e holística de sustentabilidade, capaz de integrar processos sociais, espaciais e ecológicos de maneira sistêmica e situada. Outros contributos significativos, pela perspectiva de paisagem, foram apresentados por Marin

(2019) ao explorar como o *design* da paisagem urbana pode integrar agendas de circularidade. Em seu trabalho intitulado *Circular Economy Transition in Flanders: An urban landscape design contribution*, Marin apresenta investigações de *design* sobre infraestruturas para a circularidade territorial na cidade da Antuérpia, ancoradas em noções contextuais de história, atores, redes e *hinterlands*. Ainda sob uma perspectiva holística, Grisot conceituou, sob a óptica territorial, o sonho de como seria o planeamento urbano e a vida em 2032 se a medida da emergência climática fosse tomada a sério coletivamente em 2020, em “*Manifeste pour un urbanisme circulaire*” (2021).

Apesar das contribuições teóricas relevantes e de algumas iniciativas práticas já em curso, o conceito de Cidade Circular permanece em construção. Atualmente, há consenso entre diversos pesquisadores de que ainda não existe uma definição única e amplamente aceite do que constitui, de facto, uma Cidade Circular. Paiho *et al.* (2020) observam que a literatura recorre frequentemente a abordagens baseadas em dualismos conceituais, questionários entre pares ou definições formuladas a partir de perspectivas específicas, delimitadas pelos respectivos campos de estudo dos autores. Essa multiplicidade de interpretações também é evidenciada no trabalho de Verga e Khan (2022), refletindo a complexidade e a natureza interdisciplinar do tema.

Por exemplo, Prendeville *et al.*, (2018) definem uma Cidade Circular como “uma cidade que pratica os princípios da Economia Circular para fechar ciclos de recursos, em parceria com as partes interessadas da cidade (cidadãos, comunidade, empresas e comunidade científica), para aplicar sua visão de uma cidade à prova de futuro” (2018: 187).

Outra perspectiva que merece ser destacada está no estudo da *Ellen MacArthur Foundation*, que propõe que “uma Cidade Circular é aquela que necessariamente incorpora as premissas de Economia Circular em todas as suas funções, estabelecendo um sistema urbano regenerativo, acessível e abundante por princípio”. Tais premissas fundamentais são 1) eliminar o desperdício e a poluição; 2) preservar produtos, componentes e materiais em seu valor mais alto e em uso, e 3) buscar a regeneração do sistema natural (*Ellen MacArthur Foundation*, 2015).

Em resumo, é possível afirmar que muitos autores escreveram sobre Cidade Circular e a partir de diferentes pontos de vista, mas o centro da discussão tem sido dedicado a três preocupações: o ato de fundamentar a elaboração da Economia Circular nas cidades; acompanhar o fluxo circular dos materiais, ambicionando a diminuição dos impactos globais dos estoques e fluxos de materiais (Athanassiadis, 2016, 2021; Barles, 2008; Kennedy *et al.*, 2011; Newman, 1999); ou declaradamente incentivar a expansão e o crescimento dos negócios relacionados à circularidade (Bolger & Doyon, 2019; Paiho *et al.*, 2020; Petit-Boix & Leipold, 2018; Prendeville *et al.*, 2018).

Autores como Paoli *et al.* (2022) destacam, porém, que a Cidade Circular não é somente um modelo económico para a gestão eficiente dos recursos, mas sobretudo um modelo holístico que pode promover e apontar o caminho à sustentabilidade ambiental e o fortalecimento do corporativismo entre os agentes que estão direta e indiretamente envolvidos neste processo.

Conforme evidenciado na literatura, embora os esforços para conceituar as Cidades Circulares a partir de ambições e promessas de sustentabilidade sejam substanciais e crescentes (Grisot, 2021; Marin e De Meulder, 2018a; Paiho *et al.*, 2020; Prendeville *et al.*, 2018; Williams, 2019a, 2021), sua implementação efetiva nos sistemas urbanos ainda se encontra em estágios iniciais de experimentação e avaliação. Estudos indicam que a transição para modelos urbanos circulares permanece limitada a iniciativas pontuais, carecendo de consolidação prática e institucional mais robusta (Ellen MacArthur Foundation, 2017; Marin & De Meulder, 2018b; Prendeville *et al.*, 2018).

Assim, evidencia-se que os debates que relacionam diretamente a circularidade à escala urbana e, conseqüentemente, aos espaços públicos estão ainda em sua fase inicial. Neste sentido, a ambição desse artigo é alargar a compreensão que se tem daquilo que a circularidade pode implicar à escala urbana quando se observa o espaço público como promotor da circularidade. Uma perspectiva espacial é importante porque as atividades circulares, como a reciclagem, reutilização ou armazenamento de materiais, requerem espaço e estão localizadas no espaço.

É neste contexto que surgem novos estudos sobre circularidade com ênfase em geografias e escalas espaciais diversas, expandindo-se, assim, a compreensão da EC que, até então, se

desenvolvera a partir de uma perspectiva apenas dos materiais, produtos e empresas. Essa expansão iniciou-se pela escala das cidades, conforme apresentado por Kennedy e Engel-Yan (2007), e chegou à escala do produto, dos bairros com Codoban e Kennedy (2008), dos países, em Tanikawa *et al.*, (2015) e à análise de todo o planeta com Graedel *et al.*, (2019).

A problemática da escala relaciona-se diretamente com outro aspecto das Cidades Circulares ainda em desenvolvimento, a monitorização das práticas de circularidade e seus resultados (*Circle Economy Foundation*, 2024). A falta de indicadores e dados estandardizados é uma barreira reconhecida e apontada por Ferreira e Fuso-Nerini (2019), sendo estes essenciais para analisar o impacto das medidas adotadas, como alertam Paoli *et al.* (2022). Como avaliar a circularidade no contexto urbano é uma questão frequentemente debatida, e a resposta não é óbvia: no contexto da Cidade Circular, ainda é necessário definir melhor o que se considera relevante para avaliação, bem como o que se pode e vale a pena medir (EUROPEAN ACADEMIES SCIENCE ADVISORY, 2016).

Ao investigar o estado da arte dos indicadores na produção académico-científica e nos documentos oficiais emitidos pelas cidades signatárias da Declaração das Cidades Circulares Europeias (CCD), percebe-se mais de 295 indicadores propostos (Paoli *et al.*, 2022). Porém, muitos destes foram apenas adaptados para avaliar a circularidade nas cidades, e poucos foram concebidos especificamente para esse fim.

Daí decorrem inadequações de escala e de objetivo, com indicadores projetados para análise da circularidade de um único projeto, empresa ou setor como energia, resíduos, água, etc., como bem salientou Ferrão (2022), ou extraídos de relatórios regionais e nacionais como em Agência Portuguesa do Ambiente (APA) (2023) e Lipor (2020), ou, ainda, aproveitados de áreas como o ambiente ou a economia linear. Isso não significa que eles não possam auxiliar na avaliação da Cidade Circular, mas é preciso ter em conta que não foram projetados para isso (Ferreira & Fuso-Nerini, 2019).

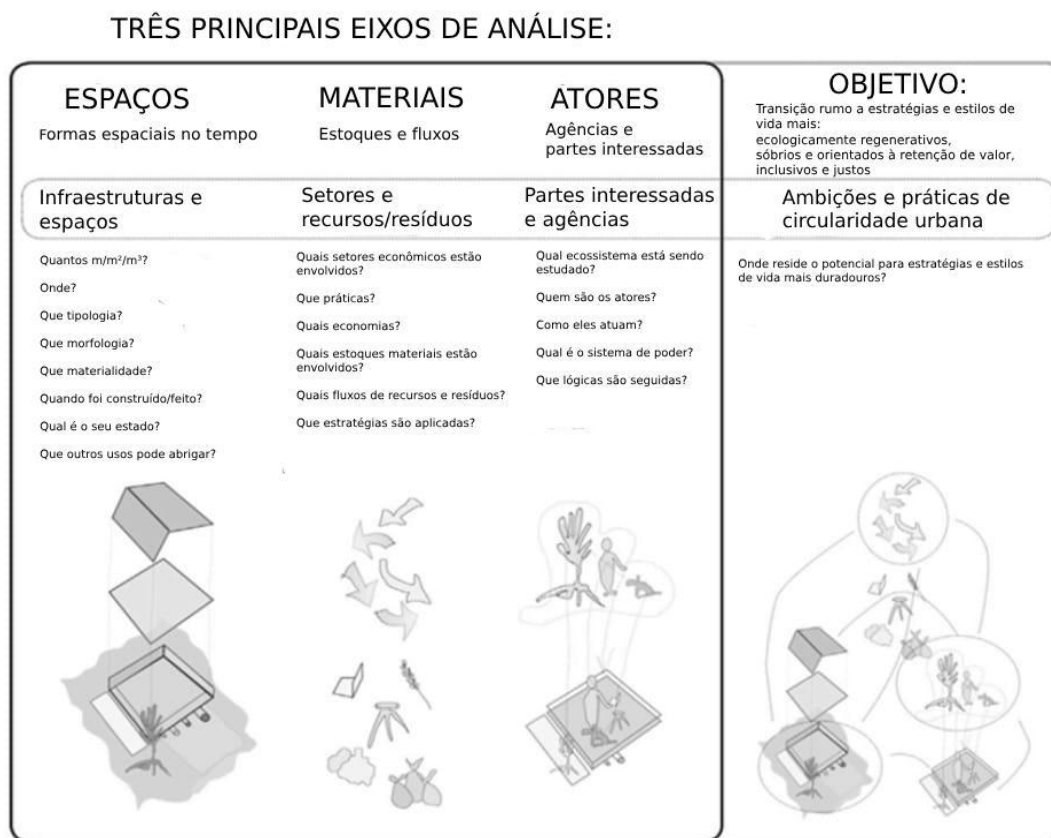
Segundo Paoli *et al.*, (2022) para superar este obstáculo, é necessário atentar-se para indicadores transversais, isto é, indicadores quantitativos e qualitativos, que abranjam, pelo menos, aspectos ambientais, económicos e socioculturais. É no auxílio à identificação e elaboração destes indicadores que a presente investigação propõe enxergar o uso de espaços

públicos para práticas circulares como indicadores socioculturais, tornando explícita sua relevância na efetivação das Cidades Circulares.

2. Métodos

Para a investigação dos três estudos de caso, adotou-se uma estratégia de pesquisa multimétodos, com o objetivo de integrar diferentes perspectivas analíticas e ampliar a robustez dos resultados. As metodologias empregadas incluem a metodologia mista proposta por Verga e Khan (2022); a abordagem do pesquisador-participante, conforme delineado por Lakatos e Marconi (2003); e o método de contabilidade de materiais *Sector-Wide Circularity Assessment Method*, desenvolvido no âmbito do projeto *Cityloops metabolismo of cities* (2020).

A metodologia mista de Verga e Khan (2022), ilustrada a partir da Figura 1, foi escolhida para a avaliação da circularidade urbana a partir de dois níveis: i) um que consiste no exame de três dimensões principais da circularidade urbana, nomeadamente espaços, fluxos e atores; e ii) outro que consiste no levantamento de questões metabólicas, elaboradas com base nas práticas dos estudos de caso e de modo a que sejam orientadas para a retenção de valor, para a resiliência socioespacial e inclusão, bem como para o ambiente.

Figura 1 - Enquadramento prático baseado nas três dimensões da circularidade.

Fonte: Verga e Khan (2022).

Inicia-se com a metodologia mista para analisar os três casos de estudo: *Good Food Hubs*, *Refood* e Ilhas de Compostagem Comunitária, que são exemplos práticos de iniciativas de Economia Circular a decorrer em diferentes espaços públicos da cidade do Porto, em Portugal. Como parte do exercício, apresentar-se-á a disposição espacial destas três iniciativas, suas morfologias e tipologias, metros quadrados e volumes. Em seguida, a atenção recairá sobre os fluxos dos materiais dessas práticas circulares para perceber seu funcionamento e impactos.

Para o enquadramento dos materiais a nível nacional e europeu, é aplicado o método de contabilidade de fluxo *Sector-Wide Circularity Assessment Method CityLoops WP4 D4.3*, em *Cityloops metabolism of cities* (2020). Este visa dois objetivos principais: desenvolver e demonstrar um procedimento abrangente de avaliação da circularidade urbana para permitir que as cidades integrem efetivamente a circularidade no planeamento e na tomada de

decisões; e, assim, otimizar as atividades de demonstração através de uma análise detalhada dos fluxos de materiais. A aplicação deste método está vinculada a dados disponíveis no primeiro relatório de Avaliação de Circularidade Setorial para o Setor de Biomassa da Cidade do Porto (Câmara Municipal do Porto, 2017), bem como seus indicadores (*Cityloops metabolism of cities*, 2021a), que estão expostos na Figura 2. Este método será empregue nos casos de estudo *Good Food Hubs* e *Refood*, uma vez que a totalidade dos materiais analisados no caso das Ilhas de Compostagem Comunitária se enquadra na categoria única de biorresíduos.

Figura 2 - As doze categorias de materiais do setor de biomassa.



Fonte: *Cityloops metabolism of cities* (2020).

No caso de estudo *Refood*, optou-se, ainda, por utilizar a abordagem pesquisador-participante, de Lakatos e Marconi (2003), aplicada por esse investigador que trabalhou como voluntário na *Refood* Foz do Douro, na qualidade de cidadão e investigador, e com respaldo de toda a equipa *Refood*. Essa enriquecedora experiência possibilitou investigar, além das práticas relacionadas diretamente aos alimentos e resíduos, algumas das dinâmicas de solidariedade e forte sentido comunitário operantes na cultura portuense. A proposta desta investigação não está circunscrita aos fluxos materiais (recursos e resíduos) que entram e saem do sistema alimentar urbano, mas também às práticas que impulsionam a circularidade urbana, como atividades socioculturais nos espaços públicos. Práticas essas que são exemplos

de transição urbana e se apresentam como alternativas para a construção de cidades resilientes e estimulam, a partir dos espaços públicos, ecossistemas saudáveis e regenerativos de modo justo e inclusivo.

3. Casos de Estudo

3.1. *Good Food Hubs*

O *Good Food Hubs* é uma iniciativa promovida pela Câmara Municipal do Porto e está integrada no “Asprela + Sustentável”, um projeto financiado pelos *EEA Grants (Good Food Hubs, 2022)*. Juntos, desenvolveram o embrião experimental para implementar um sistema alimentar sustentável no território-piloto da Asprela, como mostra a Figura 3.

Esta zona, uma das mais verdes da cidade, abriga o Parque Central da Asprela, planeado a partir de soluções baseadas na natureza e, é também, o ponto onde se encontra uma das maiores concentrações de conhecimento e talentos de Portugal, representada por uma comunidade de quase 50.000 pessoas num polo universitário, que reúne profissionais de empresas de tecnologias, centros de inovação, estudantes, investigadores, docentes universitários, além de hospital, médicos e enfermeiros (Anderson, 2023). A estes juntam-se os demais residentes da freguesia.

Figura 3 - Zona da Asprela, território-piloto para implementação do *Good Food Hubs*.



Fonte: Anderson (2023).

Os *Good Food Hubs* podem ser definidos e caracterizados como espaços *pop-up*, realizados em instituições de ensino em parceria para promover uma alimentação saudável via comercialização de produtos. O projeto está assente na venda de alimentos biológicos de produção sustentável, local ou regional e, por estabelecer proximidade entre o produtor e o consumidor, presume-se combater o desperdício alimentar ao longo da cadeia de valor, além de ativar a regeneração do ambiente (Câmara Municipal do Porto, 2021).

Vale ressaltar que estes propósitos estão diretamente alinhados aos ODS número 2 “erradicar a fome”, 12 “produção e consumo sustentáveis” e 15 “proteger a vida terrestre” (*United Nations*, 2015). Além disso, o cofinanciamento do projeto (Cidade do Porto e *EEA Grants*) é um claro exemplo da formação e utilização de redes, como sugerido por Montenegro Navarro e Jonker (2018), e consoante o ODS número 17, “parcerias para implementação dos objetivos” (*United Nations*, 2015). Ainda, o *Good Food Hubs* é um exemplo de aplicação dos princípios de circularidade previstos no “Eixo 2”, do *Roadmap* para a EC no Porto 2030, nomeadamente quando este se refere ao “apoio aos novos modelos de negócio que promovem o fecho dos ciclos dos nutrientes e da bioeconomia urbana em que os nutrientes são devolvidos ao solo de forma adequada, com redução do desperdício” (Câmara Municipal

do Porto, 2017), uma vez que os pequenos produtores biológicos e locais ocupam os espaços das instituições públicas de ensino parceiras sem custos. Este projeto também é um meio de implementação dos compromissos para o combate ao desperdício alimentar assumidos no âmbito do projeto *Food*, da *Ellen MacArthur Foundation* (2019).

O *Good Food Hubs* é acolhido hoje por seis instituições de ensino superior que asseguram espaços temporários (*hubs*) para a interação entre produtores e consumidores (Porto, 2022). Neste artigo serão analisados os 41º e 42º Mercados *pop-up*, que aconteceram, respectivamente, no Instituto Superior de Engenharia do Porto – ISEP, em 11/05/2023, e na Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto – FEUP, em 18/05/2023, entre às 15h30 e às 17h30.

Uma vez apresentados, é preciso começar por descrever a composição dos *stands* de venda dos alimentos biológicos como parte da metodologia mista (Verga & Khan, 2022). Para sua montagem, os produtores ocuparam parte do *hall* de entrada do edifício “H” do ISEP e do corredor “B” da FEUP, utilizando materiais das instituições de ensino parceiras, nomeadamente mesas escolares de 60cm por 80cm cada, como podem ser vistas a partir das Figuras 4 e 5 abaixo:

Figura 4 - *Stands* do 41º Mercado *Good Food Hubs*, ISEP.



Fonte: Anderson (2023).

Figura 5 - Stands do 42º Mercado *Good Food Hubs*, FEUP.



Fonte: Anderson (2023).

Para a contabilidade do fluxo dos materiais, foi disponibilizada pelo Departamento Municipal de Planeamento e Gestão Ambiental da Câmara Municipal do Porto, uma planilha que traz os registros das vendas, com os pesos e valores dos produtos, subdivididas em dois períodos: o primeiro entre outubro e dezembro de 2022, e o segundo entre janeiro e março de 2023. Somados, os dois períodos totalizam 1.184 clientes consumidores, que compraram 1.438kg de alimentos, ao montante de 4.655 euros em vendas diretas (Anderson, 2023).

Para a aplicação do método *cityloops* de contabilidade (*Cityloops metabolism of cities*, 2020), foi necessário enquadrar a quantidade dos alimentos comercializados a partir dos indicadores *cityloops* apresentados na Figura 2.

Desse exercício, calculou-se um total de 780 quilos de vegetais e 603 quilos de raízes e tubérculos comercializados, como pode ser visto abaixo na Tabela 1. Os 55 quilos de cogumelos foram desconsiderados por não se encontrar uma categoria adequada para o enquadramento de seu fluxo a partir dos indicadores *cityloops* (consultar Figura 2).

Tabela 1 - Enquadramento do fluxo dos materiais do *Good Food Hubs* a partir dos indicadores *Cityloops*.

Produtor	Kg	Produtos/enquadramento <i>cityloops</i>
Produtor A	455	Tubérculos
Produtor B	290	Vegetais
Produtor C	55	Não há categoria para cogumelos a partir do <i>cityloops</i>
Produtor D	148	Tubérculo
Produtor E	200	Vegetais
Produtor F	130	Vegetais
Produtor G	100	Vegetais
Produtor H	60	Vegetais
Total	1438	
	780	Vegetais
	603	Tubérculos

Por fim, a apresentação desse caso de estudo finaliza-se com o enquadramento dos dados obtidos na Tabela 2 como parte da aplicação do método misto de Verga e Khan (2022).

Tabela 2 - Resumo aprofundado do estudo de caso *Good Food Hubs*.

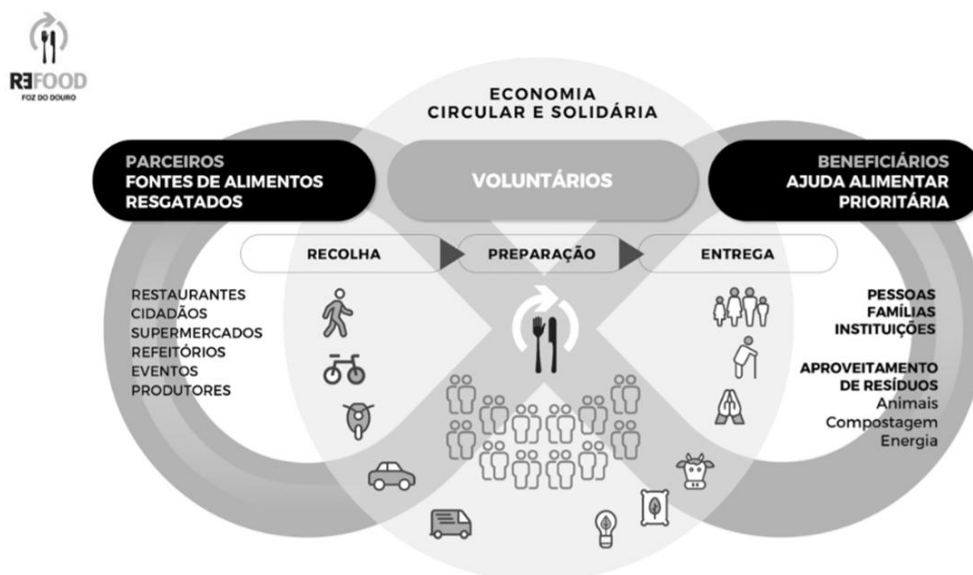
Estudo de caso aprofundado	<i>Good Food Hubs</i>
Espaço	Embora o projeto <i>Good Food Hubs</i> procura ter uma rede com 15 produtores, hoje são 9 produtores que realizam os mercados <i>pop-up</i> , que não se reúnem necessariamente ao mesmo tempo e no mesmo mercado. Por isso, o 41º Mercado <i>pop-up</i> , no ISEP, contou com 2 produtores. Já o 42º contou com 3 produtores. Sendo assim, é possível dizer que, para cada produtor, são utilizadas, em média, 4 mesas escolares de 60cm por 80cm, contabilizando o total de 3,2m de espaço para cada produtor. O que resulta em 6,4m de espaço público utilizados no 41º Mercado e 9,6m de espaço público utilizados no 42º Mercado.
Fluxo	Segundo a planilha do fluxo de materiais, entre outubro de 2022 e março de 2023, foram comercializados 1.438 kg de alimentos . Já a partir da reclassificação contábil utilizada na aplicação do método <i>cityloops</i> , foram estimados 780 quilos de vegetais e 603 quilos de raízes e tubérculos comercializados neste mesmo período. Da leitura destes cálculos, fica claro que os vegetais, assim como as raízes e os tubérculos, são os grupos que representam os maiores números em termos de recursos alimentares produzidos pela rede <i>Good Food Hubs</i> . Para não interferir no método de contabilidade, é importante registrar a exclusão de 55 kg de cogumelos por não haver categoria analítica compatível a partir dos indicadores <i>cityloops</i> .

Atores	São ao todo 9 produtores e 1.184 clientes no período entre novembro de 2022 a março de 2023. Nos dois Mercados <i>pop-up</i> analisados, nos dias 11 e 18 de maio de 2023, foram registrados 5 produtores e 55 clientes .
Ano de fundação	Em 6 de outubro de 2022 aconteceu o lançamento público do projeto, com o primeiro Mercado <i>pop-up</i> a ocorrer em 10 de novembro de 2022.
História	Um projeto elaborado pela Câmara Municipal do Porto e integrado ao “Asprela + Sustentável” (Good Food Hubs, 2022), com apoio do <i>EEA Grants</i> para criar um sistema alimentar sustentável, o qual se encontra em pleno desenvolvimento no corrente ano de 2024.
Localização	Asprela, Porto.
Estrutura Legal	Consórcio: <i>EEA Grants</i> , Câmara Municipal do Porto e Instituições de Ensino Superior.

3.2. Refood

A *Re-food 4 Good* foi fundada em Portugal em 18 de julho de 2011 como associação sem fins lucrativos. Em 15 de abril de 2013, o governo português concedeu à instituição, por meio do Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, o estatuto de Instituição Particular de Solidariedade Social – IPSS (*Refood*, 2023a, 2023b). Assim, a *Refood* passou a ser uma IPSS – cuja importância no contexto da EC do Porto pode ser deduzida a partir do estudo “*Cities and Circular Economy for Food*”, da *Ellen MacArthur Foundation* (2019) – com função de recolher o excedente alimentar junto aos seus parceiros (restauração, retalho e *catering*) e distribuí-lo a pessoas em vulnerabilidade alimentar, caracterizando-se como atividade de EC e solidária que pode ser sumarizada a partir da ilustração da Figura 6:

Figura 6 - Estrutura e operação da *Refood*.



Fonte: Anderson (2023).

Hoje, há mais de 60 unidades da *Refood* em operação em Portugal, atuando como núcleos locais que trabalham para servir às suas comunidades, a partir do trabalho 100% voluntário (*Refood*, 2023c), e em consonância aos ODS número 2, 11, 12 e ao “Eixo 4” do *Roadmap* para a EC no Porto 2030, quando este se refere à ambição de “desenvolver modelos de incentivo à recolha e separação de resíduos, por exemplo de base económica ou similar, a aplicar junto dos cidadãos e das empresas produtores e/ou detentores de resíduos, através de projetos-piloto” (Câmara Municipal do Porto, 2017:29). Dentre estas unidades, seis núcleos trabalham como parceiros da Lipor, contribuindo para conferir robustez aos indicadores virtuosos de duas das práticas da hierarquia dos “R” – Redução e Reutilização (Observatório de Resíduos Lipor, 2023), sendo a *Refood* Foz do Douro um desses núcleos parceiros da Lipor. A *Refood* Foz do Douro foi fundada em 30 de novembro de 2014 por Francisca Mota, que iniciou as operações no edifício público situado na Rua Bural de Baixo 4150, no Porto, onde funcionou um antigo jardim de infância, segundo Jovens Repórteres para o Ambiente (2016).

Soma-se a isso o facto de este investigador ser um dos 69 voluntários que contribuem, desde novembro de 2021, para a *Refood* Foz do Douro. Assumo, portanto, neste caso de estudo, a posição de investigador-participante (Lakatos e Marconi, 2003), decisão esta que foi tomada

com a anuência da diretoria da Instituição e de todos os demais voluntários desta unidade da *Refood*. Em razão disso, foi possível medir o espaço público utilizado pela *Refood* Foz do Douro e chegar ao registro de 92m² de área destinada à prática circular, utilizada na recuperação de alimentos e, também, na promoção do bem-estar social através do combate à fome. Ainda, foi possível desenvolver e aplicar, neste mesmo núcleo, um *software* para o registro do fluxo dos materiais, em específico do excedente alimentar resgatado junto aos parceiros da *Refood*. O *software* está instalado em um computador que, por sua vez, conecta-se a uma balança, um ecrã e a uma impressora, como pode ser visto na Figura 7:

Figura 7 - Balança e alimentos.



Fonte: Anderson (2023).

Além do registro imediato, o *software* gera um banco de dados com o histórico dos registros, que pode ser conferido, em sua totalidade, na contabilidade do fluxo material apresentado em Anderson (2023) e a partir do exemplo da Tabela 3:

Tabela 3 - Fragmento do histórico de registros gerado pelo *software* implementado na *Refood Foz do Douro* para a documentação da recolha de alimentos.

1811	1848	sábado, 4 de junho de 2022, 19:14:02	CASA VILA NOVA	PÃO	2,12	Voluntário 55
1812	1849	sábado, 4 de junho de 2022, 19:14:33	CASA VILA NOVA	PEIXE ASSADO	2,64	Voluntário 55
1813	1850	sábado, 4 de junho de 2022, 19:15:04	CASA VILA NOVA	ARROZ	3,52	Voluntário 55
1814	1851	sábado, 4 de junho de 2022, 19:15:49	CASA VILA NOVA	FRANGO ESTUFAD	3,84	Voluntário 55
1815	1852	sábado, 4 de junho de 2022, 19:16:20	CASA VILA NOVA	ARROZ	4,76	Voluntário 55
1816	1853	sábado, 4 de junho de 2022, 19:17:10	CASA VILA NOVA	SOPIA	6,92	Voluntário 55
1817	1854	sábado, 4 de junho de 2022, 19:19:38	CASA VILA NOVA	SOPIA	5,96	Voluntário 55
1818	1855	sábado, 4 de junho de 2022, 19:21:04	CASA VILA NOVA	SOPIA	7,08	Voluntário 55
1819	1856	sábado, 4 de junho de 2022, 19:22:14	CASA VILA NOVA	SOPIA	6,72	Voluntário 55
1820	1857	sábado, 4 de junho de 2022, 20:32:10	BB GOURMET	FOLHADO	2,12	Voluntário 13
1821	1858	sábado, 4 de junho de 2022, 20:32:48	BB GOURMET	DOCES	0,88	Voluntário 13
1822	1859	sábado, 4 de junho de 2022, 20:33:35	BB GOURMET	SALGADOS	1,48	Voluntário 13
1823	1860	sábado, 4 de junho de 2022, 20:34:05	BB GOURMET	SALGADOS	1,76	Voluntário 13
1824	1861	sábado, 4 de junho de 2022, 22:31:56	BB GOURMET	CROISSANT	1,56	Voluntário 22
1825	1862	sábado, 4 de junho de 2022, 22:32:29	BB GOURMET	CROISSANT	0,8	Voluntário 22
1826	1863	sábado, 4 de junho de 2022, 22:33:04	BB GOURMET	BOLO ARROZ	1,2	Voluntário 22
1827	1864	sábado, 4 de junho de 2022, 22:35:10	BB GOURMET	SCONES	1,08	Voluntário 22
1828	1865	sábado, 4 de junho de 2022, 22:36:58	BB GOURMET	DOCES	1,48	Voluntário 22
1829	1866	sábado, 4 de junho de 2022, 22:38:08	BB GOURMET	PUDIM	0,2	Voluntário 22
1830	1867	sábado, 4 de junho de 2022, 22:38:34	BB GOURMET	PUDIM	0,2	Voluntário 22
1831	1868	sábado, 4 de junho de 2022, 22:39:26	BB GOURMET	PUDIM	0,2	Voluntário 22
1832	1869	sábado, 4 de junho de 2022, 22:39:56	BB GOURMET	PUDIM	0,2	Voluntário 22
1833	1870	sábado, 4 de junho de 2022, 22:42:28	BB GOURMET	PUDIM	0,2	Voluntário 22
1834	1871	sábado, 4 de junho de 2022, 22:43:12	BB GOURMET	PUDIM	0,16	Voluntário 22
1835	1872	sábado, 4 de junho de 2022, 22:43:34	BB GOURMET	PUDIM	0,16	Voluntário 22
1836	1873	sábado, 4 de junho de 2022, 22:43:53	BB GOURMET	PUDIM	0,2	Voluntário 22
1837	1874	sábado, 4 de junho de 2022, 22:45:02	BB GOURMET	PUDIM	0,2	Voluntário 22
1838	1875	sábado, 4 de junho de 2022, 22:45:31	BB GOURMET	PUDIM	0,2	Voluntário 22
1839	1876	sábado, 4 de junho de 2022, 22:46:02	BB GOURMET	PUDIM	0,24	Voluntário 22
1840	1877	sábado, 4 de junho de 2022, 22:46:34	BB GOURMET	PUDIM	1,16	Voluntário 22
1841	1878	segunda-feira, 6 de junho de 2022, 19:20:45	CASA VILA NOVA	MASSA COM PEIXE	6,88	Voluntário 1
1842	1879	segunda-feira, 6 de junho de 2022, 19:21:37	CASA VILA NOVA	SOPIA	4,84	Voluntário 1
1843	1880	segunda-feira, 6 de junho de 2022, 19:22:16	CASA VILA NOVA	SOPIA	4,92	Voluntário 1
1844	1881	segunda-feira, 6 de junho de 2022, 19:23:05	MY PALACE	BATATA ASSADA	5,76	Voluntário 1
1845	1882	segunda-feira, 6 de junho de 2022, 19:23:47	MY PALACE	ARROZ COM PEIXE	5,08	Voluntário 1
1846	1883	segunda-feira, 6 de junho de 2022, 19:24:29	MY PALACE	CARNE ASSADA	1,88	Voluntário 1

Fonte: Anderson (2023).

O *software* começou a operar no dia 06 de dezembro de 2021 e, no dia 20 de junho de 2022, contava com o total de 2.255 registros, o que representa, para o fluxo dos materiais válidos, o montante de 7.313,72 quilos de alimentos recuperados e doados às 65 famílias carenciadas assistidas pela *Refood Foz do Douro* (Anderson, 2023).

No que se refere à vulnerabilidade alimentar das famílias carenciadas, é importante destacar que, segundo o *Relatório de Diagnóstico à Realidade Social do Porto* (Sinclab, 2018), existem sete grupos populacionais com maior propensão à pobreza e à exclusão social: 1) crianças e jovens em situação de vulnerabilidade; 2) população sénior; 3) pessoas com deficiência ou incapacidade; 4) indivíduos com comportamentos aditivos; 5) imigrantes e minorias étnicas, 6) pessoas em situação de sem-abrigo; e 7) vítimas de violência doméstica ou de género. A estes, somam-se atualmente os refugiados de guerra, em particular os afetados pelo conflito

na Ucrânia. Cada um desses grupos enfrenta condições específicas que limitam seu acesso a recursos básicos, intensificando sua vulnerabilidade socioeconômica e, conseqüentemente, a necessidade de apoio alimentar.

Para a contabilidade do fluxo dos materiais e aplicação do método *cityloops* de contabilidade (*Cityloops metabolism of cities*, 2020), foi necessário que os alimentos especificados nos registros da *Refood* fossem enquadrados nos indicadores apresentados na Figura 2, como demonstram as Tabelas 4 e 5 abaixo:

Tabela 4 - Fluxo de materiais *Refood* 2021.

Indicadores <i>Cityloops</i>	Kg	Registos
Peixe	60,68	33
Carnes	125,12	30
Raízes e Tubérculos	43,84	14
Oleaginosas	0	0
Laticínios	0	0
Frutas	35,16	7
Vegetais	310	57
Cereais	244,8	98
Total	819,6	239

Fonte: Anderson (2023).

Tabela 5 - Fluxo de materiais *Refood* 2022.

Indicadores <i>Cityloops</i>	Kg	Registos
Peixe	196,48	82
Carnes	759,32	197
Raízes e Tubérculos	131	37
Oleaginosas	5,36	1
Laticínios	38,92	22
Frutas	397,24	84
Vegetais	2821,32	326
Cereais	2138,2	792
Total	6487,84	1541

Fonte: Anderson (2023).

Calculado o fluxo de materiais, segundo os indicadores *cityLoops*, percebe-se que os maiores volumes de alimentos que seriam desperdiçados e foram recuperados pela *Refood* correspondem aos grupos cereais e vegetais. Finalmente, dentre os parceiros analisados, conclui-se que a restauração é o maior produtor de desperdícios, quando considerados os vinte parceiros do núcleo *Refood* Foz do Douro (Anderson, 2023).

Por fim, apresenta-se o enquadramento a partir do método misto de Verga e Khan (2022).

Tabela 6 - Resumo aprofundado do estudo de caso *Refood*.

Estudo de caso aprofundado	<i>Refood</i>
Espaço	92m ²
Fluxo	Entre 06 de dezembro de 2021 e 20 de junho de 2022, foram 2.255 registros , que representam, para o fluxo dos materiais válidos, o montante de 7.313,72 quilos de alimentos recuperados e doados às 65 famílias carenciadas, dos quais os cereais e os vegetais são os grupos que representam os maiores números de excedentes alimentares recuperados.
Atores	A <i>Refood</i> Foz do Douro conta com 69 voluntários que, juntos, assistem a 65 famílias carenciadas, o que representa cerca de 260 pessoas . No período

	analisado, a <i>Refood</i> contou com 20 parceiros dos setores retalhista e da restauração (Anderson, 2023).
Ano de fundação	2011
História	A <i>Refood</i> , com 100% de trabalho voluntário , foi fundada em 18 de julho de 2011, em Portugal, como associação sem fins lucrativos. Em 15 de abril de 2013, passou a ser uma IPSS. Já a unidade <i>Refood</i> Foz do Douro foi fundada em 30 de novembro de 2014 e tem como centro de suas operações um prédio público onde funcionou um antigo jardim de infância, situado na Rua Burgal de Baixo 4150, no Porto. A <i>Refood</i> Foz do Douro está em plena atividade em 2024. Vale registrar que, em 2022, foi inaugurado um segundo núcleo <i>Refood</i> na cidade do Porto, a <i>Refood</i> Bonfim.
Localização	Rua Burgal de Baixo 4150. Foz do Douro, Porto.
Estrutura Legal	Instituição Privada de Solidariedade Social – IPSS.

3.3. Ilhas de Compostagem Comunitária

As Ilhas de Compostagem Comunitária constituem-se como parte complementar à estratégia para a recolha seletiva de biorresíduos no município do Porto, implementada através da Lipor e Porto Ambiente, no âmbito do projeto *cityloops* e da promoção da EC para alcançar a neutralidade carbónica na cidade (*Cityloops*, 2022; Porto Ambiente, 2023).

A partir desse consórcio, em consonância com o ODS número 17 (*United Nations*, 2015), foi elaborado o “Plano de Implementação Otimizado – Biorresíduos” (*Cityloops*, 2021). Neste plano, entre outras ações, foi delineada a inserção de duas ilhas de compostagem comunitária em dois bairros da cidade (*Cityloops*, 2021). Vale lembrar que os resíduos orgânicos biodegradáveis, como os resíduos alimentares e os resíduos verdes, são classificados como biorresíduos. Seu enquadramento legal se dá a partir do Decreto-Lei n.º 102-D (2020), que estabelece o Regime Geral de Gestão de Resíduos - RGGR e define biorresíduos como “resíduos biodegradáveis de jardins e parques, os resíduos alimentares e de cozinha das habitações, dos escritórios, dos restaurantes, dos grossistas, das cantinas, das unidades de *catering* e retalho e os resíduos similares das unidades de transformação de alimentos”.

O *Plano de Implementação Otimizado – Biorresíduos* (*Cityloops*, 2021) prevê a instalação de 15 unidades de ilhas de compostagem comunitária na cidade do Porto. Cada unidade tem como meta a produção anual de 1 tonelada de composto, resultante da valorização de

biorresíduos orgânicos. De acordo com o plano, essa quantidade equivale à redução de aproximadamente 210,17 kg de emissões de CO₂ por tonelada de biorresíduo processado, refletindo o potencial ambiental das práticas locais de compostagem na mitigação das alterações climáticas.

As primeiras ilhas foram instaladas em dois aglomerados habitacionais: o primeiro, com 220 habitações, onde foram introduzidos 5 módulos de compostagem, mais 1 caixa de estruturante junto à Praça do Cávado; o segundo, com 480 habitações, que recebeu 10 módulos, mais 2 caixas de estruturante junto ao Parque Infantil do Amial.

Constituem assim um importante equipamento colectivo que pode reduzir substancialmente a produção de resíduos através da reciclagem, e um valioso meio para se atender ao ODS número 12 (*United Nations*, 2015). Ambos estão na zona da Asprela (consultar Figura 3) e podem ser conferidos a partir das Figuras 8 e 9:

Figura 8 - Ilha de Compostagem Comunitária do Parque Infantil do Amial.



Fonte: Anderson (2023).

Figura 9 - Ilha de Compostagem Comunitária da Praça do Cávado.



Fonte: Anderson (2023).

Estes equipamentos foram recebidos da Lipor. Os desenhos técnicos que especificam os módulos de compostagem e sua constituição, bem como sua capacidade, dimensões e pesos das caixas de estruturante e do compostor modular utilizados nas duas Ilhas de Compostagem Comunitária, podem ser averiguados na Figura 10:

Figura 10 - Características técnicas da caixa estruturante e compostor modular Vermican.

✕ Características Técnicas		✕ Características Técnicas	
Material	HPDE/PP reciclado (paredes) e madeira filmada contra intempérie (topo).	Material	HPDE/PP reciclado (paredes) c/ protecção UV, Fibra de Vidro (tampa) e Aço Galvanizado (estrutura)
Capacidade	1000 L	Capacidade	1000 L
Dimensões	1000 x 1000 x 900 mm	Dimensões	1040 (c) x 1040 (l) x 1120 (a) mm
Espessura das paredes	30 mm	Espessura das paredes	30 mm
Peso em vazio	20kg	Peso em vazio	138 kg
Cores do Plástico		Abertura	50% (p/ utilização) e/ou 90% (p/ manutenção)
Opções	Misturador manual de orgânicos; Numeração progressiva (Chapa Metálica)	Cores do Plástico	
		Configuração	
		Opções	Misturador manual de orgânicos; Personalização (serigrafia e/ou autocolante) Numeração progressiva
		Certificação	ISO 14001, ISO 50001, ISO TS/ 16949:2009, ISO 9001:2008, UNE-EN ISO 1461.

Fonte: Anderson (2023).

Os módulos de compostagem instalados foram projetados pela empresa Vermican, que sugere medidas para a construção das ilhas de compostagem. As ilhas devem possuir uma base para a instalação dos módulos com guias metálicas que deverão apresentar uma distância de 105 cm das restantes guias, como também, em volta dos módulos de compostagem, a rede de enrelvamento deverá possuir no mínimo 70 cm para facilitar a utilização e manutenção. Assim, a área necessária para instalação das composteiras, segundo as orientações do fabricante Vermican, é de 14,7m² para cada ilha com 5 módulos de compostagem e 1 caixa de estruturante (Anderson, 2023).

Segundo a última atualização realizada pela Lipor, em fevereiro de 2023, até essa data, “são 151 famílias a dar um contributo fundamental para o sucesso destes espaços que, estima-se, tenham permitido que mais de 7,6 toneladas de biorresíduos fossem valorizadas. Do empenho destes participantes foi possível produzir 2,05 toneladas de composto distribuído pelas famílias aderentes” (Porto Ambiente, 2023).

Dessa forma, a apresentação desse caso de estudo finaliza-se com o enquadramento dos dados obtidos na Tabela 7 como parte da aplicação do método misto de Verga e Khan (2022).

Tabela 7 - Resumo aprofundado do estudo de caso Ilhas de Compostagem Comunitária.

Estudo de caso aprofundado	Ilhas de compostagem comunitária
Espaço	A área necessária para instalação das composteiras, segundo as orientações do fabricante Vermican, é de 14,7m² para cada ilha com 5 módulos de compostagem e 1 caixa de estruturante. Ou seja, são 14,7m ² utilizados na Praça do Cávado, onde encontram-se 5 módulos de compostagem e 1 caixa de estruturante, e 29,4m² no Parque do Amial, onde se encontram 10 módulos de compostagem e 2 caixas de estruturante, totalizando 44,1m² de espaço público para a prática de compostagem comunitária na cidade do Porto.
Fluxo	Segundo a Lipor, estima-se que foram depositadas e valorizadas 7,6 toneladas de biorresíduos , entre agosto de 2021 e fevereiro de 2023. Com isso, foi possível produzir 2,05 toneladas de composto em 18 meses.
Atores	Atualmente, são 151 cidadãos os aderentes ao projeto.
Ano de fundação:	2021
História	As ilhas de compostagem comunitária foram inauguradas no dia 4 de agosto de 2021 como parte complementar da estratégia de recolha seletiva de biorresíduos e promoção da economia circular para alcançar a

	neutralidade carbónica no Município do Porto, e foram implementadas pela Lipor e Porto Ambiente, no âmbito do projeto <i>cityloops</i> .
Localização	Praça do Cávado e Parque Infantil do Amial, Porto.
Estrutura Legal	Consórcio: <i>Cityloops</i> , Lipor, Porto Ambiente e Câmara Municipal do Porto.

4. Discussão e Resultados

Para a discussão e resultados dos casos de estudo, aplicar-se-á a metodologia mista de Verga e Khan (2022), que consiste no exame conjunto das três dimensões principais da circularidade urbana, nomeadamente espaços, fluxos e atores (apresentadas nas Tabelas 2, 6 e 7), em relação às quais levantam-se agora três questões metabólicas presentes na Tabela 8:

Tabela 8 - Estudos de caso aprofundados a partir das questões metabólicas.

Estudo de caso aprofundado:	<i>Good Food Hubs</i>	<i>Refood</i>	Ilhas de compostagem Comunitária
Questão metabólica 1: Reduzir pegadas (eliminar o desperdício /orientadas para a retenção de valor).	Até agora, o impacto em termos de quantidades é pequeno, mas ainda assim, os 1.438 kg de alimentos produzidos e comercializados apresentam impactos significativos em retenção de valor, pois foram produzidos localmente e sem agrotóxicos, além do know-how adquirido através das práticas desenvolvidas, nomeadamente da rede constituída e da promoção de sinergias entre produtores e consumidores no espaço público . É necessário mais tempo para enraizar e aprimorar a iniciativa, visando o	Com os valores mais altos de sustentabilidade na hierarquia da gestão do desperdício alimentar, é visível o impacto que essa atividade produz na comunidade portuense e no ambiente, pois são 7.313,72 quilos de alimentos recuperados do desperdício, que deixaram de ir para o lixo e alimentaram 65 famílias , o que pode impactar até 260 pessoas na cidade do Porto.	A iniciativa é promissora, enquanto aprendido e implementação de equipamentos colectivos para o tratamento local dos biorresíduos e produção de composto no espaço público, com a possibilidade de recuperação dos solos através do material produzido por meio do contributo comunitário. Mas é incipiente, segundo <i>Cityloops</i> (2021), quando analisado o impacto através do montante de apenas 7,6 t de biorresíduos valorizados com a produção de 2,05 t de composto em 18 meses de atividades. A comunidade está longe

	crescimento e consolidação da rede de produção local de alimentos, expansão dos espaços públicos para os mercados <i>pop-up</i> e, principalmente, aumento do número de consumidores e da produtividade agrícola.		de usar toda a capacidade de produção do equipamento público.
Questão Metabólica 2: resiliência socioespacial e inclusão.	Através dos Mercados <i>pop-up</i> analisados, é possível perceber a criação e organização de uma rede curta de abastecimento alimentar a partir de iniciativas agrícolas locais e biológicas , que ocupam espaços públicos em instituições de ensino para o uso comercial e promoção da alimentação saudável. Entretanto, ainda não se estabeleceram critérios de sustentabilidade nas cantinas da Asprela , maneira pela qual poder-se-ia incluir mais os alunos ao projeto.	Esse é o estudo de caso com o maior impacto em resiliência socioespacial e inclusão, além de aumentar a circularidade dos materiais, mantendo-os em uso e com seu valor máximo. A inclusão social é um componente central do projeto, refletida na mobilização de 69 voluntários que atuam diretamente no apoio a 65 famílias em situação de vulnerabilidade. Considerando os agregados familiares, estima-se que essas ações beneficiem aproximadamente 260 pessoas , demonstrando o alcance concreto da iniciativa na promoção da segurança alimentar e da coesão comunitária. Além disso, há contributos ao ambiente, uma vez que 7.313,72 quilos de alimentos recuperados	Essa atividade apresenta alguns problemas de inclusão, seja pela falta de aplicação de métodos participativos nos processos decisórios que precederam a instalação do equipamento colectivo, seja pela dificuldade de acesso de alguns moradores ao aparelho público (Anderson, 2023), não estando estes de acordo com a lei de acessibilidade (Lei 123, 1997).

		não oneraram o sistema de tratamento de resíduos da cidade e evitaram o uso de mais recursos para a produção de novos alimentos. O projeto, ainda, dá função social a um imóvel público com atividades de EC.	
Questão metabólica 3: salubridade ambiental.	Os 1.438 kg de alimentos foram produzidos a partir dos preceitos da agricultura sustentável e biológica , o que significa dizer: contribuíram para o sistema alimentar resiliente , pois foram distribuídos pela cadeia curta de abastecimento alimentar e vendidos diretamente ao consumidor , além de terem sido produzidos sem o uso de agrotóxicos . Ainda, o projeto fomenta uma rede com mais de 1.184 novos consumidores da alimentação saudável e de baixo carbono, a partir da agricultura sustentável e local.	Toda sua prática está focada no desvio de alimentos em perfeito estado de edibilidade, mas que seriam desperdiçados. Dessa forma, não apenas poupa o recurso alimentar e toda a água exigida para sua produção , como também impede que novos recursos sejam utilizados na produção de novos alimentos. Ainda, impede que esse material seja destinado ao oneroso e, muitas vezes inadequado, sistema de tratamento para os biorresíduos, quando destinados ao aterro.	Apesar das críticas apontadas, as 2,05 t de composto produzido são significativas, mesmo aquém do resultado ideal. Esse montante é produzido através do tratamento local , sem onerar o sistema de tratamento de resíduos sólidos urbanos, estando, ainda, disponível de modo totalmente gratuito ao cidadão utilizador. Além disso, ao retornar para o ambiente, esse composto proporciona o enriquecimento do solo .

A análise dos casos de estudo com base na metodologia mista de Verga e Khan (2022) permitiu um exame integrado das dimensões centrais da circularidade urbana: espaços, fluxos e atores. Ao articular essas dimensões com as questões metabólicas — (1) retenção de valor e redução de pegadas, (2) resiliência socioespacial e inclusão, e (3) salubridade

ambiental — foi possível identificar não apenas os contributos, mas também os limites das iniciativas analisadas para a consolidação de cidades circulares.

4.1 Espaços: suporte físico e expressão política

A dimensão espacial mostrou-se crucial para a efetivação das práticas circulares nos três casos. Contudo, o seu papel vai além da função instrumental: o espaço público é revelado como território de mediação sociocultural, onde se constroem vínculos, acessos e sentidos coletivos. No *Good Food Hubs*, o uso temporário de *halls* universitários para mercados biológicos ativa o espaço como lugar de intercâmbio e pedagogia alimentar. No caso da *Refood*, um edifício público devolvido à comunidade simboliza a ocupação solidária e regenerativa do edificado urbano. Já nas *Ilhas de Compostagem Comunitária*, o reordenamento de áreas verdes para a expansão de seus serviços ecológicos marca uma nova funcionalidade simbólica e ecológica do espaço comum.

Contudo, há assimetrias na acessibilidade e nos processos participativos que antecederam essas ocupações. Por exemplo, as ilhas de compostagem carecem de um desenho universal inclusivo (Anderson, 2023), o que revela tensões entre inovação ecológica e justiça espacial (Lei nº 123/1997). Assim, apesar do seu potencial, o espaço público continua sendo disputado, muitas vezes sem assegurar plena equidade no seu uso.

4.2. Fluxos: limites da escala e eficácia metabólica

A dimensão dos fluxos é essencial para avaliar o impacto material das práticas de economia circular. A aplicação do método *Cityloops* (2020) permitiu quantificar os fluxos de alimentos e biorresíduos nos três casos. Embora todos apresentem avanços relevantes, os volumes envolvidos permanecem modestos em termos sistêmicos. O *Good Food Hubs*, por exemplo, movimentou 1.438 kg de alimentos em seis meses, enquanto a *Refood* resgatou 7,3 toneladas em cerca de sete meses e as *Ilhas de Compostagem* valorizaram 7,6 toneladas de biorresíduos em 18 meses.

Esses dados sugerem que as práticas analisadas operam em microescala, com impacto ainda reduzido sobre o metabolismo urbano como um todo. Apesar de gerarem benefícios qualitativos — como educação, regeneração local e coesão social —, a sua capacidade de

transformação metabólica é limitada, o que pode motivar conclusões precipitadas e negativas sobre sua implementação. Isso reforça o desafio apontado por Paoli *et al.* (2022) e Ferreira e Fuso-Nerini (2019) de que a maioria dos indicadores e ferramentas atuais não consegue capturar a complexidade sistêmica das dinâmicas circulares em cidades, sobretudo quando implementadas em iniciativas descentralizadas e comunitárias, pois focam-se demasiado em análises quantitativas em detrimento de aspectos qualitativos e subjetivos.

4.3. Atores: participação, agência e governança

A terceira dimensão, atores, refere-se à multiplicidade de agentes envolvidos nas práticas circulares. Em todos os casos, observa-se a centralidade da ação cidadã, seja por meio de voluntariado (como na *Refood*), do engajamento comunitário nas *Ilhas de Compostagem* ou do consumo responsável nos *Good Food Hubs*. Essa participação direta reforça a natureza cooperativa e distribuída da circularidade urbana, em oposição a modelos centralizados e tecnocráticos.

Contudo, há diferenças significativas na densidade relacional e institucional dos atores. A *Refood* apresenta uma rede estruturada, com 69 voluntários e 65 famílias assistidas, além de uma articulação com entidades como a Lipor. Já nos *Good Food Hubs*, a relação entre produtores e consumidores é mais episódica, exigindo continuidade para enraizamento. As *Ilhas de Compostagem*, por sua vez, carecem de processos mais robustos de envolvimento do cidadão na sua concepção e gestão, o que pode comprometer sua apropriação social a médio prazo.

Isso revela a importância da governança adaptativa e do apoio institucional contínuo para a manutenção de práticas circulares. Como apontam Verga e Khan (2022), o sucesso da economia circular depende da articulação entre diferentes escalas e agentes — públicos, privados, comunitários — e da construção de ambientes de experimentação e aprendizagem coletiva.

4.4. Problematizando as questões metabólicas

As três questões metabólicas formuladas por Verga e Khan (2022) funcionam como eixos críticos para a avaliação qualitativa das iniciativas circulares. São elas: (i) Redução de pegadas

e retenção de valor — os três casos demonstram práticas com potencial para evitar perdas materiais e gerar valor local (como o composto ou os alimentos resgatados), mas enfrentam o desafio da baixa escala e difusão limitada; (ii) Resiliência socioespacial e inclusão — nesta questão, destaca-se positivamente a *Refood* que gera um impacto social concreto. Nos outros casos, a inclusão ainda depende de maior intencionalidade no desenho participativo e de uma maior acessibilidade aos equipamentos (no caso das *Ilhas de Compostagem*); (iii) Salubridade ambiental: tanto os alimentos biológicos dos *Good Food Hubs* quanto o composto gerado nas ilhas demonstram ganhos ambientais. No entanto, o volume ainda é insuficiente para gerar efeitos estruturais no metabolismo da cidade.

Em síntese, as três dimensões analisadas e as questões metabólicas revelam tanto o potencial quanto os limites das práticas circulares realizadas em espaços públicos. Elas confirmam a importância do espaço como meio de ativação de dinâmicas socioculturais circulares, mas também apontam a necessidade de maior escala, integração institucional e participação cidadã para que a circularidade urbana transcenda o nível experimental e se consolide como política pública territorializada.

Conclusão

Os resultados obtidos nesta investigação demonstram que os espaços públicos constituem infraestruturas estratégicas na operacionalização de práticas de economia circular em contexto urbano, não apenas pela sua função logística e física, mas também pela sua capacidade de induzir dinâmicas socioculturais relevantes. Pois, longe de serem apenas suportes físicos, esses espaços configuram-se como catalisadores de práticas circulares que geram valor social, ambiental e económico, ao mesmo tempo em que operam como dispositivos de mediação entre cidadãos, instituições e ecossistemas urbanos. A análise dos três casos de estudo — *Good Food Hubs*, *Refood* e *Ilhas de Compostagem Comunitária* — à luz das dimensões de espaço, fluxo, atores e das questões metabólicas, permitiu demonstrar os impactos positivos na redução de desperdício, promoção da inclusão social, salubridade ambiental — ainda que em escala limitada — e evidenciou a centralidade dos espaços públicos como infraestruturas socioculturais estratégicas para a promoção da circularidade urbana.

No caso dos *Good Food Hubs*, os edifícios universitários tornam-se pontos de ativação de circuitos curtos de produção e consumo, aproximando agricultores biológicos de consumidores urbanos em ambientes de aprendizagem e inovação. Já na *Refood*, o reaproveitamento de um imóvel público, associado ao trabalho voluntário, revela o potencial dos espaços públicos para acolher práticas solidárias que integram objetivos de justiça social e combate ao desperdício alimentar. Por sua vez, as *Ilhas de Compostagem Comunitária* ilustram a conversão de áreas verdes urbanas em dispositivos de regeneração ecológica e corresponsabilização cidadã, através da valorização local dos biorresíduos.

Essas experiências demonstram que os espaços públicos não apenas abrigam práticas circulares, mas contribuem ativamente para sua estruturação, continuidade e reconhecimento. Seu uso para práticas circulares constitui-se, assim, como um possível indicador sociocultural relevantes da circularidade urbana, uma vez que traduz valores como inclusão, participação, solidariedade e sustentabilidade — pilares fundamentais das cidades circulares.

Assim, a proposta de considerar o uso do espaço público como indicador sociocultural para avaliação da circularidade urbana revela-se metodologicamente robusta e coerente com abordagens contemporâneas da sustentabilidade nas cidades, ao contemplar fatores qualitativos frequentemente negligenciados pelos indicadores tradicionais. Tal abordagem contribui para preencher a lacuna identificada na literatura quanto à ausência de indicadores transversais capazes de captar a complexidade sistêmica das cidades circulares.

Diante disso, propõe-se que o uso dos espaços públicos para práticas de economia circular seja reconhecido como um indicador transversal sociocultural da circularidade urbana. Essa proposta ganha especial relevância quando se considera que a circularidade não é apenas um processo técnico, mas uma transformação cultural e territorial que requer envolvimento coletivo e experimentação social no espaço. A testagem dessa hipótese em outros contextos urbanos poderá contribuir para o avanço da investigação sobre indicadores socioculturais aplicáveis à monitorização integrada das transições circulares.

Referências bibliográficas

ANDERSON, Jeff (2023), *Cidades Circulares e Sistema Alimentar: três casos de estudo na cidade do Porto*, Dissertação de mestrado em Planeamento e Projeto Urbano, Porto, Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto.

AGÊNCIA PORTUGUESA DO AMBIENTE (2023), *Relatório do Estado do Ambiente*. [Consultar até 15/03/2025]. Disponível em: <https://rea.apambiente.pt/sites/default/files/rea/REA%202022_2023_pdf_vfinal_11_10_2023.pdf>.

ATHANASSIADIS, Aristide (2016), *Towards More Comprehensive Urban Environmental Assessments: Exploring the Complex Relationship between Urban and Metabolic Profiles*, Tese de Doutoramento, Melbourne. University of Melbourne.

ATHANASSIADIS, Aristide, & KAMPELMANN, Stephan (2021), "Opportunities and Limits of Circular Economy as Policy Framework for Urban Metabolism", In S. Barles and P. Marty (eds.), *A Research Agenda for Urban Metabolism*, Springer.

BARLES, Sabine (2008), Comprendre et maîtriser le métabolisme urbain et l'empreinte environnementale des villes. <https://www.anales.org/edit/re/2008/re52/Barles.pdf>

BOLGER, Kathleen, & DOYON, Andréanne (2019), "Circular cities: exploring local government strategies to facilitate a circular economy", *European Planning Studies*, 27(11), 2184–2205. <https://doi.org/10.1080/09654313.2019.1642854>

CÂMARA MUNICIPAL DO PORTO (2017), Roadmap para a cidade do Porto circular em 2030. [Consultar até 15/03/2025]. Disponível em: <<https://ambiente.cm-porto.pt/files/uploads/cms/ambiente/30/files/1203/roadmap-porto-circular-2030-versao01.pdf>>.

CÂMARA MUNICIPAL DO PORTO (2021), Relatório de Desenvolvimento Sustentável. [Consultar até 15/03/2025]. Disponível em: <[https://www.cm-porto.pt/files/uploads/cms/cmp/182/files/Relatorio_Desenvolvimento_Sustentavel_Porto_Futuro_2021%20\(2\).pdf](https://www.cm-porto.pt/files/uploads/cms/cmp/182/files/Relatorio_Desenvolvimento_Sustentavel_Porto_Futuro_2021%20(2).pdf)>.

CIRCLE ECONOMY FOUNDATION (2024), *The Circularity Gap Report 2024*. [Consultar até 15/03/2025]. Disponível em: <<https://www.circularity-gap.world/2024>>.

CITYLOOPS (2021), *Optimised Implementation Plan – Biowaste*. [Consultar até 15/03/2025].

Disponível em:
<www.cityloops.eu/fileadmin/user_upload/Materials/Implementation_plans/CityLoops_OIP_Porto_BW.pdf>.

CITYLOOPS (2022), *Evaluation Plan: Biowaste Sector, Porto*. 2022. [Consultar até 15/03/2025].

Disponível em:
<https://cityloops.eu/fileadmin/user_upload/Materials/Evaluation_plans/CityLoops_D6.2_Evaluation_Plan_Porto_BW.pdf>.

CITYLOOPS METABOLISM OF CITIES (2020), *Metabolism of Cities Sector-Wide Circularity Assessment (SCA) Method, D4.3, version 2.0*. [Consultar até 15/03/2025]. Disponível em:
<https://cityloops.metabolismofcities.org/library/583948/>

CITYLOOPS METABOLISM OF CITIES (2021a). *Sector-Wide Circularity Assessment for the Biomass Sector – Porto*. [Consultar até 15/03/2025]. Disponível em:
<https://cityloops.eu/fileadmin/user_upload/Materials/SCA/CityLoops_Sector-wide_Circularity_Assessment_for_the_Biomass_Sector_Porto.pdf>.

CODOBAN, Natalia, & KENNEDY, Christopher A. (2008), “Metabolism of Neighborhoods”, *Journal of Urban Planning and Development*, 134 (1). [https://doi.org/10.1061/\(ASCE\)0733-9488\(2008\)134:1\(21\)](https://doi.org/10.1061/(ASCE)0733-9488(2008)134:1(21))

Lei n.º 123/97, de 22 de maio, Acessibilidade dos Cidadãos com Mobilidade Condicionada aos Edifícios, Estabelecimentos que Recebem Público e Via Pública.

Lei n.º 102-D/2020, de 10 de dezembro, Regime Geral da Gestão de Resíduos.

EUROPEAN ACADEMIES SCIENCE ADVISORY (EASAC) (2016), *Indicator for a Circular Economy*. [Consultar até 15/03/2025]. Disponível em:
<https://easac.eu/fileadmin/PDF_s/reports_statements/Circular_Economy/EASAC_Indicators_web_complete.pdf>.

ELLEN MACARTHUR FOUNDATION (2015), *Growth Within: A circular economy vision for a competitive Europe*. [Consultar até 15/03/2025]. Disponível em:
<<https://ellenmacarthurfoundation.org/growth-within-a-circular-economy-vision-for-a-competitive-europe>>.

ELLEN MACARTHUR FOUNDATION (2017), *Cities in the Circular Economy: An initial exploration*. [Consultar até 15/03/2025]. Disponível em: <<https://ellenmacarthurfoundation.org/cities-in-the-circular-economy-an-initial-exploration>>.

ELLEN MACARTHUR FOUNDATION (2019), *Cities and circular economy for food*. [Consultar até 15/03/2025]. Disponível em: <<https://ellenmacarthurfoundation.org/cities-and-circular-economy-for-food>>.

FERRÃO, Paulo (2022), *Contexto da Economia Circular em Portugal*. [Consultar até 15/03/2025]. Disponível em: <www.youtube.com/watch?v=zv7eQL6O2zk>.

FERREIRA, António Cavaleiro, & FUSO-NERINI, Francesco (2019), “A Framework for implementing and tracking circular economy in cities: The case of Porto”, *MDPI, Sustainability*, 11. <https://doi.org/10.3390/su11061813>

GRISOT, Sylvain (2021), *Manifeste pour un urbanisme circulaire: Pour des alternatives concrètes à l'étalement de la ville*, Editions Apogée.

GRAEDEL, Thomas, RECK, Barbara, CIACCI, Luca, & PASSARINI, Fabrizio (2019), “On the Spatial Dimension of the Circular Economy”, *MDPI, Resources*, 8(1), 32. <https://doi.org/10.3390/resources8010032>

GOOD FOOD HUBS (2022), *Muda a tua alimentação. Transforma o mundo*. [Consultar até 15/03/2025]. Disponível em: <<https://goodfoodhubs.pt/>>.

ICLEI (2020), *What Is a Circular City, 2020: A circular city definition*. [Consultar até 15/03/2025]. Disponível em: <<https://circularcitiesdeclaration.eu/>>.

ISEP (2023), *Instituto Superior de Engenharia do Porto*. [Consultar até 15/03/2025]. Disponível em: <<https://www.isep.ipp.pt/New/ViewNew/6723>>.

JOVENS REPÓRTERES PARA O AMBIENTE (2016), *Refood, fazer do desperdício refeição*. [Consultar até 15/03/2025]. Disponível em: <<https://jra.abae.pt/plataforma/artigo/refood-fazer-do-desperdicio-refeicao/>>.

KAMPELMANN, Stephan (2017), “On the Circularisation of Territorial Metabolism”, In Geoffrey Grulois, Maria Chiara Tosi, & Carles Crosas (Eds), *Designing Urban Metabolism*, Jovis Publishers.

KENNEDY, John Cuddihy, & ENGEL-YAN, Joshua (2007), “The Changing Metabolism of Cities”, *Journal of Industrial Ecology*, 43–59.

<https://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1162/jie.2007.1107>

KENNEDY, John Cuddihy, PINCETL, Stephanie, & BUNJE, Paul (2011), “The Study of Urban Metabolism and its Applications to Urban Planning and Design”, *Elsevier, Environmental Pollution*, Vol(159), 1965–1973. <https://doi.org/10.1016/j.envpol.2010.10.022>

LAKATOS, Eva Maria, & MARCONI, Marina de Andrade (2003), *Fundamentos de metodologia científica*, Editora Atlas.

LIPOR, EY-Parthenon (2020), *Indicadores de Economia Circular: Um Contributo para o Sistema Estatístico Nacional*. [Consultar até 15/03/2025]. Disponível em: <www.ani.pt/media/5343/plusindicadores-de-ec-relat%C3%B3rio-final_202004.pdf>.

MARIN, Julie, & DE MEULDER, Bruno (2018a). Urban Landscape Design Exercises in Urban Metabolism: Reconnecting with Central Limburg’s Regenerative Resource Landscape. *Journal of Landscape Architecture*, 36–49.

<https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/18626033.2018.1476031>

MARIN, Julie, & DE MEULDER, Bruno (2018b). Interpreting Circularity. *Circular City Representations Concealing Transition Drivers*. Mdpi Sustainability. <https://doi.org/10.3390/su10051310>

MARIN, Julie (2019), *Circular Economy Transition in Flanders: An urban landscape design contribution*, Tese de Doutoramento, KU Leuven, Lovaina, Bélgica. <https://lirias.kuleuven.be/2336316&lang=en>

MONTENEGRO NAVARRO, Naomi, & JONKER, Jan. (2018), *Circular City Governance—An explorative research study into current barriers and governance practices in circular city transitions in Europe*. [Consultar até 15/03/2025]. Disponível em:

<<https://circulareconomy.europa.eu/platform/sites/default/files/circular-city-governance-an-explorative-research-study-into-current-barriers-and-governance-practices-in-circular-city-transitions-across-europe-2018.pdf>>.

NEWMAN, Peter. W. G (1999), “Sustainability and Cities: Extending the metabolism model”, *Elsevier, Landscape Urban Planning*, 219–226. [https://doi.org/10.1016/S0169-2046\(99\)00009-2](https://doi.org/10.1016/S0169-2046(99)00009-2)

OBSERVATÓRIO DE RESÍDUOS LIPOR (2023), *Indicadores de Redução e Reutilização Lipor*. [Consultar até 15/03/2025]. Disponível em: <<https://portal.lipor.pt/pls/apex/f?p=2020:2:0>>.

PAIHO, Satu, MÄKI, Eliana, WESSBERG, Nina, PAAVOLA, Martta, TUOMINEN, Pekka, ANTIKAINEN, Maria, HEIKKILÄ, Jouko, ROZADO, Carmen, & JUNG, Nusrat (2020), “Towards Circular Cities—Conceptualizing Core Aspects”, *Elsevier, Sustainable Cities and Society*. <https://doi.org/10.1016/j.scs.2020.102143>

PAOLI, Federica, PIRLONE, Francesca, & SPADARO, Ilenia (2022), “Indicators for the circular city: A review and a proposal”, *MDPI, Sustainability*. <https://doi.org/10.3390/su141911848>

PRENDEVILLE, Sharon, CHERIM, Emma, & BOCKEN, Nancy (2018), “Circular cities: Mapping six cities in transition”, *Elsevier, Environmental Innovation and Societal Transitions*, 171–194. <https://doi.org/10.1016/j.eist.2017.03.002>

PETIT-BOIX, Anna, & LEIPOLD, Sina (2018), “Circular Economy in Cities: Reviewing how environmental research Aligns with local practices”, *Elsevier, Journal of Cleaner Production*, 1270–1281. <https://doi.org/10.1016/j.jclepro.2018.05.281>

PORTO (2022), *Município do Porto lança projeto alimentar Good Food Hubs*. [Consultar até 15/03/2025]. Disponível em: <<https://www.porto.pt/pt/noticia/municipio-do-porto-lanca-projeto-alimentar-good-food-hubs>>.

PORTO AMBIENTE (2023), *Mais de sete toneladas de biorresíduos valorizados nos espaços de compostagem comunitária da cidade*. [Consultar até 15/03/2025]. Disponível em: <<https://www.portoambiente.pt/noticias/mais-de-sete-toneladas-de-biorresiduos-valorizados-nos-espacos-de-compostagem-comunitaria-da-cidade>>.

REFOOD (2023a), Informação Institucional. [Consultar até 15/03/2025]. Disponível em: <<https://re-food.org/movimento/institucional/>>.

REFOOD (2023b), *Carta aprovação de estatuto Direção-Geral da Segurança Social - DGSS*. [Consultar até 15/03/2025]. Disponível em: <https://re-food.org/wp-content/uploads/2020/02/Refood-4-Good-Associacao_Declaracao-IPSS_abril_2023.pdf> .

REFOOD (2023c), *Núcleos Refood Portugal*. [Consultar até 15/03/2025]. Disponível em: <<https://re-food.org/nucleos/portugal/>>.

SINCLAB (2018). *Sinclab-Social inclusion laboratory. Relatório de Diagnóstico Social do Porto 2018*. [Consultar até 15/03/2025]. Disponível em: <<https://coesaosocial.cm-porto.pt/files/uploads/cms/1610702575-f6rlcRIKU7.pdf>>.

TANIKAWA, Hiroki, FISHMAN, Tomer; OKUOKA, Keijiro; & SUGIMOTO, Kenji (2015), “The Weight of Society Over Time and Space: A comprehensive account of the construction material stock of Japan”, *Journal of Industrial Ecology*, 1945–2010. <https://doi.org/10.1111/jiec.12284>

VERGA, Giulia, & KHAN, Ahmed (2022), “Space Matters: Barriers and enablers for embedding urban circularity practices in the Brussels capital region”, *Frontiers in Built Environment*. <https://doi.org/10.3389/fbuil.2022.810049>

UNITED NATIONS (2015), *Sustainable Development Goals*. [Consultar até 15/03/2025]. Disponível em: <<https://www.un.org/sustainabledevelopment/sustainable-development-goals/>>.

WILLIAMS, Joanna (2019a), “Circular Cities”, *Sage Journals*, 2746–2762. <https://doi.org/10.1177/0042098018806133>

WILLIAMS, Joanna (2019b). *Circular Cities: Challenges to Implementing Looping Actions*. Mdpi, Sustainability. <https://doi.org/10.3390/su11020423>

WILLIAMS, Joanna (2021), *Circular Cities: A Revolution in Urban Sustainability*, Routledge.

WILLIAMS, Joanna (2023). “Circular cities: Planning for circular development in european cities”, *European Planning Studies*, 14-35. <https://doi.org/10.1080/09654313.2022.2060707>

ZOU, Tong, CHESHMEHZANGI, Ali, DAWODU, Ayotunde, & MANGI, Eugenio (2022), “Designing an Urban Food System for achieving Circular Economy targets: A Conceptual Model”, *Conference Eco-Architecture*, Vol(210), 15-27. <https://doi.org/10.2495/ARC220021>

Jeff Anderson.

Departamento de Engenharia Civil e Georrecursos, Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto, Porto, Portugal. ORCID ID: 0009-0001-6724-8794

E-mail: contatomicrotopia@gmail.com

Technolatriy and Virtual Emotions in the Era of Digital Brutalism: Understanding the proliferation of Cybercrimes in Modern Brazil

Siddharth S.M.Bora

Faculty of Economics, University of Coimbra

Artigo recebido a 08/02/2025.

Aceite para publicação a 04/06/2025.

Abstract

In modern Brazil, technology has shifted from a tool of progress to an object of near-religious reverence what Achille Mbembe calls *Technolatriy*. This uncritical veneration fosters dependence and shapes virtual emotions tied to digital life. Brazil's rise in cybercrimes reflects a legacy of colonial algorithmic exploitation, data surveillance, and the weaponization of online anonymity. This study explores the symbiotic relationship between technology and crime, revealing how Brazil's socio-political landscape is being redefined. By examining this digital transformation through a sociological lens, I aim to highlight the broader political and societal impacts, offering a case study that encapsulates this complex dynamic

Palavras-chave: Technolatriy; Virtual Emotions; Cybercrimes in Brazil.

Tecnolatria e Emoções Virtuais na Era do Brutalismo Digital: Compreendendo a Proliferação da Cibercriminalidade no Brasil Contemporâneo

Resumo

No Brasil moderno, a tecnologia deixou de ser apenas uma ferramenta de progresso para se tornar um objeto de veneração quase religiosa que Achille Mbembe denomina de Tecnolatria. Essa adoração acrítica gera dependência e molda emoções virtuais ligadas à vida digital. A ascensão da cibercriminalidade no Brasil reflete um legado de exploração algorítmica colonial, vigilância de dados e uso estratégico do anonimato *online*. Este estudo explora a relação simbiótica entre tecnologia e criminalidade, revelando como o cenário sociopolítico brasileiro está sendo redefinido. Por meio de uma abordagem sociológica, a pesquisa destaca os impactos políticos e sociais mais amplos, ilustrados por um estudo de caso.

Palavras-chave: Tecnolatria; Emoção digital; Cibercriminalidade no Brasil.

BORA, Siddharth S.M. (2025).

"Technolatriy and Virtual Emotions in the Era of Digital Brutalism: Understanding the proliferation of Cybercrimes in Modern Brazil",

Sociologia: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Vol. LI, pp. 95 - 124

DOI: <https://doi.org/10.21747/08723419/soc51a4>

Technolâtrie et Émotions Virtuelles à l'Ère du Brutalisme Numérique: Comprendre la Prolifération de la Cybercriminalité dans le Brésil Contemporain

Résumé

Dans le Brésil moderne, la technologie est passée d'un outil de progrès à un objet de vénération quasi religieuse ce qu'Achille Mbembe appelle la *Technolâtrie*. Cette adoration non critique engendre une dépendance et façonne des émotions virtuelles liées à la vie numérique. La montée de la cybercriminalité au Brésil reflète un héritage d'exploitation algorithmique coloniale, de surveillance des données et d'armement de l'anonymat en ligne. Cette étude explore la relation symbiotique entre technologie et criminalité, révélant comment le paysage sociopolitique brésilien est redéfini. À travers une approche sociologique, l'étude met en lumière les impacts politiques et sociaux plus larges, illustrés par une étude de cas.

Mots-clés: Technolâtrie ; Émotion numérique; Cybercriminalité au Brésil.

Tecnolatría y Emociones Virtuales en la Era del Brutalismo Digital: Comprendiendo la Proliferación de los Ciberdelitos en el Brasil Contemporáneo

Resumen

En el Brasil contemporáneo, la tecnología ha dejado de ser solo una herramienta de progreso para convertirse en un objeto de veneración casi religiosa, fenómeno que Achille Mbembe denomina *Tecnolatría*. Esta devoción acrítica genera dependencia y moldea emociones virtuales vinculadas a la vida digital. El aumento de los ciberdelitos en Brasil refleja una herencia de explotación algorítmica colonial, vigilancia de datos y uso estratégico del anonimato en línea. Este estudio investiga la relación simbiótica entre tecnología y crimen, revelando cómo se redefine el panorama sociopolítico brasileño. A través de una mirada sociológica, se examinan los impactos políticos y sociales más amplios, ilustrados mediante un estudio de caso.

Palabras clave: Tecnolatría; Emoción Digital; Ciberdelitos en Brasil.

*In the pulse of circuits, humanity merges.
The self, once solid, now a blur
We walk between two worlds at once,
Data flows, a steady stream,
Our hearts are coded,
Our identity built on a screen.
Behind the veil, we hide and pretend,
But who we are? and who spies us?
Are we the authors of our choice?
In each algorithm, a silent voice,
The warmth of touch, the depths within,
Replaced by screens, a past we can't erase
HumanMachina, we are now both whole,
Where once was soul, now there is no more.*

Introduction

Digital Brutalism emerges as an analytical framework for examining the oppressive manner in which digital systems are used in *south economies*. This concept draws from Achille Mbembe's (2021) use of the term *Brutalism*¹. By reframing this notion *Digital Brutalism* reveals the dehumanizing logic embedded in the contemporary digitalized world. *Technolatry* is the near-religious reverence of technology, perceived as *infallible* and as a solution to all social, economic and political issues. In a sense, society's devotion puts technology in a sacred status,

¹ According to Goldhagen & Legault (2000), *Brutalism* is an architectural style that emerged in Europe after World War II, between the 1950s and 1960s. The term comes from the French *béton brut*, which means "raw concrete". Achille Mbembe does not directly reference *Brutalism* in the architectural sense; instead, his work often uses terms like *brutality* metaphorically to discuss structures of power, violence, and oppression. Mbembe's framework aligns with the systemic violence and oppressive practices that create environments of control and dehumanization.

often disregarding its partiality and limitations to certain situations. This technological determinism frames digital innovation as the driving force of progress and human evolution.

Virtual emotions are the product of this paradigm, which are shaped and reshaped, according to the rhythm, speed, and logic of the social/technological engagements it creates. In the digital realm, not all human emotions find a place. Some are considered “unnecessary” and thus do not manifest as *Virtual Emotions*. *Apathy, fear, love, and hate* dominate these digital spaces. These emotions, stripped of their complexities, circulate freely, shaping our interactions in a world that often prioritizes speed and efficiency over depth.

Modern Brazil is a nation-state shaped by its historical legacies of colonialism, slavery, and socio-political stratification that intersect with contemporary processes of globalization, urbanization, and technological innovation. In the context of this study, *Modern Brazil* is particularly viewed through the lens of its *semi-peripheral status*² in which it is marked by its dependency on technological imports and external innovations while dealing with internal socio-economic asymmetries. Cyber elements, like *ransomware, phishing, deepfakes, and fake news*, each exemplify crimes that exploit the vulnerabilities that can be used against this fragile system in south economies, where technological consciousness and cybersecurity infrastructures are often underdeveloped.

I adopt a qualitative and exploratory methodology, rooted in theoretical-conceptual analysis and enriched by selected case studies of cybercrime. The cases are not random but were curated to reflect the digital contradictions and technological vulnerabilities that typify semi-peripheral contexts like Brazil. Selection followed three primary criteria: (a) significant national or international impact; (b) direct connection to mechanisms of digital surveillance and/or violations of digital rights; (c) availability of secure, verifiable sources such as technical reports, reputable news outlets, and public documents. In this way, the study maintains a

² According to Wallerstein (2004), *semi-peripheral economies* refer to countries or regions that are positioned between the developed (core) and underdeveloped (peripheral) nations within the global economic system.

predominantly theoretical orientation, while remaining critically attuned to the real-world effects of digital systems in postcolonial and semi-peripheral societies.

In the first section, the paper will provide a theoretical framework for our concepts of *Technolatry* and its direct counterpart *Digital emotions*, analyzing how they have positioned themselves as ideological forces that govern modern social interactions and cultural production in today's digital world. In the second section, the paper will then delve into Brazil's social context, examining how digital technologies have become embedded in the operations of cybercriminality. In the last section, I will present a few case studies on cybercrime Brazil, illustrating how digital tools are used to facilitate illegal activities, *untraceability*, and impunity.

1. Brutalism and the Artificial Becoming

In the *Digital Age*, the neoliberal rationality is a compulsory machine of expansion driven by profit and the gradual devaluation of human/nature. Mignolo (2017) argues that Modernity is intrinsically linked to *Coloniality*, stating that decolonial thought emerges as a theoretical counterpoint, offering a perspective of belonging to those who have been and continue to be subordinated (*subalternos*)^{3 4}. When viewed through this lens, Brutalism emerges as a political and philosophical concept that transcends its architectural origins. Mbembe (2021) theorizes that this radical political project seeks to transform the material world, and the human bodies that inhabit it, from *body to soul*, as they see fit. It is a paradigm created through the entrenchment of the neoliberal agenda that promoted its predictive cyclical force to *destroy* and *recreate* society in its own vile manner.

³ For Spivak (99) *colonialism (imperialism)* has shaped dominant forms of *knowledge* and *power*. In some areas, particularly when examining the manipulation of *law* and *history*: "Writing in the metropolis or in the former colony, many of us are trying to carve out positive negotiations with the *epistemic* graphing of imperialism. For some of the shadow areas in the *Inicology* of the manipulation of law and history, cutting across the body of the great narrative of imperialism, no good word can be said (p.80)"

⁴ Mignolo's body of work reflects how, on the different stages of humanity each level of *interconnectedness*, culminated in the contemporary scenario of our current world, deeply interconnected by *globalization*, *modernity*, and *coloniality* (Mignolo, 2017).

Brutalism's political dimension intersects with global movements of *demolition* and *renewal*, particularly in marginalized areas where the intersection with technology produces new forms of exploitation (Mbembe, 2019). According to Mbembe (2021):

“*Brutalism* is the name given to this gigantic process of dumping and evacuation, but also of unloading the containers and emptying the organic substances. Destructive creation.” (p. 15)

The dialectic between *destruction* and *reconstruction* is central in *Brutalism* and it's deeply connected to broader processes of global demolition and ecological degradation. Mbembe (2021) understands that “environmental devastation is not a coincidence but the direct result of centuries of colonial and industrial exploitation that prioritized profit over life” (2021, p. 67). *Brutalism* reflects the broader global transformations that are reshaped by both the *biosphere* and *Technosphere*⁵. Mbembe (2021) states,

“These transformations of the biosphere and the *Technosphere*. This process, which has triggered unprecedented tremors, is global. Its goal is to precipitate the mutation of the human species and accelerate its transition to a new condition, both plastic and synthetic, and consequently, malleable and extensible. To organize the passage to a new terrestrial dispensation (a new *nomos* of the Earth), eventually replacing it with a nanoworld, that of cellular, neuronal, and computational devices. A world of plastic tissues and synthetic blood, it will be populated by bodies and entities that are half natural and half artificial.” (p.15)

These transformations on *human bodies*⁶ and in their *lives* are reconfigured by economic, technological and political systems. According to Mbembe (2021), “we live in a time when the body is increasingly modified, monitored, and exploited by technology, from data extraction

⁵ Mbembe often engages with the idea of *Technosphere* in the context of his broader theories of *Necropolitics*, where technology and systems of power (e.g., surveillance, military technology, bioengineering, and digital networks) are used to control, discipline, and even determine who is allowed to live and who is subjected to forms of social and political death. The *Technosphere*, for Mbembe, is not just a set of technological innovations but a mechanism through which power is exerted, and through which modern forms of violence and exclusion are organized.

⁶ According to Mbembe, “the logics of fracturing and fissuring, one must also add those of exhaustion and depletion. Once again, fracturing, fissuring, and depletion refer not only to resources but also to living bodies exposed to physical exhaustion and to a wide range of biological risks, often invisible, acute intoxications, cancers, congenital anomalies, neurological disorders, hormonal disruptions.” (p. 15)

to genetic manipulation” (p.105). The accelerating pace of technological advancement and the degradation of the environment are interconnected with the rise of global capitalism and colonial histories that exacerbate social inequalities and *environmental destruction*. The impact of these brutal transformations is evident in the socio-political dynamics of contemporary globalization, where the boundaries between the human and the non-human, the natural and the artificial are increasingly blurred. As the planet faces unprecedented environmental challenges, the brutality of global capitalism is laid bare, with entire ecosystems and populations being sacrificed in the name of *progress*.

a) The Digital Rationality and the Demythologization of the World

The rise of digital technologies represents a shift from mythological understandings of the world to a more technocratic worldview, one in which knowledge and truth are increasingly governed by data, algorithms, and the rationality of computational systems (Mbembe, 2021). This *digital rationality* fosters a world where the complexity of human experience is reduced to quantifiable elements, stripping away the *cultural* and *symbolic* frameworks that once provided *meaning*. Mbembe (2021) argues that the world has become increasingly mediated by digital systems and that the ability to *mythologize* or *create* alternative narratives has faded, *disintegrated*, leaving individuals exposed to a reductionist, rationalized conception of the *world*.

*Demythologization*⁷, a conceptual landmark, shows us how contemporary power structures are maintained and reinforced, especially in semi-peripheral economies, like Brazil. Mbembe suggests that in the digital realm, being human is redefined. The process of *demythologization*, therefore, involves not only the erosion of spiritual or narrative forms of knowledge but also the imposition of a form of digital governance that seeks to regulate,

⁷ In Mbembe's perspective, *demythologization* refers to the process of stripping traditional societies and cultural systems of their mythical, spiritual, and symbolic dimensions, often as a consequence of modernity, colonialism, and technological progress. This concept is particularly tied to the larger critiques Mbembe offers regarding the impacts of capitalism, globalization, and technoscience on post-colonial societies. It is not simply a historical process; it is a contemporary phenomenon deeply tied to the ongoing dynamics of power, technology, and globalization. It shapes how societies conceptualize life, death, and community in the *modern era*.

control, and manipulate reality itself. Hence, by dismantling traditional myths and cultural narratives, *Digital rationality* facilitates a vision of the world that is not a lived experience of individuals but an increasingly regulated technological society that serves the interests of *global capital*⁸ and *state power* (Mbembe, 2019). This transformation is central to the experience of those living in Brazil, where this “evolution” leads to the assertion of structural inequalities and the reinforcement of old forms of colonial social hierarchy now rooted in *algorithmic control*.

b) *Technolatriy* as Ontological Destiny

The reverence of technology becomes an existential condition, shaping both the *physical* and *symbolic dimensions* of the human experience. The omnipresence of technology in daily life and its integration into both the human body and its environments suggests that a future where human life is inextricably dominated by technological systems is inevitable. *Technolatriy* is thus an *ontology of domination*, not as a mere instrument but as a central force that shapes the future of all existing life on earth. This ontological shift is a reflection of a deeper crisis in modern human existence against a *spiritless* opponent and one that can destroy and reconstruct at the velocity of global capitals request.

*Technolatriy*⁹ is an *all-conscious* societal state of mind that places technology as an encompassing *force*. It is the lens through which the world is now viewed, and, ultimately, the one through which the world will be *governed*. This reconfiguration reflects the ascendancy of machine *logic* over human *intuition*, reducing individuals to mere components in a larger system of technological governance. This transformation is not merely about the

⁸ Adding to this perspective, Zuboff (2019) adds that this new economic global order processes human experience as a *free raw material* for the *capitalist machine*. A parasitic economic logic in which the production of goods and services are subordinated to a global architecture of behavioral modification and parametrization. A movement that aims to impose a new collective order based on *total certainty*. An expropriation of critical human rights that is best understood as a coup from above: an overthrow of the people’s sovereignty.

⁹ According to Mbembe (2021) technology is today a reality that is simultaneously material and immaterial, psychic, personal, and internal. It no longer belongs to the external world, a membrane defining the boundary between the interior (humanity) and the exterior (nature). It is our clinic, the place where, in its somber clarity, three constitutive realities of the living world manifest themselves: the biological, organic, vegetal, and mineral reality of bodies of any species; the psychic reality of affections; and the social reality of exchanges, language, and interactions. (p.43)

material world; it entails a profound redefinition of what it means to be human and machine¹⁰, *HumanMachina*¹¹. These processes are about the redefinition of *human subjectivity* in relation to its natural world. Therefore, *Technolatriy* is more than just an attachment¹² to technology; it is a relentless *modus operandi of technology's rationality*¹³.

c) *Virtual Emotions and Digital Surfaces*

Ahmed (2004) suggests that *emotions* are shaped by collective practices and, in this way, play a significant role in the construction of identities and power dynamics within any given society. Hence, the relational nature of *emotions* is determined by *emotional orientations*, which influence our *physical surface* (bodies), in turn influencing ourselves both physically and socially.

"Emotions shape the surfaces of bodies, which take form through the repetition of actions over time, as well as through orientations toward or away from others. Indeed, paying attention to emotions can show us how all actions are reactions, in the sense that what we do is shaped by the contact we have with others" (p. 35).

¹⁰ According to Boyer (2019) this reduction of the human condition to mechanical and calculable elements aligns with the devaluation of human subjectivity and agency, as the individual becomes a mere cog in a larger technological machine that determines the trajectory of their life, their body, and their very essence.

¹¹ I see *HumanMachina* as a paradigm of the *self* where individuals are increasingly influenced, shaped, and controlled by technological forces that are both internal and external. As technology advances, the human *body* and *mind* becomes more intertwined with the *digital machine*, leading to a deconstruction of old outdated notions of the *self*. The infinite possibilities guide our emotional experiences to a symbiotic relationship with technology in which algorithms mimics "human essence" and creates *digital avatars* to reproduce *human existence*. This fusion is most evident in the growing ambition of billionaires to transcend biological limitations through technology. *Bioengineering*, *neural interfaces*, and *artificial intelligence* are forms to merge consciousness with the *digital machine* in a pursuit of *digital immortality*. The body is no longer a singular biological entity but a node in a vast cybernetic network where identity is *fractured*, emotions quantified, and instrumentalized. As this fusion accelerates, a question arises: is humanity evolving, or is it being rewritten?

¹² Mbembe (2021) understands that it is through technology that the activities of thought and the work of figuration, symbolization, and memorization take place. (p.43). There is almost no longer any division between the human and the technical object, the thing. From now on, the human is no longer merely coupled with the machine, matter, and the object. They are no longer simply nestled in its folds and creases. They have literally found within them the privileged sites of their incarnation, and these, in turn, are in the process of being covered, if not with their face, at least with their mask (p.45).

¹³ Mbembe (2019) understands that this shift, while promising new forms of existence, also condenses the fragility and vulnerability of more marginalized humans, who aggressively bear the brunt of these transformations.

The relational nature of emotions is all a part of a broader understanding of how they are formed and expressed in the external world. In this context, *Emotions* are not isolated experiences because they are shaped by the interactions and orientations of individuals toward specific *objects* and *motivations* (Ahmed, 2004):

“In other words, emotions are neither inside the individual nor the social; rather, they produce the very surfaces and boundaries that allow the individual and the social to be delineated as if they were objects. My analysis will show how emotions create the very surfaces and boundaries that allow all types of objects to be delineated. The objects of emotion take form as effects of circulation” (p. 12).

Emotions are produced through everyday encounters in social life, that shape bodies and minds through processes of repetition (Ahmed, 2004). In the digital sphere, this means that society makes emotional connections through technologies, platforms, and interfaces, generating emotional significance through affective technological attachment.

In the digitalized world individuals are increasingly influenced, shaped, and controlled by technological forces. In this sense, artificial intelligence, virtual reality, and data-driven systems are *extensions* of our cognitive and emotional faculties. Human identity may no longer reside in the organic body but in the biotechnological systems that breed it, improve it and sustain it. Technology offers new forms of interaction, but it also diminishes the depth and complexity of traditional human connection. Genuine emotional experience and digitally-mediated simulation become unrecognizable, emotional bonds are redefined and personal connections are *transformed*.

According to Simmel (1950), the *blasé attitude* is that invisible armor which silences astonishment, muffles affect, and turns the world into something devoid of both *brilliance* and *pain*. Bringing this understanding to the digital realm, this indifference evolves like an organism adapted to the vertigo of screens. The soul, confronted with infinite windows, learns not to feel.

Lipovetsky (2005), with his lucid melancholy, captured the modern era as a time in which everything is permitted, yet nothing truly matters. He understands apathy today is not

absence, but *excess* of stimuli, of choices, of possibilities. In the virtual world, it settles like a fog that anesthetizes the *spirit*. *We love without bodies, hate without faces, and cry with emojis*. This digital apathy is the twin sister of the blasé; it does not reject the world, but consumes it without digesting, touches it without feeling.

Baudrillard (1999) tells us that *the real* is no longer necessary. In place of emotion, we have its holograms and their programmed reactions, *like-driven loves* and *algorithmic knowledge*. *We feel by proxy, desire by reflex*. Emotions are no longer experiences, but performances circulating between *avatars*. We live within the *simulacrum*, where tears are animated stickers and affection is a product wrapped in metrics. In this theater of emotional phantoms, the *blasé attitude, programmed apathy, and digital simulacrum* do not merely coexist, they embrace one another in silence, rocking our humanity to internalize the *Virtual Emotions*.

Virtual Emotions are the *ghostly echoes of human feeling*, suspended between the mechanical and the meaningful, the expressive and the empty. They are the anesthetized effect of a digital age, an emotional survival mechanism that both *connects* and *alienates, numbs* and *stimulates, mirrors* and *masks*. To understand *Virtual Emotions*, one must understand that the term encompasses only a few of the human emotional states. To be specific, *apathy, fear, love* and *hate*, which are our most primitive emotions and in *Cyberspace* are, in a way, responsible for the *cyberaffective experience* that it's witnessed.

In this context, *Virtual Apathy*¹⁴ is an engineered state, a byproduct of our digital society. As the constant information overload numbs our minds and leads to *an absence of empathy* for everything and everyone, as well as an emotional indifference to the suffering of others. As society scrolls through its endless content, it testifies to this modern spectacle of pain that gradually dehumanizes¹⁵ our *soul*. But at the same time, I also understand that *Virtual apathy*

¹⁴ Dwelling on Lipovetsky (2005) 's concept of *Apathy*, I recall that he states "we live in a society of seduction and spectacle, where emotional mobilization is intense but ephemeral, leading more to dispersion than to commitment. The excess of information and stimulation no longer generates awareness but rather anesthesia, saturation, and indifference" (p.45)

¹⁵ According to Baudrillard (1993) we live in a world where there is more and more information, and less and less meaning. (p. 79). Where the image no longer even has the time to become an image, as it is anticipated by

is something that regulates individual social functionality. It's functional, because it allows society to endure this day-to-day digital torture without having something of an emotional burnout. It places our *soul* in a cold, kind of *detached state of mind* that makes it easier to *ignore*, dismiss, and not care. *Virtual apathy* has pronounced our passiveness and our accommodation to everything, *passion* is no more, and today's *empathy* is slowly forgotten (Lipovetsky, 2005)

Virtual Fear is sustained not by immediate danger, but by an endless flood of *uncertainty*, threats that are at the same time invisible, abstract, and *omnipresent*. Data breaches, misinformation, and social media judgments are just some of the elements that help create an environment where one is never sure *who is watching*. *What is real? Are we really free?* *Virtual Fear* is instrumentalized to create more submission, more censoring, and more emotional withdrawal to aid in the ruling of the unseen forces (Bauman, 2006; Baudrillard, 1994; Zuboff, 2019).

Society has been remanufactured by *algorithms*, held together by an *illusion*, and fueled by the need for *carnal validation*. *Love* is stripped of depth, reduced to mere gestures of engagement. Online, we see them every day, likes, shares, emojis, and instant audio messages. They are immediate, quantifiable, and transactional gestures that lack the texture of real human relations. *Virtual Love* is the *illusion of connection*. Sexual superficiality mirrors this transformation, and technology turns desire into instant gratification. And *Love*, which once was the reason for the search for emotional ease, now gives way to *Virtual Love* and one-time discardable gratification (Bauman, 1999; 2003). Of course, it is still possible to create meaningful connections with other individuals, but it's just that the probability is much, much lower.

Virtual Hate, on the other hand, spreads effortlessly. It thrives on *speed*, *anonymity*, and *virality*. In the digital space, computational algorithms reward polarization, making hate a programmed mechanism of engagement. In the digital world, everyday citizens transform

another image, another flash, which erases the first, and so on. *Speed* is its only essence. (p. 10). A constant exposure to digital content strips us of our emotional impact on any matter.

online platforms into breeding grounds for this dissemination, individuals with *bipolar social conduct* in which one personality conforms to societal norms and the other, embraces the hostility and impunity of the digital realm. What was thought out to be a space for nuanced debate has turned, in digital times, into a free-for-all arena of insults and condemnations (Bauman, 2013; Zuboff, 2019).

In the digital realm, *emotions* are not just *felt* but *performed, manipulated, and weaponized*, reshaping emotional engagement. Each of these emotions is contextualized and reflects the social dynamics of these digital environments. *Virtual Emotions* are a part of the larger fabric of digital culture, influencing the ways in which we navigate and understand the digital realm.

d) The Brazilian Digital Brutalist experience

Digital brutality, when examined through the lens of semi-peripheral economies, reflects a deeper engagement with the intersection of technological development, social inequality, and global power dynamics. In these economies, the process of adopting new technologies and digital infrastructures is a *brutalist experiment*, where crude, unrefined technological systems are thrust into societies which must adapt quickly to the pressures of global digitalization. These regions often lack the economic or institutional capacity to fully control or regulate technological *flows*, leading to a tension between the technological advances that promise social mobility and the underlying inequalities that such technologies exacerbate (Van Dijlk, 2020).

According to Van Dijlk (2020), these economies may become caught in a *feedback loop* where technological advancement further entrenches their peripheral status within the global capitalist system. It creates a *dual-edged situation*, where, on the one hand, technology holds the potential to bring semi-peripheral economies into closer alignment with global standards of innovation and economic productivity. On the other, the rapid and sometimes brutal incorporation of these technologies into societies ill-equipped to manage them can perpetuate cycles of economic dependency, exploitation, and inequality.

Castells¹⁶ (1996) understands that traditional ways of knowing and organizing society are stripped away in favor of technological solutions that may not align with the realities of semi-peripheral nations. According to Bora (2020), in Brazil the Neoliberal paradigm¹⁷ problems of crime and social inequality are no longer seen as having fundamental causes that can be fixed through policies and resources mobilized by the government, but instead it responds to an economic stimulus brought on by discourse of *cost*, *profit*, and *disposability*. Another issue is that the introduction of digital technologies often comes without the necessary infrastructure¹⁸, training, or regulatory oversight. This means that these technologies may be applied in ways that prioritize efficiency and productivity over social justice or environmental sustainability.

Brazil's position as a digitally vulnerable country has increasingly made it a testing ground for surveillance technologies developed by both domestic and international actors. Weak regulatory frameworks, limited public oversight, and institutional fragility create ideal conditions for the experimentation and deployment of invasive digital tools. From facial recognition systems in public spaces to predictive policing algorithms and mass data collection initiatives, various technologies have been implemented with minimal transparency or accountability.

These deployments often occur in marginalized urban areas, effectively turning vulnerable populations into subjects of technological experimentation without informed consent or legal safeguards. This dynamic is further reinforced by partnerships between the Brazilian state and private tech companies, which often provide surveillance infrastructure in exchange for access to vast amounts of personal data. Such collaborations blur the lines between public interest

¹⁶ Castells (1996) understands that the dimensions of society, grounded in local histories and traditions, are overshadowed by a cold, calculative logic that defines what is considered valuable or worth pursuing in the digital age. The reliance on technological systems as the primary mode of organizing and governing these economies leads to the erosion of traditional forms of sociality and governance.

¹⁷ According to Brown (2015), *Neoliberal rationality* is characterized by profit-driven expansion and commodification, devalues human life. In Southern Neoliberal Economies, technology can serve as a mechanism of societal control, rooted in racial inequalities and structural inequality.

¹⁸ According to Mbembe (2021), Digital rationality can be understood as imposition of systems of control, efficiency, and data-driven decision-making, against the local cultural, economic, and political contexts on any semi-peripheral economies.

and corporate profit, allowing experimental systems to operate under the guise of public security or digital modernization. The lack of robust cybersecurity defenses and independent regulatory institutions facilitates this asymmetry, enabling powerful actors to pilot and refine surveillance strategies with little regard for civil liberties. As a result, Brazil not only inherits the consequences of this unchecked experimentation, such as increased social control, data breaches, and discriminatory policing, but also contributes to the normalization of these practices in the global digital security industry.

Within this context, updating the notion of *coloniality*¹⁹ makes it clear just how the exploration of Brazil's colonial²⁰ heritage is entrenched with patterns of violent governance, economic exploitation, and racial subjugation that continue to persist in the *modern era*. The persistence of *coloniality* is evident in the continuous exploitation and marginalization of *the colored* and *the poor* that perpetuates systemic exclusion and *dehumanization*. With the proliferation of digital technologies and the pressures of digital modernization, I testify to the rise of a *violent model of development* that entrenches the *status quo of exclusion* and amplifies its existing social/historical social inequalities.

The arrival of new technologies tends to *reinforce* rather than *disrupt* existing power dynamics, deepening societal divisions and creating further barriers for those already marginalized. This reliance on technology as the primary mode of organizing and governing leads to the *erosion of traditional forms* of sociality and governance, further entrenching the inequities embedded in Brazil's social fabric. *Technolatriy* reflects a global technological imperative, in which the values and priorities of core economies are imposed on the Global

¹⁹ For Quijano (2000), *coloniality* refers to the enduring patterns of power that emerged from colonialism but continue to shape global systems, identities, and social hierarchies long after the colonial administrations ended. These patterns are maintained through the intersection of race, labor, knowledge, and authority, forming a *coloniality of power* that underpins modern societal structures.

²⁰ According to Bora (2024a), in Brazil, *coloniality* was manifested through various forms, such as, violent governance, religious takeover, cultural subjugation, economic exploitation, and racial genocide. Dominant powers exploited the colonies' resources as well as the man/labor and its markets. Modern Brazilian society is a complex socio-legal paradigm that reflects the contradictory coexistence of modernity and coloniality. A democratic and multicultural nation that also reproduces and perpetuates the colonial patterns of power in its institutions.

South, leading to a paradigm where local communities, cultures, and economies are increasingly subordinated to a *global digital logic* ²¹.

This dynamic is further compounded by *systemic corruption*, as officials and institutions increasingly leverage digital transactions. *Corruption* becomes not only more concealed but also more efficient and far-reaching in the digital age, enabling elite actors to consolidate power while evading accountability. The opacity offered by blockchain technologies and the lack of stringent enforcement mechanisms make these digital avenues particularly attractive for laundering public funds, embezzlement, and illicit campaign financing.

In low-income communities, where education systems often fail to provide even basic digital skills, individuals are more likely to fall victim to deceptive emails, fake websites, and malicious software. Cybercriminals exploit this gap by targeting unsuspecting users with fraudulent banking notifications or social benefit scams, particularly those tied to government assistance programs like *Bolsa Família* ²² and other welfare aids. These attacks not only result in personal financial loss but also foster deep *mistrust* in public digital infrastructure, further alienating marginalized groups from digital engagement and reinforcing their systemic exclusion.

Additionally, small businesses, informal workers, and independent service providers, who often rely on unsecure networks and outdated devices, are increasingly targeted by *ransomware attacks* and *online extortion* schemes. In Brazil, a country with a large informal economy, many of these victims have no access to legal recourse or cybersecurity support, leaving them to absorb the full impact of the attack or, worse, pay ransoms to continue operating. As a result, traditional cybercrime in Brazil functions not just as a technical threat

²¹ The integration of *digital rationality* into these economies, far from being a neutral or purely progressive force, often reveals the harsh realities of global capitalist expansion, where the peripheral becomes more entangled in the forces of global technology, without gaining the means to truly shape its own future (Mbembe, 2023).

²² *Bolsa Família* is a social welfare program in Brazil designed to reduce poverty and inequality by providing direct cash transfers to low-income families. Implemented in 2003, the program targets families living in poverty or extreme poverty, with benefits conditional on meeting specific requirements such as ensuring children attend school and receive vaccinations. The goal is not only to alleviate immediate financial hardship but also to break the cycle of poverty by investing in education and health. *Bolsa Família* is internationally recognized for its role in improving social indicators and promoting social inclusion in Brazil.

but as a structural force that widens economic disparities, undermines trust in digital systems, and amplifies the marginalization of those already on the socio-economic periphery.

Simultaneously, militias and drug factions have adapted rapidly to the digital terrain, exploiting the same technologies to entrench their influence and control. These groups utilize encrypted messaging apps to coordinate criminal operations and evade law enforcement, while social media platforms serve as powerful tools for psychological warfare, broadcasting acts of violence, issuing threats, and promoting a *culture of fear* to maintain dominance over local populations. Their strategic use of digital communication blurs the lines between organized crime and political propaganda, manipulating public perception and normalizing violence as a form of governance. Moreover, these non-state actors increasingly employ surveillance technologies such as closed-circuit cameras, facial recognition systems, and drones to establish territorial oversight and enforce their own rules. This form of *techno-sovereignty* creates an alternative governance structure, one that rivals and often surpasses the reach and effectiveness of official state institutions in marginalized areas. In doing so, these factions institutionalize a *shadow digital state* that further erodes public trust, deepens the fragmentation of state authority, and exacerbates existing inequalities in security, access, and rights.

Recognizing these dynamics is crucial to avoid framing technology as the origin of dysfunction, rather than a medium through which existing inequalities are reinforced or contested.

2. The endemic proliferation of Cybercrime and Case Studies of *Modern Brazil*

In Brazil, the rise of cybercrime is inseparable from the philosophical underpinnings of *Postcolonial heritage* and *Technolatrty*. As a result, its proliferation can be seen as a natural consequence of a world that places technological determinism at the center of its foundational existence, pushing aside the ethical, political, and social implications of unregulated technological expansion (Fuchs, 2017). Today, there are new avenues for exploitation and manipulation, where the rules and understandings of the *physical world* no longer apply. The detachment from traditional forms of governance, the erosion of privacy,

and the reduction of individuals to *data* are all symptoms that indicate that Brazil is in fact living the *digital brutalist experience*.

The increasing reliance on digital technologies, particularly in financial and governmental sectors, exposes Brazilian society to the risks associated with *technolatry*. The convergence of digital transformation, criminal activity, and socio-political dynamics illustrates the complex and multifaceted nature of cybercrime in Brazil (Nascimento, 2018). As it has been noted, the rise of digital crime, pronounced in Brazil, is due to its position as a developing economy with relatively weak cybersecurity measures, lack of adequate regulatory frameworks, and with widespread misuse of digital platforms, making Brazil an ideal target for cybercriminals (Moreira & Amado, 2019). The Brazilian government's response has been reactive rather than proactive, further entrenching the digital and society's inequality. And as it goes, the country's cybersecurity infrastructure remains underdeveloped, and it continues to face struggles in implementing effective regulations against digital crimes (Nascimento, 2018).

The increasing reliance on digital technologies, particularly in financial and governmental sectors, exposes Brazilian society to the risks associated with *technolatry*. The convergence of digital transformation, criminal activity, and socio-political dynamics illustrates the complex and multifaceted nature of cybercrime in Brazil (Nascimento, 2018).

According to the United Nations (2010), individuals and criminal groups operating in the *Cyberspace*²³ are believed to be more flexible compared to traditional perpetrators of *crimes*. This understanding can be extended to their motivations, organizational structures, and even towards the types of rewards these individuals and groups seek out. *Cybercriminals* do not require control over a geographical territory, need fewer personal contacts, and need less

²³ Graham (1998) argues that traditional spatial metaphors, rooted in Cartesian geometry, are insufficient for understanding the complexities of the *Cyberspace*. Instead, he advocates for a more relational and dynamic approach to conceptualizing it, one that acknowledges its multidimensionality, fluidity, and embeddedness within social and cultural contexts. He understands that "the technologies of media, computing and telecommunications converge and integrate; as equipment and transmission costs plummet to become virtually distance independent; and as broadband integrated networks start to mediate all forms of entertainment, social interaction, cultural experience, economic transaction and the labor process, distance effectively dies as a constraint on social, economic and cultural life" (p. 13).

enforcement of physical discipline and coercion between criminals (Wall, 2007). Tropina (2024) understands that cybercrime has moved away from individual, fragmented activities to a model of crime that *mimics* the modern *corporate business* (Tropina, 2024). Digital crimes are being reorganized through the formation of new groups of criminals that operate only in the *Cyberspace*²⁴.

In this context, *Online forums*²⁵ serve as a vital space for recruiting individuals that seek contact with the underground economy, since they facilitate cooperation within and between groups, enabling offenders to even work together on specific projects. *Darkweb Marketplaces*²⁶, are also fundamental for this dissemination and represent the platform for advertising, learning, and information-sharing. *Darkweb Marketplaces* facilitate transactions between businesses in the criminal underworld, helping cybercriminals buy and sell services, tools, and stolen data. They provide a platform for cybercriminals to connect and conduct business transactions in a manner similar to *legitimate B2B platforms* (e.g., Alibaba, Shopee, etc.). According to Tropina (2024), the data traded on these shadow platforms carries its own monetary value, representing an illicit commodity that is both intangible and easily transferable across borders.

Bent-Izthak (2008) highlights that, in the present day, cybercriminals utilize schemes similar to legitimate B2B (business-to-business) operations, referred to as C2C (criminal-to-criminal). These operations often involve a supply chain of services and products, with cybercriminals

²⁴ In this sense, all information becomes accessible *everywhere* and *anywhere*. *Human life* becomes liberated from the constraints of space and frictional effects of distance. Everything happens, all the time, at the same time, anything is possible. "The boundaries between humans and machines become ever more blurred, permeable and *cyborgian*" (Graham, 1998, p.15).

²⁵ These *Online forums* demonstrate how online platforms facilitate collaboration and cooperation within the digital *shadow* economy, enabling offenders to organize and work together on specific projects, ranging from hacking and fraud to the distribution of pirated software and stolen data.

²⁶ According to Martin (2014), *DarkWeb Marketplaces* are hidden platforms within the Dark Web that facilitate the buying and selling of illegal or illicit goods and services, such as drugs, weapons, counterfeit documents, and hacking tools. These marketplaces operate anonymously using technologies like Tor or I2P and often use cryptocurrencies to ensure untraceable transactions. They rely on reputation systems, escrow services, and encryption to build trust among users while evading law enforcement. Despite their illegality, these marketplaces have a significant impact on global criminal networks, showcasing the intersection of technology and illicit economies.

developing or acquiring tools and services to facilitate various stages of an attack²⁷. This network spans a wide range of expertise that can go from *malware development, hacking tools, data theft, money laundering, developing exploitation tools* (such as exploits²⁸ and botnets); *tools to attack commercial databases*²⁹ (phishing, pharming, malware); *Crimeware*³⁰ (tools such as Viruses, Trojans, and keyloggers), and *other services* (malicious code-writing, crimeware distribution, lease of networks), all of which offer criminal groups the flexibility of controlling, stealing, and trading data. *Ransomware* attacks and other forms of cybercriminal activity have become ubiquitous in the digital age and represent new manifestations of cybercrime in Brazil.

Ransomware is a particularly malicious form of cybercrime that involves encrypting a victim's data and demanding payment for its release. This form of cybercrime is both an economic and psychological attack, as it places individuals and businesses under duress, forcing them to choose between paying the ransom or losing their valuable data. The proliferation of *ransomware* attacks can be seen as a reflection of *lack of trust*³¹ in Brazilian formal institutions, and criminal organizations may see it as a more effective way of achieving financial gain when compared to traditional forms of crime. The decentralized nature of *ransomware* networks allows for decentralized control over criminal activities, which appeals to groups that operate

²⁷ Inside a criminal organization, one might work in coding a malware, another in distributing it, another in collecting the crime profits. Each component operates independently but collaborates to achieve the overall goal, similar to how legitimate businesses collaborate within a supply chain (Ben-Itzhak, 2008)

²⁸ According to Bora (2024b) *Exploitation tools* are used to identify and exploit vulnerabilities in software or systems. Exploits are specifically crafted to take advantage of weaknesses in software or network protocols, while *botnets* consist of networks of compromised computers controlled by a single entity for malicious purposes.

²⁹ *Tools to attack commercial databases* encompasses various techniques aimed at compromising commercial databases for illegal purposes. Examples include *Phishing*, which involves fraudulent attempts to obtain sensitive information such as usernames, passwords, and credit card details by posing as a trustworthy entity, and *Pharming* which redirects website traffic to fraudulent websites for the purpose of stealing personal information.

³⁰ Bora (2024c) understands that *crimewares* refers to a category of virus based malicious software designed to carry out criminal activities, such as *Viruses, Trojans, and Keyloggers*. *Viruses* are self-replicating programs that spread by attaching themselves to other files or programs, while *Trojans* disguise themselves as legitimate software to trick users into installing them, and *keyloggers* record keystrokes to capture sensitive information like passwords and credit card numbers.

³¹ Giddens (1991) discusses how *trust* in formal institutions (such as governments and financial systems) is crucial in modern societies. When such *trust* erodes, individuals and groups may seek alternative, often illicit, ways to achieve their goals, this way the rise of ransomware attacks in Brazil can be seen as a symptom of weakened *institutional trust*.

outside the boundaries of the state's authority (Castells, 1996; Van Dijlk, 2020; Melo, 2019; Maras, 2019).

Maras (2019) understands that *Deepfakes*, similarly to ransomware, also represents a new frontier of cybercriminal activity. By leveraging advanced artificial intelligence, cybercriminals can create convincing but entirely fictitious videos, audio clips, or images that manipulate public opinion or defraud individuals. The ability to create *hyper-realistic digital identities* without the constraints of physical reality exposes the fragile boundary between the *real* and the *virtual* (Baudrillard, 1994). These crimes are emblematic of the broader trends of *symbolic manipulation* and *technological subjugation* (Castells, 1996 Quijano, 2000; Mbembe, 2021). They highlight the vulnerability of contemporary society to digital exploitation, as the very fabric of truth and reality can be digitally *reconstructed*, *manipulated*, and *weaponized* to criminal ends (Maras, 2019).

Brazil sits at the intersection of global technological integration and local socio-economic challenges; its *status* allows it to both benefit from technological advancements and fall victim to their exploitations. In the Brazilian paradigm, there is an uneven development, and integration into the global market has resulted in this increased vulnerability to external shocks and opportunities for growth driven by *technology* (Melo, 2019). In Brazil, *Cybercrime* reflects a global trend toward increasingly sophisticated and organized digital criminal activities³², becoming clear that the structural conditions of cybercrime in Brazil³³ are expansive and well-coordinated illegal operations. In 2014, it was ranked number one by

³² According to CNN Brazil, the operation, called *Operação Guardião*, conducted by Pará's Civil Police with support from São Paulo's Civil Police, arrested 32 individuals involved in cybercrimes. The targets included criminal networks responsible for scams like fake vehicle auctions, fraud on sales platforms, WhatsApp account hacking, and crimes against children, such as child pornography and cyberbullying. Authorities carried out 103 search warrants across 12 municipalities in São Paulo. The schemes mainly victimized people in Pará and other Brazilian regions. Accessed in 29/12/2024, CNN Brasil. (2024). *Police operation against cybercrimes arrests 32 people in São Paulo*. Available at: <https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/operacao-policial-contra-crimes-ciberneticos-prende-32-pessoas-em-sao-paulo/>

³³ Messaging platforms in Brazil are essential tools for Brazilian cybercriminals. These mainstream messaging apps operate in specialized dark web marketplaces, serving, as we know, as hubs for the sale of stolen data, hacking tools, and other illicit services. And according to Security Affairs (2014), the existence of such localized platforms underscores the adaptability and market-focused strategies of Brazilian cybercriminals, enabling them to thrive in a rapidly evolving digital landscape.

Kaspersky Lab for banking malware attacks, with nearly 300,000 compromised users. The persistence of such crimes highlights vulnerabilities in financial systems and the pressing need for enhanced cybersecurity measures. Brazil has been a hotspot for several types of cybercrimes^{34 35}; in 2022, according to IBM (2024) the average cost of a data breach for Brazilian companies was approximately US\$4.35 million. The country consistently ranks among the top countries globally for cybercrime, particularly in banking fraud and financial malware. A recent report by Symantec (2023), a cyber-security company, places Brazil in third place globally in terms of sources of *malware*, *bots*, *spam*, and *phishing attacks*, with 5.4% of global threat detections originating in the country. The number of Brazilians using the internet has increased from less than 3% of the population in 2000, to more than 66% in 2016³⁶.

According to Security Affairs (2014), the Brazilian underground, in relation to other major epicenters of cybercrime such as Russia, China, and the USA, is *distinct* due to the availability of training services. These services are often accessible to individuals with minimal experience in cybercrime, providing a pathway for new recruits to gain expertise and participate in illegal activities.

³⁴ According to the Igarapé Institute (2018), during the 2016 Olympics in Brazil, ATMs, restaurants and shopping venues, were the main targets for *credit card skimming*, *cloning scams*, and more sophisticated crime techniques such as *radio frequency interception* (RFI). The targets of cybercrime in Brazil are not limited to government agencies and large organizations. Regular citizens, visitors, and small and medium-sized businesses are also frequently targeted. The Brazilian authorities reported more than 100,000 instances of internet related fraud in 2016. According to the Brazilian Federation of Banks (*Federação Brasileira de Bancos: Febraban*), more than 50% of all financial transactions in Brazil are made using internet-connected devices, generating significant scope for cyber theft.

³⁵ According to Security Affairs (2014), Brazil has a lack of concrete laws and limited law enforcement agency resources that address cybercrime in the country. Additionally, the technological and consumer landscape in Brazil, which has a 50% *Internet penetration rate*, and a 69% *credit card penetration rate*, has made the country all too appealing for cybercriminals. However, another factor may have also contributed to Brazilian cybercrime: the existence of a flexible underground market with different offerings, ranging from banking Trojan development to online fraud training.

³⁶ In line with this, the number of reported cyberattacks has also climbed sharply, from fewer than 10,000 per year when Brazil first began keeping track in 1999, to a peak of more than one million reported attacks in 2014, the year that Brazil hosted the FIFA World Cup. More than half of all reported attacks in 2015 and 2016 originated inside Brazil, followed by attacks from within China and the United States.

We can see an ecosystem that helps proliferate illicit activities, and the most used primary venues for this proliferation are the messaging platforms, such as WhatsApp and Telegram³⁷, the dark web marketplaces. The Brazilian underground ecosystem is thus considered a prominent market for *cybercriminal apprentices*, where newcomers can quickly learn, practice and instruct illicit activities. In contrast to other regions, where expertise is typically more centralized and difficult to attain, like Russia or China, the Brazilian ecosystem offers a more open environment for aspiring cybercriminals to hone their skills, making it a key player in the global cybercrime landscape. I understand that The Brazilian cyber criminals seem to be more ruthless in the use of media platforms like Facebook, YouTube, Twitter, Skype, and WhatsApp, differently from Russian and Chinese players that usually hide in the *Deep Web* and use tools that ordinary users do not.

“What distinguishes the Brazilian underground from others is the fact that it also offers training services for cybercriminal wannabes,” according to the whitepaper. Cybercriminals in Brazil particularly offer FUD (fully undetectable) *crypter* programming and fraud training by selling *how-to* videos and providing support services via Skype. Anyone who is Internet savvy and has basic computing knowledge and skill can avail of training services to become cybercriminals. How-to videos and forums where they can exchange information with peers abound underground. Several trainers offer services as well. They even offer support when training ends” (Security Affairs, 2014, p.10)

As it can be seen, the statement highlights a unique characteristic of the Brazilian underground cybercriminal ecosystem, its focus on education and accessibility for aspiring cybercriminals. It is the *democratization of cybercrime*, where barriers to entry are reduced by the availability of resources. By lowering the technical expertise required, these services enable individuals with basic computing knowledge to *participate*. The use of mainstream platforms for direct

³⁷ According to CNN Brazil (2024), a report by *SafeNet* reveals that over 1 million Brazilians are involved in groups linked to *child pornography*, mainly on Telegram. The organization identified active links facilitating these crimes, with some communities hosting over 1.25 million users. The findings were submitted to Brazil's Federal Public Ministry to support investigations. Telegram, while claiming to use AI and moderators to fight such content, faces criticism due to the alarming scale of the issue, highlighting challenges in combating this crime. Accessed in 29/12/2024 available in : CNN Brasil. (2024). *Um milhão de brasileiros participam de grupos com pornografia infantil, diz relatório*. Retrieved from <https://www.cnnbrasil.com.br>. (One million Brazilians are part of groups sharing child pornography, according to report).

support is a telling sign of how accessible these illicit activities have become, blurring the line between professionalized crime and opportunistic ventures. This accessibility is particularly concerning as it creates a pipeline for continuous growth of cybercriminal networks.

By embedding training services within their operations, Brazilian cybercriminals are not just conducting crimes but actively investing in the development of future perpetrators. This also contributes to the perpetuation of advanced threats globally, as the techniques and tools honed in this underground ecosystem are likely to spread across international boundaries.

Conclusion

The concept of *digital brutality*, rooted in Achille Mbembe's theoretical framework, provides a powerful analytical lens for understanding how technological systems, imported and uncritically adopted, exacerbate existing inequalities and foster exploitative environments in Brazil. Algorithmic structures dictate parameters of visibility and engagement. These digital spaces amplify certain emotions and embed them with *traceability* and *predictability* of human behavior to be weaponized against them.

In my body of work, *Modern Brazil*, served as a case study to examine the entangled relationships between technology, socio-economic asymmetries and colonial historical legacies. *Cybercrime in Brazil* is a pressing issue with far-reaching implications that connects with themes of *colonial heritage*, *economic stability* and *public security*. The intersection with *technolatrty* and the rampant growth of cybercrimes show us that there is an urgent need for a multifaceted approach to address this complex social and technological phenomenon. However, it is equally crucial to underline the importance of a *decolonial consciousness* in these initiatives.

I believe that sociological understandings of the historical and structural inequalities that shape Brazil's socio-digital landscape are essential to address how power imbalances and systemic exclusions continue to influence technology and cybercrime. In Brazil, these historical legacies have been magnified, with marginalized groups facing greater vulnerability to cybercrimes, either as *perpetrators* or *victims*. This paradigm is compounded by the *digital*

divide, where disadvantaged communities struggle with limited access to technology and cybersecurity knowledge, leaving them more susceptible to cybercriminal activities.

Brazil lives a *digital brutalist experience* and the detachment from traditional regulatory frameworks, the lack of robust cybersecurity measures, and the widespread use of unsecured digital platforms make it an ideal target for cybercriminals. And this vulnerability is also compounded by a reactive governmental approach that often lags behind the pace of *technological advancement*, further entrenching societal inequalities and exposing marginalized populations to heightened risks. Ultimately, the convergence of digital transformation, criminal activity, and socio-political dynamics in Brazil is an understudied multifaceted phenomenon that shows us that *technological innovation*, when uncritically adopted within this context of inequality, becomes both a *tool of power* and a *mechanism for systemic exploitation*.

I tried to highlight that, in Brazil, proactive governance and robust cybersecurity infrastructure is not enough to change the fundamental conceptuality and beliefs intertwined *in and through* technology. I believe that incorporating *decolonial consciousness* into the approach of Cybercrime in Brazil helps us recognize the existence of deep-rooted social issues and understand how they intertwine with the rise of digital technologies. It requires addressing not only the technical aspects of cybercrime but also the socio-economic inequalities that exacerbate it. By doing so, initiatives aimed at combating cybercrime could have a chance of becoming more inclusive, equitable, and effective, consequently ensuring that all digital ecosystems are accessible, secure, and just for all, regardless of socio-economic background. This framework would enable Brazil to confront cybercrimes while also addressing the historical imbalances that continue to affect its *digital future*.

In this sense, *enhanced international cooperation* is essential, the transnational nature of cybercrime demands stronger alliances between Brazil and global law enforcement agencies to share best practices, intelligence, and resources, through which Brazil can bolster its ability to combat cyber threats that transcend national borders, fostering a more secure digital environment. Alongside these efforts, public awareness campaigns play a vital role in

reducing individual and systemic vulnerabilities. Educating citizens and organizations about cybercrime risks and preventive measures can foster a culture of digital responsibility, encouraging safer online practices that mitigate potential threats. Ultimately, addressing these challenges requires a holistic strategy that integrates technological advancements, international collaboration, and sociological insights. By doing so, Brazil can not only confront the proliferation of cybercrimes but also navigate the complexities of the digital era with greater resilience and equity in the digital ecosystem.

I share Mbembe's perspective and also defend a new *global consciousness*, one that emphasizes repair, solidarity, and the reconstruction of communities in the face of all this overwhelming adversity. A vision of *new politics* that is not simply about *resistance* but about the *creation* of new ways for living beings *to live*. Ways to flourish our existence in the world, ways to provide mutual aid, and acquire ecological responsibility, but above all, recognize our *shared humanity*. The *scars of history* are not erased but must be woven into a tapestry of *renewal*. History should not be forgotten but rather acknowledged and used as part of positive transformation.

A *new consciousness* must sing across borders; its rhythm should resonate justice, and its melody should pulse in the veins of every community in *Latin America* and across the *Global South*. We should envision a reckoning of this world, and in its ruins, transform the future into a fertile ground for *collective growth*.

Curing political and historical injustice is a complex task that goes beyond structures and human eyes; it should reach the *soul* of individuals and societies, help us *cultivate* and celebrate a positive *interconnectedness* among us through the proliferation of new *human springs*.

The *Tupi-Guarani* are a group of indigenous people that belong to the *Tupi* linguistic branch, one of the main indigenous language families in *South America*. They believe that healing the *earth* is a *spiritual* and ethical act, recognizing the intrinsic connection between ecological well-being and the collective health of *humanity*. They understand that by caring for the soil,

waters, and ecosystems, we also care for our *essence*, restoring a lost balance between *nature and our existential condition*. This perspective resonates and views the earth as a *living organism*, where the repair of the external world directly reflects inner *harmony*, awakening a consciousness of shared responsibility and profound reconnection.

We conclude with the following *reflection*, as expressed in Tupi-Guarani:

Ñandé jereko jevy yvy rehe ha ñandéve voi.

Tataendy ñandé rupa ha ñande kuarasy ombopohé ñande ayvu.

Which translates to:

“Let us reconnect with the world and, with it, ourselves.”

“Let us heal the *earth*, and by doing so, heal our *soul*.”

Referências bibliográficas

- AHMED, S. (2004), *The Cultural Politics of Emotion*, Edinburgh, Edinburgh University Press.
- BORA, S. S. M. (2020), “Understanding neoliberalism through racial discrimination: An approach to the mass incarceration problem in Brazilian prison system”, *Revista Debates Insubmissos*, Pernambuco Federal University (UFPE). Ano 3, 3 (10), mai. /ago. ISSN 2595-2803.
- BORA, S. (2024a). *Poscolonialismo y selectividad racial en el sistema punitivo brasileño: Un análisis criminológico del paradigma del encarcelamiento masivo*. *Crítica Penal y Poder*, (27). <https://doi.org/10.1344/cpyp.2024.27.47093>
- _____ (2024b). *IaaS Cloud Model Security Issues: Vulnerabilities and the most common attacks*. *RECIC Revista de Ciência da Computação*, ISSN 2596-2701, 1 jun. 2024.
- _____ (2024c). *Fundamentals of intrusion detection and prevention system in cloud environments*. *Revista Processando o Saber*, 17 abr. 2024.
- BAUDRILLARD, J. (1993), *The transparency of evil: Essays on extreme phenomena* (J. Benedict, Trans.), Verso. (Original work published 1990)

_____ (1994), *Simulacra and simulation* (S. F. Glaser, Trans.), University of Michigan Press. (Original work published 1981)

BENT-IZTHAK, Y. (2008), "Cybercrime and the Challenges of International Cooperation", In: Tatiana Tropina, Cian Callanan (Eds.), *Organized Crime in Cyberspace: An Analysis of Cybercrime and Measures to Combat It*, Bielefeld: transcript Verlag, p. 47–62.

BAUMAN, Z. (1999), *Liquid modernity*, Cambridge, Polity Press.

_____ (2003), *Liquid love: On the frailty of human bonds*, Cambridge, Polity Press.

_____ (2006), *Liquid fear*, Cambridge, Polity Press.

BAUMAN, Z., (2013), *Liquid surveillance: A conversation*, Cambridge, Polity Press.

BOYER, C. (2019), *Brutalism: The power of architecture*, New Haven, Yale University Press.

BROWN, W. (2015), *Undoing the demos: Neoliberalism's stealth revolution*, Cambridge, Zone Books.

CASTELLS, M. (1996), *The rise of the network society* (Vol. 1), Oxford, Blackwell Publishers.

FUCHS, C. (2017). *Social media: A critical introduction* (2nd ed.), SAGE Publications.

GOLDHAGEN, S. W., & LEGAULT, S. (2000), *Anxious Modernisms: Experimentation in Postwar Architectural Culture*, Cambridge, MIT Press.

GRAHAM, S. (1998), "The end of geography or the explosion of place? Conceptualizing space, place and information technology", *Progress in Human Geography*, 22(2), 165–185.

IGARAPÉ INSTITUTE. (2018). *Brazil struggles with effective cyber-crime response*. Retrieved December 29, 2024, from <https://igarape.org.br/en/brazil-struggles-with-effective-cyber-crime-response>.

IBM Security (2024). *Cost of a Data Breach Report 2024*. Cambridge, MA: IBM Corporation, Disponível em: <https://newsroom.ibm.com/2024-07-30-ibm-report-escalating-data-breach-disruption-pushes-costs-to-new-highs>. Acesso em: 4 jun. 2025.

LIPOVETSKY, G. (2005). *A era do vazio: Ensaio sobre o individualismo contemporâneo* (M. P. Rouanet, Trad.), São Paulo, Manole. (Obra original publicada em 1983).

MARAS, M. H. (2019), "Deepfakes and the coming infocalypse: A survey of the state of the art and future challenges", *International Journal of Cybersecurity and Digital Forensics*, 2(1), 41–61.

MARTIN, J. (2014), *Drugs on the dark net: How cryptomarkets are transforming the global trade in illicit drugs*, Londres, Palgrave Macmillan.

MBEMBE, A. (2019), *Necropolitics*, North Carolina, Duke University Press.

MBEMBE, A. (2021), *Brutalismo*, São Paulo: n-1 edições.

MIGNOLO, W. (2017) Colonialidade: o lado mais escuro da modernidade. Tradução de Marco Oliveira. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, 32 (94), e329402, Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbcsoc/a/nKwQNPrx5Zr3yrMjh7tCZVk/?lang=pt>. Acesso em: 4 jun. 2025.

MELO, M. A. (2019), "Digital transformation and development in Latin America: Beyond dependency theory", *Latin American Politics and Society*, 61(3), 1–23.

MOREIRA, R., & AMADO, G. (2019). *The rise of digital crime in Brazil: The vulnerabilities of a developing economy*. *Journal of Cybersecurity and Digital Justice*, 4(2), 123–135. <https://doi.org/10.1000/jcdi.2019.004>

NASCIMENTO, L. (2018), "Cybersecurity in Brazil: A reactive approach to digital crime", *Brazilian Journal of Technology and Law*, 12(1), 45–58. <https://doi.org/10.1000/bjtl.2018.012>

QUIJANO, A. (2000), "Coloniality of Power, Eurocentrism, and Latin America", *Nepantla: Views from South*, 1(3), 533–580.

SIMMEL, G. *The Metropolis and Mental Life*. In: Simmel, G. *The Sociology of Georg Simmel*. Translated and edited by Kurt H. Wolff. New York: Free Press, 1950.

SPIVAK, G. C. (1999), *A critique of postcolonial reason: Toward a history of the vanishing present*, Cambridge: Harvard University Press.

SECURITY AFFAIRS (2014), *Brazilian underground cyber market*. Retrieved from https://securityaffairs.com/30350/cyber-crime/brazilian-underground-cyber-market.html?utm_source=chatgpt.com

SYMANTEC (2023), *Cybersecurity threat report*, Symantec. Retrieved from <https://www.symantec.com>

TROPINA, T. (2024), "Organized crime in cyberspace", In Heinrich-Böll-Stiftung & R. Schönenberg (Eds.), *Transnational organized crime: Analyses of a global challenge to*

democracy (pp. 85–104), Bielefeld, Transcript Verlag. Retrieved from <https://www.jstor.org/stable/j.ctv1fxh0d.8>

UNITED NATIONS (2010), *Recent developments in the use of science and technology by offenders and by competent authorities in fighting crime, including the case of cybercrime*, Twelfth United Nations Congress on Crime Prevention and Criminal Justice (Working Paper V.10-50382). Salvador, Brazil, April 12–19.

VAN DIJK, Jan A. G. M. (2020), *The Digital Divide*, Cambridge: Polity Press.

WALL, D. S. (2007), *Cybercrime: The transformation of crime in the information age*, Cambridge, Polity Press.

WALLERSTEIN, I. (2004), *World-systems analysis: An introduction*, North Carolina, Duke University Press.

ZUBOFF, S. (2019), *The age of surveillance capitalism: The fight for a human future at the new frontier of power*, New York, PublicAffairs.

Siddharth S.M. Bora.

PhD Candidate at the University of Coimbra, Portugal. Faculty of Economics, Department of Sociology. Rua Doutor Henrique Seco, n.08, 3000-145 Coimbra. ORCID ID: 0000-0002-3908-3101.

E-mail: sbora08@gmail.com

O grunge e a moda, uma brevíssima introdução¹

Henrique Grimaldi Figueredo

Instituto de Artes e Design da Universidade Federal de Juiz de Fora (IAD/UFJF)

Artigo recebido a 23/03/2025.

Aceite para publicação a 21/05/2025.

Resumo

Este ensaio baseia-se na sociologia da juventude e nos estudos culturais para analisar formas marginais de expressão de vestuário, em especial o estilo grunge. Nascido das tensões e dos valores da juventude nas décadas de 1980 e 1990, esse estilo baseado em Seattle pode ser compreendido como um guarda-roupa ideológico. A análise traça sua apropriação pela indústria da moda, sua codificação gradual e a transformação de seus significados discursivos. Ao estudar essa dinâmica de estetização, o ensaio lança luz sobre os mecanismos de transformação cultural, reconfiguração simbólica e circulação da cultura vestível no espaço social, revelando questões sociais ligadas tanto à moda quanto à cultura juvenil.

Palavras-chave: Grunge; Cultura de moda; Década de 1990.

Grunge and fashion, a very brief introduction

Abstract

This essay draws on the sociology of youth and cultural studies to analyze marginal forms of clothing expression, in particular the grunge style. Born out of the tensions and values of youth in the 1980s and 1990s, this Seattle-based style had a contest dimension. The analysis traces its recovery by the fashion industry, its gradual codification and the transformation of its ideological meanings. By studying this aestheticization, the essay sheds light on the mechanisms of cultural transformation, symbolic reconfiguration and circulation of clothing styles in the social space, revealing the social issues linked to fashion and youth culture.

Keywords: Grunge; Dress culture; 1990s.

¹ Algumas das ideias articuladas nesse ensaio foram debatidas brevemente na conferência “*O grunge e a moda: estilo juvenil e representações midiáticas*”, ministrada no Instituto de Sociologia da Universidade do Porto (UPORTO), em 16/05/2025, a convite da cadeira de Sociologia da Comunicação e dos Media.

Grunge et mode, une brève introduction

Résumé

Cet essai mobilise la sociologie de la jeunesse et les études culturelles pour analyser des formes d'expression vestimentaire marginales, en particulier le style grunge. Issu des tensions et valeurs de la jeunesse des années 1980-1990, ce style ancré à Seattle portait une dimension contestataire. L'analyse retrace sa récupération par l'industrie de la mode, sa codification progressive et la transformation de ses significations idéologiques. En étudiant cette esthétisation, l'essai éclaire les mécanismes de récupération culturelle, de reconfiguration symbolique et de circulation des styles vestimentaires dans l'espace social, révélant les enjeux sociaux liés à la mode et à la culture juvénile.

Mots-clés: Grunge; Culture vestimentaire; 1990s.

Grunge y la moda, una brevísima introducción

Resumen

Este ensayo se basa en la sociología de la juventud y los estudios culturales para analizar formas marginales de expresión indumentaria, en particular el estilo grunge. Nacido de las tensiones y los valores de la juventud de los años ochenta y noventa, este estilo de Seattle tenía una dimensión contestataria. El análisis rastrea su recuperación por la industria de la moda, su codificación gradual y la transformación de sus significados ideológicos. Al estudiar esta estetización, el ensayo arroja luz sobre los mecanismos de recuperación cultural, reconfiguración simbólica y circulación de los estilos de vestir en el espacio social, revelando las cuestiones sociales vinculadas a la moda y la cultura juvenil.

Palabras clave: Grunge; Cultura del vestir; Década de 1990.

You write about this shit, and you're suddenly the spokesman for a fuckin' generation... any generation that would pick Kurt or me as its spokesman – that must be a pretty fucked up generation, don't you think? I mean, that generation must be really fucked up (Eddie Vedder, vocalista da banda Pearl Jam).

Introdução

Para o antropólogo Daniel Miller (1994), a cultura material é um campo que procura apreender a dimensão social dos artefatos que produzimos e consumimos coletivamente,

interessando-se, ademais, pelo modo com que as coisas, dotadas de sentido social, são circuladas e inseridas em sistemas simbólicos mais amplos².

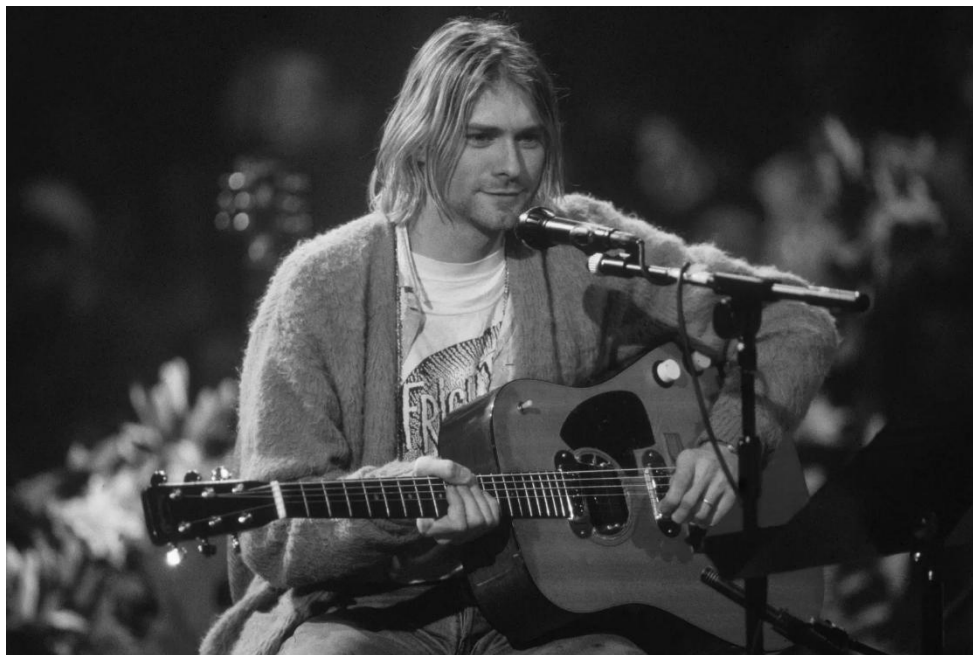
Pensados a partir de seus usos sociais, os artefatos inscrevem-se em pelo menos três situações fenomenológicas. Há aqueles que possuem um fim ou uso material pouco variável – uma chaleira, na ordem de seu design, deve responder a uma demanda imposta por uma questão utilitária, aquecer líquidos – e outros que, desde sua concepção, veem-se desvinculados de uma função prática, é o caso dos objetos confeccionados para uso ritual ou artístico (Mauss, 2003). Uma terceira possibilidade – e aqui a que mais nos interessa – é aquela na qual certos objetos absolutamente comuns são transubstanciados para comportar uma dimensão simbólica sem relação direta com seu aspecto originário. Este seria o caso, por exemplo, de instrumentos ordinários cujo sentido é alterado quando empregados em situações de magia cerimonial – um objeto comum adquirido em um supermercado pode ganhar função mágica quando trasladado ao universo da umbanda, por exemplo (Bastide, 1997) – ou ainda de indumentárias que, por complexas situações sócio históricas, tornam-se verdadeiros ícones culturais.

A década de 1990 – ou o que se convencionou associar, em termos de imaginário social, aos anos 90 – possui um conjunto particularmente robusto de artefatos vestíveis cambiados em efígies culturais. Para a jornalista e crítica cultural Begoña Urzaiz (2022), entre eles podemos encontrar o moletom da Virgin Airlines que Lady Diana Spencer usou um dia ao sair da academia; a calça Tommy Hilfiger da cantora e atriz Aaliyah; o conjunto de blazer e saia plissada, estampada em xadrez amarelo, utilizado por Alicia Silverstone em *Clueless* (1995); o vestido de noiva de Jennifer Aniston do piloto de *Friends* (1994-2004), e o cardigã desgastado que o cantor Kurt Cobain usou em 18 de novembro de 1993, ao gravar o MTV Unplugged com o Nirvana, em Nova York [Figura 1]. Se, como argumenta Dick Hebdige (2018), a matéria-prima da história pode ser refratada, mantida e manipulada na linha de um casaco mod ou nas solas

² Segundo a antropóloga Tania Lima (2011), a emergência, manutenção e transformação dos sistemas socioculturais fundamenta-se em três dimensões inter-relacionadas que estruturam a vida social – espaço, tempo e forma. Posto tal quadro conceitual, pode-se dizer então que as investigações em cultura material se dedicam justamente a esta última, a forma, encarando-a a partir de uma grandeza arqueológica, indicial, dos sujeitos e seus modos de vida.

dos sapatos de um teddy boy, esses objetos vestíveis da história recente (o cardigã de Cobain incluído) permitiriam recompor ao menos uma parte da paisagem cultural da última década do século XX, de suas ansiedades, valores e dinâmicas sociais.

Figura 1 – Kurt Cobain na gravação do MTV Unplugged. Novembro de 1993.



Fonte: Rolling Stone.

Imortalizado na cultura popular através da gravação do acústico para a MTV – cinco meses antes de seu suicídio, em abril de 1994 – o cardigã verde-oliva com cinco botões (um deles faltando) e uma queimadura de cigarro foi combinado com uma camiseta Frightwig, tênis Converse sujos e jeans, uma espécie de versão canônica do uniforme grunge (Urzaiz, 2022).

Segundo a historiadora Kimberly Chrisman-Campbell, em entrevista a Brenna Ehrlich (2019), o emblemático cardigã de Cobain teria sido produzido na primeira metade dos anos 1970 pela marca Manhattan Industries. Desde o final dos anos 1960, associado à imagem amigável do Sr. Rogers (personagem popularizado em um programa infantil estadunidense), o cardigã da Manhattan trazia em sua etiqueta o logotipo de um barco e um esquiador, sublinhando que se tratava da vestimenta de lazer de um homem rico — a roupa de fim de semana de um trabalhador de colarinho branco que, de segunda a sexta, portava um terno de flanela cinza. Para Campbell (2019), uma vez destituído desse lugar de classe, o suéter provavelmente foi

adquirido por alguns dólares em uma das muitas lojas de roupas de segunda mão em Seattle na década de 1990.

Após a morte do cantor, a peça, presenteada por Courtney Love – vocalista da banda Hole e esposa de Cobain – a Jackie Ferry, babá de sua filha, Frances, foi vendida em leilão em 2015 pela impressionante marca de U\$S 137.500 dólares. Quatro anos mais tarde, em 2019, em um pregão da casa de leilão nova-iorquina, Julien's, o cardigã seria arrematado por U\$S 334.000 dólares. Com uma impressionante adesão na cultura visual da Geração X (e também para parte significativa dos Millennials), o que isso significa na prática?

Desde sua morte, o cardigã de Cobain foi transformado em depositário de um símbolo – os anos 1990, o grunge e tudo aquilo que significou. Nas palavras de Peter Stallybrass (2008: 14), “a roupa tende a estar poderosamente associada com a memória ou, para dizer de forma mais forte, a roupa é um tipo de memória. Quando a pessoa está ausente ou morre, a roupa absorve sua presença ausente”. Segundo essa perspectiva, na qual a roupa torna-se um tipo de relicário, os puídos nos cotovelos de uma jaqueta ou numa manga – no caso do cardigã, um botão desaparecido e um furo deixado pela brasa de um cigarro³ – não representam mais o ônus da longa vida do objeto, sendo, ao contrário, convertidos em verdadeiros resíduos memoriais. “Esses puídos lembravam o corpo que tinha habitado a vestimenta. Eles memorizavam a interação, a constituição mútua entre pessoa e coisa” (Stallybrass, 2008: 66).

De caráter totêmico – pois sintetiza a essência do elemento perdido ou cultuado – a “mágica da roupa está no fato de que ela nos recebe: recebe nosso cheiro, nosso suor; recebe até mesmo nossa forma” (Stallybrass, 2008: 10). Esvaziando algumas das principais bandeiras do pensamento positivista para comportar as dimensões cognitivas e ideacionais do passado, esse poder adquirido por algumas indumentárias consagradas através dessa blindagem memorial é o que explica uma peça, adquirida por alguns trocados nos anos 90, alcançar,

³ Transcrição do catálogo da casa de leilão Julien's (2019): “A blend of acrylic, mohair and Lycra with five-button closure (one button absent), with two exterior pockets, a burn hole and discoloration near left pocket and discoloration on right pocket, size medium”.

quase três décadas depois, um espantoso valor de mercado. Nela se precifica – ao menos metaforicamente – a intangível dimensão de uma lembrança.

O cardigã de Cobain, um objeto síntese ao qual se confere uma dimensão quase mágica – em termos de representação parece materializar com algum sucesso metonímico o que foram os anos 1990 – torna-se aqui preâmbulo de uma discussão mais profunda, a relação entre aquilo que se convencionou chamar de estilo grunge e a moda. De caráter ensaístico e tendo como pano de fundo o aporte teórico sobre as cenas culturais juvenis desde a Escola de Birmingham (Hebdige, 2018), assim como uma sociologia/antropologia da juventude (Feixa, 1998), faremos primeiro uma breve contextualização do grunge em seu território endêmico – suas estéticas, sonoridades e significados para Seattle e região – para depois pensar, em termos de estilo, a formação de um código vestimentar fabulado pela mídia e a forma como os elementos atitudinais e estilísticos dessa juventude foram sendo paulatinamente apropriados pelo *mainstream*.

1. A desencantada Geração X

Segundo o geógrafo social chileno, Carlos Sierralta (2004), no final dos anos 1980, os Estados Unidos experimentaram um inédito fenômeno social: a Geração X, com sua atitude apática, melancólica e queixosa, resistente ao consumo e pessimista quanto ao futuro laboral, tomava a mídia (Coupland, 1991). Desprovida do “acervo valórico da geração anterior”, dela se diz a “geração sem pais”, produto das altas taxas de divórcio dos *baby boomers* (Sierralta, 2004: 2, tradução nossa). Simbolizando um momento de inflexão na cultura estadunidense,

“Não é gratuita a referência à Geração X como um coletivo “sem infância”, uma vez que se tratam daqueles indivíduos que tiveram de lidar com a formação competitiva e materialista de seus pais, ao passo que se produziam estas avarias institucionais que os deixavam menos protegidos frente à vida. Este fenômeno geracional alcançou uma notoriedade midiática singular em todo o mundo através do movimento grunge, que a partir da música interpretava este inconformismo característico, (...) Descendentes do criticismo antissistêmico do punk e da acidez do folk, estas bandas refletem a angústia de uma época e os problemas de um sistema em crise. Como corrente musical, significou a quebra de uma década na qual o

mainstream esteve dominado pelo pop e o glam rock, ambos caracterizados por um vazio de conteúdo. Parafraseando Cobain, líder dos Nirvana, era possível sentir o cheiro de angústia no ar. Em “Smells Like Teen Spirit” (“cheira a espírito adolescente”, mas também ao famoso desodorante), Cobain declara: I’m worse at what I do best / And for this gift I feel blessed” (Sierralta, 2004: 2, tradução nossa).

Vivendo as profundas transformações políticas, econômicas, sociais e culturais que marcaram o fim do milênio – da pandemia mundial de HIV aos genocídios televisionados em Ruanda e Bósnia; da queda do Muro de Berlim às catástrofes de cunho socioambiental (Exxon Valdez, Chernobyl, etc.), da polarização Oriente muçulmano/Ocidente cristão à ubiquidade e velocidade dos avanços tecnológicos (a clonagem da ovelha Dolly, a internet, etc.) – há nessa geração uma medida de angústia e desencantamento que se faz notória em parte de sua música, de sua arte e de seus heróis (diga-se, de seus anti-heróis). Logo, se o punk nos anos 1970 foi, como argumentam Mike Dines e Matthew Worley (2016), a estética da nossa ira (“*the aesthetic of our anger*”), o grunge, em seu turno, simbolizou uma estética da ansiedade que infiltrou e transformou radicalmente modos de ser e pensar. Uma “revolução acidental”, como descreveu o jornalista e crítico cultural Kyle Anderson (2007), – isto é, menos um movimento e mais um *ethos* – suas implicações foram significativas sobre uma parcela da juventude urbana de meados dos anos 1980 em diante. Em outras palavras, o grunge foi a paisagem que deu forma às sensibilidades noventistas, uma história sem a qual a década de 1990 não se efetiva.

Evidentemente, nenhum grupo gosta de se ver reduzido a um rótulo, sobretudo quando este é aplicado de forma aparentemente indiscriminada pela mídia, como foi o caso do grunge, “depois que o Nirvana alcançou o estrelato no outono de 1991 com o primeiro single de *Nevermind*” (Yarm, 2011: 13, tradução nossa). Associado deliberadamente a todos aqueles grupos cuja música caracteriza-se por guitarras “sujas” e as estéticas visuais e sonoras desleixadas das bandas de garagem – cuja raiz foi o punk dos anos 1970 (Steele, 1997) – o grunge rapidamente tornou-se uma etiqueta correlacionada pelos media a certos elementos “estilísticos”. Por exemplo, um segmento de notícias do início dos anos 90 na TV estadunidense – e no qual há uma breve entrevista com membros dos The Melvins⁴,

⁴ Grupo de rock surgido em 1983 em Montesano, Washington, EUA.

intitulados pelo especial de “*grandfathers of grunge*” – sintetiza “*they dress in flannel shirts and rip jeans and listen music played by groups with names like Nirvana, Smashing Pumpkins and Pearl Jam (...) they are sometimes called grunge, the next generation (...) grunge look is a urban lumberjack*”⁵.

Corrigindo essa “deformação” estética (ou estetizante), particularmente redutora, é possível argumentar que a terminologia “grunge” – muitas vezes menosprezada pelos próprios agentes identificados como tal⁶ – parecia dar conta de uma subcultura/cena que se materializou inicialmente em Seattle, Washington, e em seu entorno, de meados dos anos 1980 em diante.

Para a socióloga Catherine Strong (2011a), que recuperou a memória social do grunge, articulando um debate sobre os processos de formação da memória e seu papel na cultura popular,

“Com relação ao fato de o grunge ser uma subcultura, desde o auge da Escola de Birmingham (Hall e Jefferson, 1996; Hebdige, 1979[2018]), tem havido muito debate sobre a utilidade do conceito de subculturas. Sugeriu-se que esse dispositivo analítico é fundamentalmente falho, pois foi centrado apenas nos membros visualmente espetaculares desses grupos, desconsiderando assim as diferenças e mudanças dentro destes circuitos, bem como ignorando mulheres e meninas (Bennett, 1999; McRobbie e Garber, 1997; Redhead, 1997). Mais recentemente, as ideias da Escola de Birmingham foram revisitadas e reconceitualizadas para ampliar sua aplicabilidade e corrigir algumas das omissões do trabalho original (por exemplo, Thornton, 1995; Muggleton, 2000). Isso levou a uma situação em que o termo “subcultura” passa a ser frequentemente usado de forma intercambiável com “cena” e “comunidade” (Cohen, 1999: 239), com todas essas noções sugerindo um grupo que ainda é, de alguma forma, facilmente identificável e “especial” (Strong, 2011a: 7, tradução nossa).

⁵ Em tradução livre: “Eles se vestem com camisas de flanela e jeans rasgados e ouvem músicas tocadas por grupos com nomes como Nirvana, Smashing Pumpkins e Pearl Jam (...) às vezes são chamados de grunge, a próxima geração (...) o visual grunge é um lenhador urbano” Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Ry0x7OwQxKc>. Acesso 25/12/2024.

⁶ Esta dimensão torna-se visível sobretudo quando mapeados aqueles que em meu estudo classifico de “etnografias do grunge”, um conjunto de trabalhos jornalísticos e/ou escritos pela crítica especializada (Anderson, 2007; Prato, 2009; Henderson, 2021; Thompson, 2021) e que estavam preocupados em capturar uma “história oral” do movimento através de seus principais interlocutores.

Segundo Will Straw (1991), as cenas podem ser entendidas como territórios nos quais uma série de práticas culturais coexistem, interagindo umas com as outras dentro de múltiplos processos de diferenciação. A esta definição, assoma depois o contributo de Kahn-Harris (2004): as cenas transcendem o espaço e remetem para estados de relações entre indivíduos que partilham afinidades musicais, visuais e estéticas. Logo, para que uma cena se constitua, é necessário que existam arranjos materiais que possibilitem a realização de ações e práticas que um determinado grupo deseja desempenhar. Nesses termos, diferentes cenas irão se organizar a partir de diferentes tipos de espaços físicos ou por meio de um conjunto deles — bares, boates, ruas, galerias, lojas, eventos, clubes, etc. Em *Jazz Places*, Howard Becker (2004) descreve, por exemplo, como a cena jazz esteve, em seu início, organizada em clubes e bares de Kansas City (EUA) nas décadas de 1920-1930, sendo tais espaços imprescindíveis para a materialização e performance de relações e ideias.

Em outras palavras, as cenas são territórios simultaneamente materiais e simbólicos nos quais se vislumbram os dispositivos que corporificam um *ethos*. Ali se materializam lógicas próprias que em algumas situações podem emular e em outras contestar o regime imposto pela cultura hegemônica, assim como são produzidos e circulam valores com significados-chave para os grupos que delas participam (Thornton, 1995). Assim, embora existam disputas em relação à nomenclatura e quais bandas seriam ou não grunge, para Catherine Strong (2011a), a “cena” grunge é indissociável da cidade de Seattle e região (Feldman-Barrett, 2024) e da gravadora Sub Pop⁷.

Frequentemente descrito como um cruzamento entre o punk e o heavy metal (tendo como referenciais os Stooges e os Black Sabbath), musicalmente o grunge tinha um som “sombrio”, baseado em guitarras e em uma formação tradicional de rock – guitarra, baixo e bateria. Segundo Paula Guerra (2010, 2015, 2016), o som das bandas grunge foi propositalmente mantido como se ainda estivessem a tocar numa garagem, misturando-se ainda com o *indie rock* e o *hardcore*. Entre as principais bandas do movimento estariam (mas não só) Green

⁷ Gravadora independente fundada em 1986 por Jonathan Poneman e Bruce Pavitt em Seattle, a Sub Pop Records foi responsável por lançar boa parte das bandas que seriam posteriormente reconhecidas como grunge. O seu primeiro projeto, em 1987, foi o EP *Screaming Life*, do Soundgarden. Em 1988, lançaram dois álbuns centrais para o movimento, *Bleach*, dos Nirvana, e *Superfuzz Bigmuff*, dos Mudhoney.

River (*circa* 1983), Soundgarden (1984), Screaming Trees (1985), Nirvana (1987), Alice in Chains (1987), Mother Love Bone (1988), Mudhoney (1988) e Pearl Jam (1990).

Apesar do elemento territorial ter sido inicialmente decisivo para sua consolidação, o grunge rapidamente se globalizou e, como uma lente codificada a partir de certos elementos que a mídia reconhecia como “estilísticos”, foi utilizado para descrever tanto outras bandas estadunidenses (os Stone Temple Pilots (1989), de San Diego; L7 (1985) e Hole (1989), de Los Angeles; Babes in Toyland (1987), de Minneapolis, etc.), quanto grupos musicais que surgiram mais tardiamente (particularmente a partir de 1992) na Grã-Bretanha (Bush) e Austrália (Silverchair).

Já em relação ao recorte diacrônico mais apropriado para se pensar o grunge, há duas vertentes. Se para alguns teóricos mais ortodoxos o grunge encerra-se em 1994 – o marco temporal seria o suicídio de Kurt Cobain em abril daquele ano – para os musicistas o fenômeno tem outro significado. Como argumenta Mark Arm (ex-Green River e atual vocalista do Mudhoney, a quem é computada a invenção do termo “grunge”⁸), “odeio quando as pessoas dizem que um determinado tipo de música está morto. É uma ideia estúpida. É ver a música como um modismo, (...), como pode ter acabado enquanto ainda houver alguém escrevendo ou tocando músicas nesse estilo?” (Arm apud. Yarm, 2011: 14, tradução nossa) — o grunge, seja ele o que for, não está morto⁹.

⁸ Em entrevista a Yarm (2011: 206-207, tradução nossa), o vocalista dos Green River – e depois dos Mudhoney – reflete: Será que sou a pessoa responsável por cunhar o termo “grunge”? Acho que não. Em 1981, enviei uma carta a um fanzine escrita sob a perspectiva de um cara mal-humorado que teria ido conhecer a minha banda de merda na época, o Mr. Epp, e era uma carta de protesto falsa (sobre o grunge, o ruído). Você sabe, há muitas reviravoltas nessa coisa de publicidade! Mas a palavra “grunge” tinha aparecido ocasionalmente aqui e ali antes de eu usá-la. Steve Turner comprou uma reedição dos anos 70 de um disco do Rock 'n' Roll Trio e o encarte mencionava o ‘som sombrio da guitarra de Paul Burlison’. Era um texto dos anos setenta sobre um guitarrista dos anos cinquenta. Grunge era um adjetivo, eu nunca quis que fosse um substantivo. Se eu o usei, nunca foi com a intenção de cunhar um movimento, mas simplesmente como uma forma de descrever um som cru de *rock and roll*.

⁹ Os Melvins e o Mudhoney continuam tocando e três das quatro mais importantes grandes bandas de grunge (Pearl Jam, Alice in Chains e Soundgarden), estas duas últimas apesar da morte trágica de seus vocalistas, ainda estão em atividade.

2. O vestir como cultura: o vestuário grunge

Roupa é uma produção material, enquanto moda é uma produção simbólica. Com essa sentença, a socióloga Yuniya Kawamura (2004) quer dizer que as roupas, pensadas dentro de um sistema coerente de símbolos e arranjadas em relação ou em oposição umas às outras, produzem um efeito, há nelas uma intencionalidade que comunica certos desejos ou situações: é através de seu uso social que uma peça de indumentária ganha significado cultural. O vestir, ao menos do ângulo que observamos, possui uma faceta ideológica que não se deixa capturar com facilidade.

Mesmo assim, investigadores da área veem-se sempre constrangidos a concatenar uma resposta fácil acerca da relação entre as cenas culturais e o desenvolvimento de certos estilos ou modas. Demanda advinda da imperiosa necessidade humana em domesticar as coisas, essa exigência caminha ao encontro da definição, ainda que equivocada, de um glossário visual resolutivo da constrangedora multiplicidade de estilos que permeiam a contemporaneidade. Promovendo uma legibilidade de elementos imediatamente admissíveis a uma cultura vestimentar do punk, do grunge, do new age, do gótico, etc.; esse tipo de abordagem, que demanda uma resposta muito simples e coerente acerca dos estilos, encarcera mais do que emancipa os estudos sobre as formas, tendências e expressões identitárias através das roupas e dos ‘vestires’.

Lição ensinada por Dick Hebdige (2018) e Carles Feixa (1998) e depois aprofundada por outros sociólogos como Sarah Thornton (1995) e Andy Bennett (1999, 2000, 2018), os atravessamentos entre música, indumentária, posicionamento político e atitudinais, ainda que possíveis, são um tanto mais complexos do que se deixam retratar. Logo, se não há uma resposta simples para a questão “*quais são os elementos da ‘moda’ grunge?*”, é porque, na ordem de sua apreensão simbólica, torna-se necessário entender sua ocorrência endêmica e depois sua exportação midiática enquanto moda.

No que diz respeito aos agentes que integraram a cena grunge em Seattle e arredores, há alguma concordância acerca de seu vocabulário vestimentar. O uniforme para homens e mulheres foi, grosso modo, jeans velhos (de preferência rasgados), camisetas (de preferência

com logotipos de bandas), com outra camisa de manga comprida por baixo ou uma camisa de flanela (de preferência de segunda mão) por cima, e botas ou tênis. Em suma, uma roupa de rua simples, geralmente sem nenhuma parafernália visual, apesar de um tanto surrada, adquirida na maioria das vezes em brechós e bazares por alguns trocados. Um movimento anticonsumista em sua essência, quanto menos se gastava com as roupas, mais credibilidade (ou “coolness”¹⁰) se tinha (Strong, 2011a: 19).

Nos anos de 1980, o padrão estético era aquele do corpo saudável e visual atlético de supermodelos como Naomi Campbell, Christy Turlington, Cindy Crawford e Linda Evangelista. No entanto, em um mundo atravessado pela recessão econômica e profundos problemas de cunho social, as modelos que não se “levantavam da cama por menos de U\$S 10 mil dólares” (frase miticamente associada a Linda Evangelista) pouco representavam os ideais aspiracionais da juventude. Até a criação da revista i-D por Terry Jones, nos anos 1980, nenhuma publicação de moda parecia dar conta do que estava ocorrendo nas ruas. Foi somente naquele momento que a palavra ‘comercial’ se tornou uma afronta: tudo deveria ser antissistema e antimoda, isso era o grunge, um *ethos*, um estado de espírito, uma revolta de parte da Geração X frente a um mundo que lhes fora entregue em frangalhos.

Espécie de reação alérgica ao estabelecido, a produção criativa da cultura *underground* dos anos 80/90 abraçou outros referenciais: foi a época da magreza excessiva e dos looks extenuados da “*heroin chic*”¹¹, nas fotografias de Corinne Day, do fascínio pelos anti-heróis de *Trainspotting* (1996), das campanhas perturbadoras de Oliviero Toscani para a Benetton, dos temas da violência e da morte na obra de artistas e designers de moda de vanguarda, mas também de boa parte da produção musical e audiovisual da cena que se estabeleceu em Seattle e que, em termos de estilo, possuía uma linguagem mais adequada aos ideais e anseios daquela juventude.

¹⁰ Essa “coolness” pode ser compreendida como um tipo de capital subcultural (Thornton, 1997) que ajuda os sujeitos a identificarem-se com uma subcultura mas também distinguem-se de seus pares.

¹¹ Estética consolidada nas fotografias e publicidade de moda de início dos anos 1990 que trazia corpos excessivamente magros e que insinuavam situações de risco (encontros sexuais, consumo de drogas, cigarros e álcool, etc.) (Arnold, 1999). O impacto dessa estética sobre a Geração X foi tamanho que o presidente estadunidense da época, Bill Clinton, chegou a culpar publicamente a indústria de moda pela glamourização do look “drogado” e o aumento do consumo de heroína no país.

Segundo Paul Stafford (2018: s/p, tradução nossa), “quando Kurt Cobain (Nirvana) apareceu na MTV usando um cardigã verde-oliva esfarrapado, ele criou, assim, um estilo”. O mesmo ocorreu com os outros artistas do movimento que passaram a receber, a partir do início dos anos 1990, enorme cobertura midiática. Eddie Vedder (Pearl Jam), Chris Cornell (Soundgarden) e Layne Staley (Alice in Chains) também usavam “botas militares, bermudas cargo e camisas de flanela, trajes adequados para o clima nublado do noroeste do Pacífico, suas vestimentas cotidianas se transformaram em uma tendência de moda para a Geração X, depois aproveitada pelos estilistas” (Stafford, 2018: s/p, tradução nossa). Um estilo no qual homens e mulheres compartilhavam o gosto por roupas sem formas estereotipadas, a dimensão política do grunge fazia com que as pessoas se sentissem mais contempladas em suas lutas diárias.

No MTV Unplugged de 1992, Eddie Vedder rabiscou as palavras “*Pro Choice*” com caneta preta em seu braço em apoio aos direitos das mulheres, enquanto suas letras em “*Better Man*”, “*Daughter*” e “*Why Go*” refletiam uma perspectiva equitativa e humanista, embora um tanto trágica (Stafford, 2018: s/p). Kurt Cobain, por sua vez, permitiu que sua própria sexualidade fosse questionada ao usar vestidos e/ou maquiagem com frequência no palco, em videoclipes e em sessões de fotos, e “escreveu músicas explicitamente feministas, como “*Been a Son*” e “*Sappy*”” (Strong, 2011b: 403). Esse elemento de identificação ideológica, alinhado a exibição incessante de vídeos do Soundgarden, Nirvana, Alice in Chains e Pearl Jam na MTV (consideradas por muitos as “quatro grandes bandas” do movimento), fazia assim com que os jovens se dirigissem aos shoppings e brechós em busca de roupas do estilo grunge. Abraçando o “feio” e o “duvidoso”, a anti-estética grunge atualizava o vocabulário estilístico de parte da juventude dos anos 1990.

Ancorado em imagens e informações que circulavam através da mídia, o estilo grunge chegou ao espectador já traduzido a partir de um escopo seccionado e selecionado, um retrato que, embora substancial, não dava conta de todas as nuances do movimento. Em outras palavras, a forma como se vestiam os Pearl Jam ou os Alice in Chains, embora em consonância com o regime das sociabilidades juvenis, encerrava todo o vocabulário estético do grunge. Catherine Strong (2011a: 105), ao entrevistar sujeitos interessados pelo movimento na Austrália,

particularmente as mulheres, atualizou alguns de seus códigos de vestimenta e os discursos que os amparam, traçando a dimensão narrativa que orientou e moldou as escolhas dos “membros” menos espetaculares do movimento.

Como identificado pela socióloga portuguesa Paula Guerra (2016: 2-3), o grunge pode ainda ser percebido como o gênero oposto e rival daquilo que era considerado o *hair metal* – caracterizado pelo consumismo levado ao extremo, pelo “bem-apresentado” e “bem vestido” – por isso os jovens associados a cena rejeitavam o consumo e (supostamente) não colocavam qualquer tipo de ênfase naquilo que vestiam. Ao contrário do *hair metal*, o gênero caracterizava-se pelas letras mais introspectivas, um tanto sombrias, e que funcionavam como apelo e divulgação de questões pessoais e problemas sociais¹².

Assim, embora uma das principais críticas movidas ao som de Seattle resida no seu caráter apolítico – o que se enquadra nos rótulos da década de 80, pautada pelo egoísmo e pela ausência do sentido de comunidade (Kent, 2006) – no que toca à popularidade de grupos como os Nirvana e os Pearl Jam, responsáveis pelos álbuns (*Nevermind* e *Ten*, ambos de 1991) que popularizaram o movimento grunge, deparamo-nos com duas correntes de pensamento. Por um lado, argumenta-se que o seu sucesso se deve ao fato de serem produções fenomenais no sentido de penetrar na estrutura rígida da indústria musical; por outro, referencia-se que tais criações surgem no momento certo, ou seja, numa era em que o conformismo imperava. Particularmente acerca de *Nevermind*, o álbum deve o seu êxito à linguagem empregue, ou seja, uma linguagem finalmente compreendida por milhões de pessoas, cujo epicentro se coloca no universo dos jovens, na sua imaginação, nas suas crises e nos seus sentimentos (Arnold, 1993): “*Nevermind* apreendeu o de então. Aprisionou dez anos de *zeitgeist* num pedaço de vinil solitário; soltou-se do *age-old skin* e inventou algo completamente novo” (Arnold, 1993: 235, tradução nossa).

Rebatendo isto em termos de vestuário, é possível por fim dizer: o grunge, como outros movimentos subculturais do pós-guerra, produziu também – ainda que em outra escala e a

¹² A palavra-chave aqui é “supostamente”, uma vez que, ao retomar as entrevistas feitas por Strong (2011a) e as etnografias de Prato (2009) e Yarm (2011), nota-se ser impossível ignorar a dimensão ideológica no jeito grunge de se vestir e portar.

sua própria maneira – guarda-roupas ideológicos povoados por códigos e valores contestatórios que serviram como recurso comunicacional e semiótico para os jovens que dele se utilizavam.

3. Do *underground* ao *mainstream*

Características popularmente associadas ao grunge – o look “*lumberjack*¹³”, as roupas de segunda mão, as composições de gosto questionável, etc. –, esses elementos conformam apenas uma das facetas de um objeto cultural muito mais dinâmico. Certamente, o grunge, enquanto fenômeno cultural, foi uma coisa para aqueles que participaram de sua gênese e desenvolvimento – as bandas de Seattle, o público que frequentava os primeiros *shows*, o pessoal das gravadoras, etc. – e outra, para todos aqueles que o descobriram através das lentes e da interpretação midiática. Por exemplo, o designer estadunidense, Marc Jacobs, posteriormente responsável por “popularizar” essa estética através de sua “*grunge collection*” – que lhe rendeu a demissão da grife Perry Ellis – nunca pisou em Seattle. O grunge, como tantos outros movimentos da cultura *underground*, esteve suscetível a um sequestro simbólico (e a uma codificação) pela cultura de massa. Vejamos como isso ocorre.

Para o sociólogo francês Frédéric Monneyron (2001), a moda não é um movimento irracional e aleatório, ao contrário, ela se desenvolve em estreita sintonia com o universo imaginário corrente, constituindo-se em um objeto privilegiado para se desvendar o imaginário contemporâneo e aqueles que condicionaram outros períodos históricos. Em outras palavras, a moda não se resume a uma resposta cultural, um retrato do mundo social, mas também ajuda a trazer à tona uma nova mentalidade que emerge como simulação de um arranjo social novo. Logo, em 1992, inspirado pela efervescência cultural que via na música, o designer estadunidense Marc Jacobs, à frente da Perry Ellis, lança aquela que viria a ser conhecida como “*the grunge collection*” (Perry Ellis, S/S 1993) [Figura 2]. Um grande choque para a moda nova-iorquina da época que girava em torno das boutiques da 5ª Avenida, a proposta de

¹³ O look lenhador associado a Seattle e região devia-se também ao papel econômico que a indústria madeireira assumia na região.

Jacobs era completamente contrária ao que se considerava uma roupa chique ou de design¹⁴. Verdadeiro fenômeno cultural, o grunge apareceu depois nas páginas da Vogue num editorial chamado *Grunge and Glory*, produzido por Grace Coddington, estrelado por Naomi Campbell e Kristen McMenamy e fotografado por Steven Meisel [Figura 3].

Figura 2 – Kate Moss desfilando a “grunge collection” de Marc Jacobs, 1992.



Fonte: WWD.

Aos olhos do *establishment*, expressão de um mau gosto, o grunge detém um incontornável valor para a cultura material e para o imaginário social desse período. Movimento que ocorre não somente na música, esse fenômeno encontra-se, como bem diagnostica a crítica cultural Maureen Callahan (2015), na vanguarda da cultura do ferimento, na exploração do trauma físico e psicológico que ia dominar grande parte da moda, dos filmes e da arte dos anos 1990. Assim como o “movimento Romântico do fim do século XVIII foi, de muitas formas, uma reação à revolução industrial, essa nova desarticulação da beleza de *fin-de-siècle*, o

¹⁴ A crítica de moda, Cathy Horyn (1992: s/p), do Washington Post, escreveu: “raramente o desleixo parece tão autoconsciente ou custa tão caro”. Trish Donnelly, do San Francisco Chronicle, foi ainda mais incisiva: “os escravos da moda que são otários o suficiente para se apaixonarem por esse lixo grunge merecem o visual sórdido pelo qual eles pagam” (Donnelly apud. Yahn, 2018: s/p).

movimento coletivo em direção ao narcótico e ao necrotério”, manifestava uma expressão de raiva e pavor milenar (Callahan, 2015: 70). Impossível de ser reduzido a uma nota de rodapé na história das sensibilidades noventistas, o grunge é a própria história sem a qual a década de 1990 não se efetiva.

Surgido de maneira mais ou menos orgânica – isto é, a cena também é efeito (e afetada) por um conjunto de condicionantes sociais complexas, tanto globais quanto locais¹⁵ –, o grunge estruturou-se primeiro a partir de um processo de estilização (endêmico | *underground*) para depois ser decantado a partir de uma estetização (transmutação simbólica | *mainstream*). Mas o que se deseja dizer com isso efetivamente? Para John Clarke (1975), o que faz um estilo é a atividade de estilização, ou seja, a organização ativa de objetos com as perspectivas, que produzem um grupo organizado de identidade e de uma forma coerente e distintiva de estar-no-mundo. Dito de outra forma, a estilização é uma atividade do grupo juvenil que ao procurar definir sua identidade (ou melhor, seus processos de identificação) estabelece os rituais de sociabilidade, as atitudes, o jeito de se falar, a indumentária e as sonoridades que imbuídas de um capital subcultural (Thornton, 1995, 1997) participam da hierarquização dos indivíduos.

Um fenômeno complexo e que resiste às cartografias e formulações mais ingênuas – afinal um estilo subcultural não pode ser explicado unicamente pelos agentes mais exuberantes da cena e tampouco apenas pela sua música –, em alguns casos tais indicadores tendem a ser paulatinamente codificados pela grande mídia ou por outras formas de representação hegemônicas, que os nomeiam para solucionar aquele ‘constrangimento social¹⁶’. Assim, quando o estilista Marc Jacobs desenha sua coleção do grunge e a Vogue depois representa o

¹⁵ Nomeadamente as transformações econômicas, sociais e políticas que marcaram as duas últimas décadas do século XX e foram brevemente apresentados na seção que tratamos da Geração X e seus desencantamentos. Por sua vez, em escala local, referimos a crise laboral – nas palavras de Nick Pollock, da banda Alice in Chains “Trabalhávamos juntos [Layne e eu] em uma empresa que construía dispositivos para conter a radiação. Era o único tipo de emprego de merda que existia para os caras de cabelo comprido em Kirkland naquela época” (Pollock apud. Yarm, 2011: 179, tradução nossa) – a cena das rádios universitárias que favoreceram a circulação da música *underground*, o papel da gravadora SubPop, etc. Do ponto de vista da sociologia, neste momento é que se discute o papel dos riscos – tanto reais quanto presumidos – sobre as subjetividades e como isto pode, no cerne de uma “sociedade de risco”, como a define Ulrich Beck (1992), transparecer no modo como a juventude articula e mobiliza suas respostas culturais.

¹⁶ É preciso ter em mente que todo ato classificatório pode constituir uma violência simbólica.

estilo no editorial de dezembro de 1992, o que se opera é uma tradução do grunge, uma explicação estética facilitada que esvazia, mesmo involuntariamente, os aspectos ideológicos de seu guarda-roupa. Por exemplo, a modelo Kristen McMenamy, que participou do referido editorial, lembra-se de Grace Coddington vestindo-a com um vestido floral da Calvin Klein e combinando-o com um par de botas também de grife – elementos um tanto deslocados para o estilo grunge, que é antimoda e anticonsumo, e dificilmente recorreria a tais objetos. Assim, a passagem do *underground* para o *mainstream*, neste caso pode ser ilustrada como a transição entre os processos endêmicos de estilização para uma estetização que mercantiliza o estilo, exaurindo e erradicando progressivamente o traço narrativo de sua dimensão ideológica.

Figura 3 – Naomi Campbell e Kristen McMenamy para o editorial “*Grunge and Glory*” da Vogue América. Dezembro de 1992.



Fonte: Vogue América.

4. Grunge, gênero e cultura de celebridades

Outra questão indispensável para se apreender a relação entre grunge, estilo e moda advém de uma interseccionalidade com o gênero. Embora com o passar do tempo o grunge tenha sido reivindicado como um espaço masculino, nos moldes de outros movimentos do rock, Catherine Strong (2011b: 399) ressalta que, na cena grunge, houve uma proporção relativamente alta de artistas e bandas do sexo feminino. Isso, combinado com as posições explicitamente contrárias ao sexismo adotadas por músicos proeminentes como Kurt Cobain – que possuía uma proximidade com o movimento feminista Riot Grrrl –, serviu para posicioná-la como uma cena mais neutra em termos de gênero. Nesse sentido, bandas como Bam Bam, L7, Hole, Babes in Toyland e Veruca Salt – exclusivamente ou majoritariamente femininas – não foram apenas musicalmente importantes, mas também auxiliaram a consolidar o grunge enquanto um código simbólico do vestir.

A relação do grunge com a Riot Grrrl – resumidamente, um coletivo de mulheres organizado em torno do cenário musical, que produzia fanzines e gravações, apoiava shows de músicos do sexo feminino e, ao mesmo tempo, mantinha comentários sociais incisivos sobre a posição das mulheres na sociedade em geral (Strong, 2011a: 109) – influiu não apenas na temática das composições (o desejo feminino, o debate acerca do estupro, etc.), mas também na forma com que as artistas passam a usar os seus corpos “como painéis de mensagens, rabiscando palavras provocativas (como “*Slut*” e “*Whore*”) em seus braços, pernas e abdômen” (Attwood, 2007; Strong, 2011a: 109).

A sessão de fotos de Kurt Cobain e Courtney Love com a filha, Frances Bean, em 1992, na qual se liam frases como “*Diet Grrl*” e “*Family Values*” sobre a pele do casal, seria, neste contexto, um comentário sarcástico acerca do olhar patriarcal da cultura do período. Como pontua Strong, a Riot Grrrl, movimento-válvula das frustrações sociais, “nesse cenário encorajava as participantes a expressar a raiva que sentiam pela forma como eram tratadas devido ao gênero, retomando politicamente o território da violência e da agressividade, tradicionalmente masculino” (Strong, 2011b: 109, tradução nossa). Em termos de estilo, essa postura combativa culminou num conjunto de práticas do vestir que seriam depois intituladas

de “*kinderwhore*” – onde o “*whore*”, puta em tradução literal, é o termo apropriado (e remasterizado) enquanto um disparador narrativo político [Figura 4].

Figura 4 – Courtney Love vestindo “*slip dress*” que constituía parte do vocabulário indumentário da estética *kinderwhore*. *After-party* do Oscar de 1995.



Fonte: Vogue America.

Caracterizado por uma combinação de elementos juvenis e femininos com estéticas mais agressivas – camisolas, vestidos com aparência de lingerie, peças com babados, veludos, sapatos Mary Jane, maquiagem pesada e cabelo bagunçado – a estética *kinderwhore* procurava aludir a uma imagem de inocência corrompida. Oposição ao ideal torneado e saudável que vigorou nos anos 1980 – que para Diana Fuss (2002: 229) traduzia um modo próprio da imagem fotográfica feminina, operando “como um mecanismo cultural de produção e salvaguarda de um sujeito feminino que deseja ser desejado pelos homens; a mulher heterossexual ideal, totalmente edípica” –, a estética *kinderwhore* dialogava com aquilo que Katharine Wallerstein outrora chamou de “*wasted-look*”, que ainda relacionava-se a *heroin chic*: uma aparência faminta, de vazio dolorido, de insônia, de “uma fadiga febril, que flerta com o perigo, com a morte, uma aparência associada às drogas, com jejum, com o sexo, com experiências emocionais de grande intensidade, e com a perigosa excitação pela noite”,

e que, segundo ela, nos fala, na realidade, da mais alta experiência de viver (Wallerstein, 1998: 140, tradução nossa).

Combinando o look *girlie* com os excessos e elementos que popularmente eram associados ao universo “masculino” do grunge (o abuso de substâncias, a postura provocativa e libertina, a performance energética, etc.), protagonistas femininas da cena como Kat Bjelland (Babes in Toyland), Kristen Pfaff e Courtney Love (Hole) injetaram nova vida no estilo desse período. Outras como Tina Bell (Bam Bam) e Suzi Gardner (L7), exploraram looks mais andróginos e apoiados em camisetas e jeans, carregaram um estilo que poderia ser replicado por todos na cena, independentemente de seus gêneros. Depois, abraçadas pela moda de vanguarda, essas práticas foram remodeladas enquanto linguagem.

Outro ponto central para se entender a popularização do estilo grunge foi o nascimento de uma cultura de celebridades. Para isso, é imprescindível lembrar que o “*red carpet*” nessa época não existia como o fenômeno cultural que é hoje. As atrizes vestiam-se de maneira casual. Havia inclusive um evitamento da moda, um medo de que essa pudesse torná-las, de alguma maneira, menos sérias. A reaproximação entre o cinema e a moda ocorreu por volta de 1994 a partir do sucesso feito pela atriz Liz Hurley com seu vestido Versace na *première* de *Four Weddings and a Funeral* (1994), estando a partir daí as lentes voltadas novamente para o universo do entretenimento cinematográfico.

Antes da *haute couture* usada pelas atrizes tomar a capa das revistas e jornais¹⁷, ícones hollywoodianos dessa década, como Winona Ryder, Jennifer Aniston, Alicia Silverstone, o casal Johnny Depp/Kate Moss, e os próprios Kurt Cobain e Courtney Love, foram importantes agentes para a disseminação imagética do grunge. O estilo da atriz Drew Barrymore, por exemplo, um dos nomes mais importantes da indústria nos anos 1990, foi particularmente importante para a difusão dessa estética. Uma das figuras mais fotografadas pelos tabloides e revistas, o que ela usava rapidamente era apropriado pelos jovens [Figura 5].

¹⁷ Um marco desse movimento foi o vestido rosa criado por Ralph Lauren para Gwyneth Paltrow, e usado na 71ª premiação do Oscar, em 1999. Depois da atenção recebida pela atriz e os comentários elogiosos à peça (e também aos impactos comerciais dessa exposição) nos anos 2000 efetivou-se o matrimônio entre cinema e moda, lançando-se as bases para aquilo que hoje chamamos de MIV (*Media Impact Value*).

Se para Scott Lash e John Urry (1994, 4), na sociedade contemporânea, “o que é cada vez mais produzido não são objetos materiais, mas signos”, de maneira que as mercadorias não seriam mais definidas por seu uso, mas pelo o que elas significam; o grunge, a partir de suas imagens – e as imagens, segundo Baudrillard (1981, 2009), desde os anos 1980 passaram a mediar as relações sociais numa proporção até então inaudita – tornou-se também uma economia. Num momento em que cultura e lazer são continuamente requalificados como práticas de consumo, o cinema, a música, a publicidade e a moda passaram a operar através de uma proximidade funcional. Da fria Seattle para as passarelas nova-iorquinas e o *red carpet* de Los Angeles, o *underground* era assim abraçado, celebrado e produtificado pelo *mainstream*.

Figura 5 – A atriz Drew Berrymore no *red carpet* da inauguração de *ET Adventure Ride*, Universal Studios Hollywood. Junho de 1991.



Fonte: Vogue Britânica.

5. Mas afinal, existiu uma moda grunge?

Questão certamente crucial para essa digressão, sua resposta não é simples. Existe, sim, uma moda inspirada pelo grunge e que, desde o início dos anos de 1990 segue os movimentos cíclicos do setor: há um vai e volta de elementos relacionados ao universo visual do grunge que aparece ora mais sutilmente, às vezes de maneira mais declarada em produções contemporâneas. Alexander McQueen, Ann Demeulemeester, Miguel Adrover, todos foram designers contemporâneos que em algum momento deixaram se contaminar pelo grunge, suas estéticas e atitudes. Todavia, em termos subculturais, a questão da moda é sempre suplantada pela dimensão do estilo. Como bem estabelece a antropóloga Elisabeth Murilho Silva (2011) ao discutir o punk e a questão das tribos urbanas,

“Se a moda significa, num contexto urbano, a possibilidade de mostrar-se diferente, parecer aquilo que se deseja e camuflar aquilo que se é, a atitude punk pretende justamente o contrário, agindo de modo a denunciar a origem social excluída e reivindicar, no entanto, uma inclusão num grupo de estilo” (Silva, 2011: 58).

Num paralelo possível com o grunge, se os jovens de origem popular de Seattle e região estavam excluídos da plena vivência da condição juvenil, a subcultura passa a cumprir funções positivas não solucionadas pelas instituições hegemônicas, fornecendo espaços de autonomia, sociabilidade e produção sensível para os jovens. Segundo Feixa (1998: 97), a formação de um estilo não pode ser compreendida como um fenômeno de moda, ao contrário,

“As culturas jovens são traduzidas em estilos mais ou menos visíveis, integrando elementos materiais e imateriais heterogêneos da moda, música, linguagem, práticas culturais e atividades focais. Esses estilos têm uma existência histórica concreta, muitas vezes são rotulados pela mídia de massa e atraem a atenção do público por um período de tempo, mesmo que depois entrem em declínio e desapareçam” (Feixa, 1998: 88, tradução nossa).

Logo, em termos de indumentária, tratava-se da formulação “orgânica” de um estilo ainda apartado das engrenagens responsáveis por, posteriormente, codificá-lo e reproduzi-lo

mercadologicamente. Como bem constata Silva (2011: 61), se existem tribos ou subculturas urbanas, “elas não podem estar nas lojas de departamentos”.

Já no que diz respeito ao estudo da cultura material – os vestuários do grunge e seu significado social para os jovens e para a moda – há alguns escassos contributos que permitem, ainda que timidamente, reconstruir um vocabulário vestimentar da subcultura. Este é o caso de trabalhos produzidos no contexto não ocidental nos anos 2000/2010, como os de Yu-Kyoung e Key-Sook (2005), Kwon (2014) e Sun-Young Kim (2011). Neste último caso, para a autora, o “jeito” de vestir grunge está condicionado a certas técnicas e processos responsáveis por dotá-lo (mesmo inconscientemente) de algum propósito – uma intencionalidade muitas vezes refutada pelo caráter antimoda popularmente associado ao movimento. O estilo grunge e seu direcionamento como linguagem na moda deve ser apreendido, segundo Kim (2011), através da articulação entre três técnicas e três operações simbólicas.

Dentre as técnicas, para ela destacam-se (a) a mistura, sobreposição e a combinação de camadas; (b) o *patchwork*, caracterizado por colagens e montagens usando todos os objetos, bem como materiais de vestuário; e (c) as ações de desgaste, como alvejamento e tingimento, desmanchamento e rasgos e furos, que blindam o vestuário com uma dimensão do irreproduzível. Já em relação aos processos, Kim (2011) cita (a) a destituição conspícua, onde as escolhas irônicas possuem papel de distinção social; (b) a dissolução da decoração, em que a pobreza e a recombinação mostradas no visual grunge surgem como uma estética artificial e intencionalmente feia, em contraste com a imagem elegante e sofisticada existente na cultura de massas; e, (c) a sátira ou o deboche, que atuam como ferramentas de enfrentamento a alienação.

Ferramenta certamente interessante para pensar o grunge, sobretudo a partir da recorrência desses elementos ou “traços estilísticos”, é preciso, no entanto, acatar tal sistematização com alguma cautela. Em outras palavras, esse resultado não deve ser tomado como paradigmático, particularmente se mantivermos no horizonte o risco envolvido na reconstrução das subculturas ou cenas alternativas a partir de seus representantes mais fantásticos e seus modos de vestir (Kahn-Harris, 2004; Hebdige, 2018).

No que tange a questão que abre essa seção, podemos apenas concluir que o estilo grunge consiste num conjunto variado de formas de vestir historicamente consolidadas e estabilizadas nas fotografias e imagens circuladas pela mídia. Fragmentos de uma totalidade impossível de ser reconstituída, tais elementos têm sido continuamente combinados e recombinados para a produção de objetos e discursos inseridos num campo simbólico, o da moda.

6. Notas de saída: o grunge, um desafio de pesquisa

Desde meados dos anos 1990, o grunge tem sido alvo de excelentes investigações científicas. No caso de grupos emblemáticos como os Nirvana, por exemplo, destacam-se os trabalhos de Gina Arnold (1993), Sharon Mazzarella (1995), Steve Jones (1995), Duane Fish (1995) e Roger Beebe (2002), estes últimos preocupados em entender – via mídia – o impacto geracional da banda e em especial da figura de Kurt Cobain. Já nos anos 2010, surgem alguns trabalhos que passam a explorar essa subcultura/cena a partir de ângulos particularmente instigantes — é o caso de Catherine Strong (2011a, 2011b) e a relação que tece entre gênero, grunge e memória social. Mesmo assim, dentro de um quadro mais geral dos estudos culturais, e sobretudo se tomado comparativamente com outras cenas juvenis alternativas desde o pós-guerra, são escassas as pesquisas acerca do grunge. No que diz respeito ao tema da cultura vestimentar e da moda, tal lacuna é ainda mais significativa: são trabalhos pontuais, manifestamente mais preocupados em categorizar o que é ou não grunge do que realmente reconstruir o estilo no interior da subcultura/cena e como este é posteriormente fagocitado pela moda dos anos 1990.

Ainda presente no imaginário social de boa parte das Gerações X e Millennial, repensar o grunge enquanto fenômeno social é, portanto, reconstruir parte de uma história recente atravessada por profundas transformações políticas, econômicas e culturais. Um rápido levantamento na rede social Instagram, por exemplo, revela ao menos uma dúzia de grandes páginas dedicadas ao grunge, algumas delas (nomeadamente @reels.grunge) contabilizando mais de 1.5 milhões de seguidores¹⁸. Para retomar a primeira parte deste texto, não é à toa

¹⁸ Em 22/03/2025.

que a memorabilia associada ao grunge encontre um mercado em plena expansão: em 2023, num leilão da Julien's, a guitarra que Kurt usou no último show dos Nirvana, em 1994, ainda que danificada, foi vendida por mais de um milhão e meio de dólares¹⁹. Outra, utilizada na gravação do clipe de *Smell Like Teen Spirit*, já tinha sido arrematada por U\$S 4.5 milhões de dólares no ano anterior²⁰.

Se for possível concordar (e creio que sim) com Laplanche e Pontalis (1990) – os primeiros psicanalistas a argumentar que a fantasia não é o objeto do desejo, mas seu cenário – podemos argumentar que um objeto de moda pode ser também um universo imaginário, o cenário de um desejo (Tsëelon, 2012). Isso explica porque a procedência e as “assinaturas” – furos de cigarro numa roupa, a guitarra com suas cordas originais, ainda que arrebatadas, etc. – configuram um aspecto tão importante da magia do objeto. Como bem diagnostica Efrat Tsëelon (2012), os licitantes estão pagando não por um valor nominal, mas por um valor emocional. A coisa, nestes termos, “se torna a promessa de uma fantasia” (Tsëelon, 2012: 117, tradução nossa) — e o grunge, como explícito na epígrafe dessa digressão, é a fantasia de uma “geração fodida”.

Referências bibliográficas

- ANDERSON, Kyle (2007), *Accidental Revolution: The Story of Grunge*, Nova York, St Martin's.
- ARNOLD, Gina (1993), *On the road to Nirvana*, Londres, Pan Books.
- ARNOLD, Rebecca (1999), “Heroin Chic”, *Fashion Theory*, 3(3), pp. 279-295.
- ATTWOOD, Feona (2007), “Sluts and Riot Grrrls: Female Identity and Sexual Agency”, *Journal of Gender Studies*, 16(3), pp. 233-247.
- BASTIDE, Roger (1997), *Éléments de sociologie religieuse*, Paris, Stock.

¹⁹ Veja: “Kurt Cobain: uma das poucas guitarras não destruídas pelo músico é vendida por quase R\$ 8 milhões”, in *Estadão*. Disponível em: <https://www.estadao.com.br/emails/kurt-cobain-guitarra-rachada-vendida-leilao-nao-destruida-noprec/#:~:text=A%20guitarra%20usada%20pelo%20%C3%ADder,casa%20de%20leil%C3%B5es%20Julien%20Auction's>.

²⁰ Veja: “Guitarra azul de Kurt Cobain é vendida por R\$ 22 milhões em leilão”, in *O Globo*. Disponível em: <https://g1.globo.com/pop-arte/musica/noticia/2022/05/23/guitarra-azul-de-kurt-cobain-e-vendida-por-r-22-milhoes-em-leilao.ghtml>

BAUDRILLARD, Jean (1981), *For a Critique of the Political Economy of the Sign*, Nova York, Telos Press.

BAUDRILLARD, Jean (2009), *Sociedade de Consumo*, Lisboa, Edições 70.

BECK, Ulrich (1992), *Risk Society*, Londres, Sage.

BECKER, Howard (2004), "Jazz Places", in Andy Bennett & Richard Peterson (org.), *Music Scenes: Local, Translocal and Virtual*, Nashville, Vanderbilt University Press, pp. 17-27.

BEEBE, Roger (2002), "Mourning Becomes ...? Kurt Cobain, Tupac Shakur, and The Waning of Affect", in Roger Beebe, Denise Fulbrook & Benjamin Saunders (org.), *Rock Over the Edge: Transformations in Popular Music Culture*, Durham, Duke University Press, pp. 311-334.

BENNETT, Andy (1999), "Subcultures or Neo-Tribes? Rethinking the Relationship between Youth, Style and Musical Taste", *Sociology*, 33(3), pp. 599–617.

BENNETT, Andy (2000), *Popular Music and Youth Culture: Music, Identity, Place*, Londres, Palgrave.

BENNETT, Andy (2018), "Conceptualising the relationship between youth, music and DIY careers: A critical overview", *Cultural Sociology*, 12(2), pp.140-155.

CALLAHAN, Maureen (2015), *Champagne Supernovas: Kate Moss, Marc Jacobs, Alexander McQueen e os rebeldes dos anos 1990 que reinventaram a moda*, Rio de Janeiro, Fábrica 231.

CLARKE, John (1975), *Skinheads and the Study of Youth Culture*, Centre for Contemporary Studies, Universidade de Birmingham.

COHEN, Sarah (1999), "Scenes", in Bruce Horner & Thomas Swiss (org.), *Key Terms in Popular Music and Culture*, Oxford, Blackwell Publishers, pp. 239-249.

COUPLAND, Douglas (1991), *Generation X: Tales for an Accelerated Culture*, Nova York, St. Martin's Press.

DINES, Mike & WORLEY, Matthew. (orgs.) (2016), *The Aesthetic of Our Anger: Anarcho-Punk, Politics and Music*, Londres, Minor Compositions/Automeia.

EHRlich, Brenna (2019), "The Six-Decade Odyssey of Kurt Cobain's 'Unplugged' Cardigan", *Rolling Stone*, 21 de outubro de 2019. Disponível em: <https://www.rollingstone.com/music/music-features/unplugged-nirvana-cobain-sweater-900672/>. Acesso em 04/12/2024.

FEIXA, Carles (1998), *De jóvenes, bandas y tribus: antropología de la juventud*, Barcelona, Ariel.

FELDMAN-BARRETT, Christine (2024), "From Girl Germs to Garage Shock: Charting Olympia and Bellingham, Washington's music scenes in the shadow of grunge, 1988–1994", *DIY, Alternative Cultures & Society*, 2(3), pp. 282-295.

FISH, Duane (1995), "Serving the Servants: An Analysis of the Music of Kurt Cobain", *Popular Music and Society*, 19(2), pp. 87–102.

FUSS, Diana (2002), "A moda e o olhar homospectatorial", in Shari Benstock & Suzzane Ferriss (orgs.), *Por dentro da moda*, Rio de Janeiro, Rocco, pp. 229-250.

GUERRA, Paula. (2010), *A instável leveza do rock*, Porto, Editora da Universidade do Porto.

GUERRA, Paula (Org.) (2015), *On the Road to the American Underground*, Porto, Editora da Universidade do Porto.

GUERRA, Paula (2016), *The Man Who Sold The World: música, memória e grunge*, Porto, Editora da Universidade do Porto.

HALL, Stuart & JEFFERSON, Tony (orgs.) (1996), *Resistance Through Rituals: Youth Subcultures in Post-War Britain*, Londres, Routledge.

HEBDIGE, Dick (2018), *Subcultura: o significado de estilo*, Lisboa, Maldoror.

HENDERSON, Justin (2021), *Grunge Seattle*, Londres, History Press.

HORYN, Cathy (1992), "Grunge, wearing out its welcome", in *Washington Post*, 5 de novembro de 1992. Disponível em:

<https://www.washingtonpost.com/archive/lifestyle/1992/11/05/grunge-wearing-out-its-welcome/900b52e2-595b-42e6-8bc3-39ad659fb233/>. Acesso em 02/12/2024.

JONES, Steve (1995), "Covering Cobain: Narrative Patterns in Journalism and Rock Criticism", *Popular Music and Society*, 19(2), pp. 103–118.

KAWAMURA, Yuniya (2004). *The Japanese Revolution in Paris Fashion*, Londres, Berg.

KENT, Nick (2006), *The dark stuff. L'envers du rock*, Paris, Naïve.

KAHN-HARRIS, Keith (2004), "Unspectacular subculture? Transgression and mundanity in the global extreme metal scene", in Andy Bennett & Keith Khan-Harris (orgs.), *After subculture: critical studies in contemporary youth culture*, Basingstoke, Palgrave, pp. 107-117.

KIM, Sun-Young (2011), "Characteristics of the Grunge Look in 21st Century Fashion", *The Research Journal of Costume Culture*, 19(5), pp. 957-969.

KWON, Sang-Hee (2014), "A comparative study of Grunge style in high fashion of the 1990s and beyond.", *The Research Journal of the Costume Culture*, 22 (1), pp. 873-889.

KYOUNG, Chung Yu & KEY-SOOK, Geum (2005), "A Study on The Grunge Fashion of the 1990's and 2000's", *Journal of the Korean Society of Clothing and Textiles*, 29(1), pp. 449-461.

LAPLANCHE, Jean & PONTALIS, J-B (1990), *Fantasia originária, fantasias das origens, origens da fantasia*, Rio de Janeiro, Jorge Zahar.

LASH, Scott & URRY, John (1994), *Economies of Signs & Space*, Londres, Sage.

LIMA, Tania Andrade (2011), "Cultura material: a dimensão concreta das relações sociais", *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi – Ciências Humanas*, 6(1), pp. 11-23.

MAUSS, Marcel (2003), "Esboço de uma teoria geral da magia", in Marcel Mauss, *Sociologia e Antropologia*, São Paulo, Cosac & Naify, pp.47-181.

MAZZARELLA, Sharon (1995), "The Voice of a Generation? Media Coverage of the Suicide of Kurt Cobain", *Popular Music and Society*, 19(2), pp. 49–68.

McROBBIE, Angela & GARBER, Jenny (1997), "Girls and Subcultures", in Ken Gelder & Sarah Thornton (orgs.), *The Subcultures Reader*, Londres, Routledge, pp. 112-120.

MILLER, Daniel (1994), "Artifacts and the meaning of things", in Tim Ingold (org.), *Companion Encyclopedia of Anthropology*, Londres, Routledge, pp. 396-419.

MONNEYRON, Frédéric (2001), *La frivolité essentielle: du vêtement et de la mode*, Paris, PUF.

MUGGLETON, David (2000), *Inside Subculture: The Postmodern Meaning of Style*, Oxford, Berg Publishers.

PRATO, Greg (2009), *Grunge is Dead: The Oral History of Seattle Rock Music*, Toronto, ECW Press.

REDHEAD, Steve (1997), *Subcultures to Clubcultures: An Introduction to Popular Cultural Studies*, Oxford, Blackwell Publishers.

SIERRALTA, Carlos (2004), "Cinco versus la ciudad. Reflexiones en torno al discurso antiurbano de Pearl Jam", *Bifurcaciones: revista de estudios culturales urbanos*, 1(1), pp. 1-11.

SILVA, Elisabeth Murilho (2011), "É possível falar de tribos urbanas hoje? A moda e a cultura juvenil contemporânea", *Iara: Revista de Moda, Cultura e Arte*, 4(1), pp. 47-64.

STAFFORD, Paul Edgerton (2018), "The Grunge Effect: Music, Fashion, and the Media During the Rise of Grunge Culture In the Early 1990s", *M/C Journal*, 21(5). <https://doi.org/10.5204/mcj.1471>.

STALLYBRASS, Peter (2008), *O Casaco de Marx: roupas, memória, dor*, Belo Horizonte, Autêntica.

STEELE, Valerie (1997), "Anti-Fashion: The 1970s", *Fashion Theory*, 1(3), pp. 279-295.

STRAW, Will (1991), "Systems of Articulation, Logics of Change: Communities and Scenes in Popular Music", *Cultural Studies*, 5(3), pp. 368-388.

STRONG, Catherine (2011a), *Grunge: Music and Memory*, Farnham, Ashgate.

STRONG, Catherine (2011b), "Grunge, Riot Grrrl and the forgetting of women on popular culture", *Journal of Popular Culture*, 44(2), pp. 398-416.

THOMPSON, Dave (2021), *The Grunge Diaries: Seattle, 1990-1994*, Perth, Backbeat Books.

THORNTON, Sarah (1995), *Club Cultures: Music, Media and Subcultural Capital*, Cambridge, Polity Press.

THORNTON, Sarah (1997), "The Social Logic of Subcultural Capital", in Ken Gelder & Sarah Thornton (orgs.), *The Subcultures Reader*, Londres, Routledge, pp.200-211.

TSËELON, Efrat (2012), "Authenticity", in Adam Geczy & Vicki Karaminas, *Fashion and Art*. Londres, Berg, pp. 111-122.

URZAIZ, Begoña (2022), "Kurt Cobain: How a dirty secondhand cardigan became part of pop culture legend", *El País*, 8 de outubro de 2022. Disponível em: <https://english.elpais.com/culture/2022-10-08/kurt-cobain-how-a-dirty-secondhand-cardigan-became-part-of-pop-culture-legend.html>. Acesso em 02/12/2024.

WALLERSTEIN, Katharine (1998), "Thinness and Other Refusals in Contemporary Fashion Advertisements", *Fashion Theory*, 2(2), pp. 129-150..

YAHN, Camila (2018), "Marc Jacobs relança sua coleção mais icônica, o desfile grunge do Verão 1993 da Perry Ellis", in *FFW*, 13 de novembro de 2018. Disponível em: <https://ffw.uol.com.br/noticias/moda/marc-jacobs-relanca-sua-colecao-mais-iconica-o-desfile-grunge-do-verao-1993-da-perry-ellis/>. Acesso em 02/12/2024.

YARM, Mark (2011), *Everybody Loves Our Town: An Oral History of Grunge*, Nova York, Three Rivers Press.

Henrique Grimaldi Figueredo.

Doutor em Sociologia pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) com estágio doutoral pela École des Hautes Etudes en Sciences Sociales (EHESS). Professor do Instituto de Artes e Design da Universidade Federal de Juiz de Fora (IAD/UFJF), atuando no Bacharelado em Moda, na Especialização em Moda, Arte e Cultura e no Programa de Pós-Graduação em Artes, Cultura e Linguagens. Via Local, Campus da Universidade Federal de Juiz de Fora s/n, São Pedro – Juiz de Fora/MG, 36036-900, Brasil (PPGACL). ORCID ID: 0000-0002-6324-4876. E-mail: henriquegrimaldi.figueredo@ufjf.br.

As nuances socioestruturais da crise da masculinidade cabo-verdiana em *Chiquinho* de Baltasar Lopes

Adilson Filomeno Carvalho Semedo

Faculdade de Ciências Sociais, Humanas e Artes (FCSHA),
Centro de Investigação e Formação em Género e Família,
Universidade de Cabo Verde

Artigo recebido a 11/03/2025.

Aceite para publicação a 08/07/2025.

Resumo

Este artigo encontra no clássico *Chiquinho*, do escritor Baltasar Lopes, uma ilustração das diversas facetas da masculinidade nas ilhas de Cabo Verde, bem como as condicionantes ecológicas, sociais e culturais da sua crise identitária. Tomando *Chiquinho* como um manifesto deste fenómeno, fizemos dele uma base para uma etnografia literária que assume o pressuposto do desmantelamento da simbiose entre o indivíduo masculino e a sociedade cabo-verdiana na contemporaneidade, o que nos permite observar a crise identitária masculina sem assumi-la como a crise desta sociedade.

Palavras-chave: Cabo Verde; *Chiquinho*; Masculinidade.

The socio-structural nuances of the crisis of cape-verdean masculinity in Chiquinho by Baltasar Lopes

Abstract

This article finds in the classic *Chiquinho* by writer Baltasar Lopes an illustration of the different facets of masculinity on the islands of Cape Verde, as well as the social and cultural environmental constraints of their identity crisis. Taking *Chiquinho* as a manifesto of this phenomenon, we made him a basis for a literary ethnography which assumes the dismantling of the symbiosis between the male individual and Cape Verdean society in contemporary times, which allows us to observe the male identity crisis without assuming it as the crisis of this society.

Keywords: Cape Verde; *Chiquinho*; Masculinity.

Les nuances socio-structurel de la crise de la masculinité capverdienne à Chiquinho de Baltasar Lopes

Résumé

Cet article trouve dans le classique *Chiquinho* de l'écrivain Baltasar Lopes une illustration des différentes facettes de la masculinité sur les îles du Cap-Vert, ainsi que des contraintes écologiques, sociales et culturelles de leur crise d'identité. En prenant *Chiquinho* comme manifeste de ce phénomène, nous en avons fait la base d'une ethnographie littéraire qui suppose le démantèlement de la symbiose entre l'individu masculin et la société capverdienne à l'époque contemporaine, ce qui nous permet d'observer la crise de l'identité masculine sans la considérer comme la crise de cette société.

Mots-clés: Cap-Vert; *Chiquinho*; Masculinité.

Los matices socioestructural de la crisis de la masculinidad caboverdiana en Chiquinho de Baltasar Lopes

Resumen

Este artículo encuentra en el clásico *Chiquinho* del escritor Baltasar Lopes una ilustración de las diferentes facetas de la masculinidad en las islas de Cabo Verde, así como de las limitaciones ecológico, sociales y culturales de su crisis de identidad. Tomando a *Chiquinho* como manifiesto de este fenómeno, lo convertimos en base para una etnografía literaria que asume el desmantelamiento de la simbiosis entre el individuo masculino y la sociedad caboverdiana en la época contemporánea, lo que nos permite observar la crisis de identidad masculina sin asumirla como la crisis de esta sociedad.

Palabras clave: Cabo Verde; *Chiquinho*; Masculinidad.

Introdução

Os dados do Instituto Nacional de Estatística mostram que, em Cabo Verde, os homens são mais vítimas de crimes violentos, mas também são eles que mais os praticam, de modo que 97,1% dos prisioneiros são homens; o aumento da esperança média de vida atingiu 80,5 anos para as mulheres e 73 anos para os homens; é masculino o rosto do suicídio e das dependências como álcool, droga e tabaco; lideram o abandono, as reprovações e o absentismo no ensino secundário; e no ensino superior a presença dos rapazes é notoriamente menor do que das raparigas (INE, 2023).

Assim, o desconforto das entidades promotoras da igualdade e equidade de género perante estes dados tem de ser factual. Afinal, em Cabo Verde, a masculinidade, embora igualmente problemática, sempre foi considerada algo atrelado ao poder e ao domínio. Para isso contribuíram uma historiografia, uma antropologia e uma sociologia centradas nos aspetos macro e meso da realidade social que ora assumiram o viés denunciador da coerção exercida pelas estruturas sociais sobre as subjetividades femininas, ora o viés acusatório perante as dinâmicas de sujeição das subjetividades de géneros (Carreira, 1977; Correia & Silva, 2014; Fortes, 2015; Semedo, 2009).

Também foi determinante que, a partir de 1975, com a implantação da República cabo-verdiana, o género e as relações íntimas tenham sido constituídos problemas de governo sob uma orientação que assumiu reconfigurar o papel e a posição da mulher no espaço público, com uma agenda apostada na saúde materna nos anos 1980, na sua constituição como cidadã plena de direitos nos anos 1990 e na primeira década do século XXI e, mais recentemente, no empoderamento económico feminino (Semedo, 2022). Paralelamente, a questão da intimidade foi transitando da regulação privada para a regulação pública à medida que passou a ser concebida como uma situação de exercício de poder (Silva, 2021).

Por conseguinte, a governamentalidade do Estado de Cabo Verde tem-se baseado, essencialmente, em dispositivos disciplinares, um «vigiar e punir» que visa especificamente o

homem, ora perscrutando a sua irresponsabilidade parental, ora deslegitimando o poder que ele pretende exercer no espaço privado (Semedo, 2022).

Entre 1975 e 1991, a promoção da revolução sexual gerou inquietações masculinas que seriam consideradas inconvenientes (o homem ficou mudo, do contrário seria considerado um tradicionalista conservador contrarrevolucionário). Seguiu-se a letargia masculina, jocosa e condescendente, perante a emergência da problemática do género (1991-2000), dado que a democracia pluralista tornou anacrónica qualquer discussão sobre a igualdade dos cidadãos. Entre 2001 e 2013, assistiu-se à queda do homem cabo-verdiano do pedestal social com a despenalização da homossexualidade (2004), a penalização jurídica dos usos da violência na intimidade (2011) e a incompatibilização entre a ordenação jurídica da filiação e paternidade irresponsável (2013).

Assim, no decurso de décadas, as políticas públicas e a crítica feminista pós-colonial em Cabo Verde (Monteiro, 2012; Fortes, 2015; Silva, 2021) foram corroendo a simbiose discursiva que personifica a sociedade no género masculino, deixando de ser o destino do homem o retrato do destino da sociedade. Uma evidência disso anuncia-se na forma como autoridade masculina se tornou uma incongruência jurídica e moral, mesmo que ainda seja culturalmente sugerido ao homem que ele se assuma como provedor e protetor.

Considerando essa reformulação contemporânea da posição do masculino na ordem de género cabo-verdiana, ou seja, “nos padrões historicamente construídos de relações entre homens e mulheres e das definições de feminilidade e de masculinidade” (Connell, 1987: 98-99, *apud* Vale de Almeida, 1995: 164), entendemos que a obra *Chiquinho* (2021), que já foi retratada como o expoente máximo do evasionismo literário cabo-verdiano, hoje pode ser revisitada em busca dos homens que retrata, não como projeções do estado de abandono do seu povo e da indiferença da metrópole (Laban, 2002: 166), mas como vidas ficcionadas e tensionadas entre os valores culturais e as estruturas sociais.

Jairzinho Pereira (2021) apresenta *Chiquinho* como uma tessitura narrativa que capta o *zeitgeist* cabo-verdiano como poucos livros o fizeram dos finais do século XIX à primeira

metade do século XX, moldado pelas “emanações de uma série de dinâmicas que impunham o fardo da pobreza extrema à esmagadora maioria da população do arquipélago” (2021: 11). Repare-se que não se perde de vista o contexto sociopolítico em que apareceu esta obra: no ano de 1947 Cabo Verde estava sob a administração de um regime ditatorial com um rigoroso sistema de censura, o que explica as raras aparições das autoridades colónias na narrativa (*idem*: 12).

Segundo Nelo Pina (2017:29), a literatura cabo-verdiana passou por uma profunda mudança na segunda metade dos anos trinta, nomeadamente em 1936, altura em que surgiu a revista *Claridade*, fundada por Baltazar Lopes, Jorge Barbosa e Manuel Lopes, movimento tido como responsável pela inauguração da consciência literária e cultural em Cabo Verde. Com o lema “fincar os pés na terra” este movimento buscou manifestar a cabo-verdianidade na sua ampla dimensão, trazendo à cena uma nova forma de interpretar a realidade humana e material que circunda o povo das ilhas (*idem*: 29).

Registra Pina (*idem*: 38-39) que a partir da publicação do romance *Chiquinho* em 1947, começa a publicação de um acervo da prosa de ficção cabo-verdiana, trazendo à tona novas formas de organizar e interpretar a estrutura narrativa, particularmente a partir da incorporação na linguagem de signos, expressões ou formas sintáticas dialetais, de modo que não é por acaso que *Chiquinho* apresenta como subtítulo “romance cabo-verdiano”, expressão que manifesta uma clara intenção de reivindicar o lugar de estreado na moderna ficção cabo-verdiana.

Por sua vez, José Carlos dos Anjos (2002: 134) considera que, se com o movimento Claridoso se configura uma nova literatura cabo-verdiana enquanto espaço estruturado, dotado de autonomia relativa simultaneamente em relação à literatura portuguesa e ao poder colonial, Baltasar Lopes destaca-se como o principal dinamizador desse impulso. Todavia, defende que a geração de intelectuais da qual Baltasar Lopes fez parte elegeu o drama de grupo em problema de toda a população cabo-verdiana, na medida que o drama «ter de partir, mas querer ficar», ou a sua antítese «querer partir, mas ter de ficar» tornou-se a grande expressão da literatura cabo-verdiana (*idem*). Seguindo essa linha crítica, Eurídice Monteiro (2012: 20),

acrescenta que a *Claridade* foi uma corrente cultural regionalista que, com pretensões interpretativas universalizantes, tentou impor, com relativa eficácia, um local da cultura hegemónica no universo insular, extrapolando essa experiência social para todo o espaço arquipelágico.

No outro pólo deste debate, Lola Xavier (2007: 46), argumenta que *Chiquinho*, de Baltasar Lopes, é um exemplo paradigmático da literatura de língua portuguesa na relação primordial que estabelece entre literatura e ética, dado que, apresentando os condicionalismos histórico espaciais das ilhas de Cabo Verde, bem como referências culturais, promove o encontro da ética com a história e com a cultura.

Assim, cientes do lugar de *Chiquinho* (2021), de Baltasar Lopes nos embates (intelectuais e políticos) identitários cabo-verdianos, tomamos esta obra como uma ilustração do processo de construção de sujeitos masculinos, portadores de uma psicologia moldada pelos ambientes sociais que circundaram a sua jornada infantil e juvenil e pelas interações, também coercivas, que os ajudaram a construir a sua relação com a realidade. Ademais, pretendemos evidenciar que este clássico cabo-verdiano configura, ainda, as diversas facetas da masculinidade nas ilhas de Cabo Verde, bem como as condicionantes ecológicas, sociais e culturais da sua crise identitária, podendo ser inclusive tratada, no nosso entender, como um retrato simbólico deste fenómeno.

Em termos metodológicos, encontramos em *Chiquinho* (2021) um porto de escala para uma etnografia literária (Pocrnja, 2020), apoiada nos contributos oferecidos pela literatura histórica, antropológica e sociológica sobre Cabo Verde. Baseamo-nos na premissa de que a literatura é um universo simbólico a partir do qual se dota a realidade social de um sentido que interliga o passado, o presente e o futuro, sendo por isso “uma composição de elementos da realidade carregados por uma certa energia psicológica e cultural” (Aichinger, 2008: 249, apud Pocrnja, 2020: 392).

No desenvolvimento deste artigo, discorreremos sobre alguns aportes sociológicos na conceptualização da problemática da masculinidade, e na forma como as bases estruturais da

anomia masculina configuram as possibilidades da performatividade dos papéis sociais masculinos no início do processo de povoamento e formação da sociedade em Cabo Verde. De seguida, evidenciamos os contornos da masculinidade socialmente positivada em *Chiquinho* (2021), a masculinidade heroica, provisora e protetora, e evidenciamos as estratégias masculinas escapistas em relação à anomia vivenciada. Nas considerações finais, sustentamos que Baltasar Lopes criou uma imagem das lutas masculinas através da imaginação e da arte, com as suas premissas culturais implícitas disponíveis para a investigação e interpretação, fazendo, deste modo, de *Chiquinho* (2021) um retrato dos traços identitários masculinos, mas também uma narrativa que fixa a memória da crise da masculinidade cabo-verdiana, nas dimensões laborais e patrimoniais do seu papel social, sem, todavia, pôr em causa a ordem social sustentada no sistema de dominação masculina.

1. Subsídios sociológicos para a problematização da masculinidade

A partir dos anos 60 do século XX, acentuou-se à complexificação da problematização deste fenómeno, e diversas perspetivas de análise foram surgindo (Dias, 2008). Para Carlos Silva (2016: 43), os processos de globalização e modernização reflexiva deixaram marcas estruturantes não só na inserção/exclusão nas redes de informação e comunicação, na segmentação e divisão sexual de trabalho nos espaços laborais e respetivos recursos em termos de classe e género, como na polarização ou diluição das relações de género, intimidade e erotismo, dado que aqueles processos têm vindo a questionar a tradicional ordem social naturalizada e assente no binómio homem provedor-mulher cuidadora. Todavia, sustenta que para além das condicionantes do espaço-tempo, da etnicidade, da nacionalidade e de outras características, quer o género, quer a classe e os respetivos graus de poder de disposição sobre recursos, continuam a ser lentes estruturantes para compreender e explicar as crises existenciais dos grupos sociais, dos indivíduos e a sua capacidade de controlar os comportamentos dos outros, assim como as transformações sociais, económicas, culturais e políticas da sociedade e suas reconfigurações contemporâneas (Silva, 2016: 43-44).

São várias as correntes teóricas que conceitualizaram o género e as diferenças sociais. Enquanto a abordagem individualista defende que a masculinidade e a feminilidade resultam

de traços que os indivíduos incorporam na sua identidade, quer através de uma predisposição biológica, quer através do processo de socialização, a abordagem estruturalista considera que o género é uma forma de estrutura social, o que significa que ele é sistema de estratificação social, situando os homens e as mulheres em posições desiguais e transcendendo os próprios desejos individuais, e tenta compreender como é que a estrutura social, por oposição à biologia e à aprendizagem social, cria o comportamento de género (Dias & Cavalcanti, 2022).

Por sua vez, a tradição interacionista chama à atenção que a categoria género é um produto das práticas sociais e que os sujeitos sociais, nas suas interações cotidianas, integram expectativas e relações que identificam masculinidades e feminilidades construídas e reproduzidas através da interação social (Dias & Cavalcanti, 2022: 184-185).

Merece ainda realce que os investigadores que não estão situados no espaço epistémico ocidental devem considerar que a conceitualização do género é marcada por fundamentos eurocêntricos e que isso deve ser tido como um desafio epistemológico. Oyèrónké Oyěwùmí (2004), por exemplo, sustenta que o género não deve ser tomado por seu valor nominal e articula uma crítica africana, explorando as fontes originais dos conceitos feministas, que são o esteio da pesquisa de género, como estando enraizados sobre a família nuclear.

Cientes destes reparos, vamos de encontro a contributos que sejam suficientemente universais, a ponto de observarmos o contexto periférico das ilhas de Cabo Verde. Por exemplo, Joan Scott (1995: 86) compreende o género em termos de categoria de análise, a partir de duas proposições. Na primeira, que se refere ao processo de construção das relações de género, este é um elemento constitutivo das relações sociais baseado nas diferenças percebidas entre os sexos, enquanto na segunda, que se refere à pertinência da aplicação do termo como categoria de análise de outras relações de poder, género é um modo primário de significar relações de poder.

Para Scott (1995: 86-87), a definição de género envolve símbolos que evocam múltiplas representações e devem ser pesquisados em suas modalidades e nos contextos específicos em que são invocados; envolve conceitos normativos que evidenciam as interpretações e os

significados dos símbolos (doutrinas religiosas, regras sociais, científicas, políticas); envolve política, instituições e organização social, noções e referências que devem ser incluídas nas análises, pois gênero é construído tanto no parentesco quanto na economia e na política; e envolve identidade subjetiva, ou os modos pelos quais as identidades de gênero são constituídas, relacionando-as a atividades, organizações e representações sociais contextualizadas. Entende, ainda, que esses quatro elementos podem operar em conjunto.

Deve-se a noção do gênero como “performatividade produzida e imposta pelas práticas reguladoras da coerência de gênero” a Judith Butler (2010: 48), que concebe a identidade de gênero como performatividade constitutiva, dado que os atos que regem a formação identitária do gênero são performativos, sendo projetados pelo corpo e pelo discurso, o que retira o caráter ontológico do gênero. Criticando a ideia de uma identidade de gênero essencialista, dado que entende que o gênero é fluído e mutável ao longo do tempo, Butler (2010) analisa as interseções entre o gênero, a sexualidade e outras categorias de identidade, como raça e classe social, como fatores que se entrelaçam para moldar as experiências das pessoas.

Nessa linha, Michael Kimmel (1998), enfatiza a ideia de que a masculinidade é uma performance construída em conformidade com as expectativas sociais e culturais, e que os homens são moldados por normas rígidas que podem limitar a expressão emocional e restringir o espectro de identidades masculinas aceitáveis. Sua pesquisa destaca que as construções de masculinidade não são uniformes, mas são influenciadas pela raça, classe social e outras dimensões da identidade, como também realça que as representações culturais e sociais da masculinidade afetam não apenas as mulheres, mas também os próprios homens.

Para Lígia Amâncio (1994), o processo de socialização explica de que modo as pessoas interiorizam as suas identidades de gênero, mas não explica o sentido da diferença destas identidades, porque os indivíduos chegam ao mundo dentro de um sistema social que produziu conteúdos simbólicos associados ao sexo, que, por sua vez, os processos de socialização apenas se limitam a reproduzir. Ela considera, por isso, tão importante saber

como as identidades de géneros são assimiladas, quanto conhecer o conteúdo simbólico associado a construção destas identidades.

Assim, a diferenciação do masculino e do feminino baseada no sexo associa ao dimorfismo sexual um conjunto de características de personalidades e orientações de comportamento, organizados em modos de ser homem e de ser mulher, que não encontram fundamento nas diferenças biológicas, mas utilizam-nas como pretexto (Amâncio, 1994). Ainda, o género não constrói o sexo, mas é um efeito de relações de poder, da ação das instituições, das práticas e dos discursos que regulam as suas formas e significados (Amâncio, 2003).

Particularizando a questão da masculinidade, Amâncio (2003) sustenta que ela não é estática, nem atemporal, mas histórica, não sendo uma manifestação da natureza ou de uma essência psicológica interior. Deste modo, apreendemos a masculinidade como um construto social e simbólico, que se assume como uma “mera ascensão à consciência de uma diferença de natureza biológica, mas é uma criação cultural a partir da observação dessa diferença, que foi, ao longo do tempo e em várias sociedades, transformada em princípio de desigualdade entre homens e mulheres” (Colling & Tedeschi, 2019: 491).

A partir do prisma de Pierre Bourdieu (2005: 75), a masculinidade é vista como uma posição nobre que pode ser observada ao nível da execução das tarefas/dos trabalhos, uma vez que há tarefas que podem ser nobres e difíceis quando são efetuadas pelos homens, mas que se tornam insignificantes e impercetíveis, fáceis e fúteis quando são feitas por mulheres.

Alerta este autor que a diferença social entre o homem e a mulher não pode ser alterada por um ato de magia performática, uma vez que não surgiram dum simples efeito de nomação verbal, pois os géneros, “longe de serem simples papéis com que se poderia jogar à vontade (à maneira das *drag queens*), estão inscritos nos corpos e em todo um universo do qual extraem a sua força” (Bourdieu, 2005: 122). Essa lógica em que a masculinidade, a partir da discussão de género, se torna uma estrutura da prática social vai ser dominante nos entendimentos de Connell (1995) e Vale de Almeida (2000).

Sustenta Connell (1995) que “a masculinidade é uma configuração de prática em torno da posição dos homens na estrutura das relações de género” (1995: 188), e por conta disso é possível pensar masculinidade de forma plural, sendo diversas as masculinidades. Dado que a configuração em torno das masculinidades mantém ativa as relações de poder, revoando sobre uma delas o *status* de hegemonia, os demais constructos sócios históricos tornam-se concorrentes ou afirmadores do modelo hegemônico.

Consideram Connell e Messerschmidt (2013: 250) que é inegável que, em grande parte da literatura preocupada com a masculinidade, haja uma grande quantidade de confusão conceitual, assim como uma grande quantidade de essencialização. Reforçam os autores que as masculinidades são configurações de práticas realizadas na ação social e, dessa forma, podem se diferenciar de acordo com as relações de género em um cenário social particular, assim como as situações nas quais as masculinidades foram elaboradas podem mudar ao longo do tempo.

A masculinidade hegemónica destaca-se como o ideal que, não sendo atingível por nenhum homem, exerce, mesmo assim, um efeito controlador sobre todos através da “incorporação, da ritualização das práticas da sociabilidade quotidiana e de uma discursividade que exclui todo um campo emotivo considerado feminino” (Vale de Almeida, 2000: 17), o que o torna num processo construído, frágil, vigiado, uma “forma de ascendência social que pretende ser” (*idem*).

Miguel Vale de Almeida (2000) sustenta que, a partir do momento que nas sociedades modernas a cultura passou a controlar o processo natural de reprodução humana, “as identidades de géneros e a sexualidade passaram a ser, cada vez mais, algo que se tem, ou algo que se escolhe, um aspeto da identidade pessoal, maleável e manipulável” (Vale de Almeida, 2000: 15). Para ele, a masculinidade não é construída e reproduzida apenas pela divisão do trabalho, pela socialização na família e na escola ou pelas formas mais ou menos ritualizadas de sociabilidade e interação, pois o domínio das noções da pessoa, do corpo, das emoções e sentimentos, de tudo o que constitui a dinâmica entre a personalidade e as regras

culturais, é uma área de experiência humana, constitutiva e constituída por categorias de género (Vale de Almeida, 2000: 145).

Assim, na mesma linha de Pierre Bourdieu (2005), Vale de Almeida propõe que a dominação masculina é um sistema de categorias de percepção, de pensamento e de ação que, devido à concordância entre as estruturas objetivas e cognitivas, gera a atitude natural perante o que chama de experiência dóxica, e por isso não necessita de justificação, estando nos discursos, como provérbios e poemas, e expressando a visão dominante (2000: 151). Neste sentido, nota que, sendo a hegemonia uma forma de dominação em que o dominado participa na sua dominação, no campo do género é a capacidade de impor uma definição específica sobre os outros tipos de masculinidade, o que permite dizer que o modelo masculino exaltado corresponde a muito poucos homens (*idem*: 155).

Mais recentemente, Connell (2016), considerou que a relação entre hegemonia e masculinidade precisa ser reavaliada à luz da crítica pós-colonial, dado que uma compreensão histórica completa da hegemonia é necessária. Sustenta que a violência da colonização instaurou um duplo movimento, rompendo ordens de género e lançando novos projetos hegemônicos, e que essa dinâmica pode ser traçada em formas mutáveis ao longo das eras da descolonização, do desenvolvimento pós-colonial e da globalização neoliberal, de modo que hegemonia em construção, e não hegemonia alcançada, deva ser o conceito-chave.

Connell (2016: 314) argumenta que configurações específicas de masculinidade no aparato metropolitano contemporâneo podem ser traçadas juntamente com suas relações com o poder local, e que uma ordem de género está emergindo no espaço transnacional e condições mínimas para a hegemonia dentro dela podem ser definidas. Atualmente, já é evidente que os conceitos “inclusão”, “intimidade emocional”, “fiscalidade” e “resistência” proporcionam um maior reconhecimento e compreensão de como as masculinidades contemporâneas estão sendo preformadas e como os homens jovens podem desafiar as masculinidades ortodoxas e os estereótipos masculinos tradicionais (Connor *et al.*, 2021: 15).

2. As bases estruturais da anomia masculina em Cabo Verde

Uma desconcertante e disruptiva evidência do desnorte masculino contemporâneo, mais por conta da sua representatividade social do que propriamente pela representatividade estatística, é o fenómeno de homicídio de mulheres acompanhado, em alguns casos, pelo suicídio dos homens, fenómeno que ficou semantizado no espaço público crioulo como «femicídio» (Fernandes, 2023; Rodrigues, 2023). Este fenómeno expõe os limites da orientação disciplinar dos poderes públicos em relação ao homem, dos quais derivam iniciativas, questionando como engajar os homens na luta contra o femicídio em Cabo Verde; reforça a narrativa do machismo como o grande culpado e fortalece a leitura basilar das políticas de género em Cabo Verde, que aponta o dedo para o papel privilegiado do homem na sociedade, ocupando os lugares de poder e decisão, enquanto remete as mulheres para o domínio privado e à invisibilidade (Correia e Silva, 2014).

Desde 2013/2014, foram definidas as masculinidades inadequadas, ou não positivas, como um mal social a erradicar. As campanhas públicas de sensibilização promovidas por organismos governamentais sob o slogan «*Ami é Pai*»¹ e «*Homi ke homi ka ta dadji na mudjer*»², foram o princípio do processo nacional de normalização da ideia de que se impõe a necessidade de promoção de masculinidades positivas.

A hipótese de que podemos estar perante a evidência objetiva da crise da masculinidade não tem sido sinalizada. Mesmo carecendo de estudos ou relatórios que analisem os casos de homicídio das mulheres perpetuados por homens, seguidos ou não pelo suicídio, as tendências das explicações deste fenómeno recaem no atraso mental e emocional dos homens, no seu apego ao machismo ou no próprio machismo estrutural da sociedade.

Entretanto, como mostra a orientação funcionalista de David Gilmore (1990), a masculinidade é uma construção cultural destinada a promover o desenvolvimento psicológico dos meninos em homens capazes de apoiar a segurança e a prosperidade de uma sociedade (Gilmore,

¹ «Eu sou pai!»

² «Homem que é homem de verdade, não bate na mulher!»

1990), acrescentando que, para ser homem na maioria das sociedades, é preciso engravidar as mulheres, proteger os dependentes do perigo e prover amigos e parentes, e, por isso, embora possa não existir um «macho universal», talvez possamos falar de um «onipresente masculino» com base nestes critérios de desempenho (*idem*: 222).

Para este autor, os ideais de masculinidade são indispensáveis contribuições tanto para a continuidade dos sistemas sociais como para a integração psicológica dos homens na sua comunidade, o que faz desses fenómenos parte da existência do problema de ordem potencial que todas as sociedades devem resolver, encorajando as pessoas a agir de certas maneiras que facilitam tanto o desenvolvimento individual como a adaptação em grupo (Gilmore, 1990: 3).

Neste sentido, os papéis de género representam uma das formas de resolução desse problema de ordem, de modo que, devido ao desejo universal de fugir do perigo, podemos encarar a masculinidade real como um incentivo para o alto desempenho na luta social por recursos escassos, um código de conduta que promove os interesses coletivos, superando inibições internas, o que faz, no seu entender, das ideologias da masculinidade adaptações ao ambiente social, e não, simplesmente, projeções mentais autónomas ou fantasias psíquicas em grande escala, dado que quanto mais hostil o ambiente e quanto mais escassos os recursos, mais a masculinidade é enfatizada como inspiração e objetivo (Gilmore, 1990: 224).

Considerando estes aspetos realçados, a hipótese do machismo estrutural como a explicação dos casos hodiernos de «femicídio» perde plausibilidade. Pelo contrário, o homem que não assume as suas responsabilidades paternas, agride e/ou assassina uma mulher, e não cuida da subsistência dos seus, nega a si a assunção da performatividade que a masculinidade lhe impõe (*idem*: 29).

Além da ideologia e do ambiente, Gilmore (1990) encontra na dimensão psicológica o terceiro fator necessário para a equação da masculinidade e aponta a regressão psíquica como o maior obstáculo à performatividade do trabalho humano. Com recurso aos estudos pós-freudianos, assume que a regressão é a tendência de retornar a estados anteriores de desenvolvimento

para fugir da realidade. É o desejo de escapar, de fugir do perigo, de procurar consolo ao lado da mãe, e está presente em todas as pessoas, homens e mulheres, jovens e velhos. Nesta direção, remata que a masculinidade pode ser vista como um incentivo da sociedade para substituir o apelo do princípio seguro pelo princípio da realidade, isto é, aceitar a responsabilidade do trabalho (*idem*: 29).

Observando a problemática da masculinidade numa perspetiva funcionalista dialética, este autor assumiu que estava preparado para redescobrir as velhas expressões que convencionalmente propunham que a feminilidade é cuidadosa e passiva e que a masculinidade é autocentrada, egoísta e despreocupada, mas percebeu que as ideologias de masculinidade sempre incluem um critério de generosidade altruísta até ao ponto do sacrifício, tanto que os homens «de verdade» são aqueles que dão mais do que recebem; eles servem outros, fazendo de não-homens aqueles que são estigmatizados como mesquinhos e improdutivos (Gilmore, 1990: 229).

É relevante que, popularmente, a expressão cabo-verdiana «*bu ca ta sirbi*»³ expresse a estigmatização dos homens que são considerados improdutivos no campo laboral, seja por não proverem o suficiente ou por falta de destreza laboral, e/ou no campo sexual, seja por serem estéreis ou por não proporcionarem prazer à mulher.

Na literatura histórica e antropológica, a valorização e a dominação masculina, natos do próprio processo de descoberta, povoamento e exploração das ilhas, são aspetos tradicionais da cultura cabo-verdiana, uma vez que foram sendo reproduzidos ao longo dos séculos, legados como herança e formas de organização da vida social (Cabral, 2001; Correia e Silva, 2014; Lopes Filho, 2003; Semedo, 2009), e manifestaram-se na legitimação e legalização da questão da administração das capitanias, do exercício da atividade mercantil, da prerrogativa de exploração e de rentabilização da terra como áreas de atuação de forte cunho masculino (Cohen, 2007).

³ «Não serves para nada!»

Assim, se na teoria algumas pesquisas sociais generalizam os privilégios masculinos como atributos do homem genérico, na vivência historicizada, desde os primórdios da formação da sociedade cabo-verdiana, foram atributos de homens concretos, aqueles que estavam numa posição social de destaque e de domínio, tanto que, logo, no primeiro século, se demarcaram no arquipélago duas classes de homens livres (cf. Cabral, 2001: 231-262). De um lado, os poderosos, na condição de moradores, comportando tanto os vizinhos homens honrados brancos e os vizinhos negros e, do outro, os filhos da terra, mulatos, forros e livres que compunham a “massa anónima e pobre da capital do arquipélago”, e que, quando não exerciam funções especializadas ou de confiança dos senhores do primeiro grupo, se tornavam mendigos ou formavam uma clientela dependente e servil dos homens poderosos dispostos a tudo a troco de comida e agasalhamento (*idem*: 243).

O foco contemporâneo que as Ciências Sociais concederam à assimetria de poderes entre homens e mulheres obscureceu a atenção ao facto de que no passado a estrutura social permitia que as aspirações de domínio e de destaque masculinos fossem alcançadas se a pessoa fosse honrada, corajosa e persistente. Essa mesma estrutura social tomava o fracasso no atingimento desses objetivos como a evidência das deficiências pessoais, seja por razões étnicas ou de classe. Nesses casos, como mostra Robert Merton (1970), a reação provocada pelo fracasso deveria ser dirigida contra as próprias pessoas e não contra a estrutura social, esta entendida como o conjunto organizado de relações sociais no qual os membros da sociedade ou grupo são implicados de várias maneiras (p. 210).

Merton (1970) sustenta que, ocorrendo uma disjunção aguda entre as normas e metas culturais e as capacidades socialmente estruturadas dos membros do grupo em agir de acordo com as primeiras, instala-se a anomia, concebida como uma rutura na estrutura cultural, ou seja, no conjunto de valores normativos que governam a conduta comum dos membros de uma determinada sociedade ou grupo (*idem*: 236-237).

Deste modo, os valores culturais podem ajudar a produzir um comportamento que esteja em oposição aos mandatos dos próprios valores, dado que a estrutura social pressiona os valores culturais, tornando possível e fácil aos indivíduos que estão em determinadas situações sociais

dentro da sociedade agirem de acordo com os ditos valores (*ibidem*: 236-237). Percebemos, assim, que a estrutura social age como barreira ou como porta aberta para o desempenho dos mandatos culturais, e, quando ocorre estarem mal integradas, a primeira exigindo um comportamento que a outra dificulta, se criam condições para que haja tensão rumo ao rompimento das normas ou ao seu completo desprezo (Merton, 1970: 236-237).

Assim, sem descurar que Baltasar Lopes (2021), em *Chiquinho*, retrata a vida no arquipélago na primeira metade do século XX, a ligação à terra e a vivência familiar, a descoberta do mundo através da oralidade e da escrita, a necessidade de mobilidade entre as ilhas, a emigração como saída para uma vida melhor, propomo-nos, todavia, destacar as modalidades de masculinidade subjacentes às condicionantes acima, evidenciando que esta obra reatualiza na jornada masculina, nos anos 30 do século XX, nas ilhas de São Nicolau e de São Vicente, as implicações da tensão entre a estrutura social e a estrutura cultural enquanto constituinte genética da sociedade cabo-verdiana, e, tem a pertinência de permitir-nos pensar que a problemática da masculinidade em Cabo Verde talvez seja uma faceta possível desta obra marcante do movimento literário *Claridade*.

3. A masculinidade positivada em *Chiquinho*

Munindo a nossa imersão dentro da ótica do encontro da ética, história e cultura, notamos que em *Chiquinho* (2021), nem todos os personagens masculinos conseguem deixar uma prole, dar continuidade ao seu património genético e prover biologicamente a sociedade, proteger os seus dependentes do perigo, seja de foro humano ou ecológico, e prover os parentes de meios para garantir a sua subsistência e desenvolvimento. Os critérios de desempenho da masculinidade apontados por Gilmore (1990), enquanto mandatos culturais, exigem estruturas sociais nem sempre presentes.

Os que, integralmente, assumem este mandato cultural são o falecido avô e o pai do protagonista central que dá nome ao livro, que têm a particularidade de serem presenças ausentes em toda a narrativa, destacando-se pelo efeito que as suas decisões e ações tiveram na vida dos elementos da sua família. Ambos foram progenitores, protetores e provedores.

A figura do avô encarna o retrato mais acabado da masculinidade positivada em *Chiquinho* (2021) pela incorporação do ideário do provedor viril e heroico. Na ótica da sua esposa Dona Júlia e Mamãe Velha, era um homem que merecia todo o respeito e que a orgulhava, construiu a morada da família coberta de telha francesa e esboçada de cal por fora, com dinheiro ganho «de-riba da água do mar», o que conferia uma origem honrada a essa moradia (Lopes, 2021: 19). Mesmo quando questionada acerca das aventuras do marido pelos portos internacionais aquando do seu reencontro com os patrícios, Mamãe-Velha é perentória em responder que não tinha ciúmes do falecido, dado que “Ele nunca me faltou com nada” (Lopes, 2021: 61), lamentando apenas o facto de ele ter morrido tão novo, sem gozar melhor do seu trabalho.

A virilidade e o heroísmo do falecido avô despertavam a admiração de Chiquinho, constituindo-se no seu ideal masculino de referência. No retrato do seu avô, encontrava representado um moço de cara enérgica, olhos decididos, e era motivo pessoal de lisonja as semelhanças que se notavam entre ele e o falecido:

“Gostaria de ser como ele, e sair a percorrer mares na pesca da baleia, conhecendo terras. Admirava a sua vida heroica. Havia na casa um quadro que representava uma cena da pesca da baleia. O mar coalhado daqueles bicharrões e uma canoa no esforço preparatório de arremesso. Com aquele avô heroico me parecia diferente dos homens que eu via todos os dias puxando na enxada, para voltarem à noite à casa pobre, coberta de palha!” (Lopes, 2021: 61-62).

Chiquinho reconheceu que o avô tinha povoado o seu imaginário de tal forma que não compreendia a vida de servos dos seus conterrâneos nem a sua resistência, não podendo por isso admirar a sua heroicidade constante e apagada. O mar era para ele um campo de batalha em que se lutava com gigantes enormes para se conquistar o amor da moça-do-mar (*ibidem*: 62).

Se o falecido avô proveu a família das bases a partir das quais a sua vida era erigida, a provisão do pai, António Manuel, foi a garantia dos melhoramentos pouco a pouco introduzidos com os dólares que chegavam (Lopes, 2021: 19), tanto que a sua presença, mesmo depois de ausente, era uma constante na casa, projetando-se na mobília americana, no gramofone, nos

quadros na parede (*idem*: 21). Perante os desafios levantados pelas condições ecológicas, refletindo-se no facto de que as “hortas não estão dando nada”, sendo “preciso dar uma ordem na vida” e “criar esses meninos” (*idem*: 21), António Manuel conformou-se com as responsabilidades que lhe cabiam e tomou a decisão de emigrar para os Estados Unidos da América.

A tonalidade da masculinidade mais realçada neste personagem está vinculada à provisão que assegura à família com o seu trabalho. Inclusive, António Manuel é-nos descrito como “um burro de trabalho”, sempre ocupado com as lidas das hortas ou do tráfego da vida, mas nunca se desligando da provisão afetiva dos filhos, a quem assegurava que todos os dias chegassem as encomendas provenientes das hortas (Lopes, 2021: 22).

Na ausência física de António Manuel, as suas tarefas são desempenhadas por Pitra, afilhado deste e criado em casa desde a sua orfandade. Ele encarna o braço armado e o protetor da família. No dizer da mãe de Chiquinho, Pitra “É o homem da nossa casa” (*idem*: 28). Cabe-lhe cuidar das hortas distantes, vigiar os trabalhadores, enquanto ele mesmo trabalha de enxada, brigar com os meeiros quando desconfiava de pés de milho arrancados pelo toco ou de abóboras tiradas, brigar quando alguém mudava as marcas que separavam a horta da família das outras e brigar quando alguém fazia uma desfeita aos mais pequenos. Entretanto, por ter engravidado Zepinha, ele apanhou calado e sem fugir das mãos da mãe de Chiquinho, pela «pouca-vergonha», faltando ao respeito que devia ter com a honra da casa (*idem*: 28).

Embora Pitra represente simbolicamente a presença do masculino protetor, papel que António Manuel não pode assegurar por conta da sua ausência física, essa transferência de papel não o coloca acima da ordem estabelecida. De nada lhe valeram as suas destrezas enquanto lutador quando foi castigado por uma mulher, principalmente, por reconhecer a legitimidade do castigo. Se Pitra é uma evidência da força e da destreza física como atributos masculinos, nele também se manifesta que estes atributos não se sobreponham à ordem de género estabelecida.

Por sua vez, Nhô Chic'Ana é a imagem do trabalhador intrépido, um velho prudente, descrito como um homem que nunca desgraçou a mulher, por só ter gerado uma filha com uma única mulher, e um antigo marinheiro arrependido (Lopes, 2021: 29). É o expoente da resignação masculina. Aceita como destino o rumo que a sua vida tomou e somente nas horas de descanso do trabalho na horta, se permitia à evasão que o levava a indagar como seria a sua vida se continuasse marinheiro (*idem*: 32). Sem se retrair das suas responsabilidades, a nostalgia é o seu escapismo.

Outra figura masculina de referência positiva é Totone Menga-Menga, o ancião da comunidade. Sábio, mago, visionário, consolador, que “em eras de tribulação da vida, (..) rodeia a alma da gente de um véu, branco assim como grinalda de noiva ...” (Lopes, 2021: 31), e cuja “... palavra era sol que dissipava o nevoeiro que envolvia o coração da criatura” (*idem*: 57). O domínio espiritual (Weber, 2004) que exercia sobre os membros da comunidade manifestava-se no exercício de uma obrigação psíquica ao recusar ou dispensar bens de salvação, através dos seus conselhos, na indicação dos remédios, na concessão da sua bênção (Lopes, 2021: 59). Assume, na sua condição de autoridade religiosa, tanto o papel de provedor emocional como protetor de todos perante os perigos de natureza espiritual e infundia respeito/temor em todos, pois “... não dá sorte, não, troçar de Totone, ...” (*idem*: 31).

Para além destas referências masculinas, Baltasar Lopes também nos apresenta o trabalho na lavoura, com as suas múltiplas responsabilidades (Lopes, 2021: 39), como mecanismo social de formação do carácter masculino. Da mesma forma, funcionam os grupos de pares com as suas dinâmicas de iniciação à masculinidade, abrangendo desde conversas sobre a intimidade, os desafios e as lutas, as experiências com doenças venéreas, e com os mistérios do fruto proibido (Lopes, 2021: 38).

Seja pela imposição de padrões de conduta específicos que abrangiam desde a postura até a própria voz adequada a um homem (Lopes, 2021: 42), como pela oportunidade que proporcionava ao fortalecimento da irmandade, sendo estigmatizados os meninos que furavam a bolha e expunham as travessuras do grupo ao professor (*idem*: 45), igualmente a Escola mereceu destaque como uma estrutura formadora do *ethos* masculino. Para além

disso, a Escola aparece em *Chiquinho* (2021) como a instância social que assegura de forma legítima o processo de seleção e de distinção daqueles que na vida adulta viriam a assumir um papel de domínio sobre os restantes, funcionando como o crivo social a que um indivíduo teria de passar para alcançar as benesses que a estrutura cultural prometia:

“Com a boa cabeça que Deus lhe tinha dado, seria uma pena que Chiquinho ficasse a lombar na enxada. A escola esperava-me de braços abertos para me conceder a carta de alforria. Assim, mais tarde eu poderia falar de alto para aqueles que apenas tinham feito o 2º grau” (Lopes, 2021: 57).

Em suma, em *Chiquinho*, são representantes socialmente positivados da masculinidade os homens que assumiram os encargos que se lhes impunham até ao limite do sacrifício pessoal. Recebia o reconhecimento de herói aquele que incorporasse a condição de provedor genético, de provedor material, de protetor e de conquistador. Fossem eles moço de enxada, rapaz de baleia ou americano de verdade, impunham-se-lhes a aceitação da responsabilidade do trabalho, sendo destacados socialmente os que passassem a ter a algibeira pesada de dólares (Lopes, 2021: 51).

O recurso à emigração pelos homens chefes de família é a evidência de que os mandatos da estrutura cultural não encontravam correspondência com a estrutura social, fazendo do afastamento da família uma condição fundamental para que o homem pudesse cumprir o papel que a família e a sociedade haviam determinado para ele. Afinal, a enxada não dava para mais que uma casa palhaça de um só quarto, com uma mesa, um banco, a esteira para dormida dos meninos e a cama de finca-pé, e só a “América permitia parir em casas caiadas e telhadas, com mobília estrangeira e quadros com óleo gravuras na parede” (Lopes, 2021: 39).

Os que ficavam nas ilhas podiam exercer o papel culturalmente determinado para eles, mas a sua distinção social dependia dos resultados alcançados pelo seu trabalho, todo ele dependente de fatores ambientais e sociais que a vontade masculina não controlava, pois não era a ética de trabalho, concretizada no esforço ou a entrega ao papel socialmente

determinado que atestava o valor social do homem, mas os resultados confirmadores desse esforço ou dessa entrega.

Entre aqueles que não se destacavam socialmente com os frutos dos seus esforços, granjeavam o respeito social os que, por conta da sua abnegada entrega a um destino condenado ao infortúnio, abandonavam ou reduziam os elevados alvos culturais de grande sucesso pecuniário e da rápida mobilidade social, mas sem deixar de seguir as normas institucionais (Merton, 1970: 223). Por sua vez, aqueles que não se destacavam como homens de algibeira repleta de dólares e encontravam no hedonismo o bálsamo para a incongruência que viviam, junto com aqueles que se tornavam dependentes do trabalho dos outros por conta da sua aversão ao esforço e ao sacrifício laboral, eram socialmente estigmatizados como disfuncionais.

4. A configuração anômica dos escapismos masculinos em *Chiquinho*

Na maioria das sociedades, os três imperativos masculinos são perigosos ou altamente competitivos, colocando os homens em risco no campo de batalha, na caça ou no confronto com os seus companheiros. Devido ao desejo universal de fugir do perigo, podemos considerar a masculinidade «real» como um incentivo para um alto desempenho na luta social por recursos escassos, um código de conduta que promove os interesses coletivos através da superação de inibições internas (Gilmore, 1990: 223).

Se interligarmos esses pressupostos com o conceito de anomia de Robert Merton, a masculinidade aparece como elemento da estrutura cultural portadora de exigências inalcançáveis para os indivíduos situados em determinadas camadas da estrutura social. Por um lado, pede-se-lhes que orientem a sua conduta em direção à expectativa da grande riqueza de modo «que cada homem seja um vencedor», e, por outro, negam-se-lhes, em larga medida, as oportunidades efetivas de assim fazer dentro das instituições vigentes (Merton, 1970: 219). Assim, os limites da masculinidade hegemónica (Connell, 1995; Vale de Almeida, 2000), residem na própria estrutura social.

Em *Chiquinho* (2021), reparamos que, perante as negações das oportunidades efetivas para cumprir o seu papel em prol dos valores de serviço, da honra e do poder no arquipélago, os personagens masculinos positivados encontraram alternativas fora do território das ilhas. Todavia, outros personagens, perante as incongruências entre o sistema de valores culturais e a estrutura social, ou sucumbiram aos comportamentos desviados, ou não sobreviveram às limitações impostas.

Chico Zepa, por exemplo, era um elemento distintivo no panorama agrícola, mas personificava a configuração social da regressão psíquica masculina (Gilmore, 1990). Os seus modos desembaraçados ganharam a admiração de Chiquinho e de toda a meninência, por lhe darem superioridade sobre os outros rapazes. Rebelde e distinto dos moços de enxada, Chico Zepa era avesso à disciplina, não aturava desaforos, e na luta em que entrasse, era dele a vitória.

Dizia sempre que não estava disposto a consumir a vida ganhando cinco reis no rabo da enxada (Lopes, 2021: 54) e assim escondia a sua aversão ao trabalho e o seu apego à vida de malandro. Após ter perdido a embarcação que lhe trouxera de novo a São Nicolau, ele prometera-se dar um salto em São Vicente e embarcar fugido em qualquer vapor, intento que, entretanto, foi adiando. Recusava o cabo da enxada, mas também deu as costas ao mar; a única alternativa ao trabalho na lavoura. Quando as necessidades apertavam e “precisava de dinheiro ia dar um dia de trabalho” (Lopes, 2021: 55). Segundo a mãe, do pai ele não tinha herdado tais modos, pois este “era um burro de trabalho” (*idem*). Entretanto, teve de aguentar o pesado, nunca voltou a São Vicente, ficou aleijado de uma perna por conta de uma ferida mal curada por causa das doenças do mundo (Lopes, 2021: 172), e por ser um pregador do Evangelho da rebeldia contra o destino, acabou desterrado para a ilha do Sal, pela sua intervenção no levante de São João (Lopes, 2021: 199-200).

Claramente, Chico Zepa evoca o masculino apegado aos prazeres que a virilidade lhe confere. Todavia, por detrás da sua aversão ao trabalho, conservou a dignidade da sua rebeldia, recusando-se a trilhar os caminhos de Nhô José Catrina, que desde jovem “foi sempre malandro” (Lopes, 2021: 80), e tornou-se um pedinte, alguém que “vive debaixo do trabalho dos outros” (*idem*).

Em Mindelo, na ilha de São Vicente, a mesma dignidade viril aparece na postura de Parafuso que, com fome nos olhos, recusava a merenda que os colegas lhe ofereciam (Lopes, 2021: 122). A família esperava que da cabeça boa dele sairia o amparo de todos, entretanto, por falta de meios para tratar dos pulmões, em mísero estado, Parafuso tornou-se numa promessa de provisão que não se efetivou.

Por sua vez, o carvoeiro João Col encarna a imagem da decadência moral total de um homem e de um chefe de família. Enquanto provedor desempregado, por conta da falta de ofertas laborais em abundância, e por conta da concorrência de homens mais jovens e mais aptos para o trabalho, a subsistência da família ficou entregue à vadiagem dos filhos, à esmola dos pequenos, à prostituição da filha pré-adolescente e à esperança no além. O canhoto vazio é-nos apresentado como o símbolo desta decrepitude masculina:

“João Col regressa ao Monte cabisbaixo. Não apanhou trabalho (...). Robertina anda pelas ruas vendendo rebuçados e açucrinha de uma loja da Salina. Bia, treze anos esmirrados, é mocrata. Caiu na vida. João Col não pegou trabalho. A mulher está sentada à porta da casa de madeira (...). O canhoto de João Col está apagado. O fogareiro está apagado. O sol está quase a mergulhar no mar, no meio-Canal. Bia continua não chegando. Talvez nha Marilisa a tenha pegado para algum freguês de Armanda. Nossenhor há de olhar para a pobreza” (Lopes, 2021: 115-116).

Já Tio Joca encarna o hedonismo masculino na sua plenitude. Baltasar Lopes desenvolve a complexidade do carácter desta personagem de forma profunda e fez dele uma peça essencial no destino final do personagem principal do livro. Joca, o boémio, manteve intactas as suas valências masculinas positivas. Espalhando a sua semente e atualizando na sua vivência o mito da mulher-terra e do homem-pinguinhos de água (Lopes, 2021: 33), fez-se um profícuo provedor genético da sociedade. Era brigador como poucos, valente protetor da honra da afilhada, instrutor educacional, disciplinador do sobrinho, espécie de filósofo dono de algumas terras e de uma lojinha, onde recebia com generosidade todos que iam à Estância na época das festas (*idem*: 37-45).

Todavia, constituía para a família motivo de preocupação por conta do seu gosto pela bebida e a sua apetência para se encher de filhos naturais (Lopes, 2021: 37). Contrariamente a Chico Zepa, Tio Joca não era avesso ao trabalho e, contrariamente a João Col, não perdeu os meios de subsistir e de manter os seus. Mas, pesava-lhe os sonhos não realizados e o fardo da performance masculina:

“Fui obrigado a enfurnar-me aqui. Antigamente eu sentia gosto em ler, tinha a impressão de que o futuro me pertencia. Gostava de vestir bem. Andava atrás de raparigas para namoros sem consequência. Hoje é isto: cheio de filhos e bebedor de aguardente... Antes eu tivesse ido para a América trabalhar nas fábricas de algodão, como teu pai” (Lopes, 2021: 48-49).

Cabo Verde não matava a sede de saber e de aperfeiçoar-se, que era o desejo mais intenso de Tio Joca. Na América, com as suas fábricas de algodão, *bargers* ou *light-ships*, seria um animal de carga, mas teria um mundo trepidante à sua volta com livros, bibliotecas, conferências e imagens para absorver (Lopes, 2021: 177). A sua recomendação a Chiquinho era clara: “Não queiras imitar titio Joca!” (*idem*: 49):

“- Larga tudo isso! Vai para a Guiné, para Angola, para o Brasil, para o diabo! Mas não fiques aqui... Só conseguirás cair no grogue... esta vida é como clorofórmio. Ao cabo, todas as tuas aspirações se dissolvem. E o grogue espera-te... olha para mim... aguardente e mãos de filhos... não há nada que fazer, em que pensar, é claro que Joca tem de beber grogue e fazer filhos...” (Lopes, 2021: 177).

A maturidade e as circunstâncias de vida nas ilhas fizeram o sobrinho perceber que a distinção que a sua boa cabeça e o seu diploma lhe asseguravam, a ponto de falar do alto, poderiam não o livrar do destino do seu tio e, vendo-o caído como um morto sobre a cama, com as ceroulas sujas de necessidades, recebendo café das mãos da sua mãe, Chiquinho questionou-se se teria o mesmo destino que o tio (Lopes, 2021: 178). Este desperta nele a atenção pelo facto de que «o cuidado de si» (Foucault, 2002) é também responsabilidade masculina.

Nos seus demais amigos chegados, encontrava a companhia da bebida como antídoto da realidade ou a resignação como justificação de uma vida não realizada. José Lima, emigrante

que retornou dos Estados Unidos da América, considerado revolucionário pelos demais, embebedava-se todas as noites após a tragédia que se abateu sobre ele (Lopes, 2021: 182). Euclides Varanda, um velho poeta e filósofo espiritualista, projetou numa tardia paternidade o desejo de ter um filho que viesse a viver o sonho evasioneiro que ele não tinha vivido.

Tanto em São Nicolau como em São Vicente, Chiquinho percebe que a vivência masculina se espelhava em vidas atravessadas pelo imperativo cultural do sucesso e pelas limitações sociais em alcançar esse sucesso, de modo que, se culturalmente todos os indivíduos do sexo masculino eram instigados a atenderem as expectativas sociais e comportamentais associadas ao seu sexo, socialmente nem todos detinham os recursos que o permitem assumir e cumprir tal papel. Propomos que nessa anomia cultural reside o que designamos por crise da masculinidade cabo-verdiana.

Considerações finais

Contatamos que Baltasar Lopes (2021) criou uma imagem das lutas masculinas através da imaginação e da arte, eternizando em *Chiquinho* a memória da incongruência dos ideais masculinos hegemônicos e das condições objetivas para se tentar alcançá-las, quando retrata as crises existenciais dos grupos sociais e dos indivíduos e a sua capacidade de controlar os comportamentos dos outros, num contexto histórico colonial tido como um destino fatalista. Mostra-nos, na linha do que propõe Badinter (1993) que tornar-se masculino envolve fatores psicológicos, sociais e culturais, e que de XY ao sentimento de identidade masculina, que marca a completude da evolução do homem, o caminho é longo e semeado de emboscadas

A noção de crise da masculinidade já foi fundamentada em diversas causas, dentre as quais foram destacadas as próprias transformações comportamentais das mulheres, na moral sexual, e nos questionamentos feministas contra a posição dominadora e patriarcal dos homens na sociedade e na família (Lisboa, 1998: 131). Contudo, em *Chiquinho* essa crise recai sobre a performatividade masculina, nas dimensões laborais e patrimoniais, sendo a sua expressão social hegemônica a «algibeira pesada de dólares».

Baltasar nos apresenta uma estrutura cultural que atribuiu ao homem o papel de ser um herói, um provedor genético e material, um guerreiro e protetor, num contexto social cuja estrutura não facultava meio para que tais normativos pudessem ser factíveis, mas que, mesmo assim, não se obstava de classificar os homens em três categorias diferentes, nomeadamente, os «moços de enxada», os «rapazes de baleia» e os «americanos de verdade».

A rebeldia de Chico Zepa, o hedonismo de Tio Djoca, a resignação nostálgica de Nhô Chic'Ana, a anuência impotente de João Col, a dignidade sacrificial de Parafuso, foram diluídas numa crise geral da sociedade, e nas abordagens críticas foram retratadas como casos específicos de um contexto cabo-verdiano imposto como genericamente nacional. Todavia, constatamos que, mesmo sem um questionamento sobre a ordem social naturalizada e assente no binómio homem provedor-mulher cuidadora, através das categorias género e classe e os respetivos graus de poder de disposição sobre recursos, *Chiquinho* (2021) permite-nos acompanhar tanto o processo de construção das relações de género, bem a significação das relações de poder, e acaba constituindo um símbolo que evoca múltiplas representações atreladas a identidades subjetivas.

Todavia, é pela noção de género como “performatividade produzida e imposta pelas práticas reguladoras da coerência de género” (Butler, 2010: 48), é que vamos perceber na obra a ideia de que a masculinidade é uma performance construída em conformidade com as expectativas sociais e culturais, e que os homens são moldados por normas rígidas que podem limitar a sua expressão emocional e restringir o espectro de identidades masculinas aceitáveis.

As categorias de homens evidenciadas nessa obra literária priorizam como critério distintivo a sua posição relativa os mecanismos de produção da vida material. *Chiquinho* (2021) retrata-nos o processo de socialização por meio do qual os rapazes interiorizam as suas identidades de género, como também o conteúdo simbólico associado a construção destas identidades. Neste ponto, a terra vai se contrapor ao mar. Da sua posição perante estes dois condicionantes naturais advém o modelo da masculinidade hegemónica que *Chiquinho* destaca como o ideal, e a forma como exerce um efeito controlador sobre todos através da incorporação, da

ritualização das práticas da sociabilidade quotidiana e de uma discursividade que exclui todo um conjunto de práticas não conformes.

Assim, como propõe Vale de Almeida (2000), o livro evoca a forma como a masculinidade é construída e reproduzida pela divisão do trabalho, pela socialização na família e na escola ou pelas formas mais ou menos ritualizadas de sociabilidade e de interação, envolvendo o domínio das noções da pessoa, do corpo, das emoções e sentimentos.

Chiquinho (2021) dá vida a um sistema de categorias de percepção, de pensamento e de ação que, devido à desconcordância entre as estruturas objetivas e cognitivas, gera a atitude natural de revolta ou de negação perante a experiência dóxica, encontrando a justificação para isso na condição da «ilha prisão» a que poucos tem meios para evadir.

O momento catártico do livro acaba, por isso, sendo a imagem do Tio Joca, em ceroulas, todo sujo de necessidades, amparado pela irmã, após mais uma bebedeira. Não é a negação da condição sociopolítica ou ecológica do arquipélago, mas a negação da condição concreta de vida de alguém com quem o protagonista partilha um destino comum que acaba sendo decisivo.

Assim, a base anômica da crise da masculinidade evidenciada em *Chiquinho* não é somente a incapacidade de ser provedor, protetor e conquistador heroico sem a evasão das ilhas. Afinal, houve um heroísmo possível ao homem cabo-verdiano no período colonial. O heroísmo possível na emigração, que não era objetivamente acessível a todos os homens.

A base anômica dessa crise advém também da posição social dos sujeitos masculinos, como limite das suas possibilidades performativas. Afinal, na geração dos claridosos, a instrução e a evasão eram meios apenas disponíveis aos grupos privilegiados, ou seja, aqueles grupos que podiam reagir às ameaças que pairam sobre si para tentarem alcançar a augusta condição de heróis, protetores e provisosores dos seus familiares. A geração dos nacionalistas, a partir de 1960, viria a negar que o evasão encontrou, também, na instrução e na emigração o caminho para a luta armada e para a evasão revolucionária, como se depreende, por exemplo, do que conta Rosário da Luz (2024: 27-35), processo esse que veio introduzir no imaginário

cabo-verdiano a figura do herói político/militar, protetor e provisor do povo, criando novas categorias masculinas hegemónicas a partir deste período.

Como uma via alternativa, perante as incongruências entre a estrutura dos valores e a estrutura social na produção de sujeitos masculinos heroicos, protetores e provisores, tanto no passado como no presente, *Chiquinho* (2021) parece-nos sugerir a necessidade de cuidado de si, como condição básica para o cumprimento do papel de género, principalmente quando o homem se apercebe dos fardos e das emboscadas.

Referências bibliográficas

AMÂNCIO, Lígia (1994), *Masculino e Feminino: Construção Social da diferença*, 2ª Edição, Porto, Edições Afrontamento.

AMÂNCIO, Lígia (2003), “O género no discurso das ciências social”, *Análise Social*, XXXVIII (168), pp. 687-714.

ANJOS, José Carlos Gomes dos (2002), *Intelectuais, Literatura e Poder em Cabo Verde. Lutas de Definição da Identidade Nacional*, Porto Alegre (Brasil), UFRGS/IFCH; Praia (Cabo Verde), INIPC.

BADINTER, Elisabeth (1993), *XY: Sobre a Identidade Masculina*, Rio de Janeiro, Nova Fronteira.

BOURDIEU, Pierre (2005), *A Dominação Masculina*, 4ª Edição, Rio de Janeiro, Bertrand Brasil.

BUTLER, Judith (2010), *Problemas de género. Feminismo e subversão de identidade*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.

CABRAL, Iva (2001), “Ribeira Grande: Vida Urbana, Gente, Mercancia, Estagnação”, in Luís de Albuquerque, Maria Emília Madeira Santos (Coord.), *História Geral de Cabo Verde*, 2ª ed., Lisboa, Instituto de Investigação Científica Tropical; Praia, Instituto Nacional de Investigação Cultural, pp. 225-273.

CARREIRA, António (1977), *Cabo Verde, classes sociais, estrutura familiar, migrações*, Lisboa, Ulmeiro.

COHEN, Zelinda (2007), *Os Filhos da Folha (Cabo Verde – séculos XV-XVIII)*, Praia, Spleen-Edições.

COLLING, Ana Maria; & TEDESCHI, Losandro Antônio (Orgs.) (2019), *Dicionário crítico de gênero*, Dourados, Ed. Universidade Federal da Grande Dourados.

CONNELL, Raewyn (2016), “Masculinities in global perspective: hegemony, contestation, and changing structures of power”, *Theor Soc*, 45, pp. 303–318, <https://doi.org/10.1007/s11186-016-9275-x>

CONNELL, Robert W. (1995), *Masculinities*, Cambridge, Polity Press.

CONNELL, Robert W.; & MESSERSCHMIDT, James (2013), “Masculinidade hegemônica: repensando o conceito”, *Estudos feministas*, 21(1), pp. 241-282, <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2013000100014>

CONNOR, Sandra; EDVARDSSON, Kristina; FISHER, Christopher; & SPELTEN, Evelien (2021), “Perceptions and Interpretation of Contemporary Masculinities in Western Culture: A Systematic Review”, *American Journal of Men’s Health*, pp. 1–17. DOI: 10.1177/1557988321106100

CORREIA E SILVA, António (2014), *Os dilemas de poder na história de Cabo Verde*, Praia, Editora Rosa Porcelana.

DIAS, Isabel (2008), “Violência e Género em Portugal: Abordagem e Intervenção”, *Cuestiones de género*, n.º 3, pp. 153-171.

DIAS, Isabel; & CAVALCANTI, Vanessa (2022), “Violência e Género. A Interseção das Desigualdades de Género”, in Márcia Santana Tavares, Ângela Maria Freire de Lima e Souza (Orgs), *Diálogos interdisciplinares sobre mulheres, gênero e feminismo*, Salvador, EDUFBA, pp. 179-203.

FERNANDES, Pedro Clóvis (2023) “Feminicídio em Cabo Verde: Uma realidade preocupante e em ascensão?”, *A NAÇÃO*, n.º 829, Praia, Alfa Comunicações.

FORTES, Celeste (2015), ““Casa sem homem é um navio à deriva”: Cabo Verde, a monoparentalidade e o sonho de uma família nuclear e patriarcal”, *Anuário Antropológico* [Online], II. <http://journals.openedition.org/aa/1425>. DOI: 10.4000/aa.1425

FOUCAULT, Michel (2002), *História da Sexualidade III: O Cuidado de Si*, 7ª Edição, Rio de Janeiro, Edições Graal.

GILMORE, David (1990), *Manhood in the making: cultural concepts of masculinity*, New Haven & London, Yale University Press.

INE (2023), *Estatísticas do mercado de trabalho. Inquérito Multiobjetivo Contínuo 2022*, Praia, Instituto Nacional de Estatística.

KIMMEL, Michael S. (1998), “A Produção Simultânea de Masculinidades Hegemônicas e Subalternas”, *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, 4 (9), pp. 103-117.

LABAN, Michel (2002), “Estatismo e Dinamização em Chiquinho, de Baltasar Lopes”, *VEREDAS Revista da Associação Internacional de Lusitanistas*, nº 5, pp. 165-169.

LISBOA, Maria Regina Azevedo (1998), “Masculinidade: as críticas ao modelo dominante e seus impasses”, In Joana Maria Pedro, Miriam Pillar Grossi (eds.), *Masculino, feminino, plural: gênero na interdisciplinaridade*, Florianópolis, Ed. Mulheres, pp. 131-138.

LOPES, Baltasar (2021), *Chiquinho*, Praia, Biblioteca Nacional de Cabo Verde.

LOPES FILHO, João (2003), *Introdução à cultura cabo-verdiana*, Praia, ISE.

MERTON, Robert (1970), *Sociologia – Teoria e Estrutura*, São Paulo, Editora Mestre Jou.

MONTEIRO, Eurídice Furtado (2012), *Entre os senhores das ilhas e as descontentes. Ausência e Emergência de Mulheres no Campo Político em Cabo Verde*, Tese de Doutoramento na especialidade de Pós-Colonialismos e Cidadania Global, Faculdade de Economia, Universidade de Coimbra.

OYĚWÙMÍ, Oyèrónké (2004), “Conceituando o gênero: os fundamentos eurocêntricos dos conceitos feministas e o desafio das epistemologias africanas”, *CODESRIA Gender Series*, v. 1, Dakar, CODESRIA, pp. 1-8.

PEREIRA, Jairzinho Lopes (2021), “Prefácio”, in Baltasar Lopes, *Chiquinho*, Praia, Biblioteca Nacional de Cabo Verde.

PINA, Nelo Canuto Monteiro de (2017), *Narrativa cabo-verdiana contemporânea: da leitura literária à formação cultural e cívica*, Tese de doutoramento em Linguística, na especialidade de Linguística Aplicada, Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa.

POCRNJA, Jana (2020), “Literatura como etnografia: hacia nuevos campos de investigación”, *Antropología Experimental*, nº 20, pp. 391-395.

RODRIGUES, Cândido (2023), “Femicídio em Cabo Verde: Um Grito Por Justiça e Igualdade”, *Santiago Magazine*, 21 julho, 2023. <https://santiagomagazine.cv/ponto-de-vista/femicidio-em-cabo-verde-um-grito-por-justica-e-igualdade> 21 julho 2023

SCOTT, Joan (1995), “Gênero: uma categoria útil de análise histórica”, *Educação e Realidade*, 20 (2), pp. 71-99.

SEMEDO, Adilson (2009), *Religião e Cultura - A Influência da Religião Católica na Reprodução da Dominação Masculina em Cabo Verde*, Porto, Centro de Estudos Africanos da Universidade do Porto.

SEMEDO, Adilson (2022), “A Enunciação Literária das Condições Sociais de Possibilidade do Amor nas Obras *O Escravo, Contra Mar e Vento, e Eva*”, in Fernando Ilharco, Marília dos Santos Lopes, Fernando Chau, Filipe Coelho (coord.), *EM PORTUGUES Falar, Viver e Pensar no Século XXI*, Lisboa, Universidade Católica Editora, pp. 223-248.

SILVA, Carlos (2016), *Desigualdades de Género. Família, Educação e Trabalho*, V. N. Famalicão, HÚMUS.

SILVA, Carmelita (2021), “Kau ki galu sta, galinha ka ta kanta? Reflexões sobre narrativas de mulheres e homens em situação de violências conjugais em Cabo Verde”, *AbeÁfrica: Revista da Associação Brasileira de Estudos Africanos*, 6 (6), pp. 238-272.

VALE DE ALMEIDA, Miguel (1995), “Gênero, masculinidade e poder: revendo um caso no sul de Portugal”, *Anuário Antropológico/95*, Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, pp. 161-189.

VALE DE ALMEIDA, Miguel (2000), *Senhores de Si. Uma Interpretação Antropológica da Masculinidade*, 2ª Edição, Lisboa, Fim do Século Edições, LDA.

XAVIER, Lola (2007), “Chiquinho: o anti-herói e a pertinência de um discurso narrativo organizado em função da hora de bai”, *Revista ECOS*, Edição 004, pp. 40-44.

WEBER, Max (2004), *Economia e Sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva*, 4ª ed., Brasília, DF: Editora Universidade de Brasília.

Adilson Filomeno Carvalho Semedo.

Faculdade de Ciências Sociais, Humanas e Artes (FCSHA), Universidade de Cabo Verde. Centro de Investigação e Formação em Género e Família, Universidade de Cabo Verde, Praia, Cabo Verde. Campus do Palmarejo Grande, C.P. 379-C, 7943-010 Praia, Santiago, Cabo Verde. ORCID ID: 0000-0002-2798-4041

E-mail: adilson.semedo@docente.unicv.edu.cv

Homenagem

O reconhecimento de um percurso académico

João Teixeira Lopes

Professor Catedrático do Departamento de Sociologia da Faculdade de Letras da Universidade do Porto e Coordenador do Instituto de Sociologia da Universidade do Porto

Virgílio Borges Pereira

Professor Catedrático e Diretor do Departamento de Sociologia da Faculdade de Letras da Universidade do Porto

Artigo recebido a 03/07/2025.

Aceite para publicação a 15/07/2025.

Carlos Manuel Gonçalves, docente da Faculdade de Letras da Universidade do Porto (FLUP) desde 1986 e professor catedrático jubilado em fevereiro de 2025, desempenhou um conjunto de relevantíssimas atividades na sociologia portuguesa, no Departamento e no Instituto de Sociologia e, não menos importante, na própria FLUP e mesmo na Universidade do Porto. Por ocasião da sua jubilação, o presente número de *Sociologia - Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, entidade que dirigiu durante largos anos, não poderia deixar de se associar à homenagem que os membros do Departamento de Sociologia decidiram realizar-lhe.

Carlos Manuel Gonçalves é hoje um dos mais reputados sociólogos portugueses no domínio da Sociologia Industrial, do Trabalho, das Organizações e das Profissões. A sua tese de doutoramento, publicada em 2006 pelas Edições Afrontamento sob o título *Emergência e Consolidação dos Economistas em Portugal*, constitui uma obra de referência (Gonçalves, 2006). De igual modo, desenvolveu um importante trabalho de investigação sobre os estudantes universitários e o mercado de trabalho, incluindo as dimensões da satisfação laboral, tendo sido o responsável científico pelo Observatório do Emprego e da Trajetória dos

Diplomados da Universidade do Porto, elaborando uma série de estudos sobre a inserção laboral dos diplomados entre 2008 e 2014 e entre 2019 e 2023. Coordenou, igualmente, um projeto sobre a Região Norte de Portugal, “A Região Norte de Portugal: dinâmicas de mudança social e recentes processos de desenvolvimento”, em que desenvolveu uma espécie de radiografia social que abrangeu a multidimensionalidade dos plurais processos de recomposição social característico do Norte do país. Tem analisado, ainda, as mais recentes transformações nos mundos do trabalho, em particular a precariedade, mas também a generalização da tecnovigilância, do escrutínio sobre atividade dos profissionais, e do carácter totalizante do trabalho, o que gera uma sobreposição e tensão entre os domínios profissional e pessoal/familiar. Finalmente, é autor de textos incisivos sobre os papéis profissionais do sociólogo, defendendo uma forte intervenção da Associação Portuguesa de Sociologia (APS) e da Associação Portuguesa de Profissionais em Sociologia Industrial, das Organizações e do Trabalho (APSIOT) na defesa da autonomia, da ética e da deontologia da profissão.

Coordenou o Departamento de Sociologia, dirigiu o mestrado e o doutoramento em Sociologia. Na Faculdade de Letras da Universidade do Porto foi Presidente do Conselho Pedagógico, bem como, por diversas vezes, membro da Assembleia de Representantes e do Conselho Científico.

Todos conhecem o seu empenho na dinamização de múltiplas atividades científicas e pedagógicas; a sua abnegação no exercício de responsabilidades académicas e o seu inestimável contributo para um melhor conhecimento do emprego, qualificações e inserção dos diplomados universitários. Não menos importante, advoga uma combinação de rigor, método científico e autonomia no campo académico como ingredientes essenciais de uma prática perene e cumulativa.

Nas páginas que se seguem, dando conteúdo expressivo aos factos aqui identificados, dois reputados sociólogos e profundos conhecedores da Sociologia portuguesa, João Freire e Fernando Luís Machado, oferecem-nos testemunhos diretos do legado e significado do percurso académico de um sociólogo que foi, durante quase quatro décadas, um marcante

docente da FLUP e que continuará, certamente, a dar o seu contributo à comunidade sociológica como investigador do Instituto de Sociologia da Universidade do Porto.

Referências bibliográficas

GONÇALVES, C. M. (2006), *Emergência e Consolidação dos Economistas*, Porto: Edições Afrontamento.

João Teixeira Lopes.

Professor Catedrático do Departamento de Sociologia, Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Investigador do Instituto de Sociologia da Universidade do Porto. Endereço para correspondência: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Via Panorâmica s/n, 4150-564, Porto, Portugal. ORCID ID: 0000-0001-6891-7411
E-mail: jlopes@letras.up.pt

Virgílio Borges Pereira.

Professor Catedrático do Departamento de Sociologia, Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Investigador Integrado do Instituto de Sociologia da Universidade do Porto. Endereço para correspondência: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Via Panorâmica, s/ número, 4150-564 – Porto, Portugal. ORCID ID: 0000-0002-6887-165X
Email: jpereira@letras.up.pt

Breve recordação

João Freire

ISCTE-Instituto Universitário de Lisboa

Artigo recebido a 28/05/2025.

Aceite para publicação a 16/06/2025.

Creio recordar-me do Carlos Gonçalves estudante no ISCTE, onde se licenciou em 1980, mas não me lembro se ele foi meu aluno nas aulas de Sociologia do Trabalho que eu ali ministrava desde 1975, conjuntamente com o Marinús Pires de Lima, a Fátima Patriarca e também o David Miranda. Em todo o caso, nessa ou em alguma ocasião posterior a partir dos finais da década de 80, sei que era com ele que, nessa área de sociologia especializada, eu contava na Universidade do Porto, já que o António Teixeira Fernandes, embora também em Letras, respondia a outras solicitações mais fundamentais da nossa disciplina e o José Madureira Pinto estava inserido na Faculdade de Economia, onde ela não assentava arraiais.

Lembro-me também de, em conversa privada, ter descoberto que o Carlos residira em Lisboa quase ao lado do meu bairro de origem – a Graça, estando ele na Penha de França, se não erro – e de me revelar ter a sua ascendência paterna estado profissionalmente ligada à mesma instituição onde eu fizera a minha entrada na vida adulta, a Marinha.

Segui, naturalmente, a evolução académica das nossas primeiras gerações de licenciados em Sociologia, e as especializações a que eles se iam dedicando ou, nalgum caso, inaugurando entre nós. Foi o que aconteceu com a Sociologia das Profissões que, com a portuense Graça Carapinheiro em 1990, aproximou inicialmente esses temas, enfrentando o objecto de estudo da Sociologia da Saúde e, em seguida, com a Maria de Lurdes Rodrigues com o seu estudo

sobre os engenheiros (1997), este já plenamente assumindo a acumulação teórica que desde há décadas existia no estrangeiro.

Com o doutoramento de Carlos Gonçalves em 1998 sobre os economistas (e o seu livro *Emergência e Consolidação dos Economistas em Portugal*, de 2006), completou-se assim a constituição entre nós de uma nova área de especialização sociológica, que deu frutos e ainda não deixou de mostrar vitalidade heurística, além de alguma utilidade social. Veja-se o caso dos estudos que legalmente se tornaram necessários para a institucionalização de novas Ordens Profissionais (médicos dentistas, nutricionistas, geólogos, etc.) e a que, entre outros, a Luísa Veloso (antiga docente e doutorada do Instituto de Sociologia da FLUP) tem dado continuidade. Tendo acompanhado de perto o desenvolvimento deste ramo especializado da nossa área científica – de algum modo “filho tornado adulto” da sociologia do trabalho que eu aprendi em França e ajudei a desenvolver em Portugal – devo reconhecer a importância dos trabalhos de Carlos Gonçalves, muito em particular nos estudos que promoveu e orientou sobre a formação superior em vários domínios e os processos da sua sempre difícil e problemática inserção numa prática profissional consolidada e no sistema de emprego.

A minha própria evolução no universo nacional desta disciplina também não foi estranha às inovações trazidas por estes “sociólogos de 2ª geração”, já formados nas universidades portuguesas pós-25 de Abril. Desde logo, com um quase-inaugural estudo sobre o trabalho independente (1995); mais tarde, com um projecto em parceria com a jurista Maria Eduarda Gonçalves sobre os Biólogos (2009); e, no entretanto, com a investigação alargada sobre “Profissões em Portugal: associações, formação e acreditação” (projecto financiado pela FCT sob o nº 36477/99, após concurso nacional), executado em 2001 e 2002 e de onde derivou o livro *Associações Profissionais em Portugal* (João Freire (org.) (2004) Oeiras, Celta, 334 p.). Foi aqui que tive a oportunidade de trabalhar mais directamente em cooperação com o Carlos Gonçalves e pude apreciar o modo prático e eficaz do seu “trabalhar em equipa” e das tarefas individuais que lhe foram cometidas (ver o seu capítulo “A dimensão económica das profissões”, p. 83-108 do livro acima referido).

Mais à distância, fui seguindo o seu percurso académico e o belo desempenho formativo e de investigação do IS-FLUP, mesmo após a retirada do Prof. Teixeira Fernandes. Mas agora, após vinte anos de afastamento dessas lides, vejo com algum espanto como também ele, Carlos Gonçalves, está agora em vias de experimentar uma tal mudança de estatuto.

Para ele, um abraço de amizade, de agradecimento e de bons desejos para o futuro.

Referências bibliográficas

FREIRE, João (1995), *O Trabalho Independente em Portugal*, Lisboa, CIES-ISCTE.

FREIRE, João (org.) (2004), *Associações Profissionais em Portugal*, Oeiras, Celta.

GONÇALVES, Carlos Manuel (2004), “A dimensão económica das profissões”, in João Freire (org.), *Associações Profissionais em Portugal*, Oeiras, Celta, p. 83-108.

GONÇALVES, Carlos Manuel (2006), *Emergência e Consolidação dos Economistas em Portugal*, Porto, Afrontamento.

GONÇALVES, Maria Eduarda; & FREIRE, João (coords.) (2009) *Biologia e Biólogos em Portugal: Ensino, Emprego e Sociedade*, Lisboa, Esfera do Caos.

RODRIGUES, Maria de Lurdes (1997), *Sociologia das Profissões*, Oeiras, Celta.

RODRIGUES, Maria de Lurdes (1999), *Os Engenheiros em Portugal*, Oeiras, Celta.

João Freire.

ISCTE-Instituto Universitário de Lisboa (vinculado à Reitoria, a título de Prof. Emérito), Lisboa, Portugal. ISCTE-IUL, Av. das Forças Armadas, 1649-026 Lisboa. ORCID ID: 0000-0002-6908-3858

E-mail: joao.freire1942@gmail.com

A institucionalização da sociologia em Portugal e um dos seus protagonistas no Porto

Fernando Luís Machado

ISCTE-Instituto Universitário de Lisboa
CIES-ISCTE

Artigo recebido a 28/05/2025.

Aceite para publicação a 05/06/2025.

O estado de institucionalização avançada atingido pelo campo sociológico em Portugal, tomado nas suas diferentes dimensões de ensino, investigação, publicação, associação e internacionalização (Machado, 2020), resulta da conjugação no tempo de um conjunto de fatores possibilitadores, que se constituíram depois da revolução democrática de abril de 1974, e do trabalho individual dos sociólogos que, nas universidades e noutros contextos, agiram diretamente para construir as bases desse campo, nas várias dimensões referidas, em face das possibilidades que se lhes ofereciam.

Nesse jogo, aqui virtuoso, entre estrutura de possibilidades e ação, entre agência individual e institucionalização, em que todos os envolvidos têm um papel, se acreditarmos que a atividade científica é um processo coletivo, não deixam de ter um protagonismo maior aqueles que, tendo feito parte das primeiras gerações de licenciados em sociologia do país, e sendo portadores das classificações e disposições necessárias para o efeito, logo entraram na vida académica, nas várias universidades onde a disciplina se foi estabelecendo, e aí contribuíram para esse estabelecimento. Antes deles estão apenas os poucos que, antes de abril de 1974, num contexto em que estrutura significava, pelo contrário, mais constrangimento do que oportunidade, conseguiram, ainda assim, dar primeiros passos fundadores, nomeadamente o grupo

reunido no Gabinete de Investigações Sociais em Lisboa, por iniciativa e sob a orientação de Adérito Sedas Nunes (Nunes, 1988). Pelo protagonismo maior desses poucos fundadores e dos elementos das primeiras gerações de licenciados que eles ajudaram a formar, podemos chamar-lhes *sociólogos da institucionalização*. É o caso de Carlos Manuel Gonçalves, que, depois de concluir a licenciatura no ISCTE-Instituto Universitário de Lisboa logo em 1980 – a sua primeira escolha era economia, mas, no contexto social e político do imediato pós-25 de abril e tendo sabido da existência do curso do ISCTE, essa opção mudou – veio a fazer parte, poucos anos depois, do grupo que deu início ao curso de sociologia da Universidade do Porto, integrado na respetiva Faculdade de Letras¹.

Nas páginas que se seguem, tento o exercício sociológico que consiste em reconstituir o processo de institucionalização da sociologia no Porto, enquanto componente maior da institucionalização da disciplina a nível nacional, e mostrar como esse processo é indissociável da ação de protagonistas individuais como Carlos Manuel Gonçalves, entre outros (Machado, 2023). Mais do que um mero testemunho pessoal, este exercício de reconhecer rostos nas instituições é uma tentativa de objetivar o campo, o ator e o ator no campo, para o que me socorri de uma matriz, apresentada abaixo (Tabela 1), que cruza linhas referentes a fases da institucionalização da sociologia em Portugal, tal como as defini anteriormente (Machado, 2020), e três colunas, uma relativa ao processo de institucionalização da disciplina a nível nacional, outra relativa ao lugar do Porto e da Universidade do Porto nesse processo e a terceira referente ao trajeto académico e profissional de Carlos Manuel Gonçalves. Tal como na maioria dos sociólogos académicos das duas primeiras gerações, encontramos no caso de Carlos Manuel Gonçalves sincronia entre as fases de institucionalização da disciplina nos seus vários

¹ Agradeço a Natália Azevedo e Cristina Parente não só o convite para escrever este texto, como as informações sobre o trajeto e currículo de Carlos Manuel Gonçalves que me disponibilizaram, sem as quais ele não teria sido possível. Muito útil também foi a escuta da entrevista dada pelo próprio, em 2020, aos responsáveis do projeto “História Audiovisual das Ciências Sociais nos países da CPLP”, da Escola de Ciências Sociais da Fundação Getúlio Vargas e do Centro de Investigação e Estudos de Sociologia do ISCTE-Instituto Universitário de Lisboa (Gonçalves, 2020). Para informação institucional sobre a génese e percurso da sociologia na Faculdade de Letras da Universidade do Porto, socorri-me dos textos de Dias (2006) e Lopes (2006).

desdobramentos pelo país e as etapas do respetivo percurso profissional, seja na sucessão das categorias de carreira, no desempenho de cargos de direção académica e científica ou na abordagem de novos domínios de investigação. Foi esta a forma que escolhi para me associar à homenagem que a *Sociologia, Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, oportuna e justamente, decidiu fazer a um colega de geração.

A institucionalização da sociologia na Universidade do Porto, na Faculdade de Letras, tem um primeiro momento-chave em 1985, com a criação da licenciatura em Sociologia, com lugar para 25 alunos. Estamos ainda numa fase de institucionalização inicial da disciplina a nível nacional e esta licenciatura, juntamente com as da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, da Universidade de Évora, em 1979, e do ISCTE, em 1974, dão um impulso fundamental a esse processo. Carlos Manuel Gonçalves fez parte do grupo de docentes do curso logo no ano seguinte, em 1986, e nessa medida foi protagonista e ajudou a formar novos sociólogos académicos, visto que, dos primeiros conjuntos de graduados desse curso, saíram alguns futuros colegas, que reforçaram e qualificaram o respetivo corpo docente. Porque socialmente nada nasce no vazio, importa assinalar como se formaram as condições favoráveis à génese da licenciatura portuguesa. Por um lado, Portugal, que chegara a 1974 num estado de profundo atraso nesse e em muitos outros campos, vivia nesses anos de 1980 uma rápida expansão do ensino superior universitário e politécnico, com aumento da oferta de formação em todas as áreas e por todo o país. Esse movimento de expansão foi inclusivo, no que respeita às áreas e domínios científicos abrangidos, e a sociologia, como campo de conhecimento autónomo, fez parte dele. A licenciatura na Universidade do Porto insere-se, portanto, num movimento mais amplo de oferta pública de ensino superior, que cresce rapidamente em todo o território nacional, embora sem ser suficiente para a procura acumulada num país tão largamente subqualificado. Por outro lado, estavam constituídos protagonistas, no contexto particular da Universidade do Porto, tal como noutros contextos universitários, para aproveitarem essa conjuntura favorável de expansão do ensino superior.

E quem eram? Para encontrarmos o primeiro é preciso ir mais atrás, a 1972, ano em que obtém o seu grau, em Roma, um dos primeiros portugueses doutorados em sociologia, António Teixeira Fernandes, que é quem vai tomar a iniciativa de propor a criação da licenciatura no Porto. O reconhecimento da sua qualificação e capacidade para o efeito e o facto de já ser, na altura, professor na Faculdade de Letras da Universidade do Porto (FLUP), dão-lhe as condições para que a iniciativa seja bem-sucedida e é ele que reúne e dirige o pequeno grupo de docentes de que Carlos Manuel Gonçalves fará parte. E é também nos anos de 1970 que encontramos o segundo protagonista, José Madureira Pinto, outro portuense fundador da sociologia portuguesa, que, logo a seguir a abril de 1974, será convidado para fazer parte do grupo de docentes de ciências sociais na Faculdade de Economia da Universidade do Porto, tendo mantido durante algum tempo a ligação ao Gabinete de Investigações Sociais, em Lisboa, onde entrara em 1971, a convite de Adérito Sedas Nunes. Nos anos subsequentes, José Madureira Pinto protagonizará dois momentos importantes para a institucionalização da sociologia a nível nacional: é o primeiro a concluir e defender um doutoramento em sociologia na universidade portuguesa, no ISCTE, em 1983, e funda, em 1984, em colaboração com as Edições Afrontamento, a revista *Cadernos de Ciências Sociais*, numa altura em que os canais de publicação de estudos neste domínio de conhecimento eram escassos. Quando Carlos Manuel Gonçalves conclui a sua licenciatura de cinco anos, em 1980, o que lhe permitirá, uns anos mais tarde, vir a ser contratado como assistente estagiário para lecionar no curso acabado de criar na FLUP, há, portanto, um primeiro conjunto de desenvolvimentos institucionais e de avanços individuais obra de outros protagonistas, com quem Carlos Manuel Gonçalves trabalhará. A relação com António Teixeira Fernandes será mais longa e profunda, mas Carlos Manuel Gonçalves será também colega de José Madureira Pinto, que ensinou na licenciatura da FLUP nos anos iniciais do curso, além de que virão ambos a fazer parte do Instituto de Sociologia, unidade de investigação constituída na FLUP em 1989. Aliás, como veremos, os dois já se tinham cruzado antes noutra instituição de ensino superior da cidade.

Se há, portanto, desenvolvimentos portuenses endógenos que contribuíram substantivamente para a institucionalização da sociologia a nível nacional, seja a ação de António Teixeira Fernandes, seja a formação de um grupo de ciências sociais na Faculdade de Economia da Universidade do Porto dirigido por Armando de Castro para o qual José Madureira Pinto entrou, seja ainda, antes disso, a fundação, em 1963, das Edições Afrontamento, que, desde a revolução democrática de 1974, vêm publicando, com notável regularidade, estudos de sociólogos de todo o país, não pode deixar de se notar, por outro lado, o papel decisivo desempenhado por uma instituição lisboeta, o ISCTE, hoje Instituto Universitário de Lisboa, na institucionalização da sociologia no Porto, bem como nas restantes regiões do país em que a disciplina se afirmou. É o ISCTE que outorga o primeiro doutoramento em sociologia em Portugal, a José Madureira Pinto, e é nele que se licencia Carlos Manuel Gonçalves. A centralidade desta instituição decorre não só da sua antiguidade no campo – foi aí que nasceu a primeira licenciatura em sociologia numa instituição pública, logo em 1974, que desde cedo atraiu muitos estudantes –, como decorre também de ter sido o lugar do campo onde Adérito Sedas Nunes e os seus discípulos do GIS investiram fortemente no ensino da disciplina, o que lhe conferiu um importante capital científico inicial. Adérito Sedas Nunes, que tinha convidado José Madureira Pinto para o GIS em 1971, virá também, de resto, a ser professor de Carlos Manuel Gonçalves.

Se o recrutamento de novos elementos para os corpos docentes das instituições universitárias pode padecer de endogamia, o que alguns muito lamentam, a licenciatura feita no ISCTE significa também que, como em todos os corpos docentes iniciais de cursos oferecidos pela primeira vez, o recrutamento de Carlos Manuel Gonçalves para ensinar sociologia na Universidade do Porto foi, por definição, estritamente exogâmico. A externalidade não fica por aqui, de resto. O seu curso de mestrado e respetiva dissertação, então com a duração de quatro anos, serão concluídos, em 1990, na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, uma das primeiras instituições a oferecer esse nível de pós-graduação. Mais do que isso, antes de concorrer para o lugar aberto na FLUP, Carlos Manuel Gonçalves tinha estado alguns

anos a ensinar sociologia, a tempo parcial, no Instituto Superior de Serviço Social do Porto, e foi lá que se cruzou pela primeira vez com José Madureira Pinto, que, nesses anos, também aí deu aulas.

É na dissertação de mestrado realizada na Universidade Nova de Lisboa, com a orientação de David Justino, um dos pioneiros da sociologia naquela universidade, que Carlos Manuel Gonçalves faz a primeira incursão no estudo dos quadros enquanto conjunto de profissões qualificadas, de que há de escolher os economistas, e a sua génese e consolidação em Portugal, para tema da futura tese de doutoramento². Não deixa de ressoar na escolha do tema da dissertação de mestrado, e da futura tese de doutoramento, a preterida opção inicial por uma licenciatura em economia, bem como o interesse que o próprio sempre teve pelas questões do trabalho, a que, por sua vez, não será estranha, acrescentaria a circunstância de, ainda adolescente, ter começado a trabalhar no setor administrativo de uma grande empresa industrial, trabalho que manteve enquanto fazia a licenciatura. Já a tese de licenciatura realizada no ISCTE tinha andado à volta dos temas do trabalho, no caso, as comissões de trabalhadores e respetiva ação. Quando, em 1991, sai o número inaugural da revista *Sociologia*, publicada pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto, sob a direção de António Teixeira Fernandes, revista que dá aos sociólogos da FLUP um canal próprio para divulgarem a investigação que estavam a fazer, não é por acaso que nele aparece, sob a forma de artigo, uma versão reduzida da dissertação de mestrado de Carlos Manuel Gonçalves.

A conclusão do mestrado permite ao nosso sociólogo chegar ao segundo patamar da carreira académica, o lugar de assistente. Na altura, era possível começar uma carreira académica apenas com o grau de licenciado, caso em que se ocuparia o posto de assistente estagiário, que já incluía responsabilidades de lecionação, o que fazia com que os jovens professores tivessem diante de si estudantes pouco mais novos do que eles ou até, nos cursos pós-laborais, estudantes mais velhos ou muito mais velhos. Até certa

² Carlos Manuel Gonçalves (1990), *Construção Social dos Quadros: uma Proposta para a sua Análise* (tese de mestrado), Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.

altura, foram estes docentes, apenas licenciados, na categoria de assistentes estagiários, ou já na posição de assistentes, caso tivessem, entretanto, feito um mestrado, ou tivessem requerido e tido aprovação nas então existentes Provas de Aptidão Pedagógica e Capacidade Científica, foram esses docentes, dizia, que, sob a supervisão geral dos poucos doutorados dos corpos docentes de então, ajudaram a formar novas gerações de licenciados, alguns dos quais, por sua vez, viriam também a ingressar na carreira académica nas diferentes instituições de ensino superior do país. Só mais tarde a lei passaria a determinar que a entrada na carreira requeria o grau de doutor.

Tabela 1 - A institucionalização da sociologia em Portugal e o percurso académico e profissional de Carlos Manuel Gonçalves.

Fases de institucionalização da sociologia	Institucionalização a nível nacional	O Porto na institucionalização a nível nacional	Percurso académico e profissional de Carlos Gonçalves
Primeiros passos (1962-1974)	<ul style="list-style-type: none"> ● Gabinete de Investigações Sociais, Lisboa, 1962; ● Licenciatura em Sociologia, Évora, 1964. 	<ul style="list-style-type: none"> ● Doutoramento de António Teixeira Fernandes, Roma, 1972. 	Ensino secundário, Lisboa, 1974.
Institucionalização inicial (1974-1985)	<ul style="list-style-type: none"> ● Licenciatura em Sociologia, ISCTE, 1974; ● Centro de Estudos Sociais, U. Coimbra, 1978; ● Primeiros mestrados em sociologia, 1983 (UNL, ISCSP); ● Centro de Investigação e Estudos de Sociologia, ISCTE, 1985; ● Associação Portuguesa de Sociologia, 1985. 	<ul style="list-style-type: none"> ● José Madureira Pinto passa a ensinar ciências sociais na Faculdade de Economia da Universidade do Porto, 1974; ● Doutoramento de José Madureira Pinto, ISCTE, 1983; ● Cadernos de Ciências Sociais, 1984; ● Licenciatura em Sociologia na FLUP, 1985. 	<ul style="list-style-type: none"> ● Licenciatura em sociologia no ISCTE-Instituto Universitário de Lisboa, 1980; ● Docente no Instituto Superior de Serviço Social do Porto, 1981-1985.
Consolidação institucional (1986-1999)	<ul style="list-style-type: none"> ● Criação de licenciaturas e mestrados em sociologia em todo o país; ● Primeiros doutorados em sociologia em várias universidades do país; ● Formação de unidades de investigação em todas as universidades com ensino de sociologia; 	<ul style="list-style-type: none"> ● Instituto de Sociologia na Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1989; ● <i>Sociologia</i>, Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1991; 	<ul style="list-style-type: none"> ● Assistente estagiário, FLUP, 1986; ● Mestrado em Sociologia na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 1990; ● Assistente, FLUP, 1990; ● Doutoramento em Sociologia, FLUP, 1998;

	<ul style="list-style-type: none"> ● Novas revistas, generalistas e especializadas. 	<ul style="list-style-type: none"> ● Mestrado em Sociologia na Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1994. 	<ul style="list-style-type: none"> ● Professor Auxiliar, FLUP, 1998.
Institucionalização avançada (desde 2000)	<ul style="list-style-type: none"> ● Primeiros programas de doutoramento (ICS, 2000; ISCTE, 2003; CES, 2004); ● Primeiros Laboratórios Associados em ciências sociais (ICS e CES, 2002); ● Multiplicação dos observatórios da vida social, sobre diferentes temas, ligados a centros de investigação em sociologia; ● Nº 200 da revista <i>Análise Social</i>, 2011; ● Generalização da participação em projetos internacionais e da publicação em revistas de circulação internacional. 	<ul style="list-style-type: none"> ● Departamento de Sociologia na Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2002 (antes Secção Autónoma); ● Instituto de Sociologia integra a rede de unidades de investigação da Fundação para a Ciência e a Tecnologia, 2002; ● Ciclo de Estudos de Doutoramento em Sociologia, FLUP, 2007; ● Revista <i>Cadernos IS-UP</i>, 2021. 	<ul style="list-style-type: none"> ● Diretor do Departamento de Sociologia da FLUP, 2002-2004; ● Professor Associado, FLUP, 2003; ● Provas de Agregação, FLUP, 2007; ● Diretor do mestrado em Sociologia, FLUP, 2007-2013; ● Coordenador do Grupo de Investigação “Trabalho, emprego, profissões, organizações”, Instituto de Sociologia, 2010-2012, 2015-2016; ● Professor Catedrático, FLUP, 2011; ● Diretor da revista <i>Sociologia</i>, 2013-2022; ● Diretor do doutoramento em Sociologia, FLUP, 2014-2023.

Oito anos depois, em 1998, numa fase de plena consolidação institucional da sociologia portuguesa, Carlos Manuel Gonçalves irá apresentar e defender com sucesso a sua tese de doutoramento, intitulada *Emergência e Consolidação dos Economistas em Portugal*, orientada por António Teixeira Fernandes. A tese será apresentada na Faculdade de Letras da Universidade do Porto (FLUP), que, entretanto, passara a poder atribuir o grau de doutor em sociologia – o que em si mesmo representou consolidação e descentralização da disciplina relativamente à capital do país. Depois de António Teixeira Fernandes, Carlos Manuel Gonçalves torna-se, assim, o segundo doutorado em sociologia do grupo inicial de docentes do curso da FLUP. Os temas das teses de doutoramento, dada a importância académica das mesmas e a profundidade do trabalho científico a elas associado, são, em especial na fase da construção de um campo disciplinar, elementos estruturantes da agenda de investigação nesse campo. Isso aconteceu com várias teses de sociólogos da primeira e segunda geração em Portugal e também com a de Carlos Manuel Gonçalves, visto que, no seu caso, a tese foi a segunda a dedicar-se especificamente a uma nova temática, a sociologia das profissões, tendo, depois disso, muita outra pesquisa sido feita, incluindo novas teses de doutoramento, sobre outros e muito variados grupos profissionais³. Por outro lado, esta escolha corresponde a um padrão mais geral, que abrange vários membros da primeira geração pós-fundadores, padrão que se deteta quando se olha para o campo sociológico no seu conjunto e não apenas para casos individuais, que consiste em explorar novas problemáticas e objetos – que não são difíceis de encontrar dado muito estar por fazer – e, ao mesmo tempo, e por isso mesmo, acumular capital científico diferenciado.

A tese (Gonçalves, 1998) integra-se numa especialidade sociológica, a sociologia do trabalho, organizações e profissões, que, no caso português, é de longe a mais pesquisada (Machado, 2022), e que, por isso, muito contribuiu para a afirmação científica da sociologia em Portugal. Pode dizer-se, portanto, que a tese de doutoramento de Carlos Manuel Gonçalves, e já antes dela, a dissertação de mestrado, tendo sido precursoras, foram elas próprias importantes para

³ A primeira tese de doutoramento especificamente dedicada a um grupo profissional qualificado, como é tradição na sociologia das profissões, foi concluída por Maria de Lurdes Rodrigues, em 1996, no ISCTE-Instituto Universitário de Lisboa, com o título “Os Engenheiros na Sociedade Portuguesa. Profissionalização e Protagonismo”.

o singular desenvolvimento dessa especialidade. Não é, pois, uma mera coincidência que o Instituto de Sociologia da FLUP se tenha tornado um dos pólos no país onde mais investigação tem sido feita nessa área em Portugal. Com mais de 800 páginas, 750 sem anexos, dentro do padrão de tamanho característico das teses de doutoramento dos sociólogos da institucionalização – também assim se constitui um campo disciplinar –, a tese de Carlos Manuel Gonçalves está estruturada em duas partes e nove capítulos, que, depois de uma extensa revisão de literatura sobre sociologia das profissões, reconstituem a génese e consolidação da profissão de economista em Portugal, remontando aos anos de 1930 quando a designação ainda não existia enquanto tal; examinam as instituições e processos de formação e certificação destes profissionais e as suas modalidades de integração no mercado de trabalho ao longo do período em análise; e debruçam-se sobre os processos de regulação e organização coletiva destes profissionais. Embora, dada a natureza deste texto, mais centrado no protagonista e seus contextos, não se justifique a análise da sua produção científica, é de dizer, em todo o caso, que, depois da tese, Carlos Manuel Gonçalves continuou a fazer investigação no domínio do trabalho, organizações e profissões, com destaque para os estudos dedicados à formação, empregabilidade, precariedade e vivências profissionais dos jovens, diplomados universitários e outros, mas também sobre desemprego e, recentemente, sobre o grupo profissional dos polícias.

Já doutorado, e tendo passado à categoria de professor auxiliar, e sendo o primeiro sociólogo a concluir tese na Universidade do Porto, Carlos Gonçalves irá, necessariamente, ser chamado a desempenhar cargos de direção académica e científica. A sincronia entre a institucionalização da sociologia no âmbito da FLUP e o trajeto académico e profissional de Carlos Manuel Gonçalves é bem visível quando reconstituímos as circunstâncias em que vem a exercer o cargo de diretor do Departamento de Sociologia daquela Faculdade. Dado que se tratava de um grupo pequeno e emergente de docentes, numa licenciatura recém-criada, os sociólogos começaram por se organizar numa Secção Autónoma, um estatuto abaixo do departamental. Só em 2002, justamente após o doutoramento de Carlos Gonçalves, e depois dos de José Azevedo, outro membro do grupo fundador, que se doutorara em Psicologia, fora do país, em 1995, e João Teixeira Lopes, doutorado em sociologia também na FLUP, em 1999,

e quando o número de docentes tinha aumentado com o recrutamento de recém-licenciados em sociologia na própria Faculdade, houve condições de número e graduação académica para que a sociologia acedesse ao estatuto departamental. Ora, será Carlos Manuel Gonçalves o primeiro a desempenhar essas funções, de 2002 a 2004, e é durante o exercício desse cargo que sobe mais um degrau na carreira académica, para professor associado, em 2003.

A mesma sincronia entre desenvolvimentos institucionais e ações (e decisões) académicas individuais irá continuar a verificar-se, noutras instâncias. Carlos Manuel Gonçalves atingirá o último patamar da carreira, o de professor catedrático, em 2011, tendo-se para isso habilitado com as indispensáveis Provas de Agregação, em 2007. Se havia sido o primeiro doutor em sociologia pela Universidade do Porto e, conseqüentemente, o segundo doutorado na disciplina, em ordem cronológica, do grupo de professores da FLUP, depois do fundador António Teixeira Fernandes, ele será antecedido na chegada a professor associado e a professor catedrático por um colega mais jovem, João Teixeira Lopes, que fez parte dos primeiros contingentes de estudantes admitidos no curso e foi seu aluno.

Esta circunstância de o aluno “ultrapassar” o mestre não é nem uma singularidade das biografias académicas destes dois sociólogos, nem uma circunstância institucional localizada. É, novamente, um padrão mais geral, observável noutras instituições constitutivas do campo sociológico e noutros campos disciplinares em Portugal, padrão que resulta de uma conjugação de fatores. Por um lado, não será errado dizer que as gerações formadas pelos sociólogos da institucionalização, graças ao investimento destes últimos na formação dos seus estudantes, e também pelas melhores condições institucionais que esses estudantes encontraram nas universidades, e ainda porque puderam já beneficiar de alguma acumulação de património de pesquisa e conhecimento sociológico a nível nacional, tiveram uma formação na disciplina mais completa, mais consistente e mais variada do que aqueles que os formaram. Na geração dos fundadores quase ninguém fez licenciatura em sociologia e, na geração seguinte, aqueles que a fizeram logo nos primeiros anos em que tal licenciatura começou a ser oferecida em universidades públicas, nomeadamente no ISCTE, receberam uma formação que, especialmente no plano metodológico e técnico, e de iniciação à pesquisa empírica, foi relativamente limitada. Nesses primeiros anos de ensino da disciplina em

Portugal, como observa judiciosamente o próprio Carlos Manuel Gonçalves, lembrando a sua experiência de estudante, os professores também “estavam em formação” (Gonçalves, 2020). Por outro lado, as gerações imediatamente posteriores à da institucionalização, também pela melhor formação recebida, eram portadoras de sistemas de disposições académicas diferentes e de diferentes posicionamentos relativos às estruturas de oportunidades de progressão na carreira. Por outro lado ainda, é preciso ter em consideração que o próprio esforço de institucionalização inicial, o esforço de desenhar os primeiros cursos, elaborar os primeiros programas e lecioná-los pela primeira vez, montar as primeiras formas de organização institucional e dirigi-las, consumiu tempo e energia que as gerações da institucionalização não puderam aplicar noutras atividades académicas, mais rentáveis dentro do sistema vigente de regras de progressão na carreira, como a prática regular de investigação e conseqüente publicação.

Seja como for, e porque foi um sociólogo da institucionalização, Carlos Manuel Gonçalves virá a assumir novas funções e cargos. Essa assunção acontece enquanto progride nas categorias da carreira e à medida que na própria FLUP a sociologia completa o seu processo de estabelecimento institucional, nomeadamente com a criação, em 2007, do ciclo de estudos de doutoramento em sociologia – ficando assim completa a fileira de oferta formativa na disciplina – e com a plena consolidação do Instituto de Sociologia, que passa a integrar a rede de centros financiados pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT), se organiza em grupos de investigação e inclui na sua equipa outros elementos, além dos docentes de carreira do departamento. Carlos Manuel Gonçalves virá a ser diretor do mestrado (2007-2013), coordenador do grupo de investigação “Trabalho, Emprego, Profissões, Organizações” (TEPO) do Instituto de Sociologia (2010-2012, 2015-2016), diretor da revista *Sociologia* (2013-2022) e diretor do doutoramento em sociologia (2014-2023). Fora da FLUP e da Universidade do Porto, a sua senioridade, bem como as áreas de pesquisa em que se especializou, fizeram com que tenha sido membro de comissões de acompanhamento externo de dois centros de investigação do ISCTE-Instituto Universitário de Lisboa, o Centro de Investigação e Estudos de Sociologia e o Centro de Estudos sobre a Mudança Socioeconómica e o Território, um regresso à casa de partida, e que tenha sido avaliador científico junto da FCT, além de, no plano do

associativismo científico e profissional, ter sido membro da Direção da Associação Portuguesa de Sociologia (1996-1998) e do respetivo Conselho Consultivo (2000-2016).

O estado de institucionalização avançada do campo sociológico em Portugal, para o qual o Porto e a Universidade do Porto deram contributos substanciais, que começam ainda antes da revolução democrática de abril de 1974, mas que se materializam sobretudo depois dessa mudança política libertadora, a um ritmo rápido e sustentado, tal como aconteceu noutras partes e noutras universidades do país, é indissociável da ação dos próprios sociólogos, dentro e fora das instituições universitárias, sobretudo dos sociólogos da geração fundadora e dos da geração seguinte, que esse fundadores ajudaram a formar, em que se inclui Carlos Manuel Gonçalves. O sentido de uma comunidade científica e profissional como a dos sociólogos faz-se das circunstâncias do presente, de projetos coletivos e individuais de muitos tipos para os anos que virão e de uma memória coletiva, que é melhor ser também lúcida e não meramente celebratória, embora a celebração, e a emoção a ela associada, sejam necessárias para a construção e reprodução dessa memória comunitária. Para porem, também, lucidez na sua memória partilhada, a sociologia e os sociólogos podem aplicar a si próprios a reflexividade que colocam no seu trabalho científico e profissional corrente. Este texto tentou fazer esse exercício de memória lúcida e reflexiva – quem o ler dirá se foi bem-sucedido –, a propósito de um colega de geração, um sociólogo da institucionalização, que recentemente encerrou a sua vida académica, mas não, espera-se, a atividade sociológica.

Referências bibliográficas

DIAS, Isabel (2006), “A sociologia na Faculdade de Letras da Universidade do Porto”, *Sociologia, Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, 16.

GONÇALVES, Carlos Manuel (1990), *Construção Social dos Quadros: uma Proposta para a sua Análise*, Tese de Mestrado em Sociologia, Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.

GONÇALVES, Carlos Manuel (1998), *Emergência e Consolidação dos Economistas em Portugal*, Tese de Doutoramento em Sociologia, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

GONÇALVES, Carlos Manuel (2020), “Entrevista”, realizada no âmbito do projeto *História Audiovisual das Ciências Sociais nos Países da CPLP*, da Escola de Ciências Sociais da Fundação Getúlio Vargas e do Centro de Investigação e Estudos de Sociologia do ISCTE-Instituto Universitário de Lisboa.

LOPES, João Teixeira (2006), “A investigação sociológica no Porto: origens e encruzilhadas para o futuro”, *Sociologia, Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, 16.

MACHADO, Fernando Luís (2023), “A sociologia sob observação sócio-histórica: elementos para uma agenda de pesquisa”, *Sociologia, Problemas e Práticas*, 101.

MACHADO, Fernando Luís (2022), *Investigação Sociológica em Portugal. Um Guia Histórico e Analítico*, Porto, Afrontamento.

MACHADO, Fernando Luís (2020), *Sociologia em Portugal. Da Pré-história à Institucionalização Avançada*, Porto, Afrontamento.

Fernando Luís Machado.

Sociólogo, Professor Catedrático do Departamento de Sociologia do Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa – Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE-IUL) e investigador do Centro de Investigação e Estudos de Sociologia (CIES-ISCTE). Endereço de correspondência: ISCTE-IUL, Avenida das Forças Armadas, 1649-026, Lisboa, Portugal. ORCID ID: 0000-0002-8711-0338

E-mail: fernando.machado@iscte-iul.pt

Fórum

Considerações avulsas de um sociólogo da educação pericanónico

Almerindo Janela Afonso

Universidade do Minho

Centro de Investigação em Educação (CIED-UM)

Artigo recebido a 10/01/2025.

Aceite para publicação a 07/05/2025.

Resumo

Considerando genericamente as noções de *campo*, e reconhecendo algum distanciamento crítico em relação à existência de um cânone sociológico, o texto vai intercalando interpretações teóricas e dimensões experienciais para justificar a posição não ortodoxa do autor como sociólogo da educação pericanónico, isto é, alguém que assume uma identidade híbrida, que não é senão, neste caso concreto, o produto de uma formação sociológica que está imbricada num *habitus* profissional académico, autorreferenciado, quer ao campo da sociologia, quer ao campo da educação. Não evitando os reflexos (e dúvidas) já sinalizados na atribuição de uma posição no *campo sociológico*, o autor pretende suscitar alguma tensão cognitiva e argumentativa, necessária e salutar como exercício da crítica entre pares e, também neste caso, extensível à própria autocrítica.

Palavras-chave: Sociologia; Sociologia da Educação; Atitude pericanónica.

Considerations of a pericanonical sociologist of education

Abstract

Considering the notions of field generically, and recognizing some critical distance in relation to the existence of a sociological canon, the text intersperses theoretical interpretations and experiential dimensions to justify the author's unorthodox position as a pericanonical sociologist of education, that is, someone who assumes a hybrid identity, which is nothing more than, in this specific case, the product of a sociological training that is intertwined with an academic professional habitus, self-referenced, whether in the field of sociology or in the field of education. Without avoiding the reflections (and doubts) already signaled in the attribution of a position in the sociological field, the author intends to raise some cognitive

and argumentative tension, necessary and healthy as an exercise of criticism among peers and, also in this case, extendable to self-criticism itself.

Keywords: Sociology; Sociology of education; Pericanonical attitude.

Considérations d'un sociologue de l'éducation péricanonique

Résumé

Considérant les notions de champ de manière générique et reconnaissant une certaine distance critique par rapport à l'existence d'un canon sociologique, le texte entremêle interprétations théoriques et dimensions expérientielles pour justifier la position peu orthodoxe de l'auteur en tant que sociologue péricanonique de l'éducation, c'est-à-dire quelqu'un qui assume une identité hybride, qui n'est rien d'autre que, dans ce cas précis, le produit d'une formation sociologique qui s'entremêle à un habitus professionnel académique, autoréférencé, que ce soit dans le domaine de la sociologie ou dans celui de l'éducation. Sans éviter les réflexions (et les doutes) déjà signalées dans l'attribution d'une position dans le champ sociologique, l'auteur entend soulever une certaine tension cognitive et argumentative, nécessaire et saine comme exercice de critique entre pairs et, également dans ce cas, extensible à l'autocritique elle-même.

Mots-clés: Sociologie; Sociologie de l'éducation; Attitude péricanonique.

Consideraciones de un sociólogo pericanónico de la educación

Resumen

Considerando, em términos generales, las nociones de campo y reconociendo cierta distancia crítica en relación con la existencia de un canon sociológico, el texto intercala interpretaciones teóricas y dimensiones experienciales para justificar la posición poco ortodoxa del autor como un sociólogo pericanónico de la educación, es decir, alguien que asume una identidad híbrida, que no es otra cosa que, en este caso específico, el producto de una formación sociológica que se inscribe en un *habitus* profesional académico, autorreferenciado, ya sea al campo de la sociología o al campo de la educación. Sin eludir los reflejos (y dudas) ya destacados en la atribución de una posición en el campo sociológico, el autor pretende plantear unas tensiones cognitivas y argumentativas, necesarias y saludables como ejercicio de crítica entre pares y, también en este caso, extendiéndola a la propia autocrítica.

Palabras clave: Sociología; Sociología de la Educación; Actitud pericanónica

Sem conhecer as “minúsculas inflexões que o conceito sofre por ocasião de cada utilização particular que Bourdieu faz dele” (Lahire, 2017: 65), começo por convocar uma das suas primeiras formulações quando Bourdieu sublinha que um *campo* social é constituído por relações de força, monopólios, lutas, estratégias, interesses e lucros, sendo que estas invariantes assumem formas específicas, consoante os diferentes *campos* (Bourdieu, 1976:89). Reinterpretando-o, para o objetivo deste texto, diria que o *campo académico* constitui um amplo espaço de lutas cognitivas e discursivas, onde ocorrem convergências e divergências teórico-conceituais e metodológicas, relações de poder e estratégias legítimas (mas também arbitrárias) para a manutenção de posições estatutárias e hierárquicas, que conduzem ao reforço (mas também ao enfraquecimento) de processos de construção de identidades e afirmação (e/ou redefinição) de fronteiras científicas e estatutárias, nunca imunes, em qualquer caso, a valores, disputas por poderes e, não raras vezes, contraditórias visões político-ideológicas. Foi nessa linha (naturalmente discutível) que sempre entendi a docência e a investigação na universidade enquanto sociólogo da educação.

Sendo que o campo académico mantém homologias, com densidades diversas, com outros campos, nomeadamente com o campo científico, considero que os interesses e investimentos pessoais não são sempre imediatamente identificáveis, sobretudo quando, como é o caso, existe uma fragmentação (de facto) que entende (ou subentende) a sociologia da educação, quer como subcampo da educação, quer como subcampo da sociologia (neste último caso, supostamente, o de maior legitimidade). E tudo isso reforça os desequilíbrios comparativos, reais e simbólicos, quando a docência e (sobretudo) a investigação em sociologia da educação não são imunes às tensões e efeitos resultantes do facto de o campo da educação ter (e parece que isto se tem acentuado entre nós) uma menor autonomia relativa por comparação com o campo da sociologia. Como nunca quis optar por um ou por outro dos referidos subcampos, porque sempre entendi que, embora salvaguardando especificidades, era desejável construir e manter espaços de interação e trabalho conjunto que contribuíssem para o fortalecimento e prestígio científico, académico e social da sociologia da educação – o que foi feito algumas vezes em iniciativas conjuntas das secções de sociologia da educação da Associação Portuguesa de Sociologia e da Sociedade Portuguesa de Ciências da Educação – são

expectáveis leituras não equivalentes e até contraditórias em relação à *posição* que eventualmente me possa ser atribuída.

Assim sendo, tecer determinadas considerações, sobretudo por serem feitas por alguém que se apresenta a partir desse lugar de inscrição – ainda para mais, sendo avesso a ortodoxias e, por isso mesmo, mais pericanónico do que canónico¹ –, não deixará de ser controverso, sobretudo se isso servir de pretexto para quem queira imputar-me insuficiente ou tangencial contribuição para o *subcampo* a que me referencio. Em qualquer caso, sei que no campo científico multiparadigmático da sociologia existe um cânone (ou uma ortodoxia), que obviamente (re)conheço, mas com o qual lidei de forma frequentemente distanciada, mais como *outsider* do que *insider* (sobre estas designações, mas a propósito da sociologia do conhecimento, continua a ser muito sugestivo ver, por exemplo, Merton, 1972). Convoco aqui a definição de Irene Ramalho (2019, s/p), quando escreve: “Cânone e poder andam sempre de mãos dadas [...]. Quando na investigação em Ciências Humanas e Sociais se invoca hoje o ‘cânone’, seja para o exaltar ou para o contestar, o que está em causa é o acervo de objectos literários, artísticos, teóricos, científicos ou ideológicos que se prefiguram como dominantes e de conhecimento obrigatório numa determinada comunidade académica ou artística”. A este propósito, aliás, apesar de *outsider*, nunca tive qualquer crise de identidade, mas já me acusaram de indefinição por estar nesse entre-lugar que é (e não apenas em Portugal, mas em muitos outros contextos nacionais) o de sociólogo da educação – uma identidade híbrida, ambivalente, entre o campo da sociologia e o campo da educação. Foi com essa identidade e a partir dela que sempre me vi a pensar, agir e sentir, em diferentes contextos e percursos profissionais, todos, porém, vivenciados e trilhados na educação e para a educação, durante quase cinco décadas. Ela é, portanto, produto de experiências e escolhas, e contém certamente uma dose de subjetividade, como refere Enzo Traverso (2024) no seu recente discurso de investidura como doutor *honoris causa* na Universidade de Barcelona. E, embora Traverso se refira à identidade do historiador, acho que as suas observações são transferíveis para outras disciplinas, nomeadamente quando acrescenta que, em sentido narrativo, a

¹ Ou seja, como pericanónico, situo-me algures entre os críticos do cânone e os seus defensores, numa adjetivação que, embora não seja usada por Nuno Oliveira (2024) no seu excelente artigo, talvez vá ao encontro de um ou outro dos seus argumentos.

identidade se refere à nossa forma de estar no mundo. E acrescenta ainda que a mesma é o resultado de um processo de construção que nos coloca em relação com o tempo e com os outros. Não é ontológica, porque não define um ser imutável, mas antes um ser em permanente transformação. Por isso, conclui, se considerarmos a identidade como uma construção social e cultural, ela torna-se o resultado de um processo aberto.

A este propósito, é surpreendente, instigante e, talvez, até fraturante, sobretudo para quem não interiorizou o ideal-tipo do autor consagrado, o belo exercício de autoanálise de um dos autores de referência da sociologia inglesa: “Enquanto vida e percurso intelectual, o meu percurso pessoal só faz sentido, para mim, enquanto conjunto de ruturas, tensões e incoerências – que permanecem por resolver e são difíceis de explicar. A minha prática como académico, investigador e escritor nunca foi articulada pela coerência e ‘pelo desenvolvimento’, mas pela incerteza, por uma necessidade constante de me desafiar e de me desestabilizar, de reconsiderar, de seguir em frente ou talvez de me afastar – de ser outra coisa” (Ball, 2015:817). Este depoimento parece-me particularmente interessante porque Stephen Ball não se sacrifica à “ilusão retórica” que Pierre Bourdieu critica quando se refere àqueles que pretendem que a biografia e a autobiografia se caracterizem pela consistência linear e por “relações inteligíveis” – “Essa tendência de se tornar o ideólogo da própria vida, selecionando, em função de uma intenção global, certos acontecimentos significativos e estabelecendo entre eles conexões próprias com intuito de lhes dar coerência [...]” (Bourdieu, 1986:69). Entusiasta, mas também bastante ignorante das tessituras próprias desse género literário (que tento por vezes exercitar), julgo que a exteriorização das contradições idiossincráticas não é senão uma das muitas expressões da *ilusão biográfica* (e autobiográfica).

E é justamente com esta crença (ilusória) sobre as possibilidades reflexivas do ensaio autobiográfico que reconheço que a minha própria identidade ficou marcada pela experiência da docência universitária, por ter sido a mais longa, sobrepondo-se, também por isso, a outras experiências e ofícios. E, entre outros aspetos com isso relacionados, raramente deixei de me interrogar, por exemplo, se poderia ter ido mais longe nas oportunidades que tive (e em algumas que criei) para atualizar e maximizar as possíveis relações e impactos da investigação

científica com e no ensino da sociologia da educação. Relações e impactos, bem como funções latentes e manifestas, que seria muito interessante pesquisar em relação ao trabalho de todos aqueles e aquelas que, tendo formação em sociologia, vivem (ou viveram) do trabalho da docência no ensino superior.

Seja como for, não podendo alterar a biografia, e não sendo, por convicção, nem canónico, nem anticanónico (mas pericanónico), o meu conhecimento e experiência são o que são, sem necessidade de eu os adjectivar ou justificar demasiado, até porque preciso ponderar melhor se (ou até que ponto) estão condicionados pelos pressupostos do *conhecimento situado* ou, melhor ainda, pelos pressupostos *habermasianos* da relação entre conhecimento e interesse(s), para os quais também Bourdieu alertou como sendo constitutivos dos próprios *campos*. De qualquer modo, nunca bastariam para explicar todos os défices e todas as realizações, até porque tendemos sempre (mesmo que de forma não intencional) a convocá-los seletivamente.

Mas o facto de expressar (legitimamente) opiniões, experiências, vivências e conhecimentos particulares, não é contraditório, no que aqui quero salientar, com o *corpus* do conhecimento comum a todos aqueles que se autorreferenciam ou são referenciados como sociólogos (a teoria sociológica, desde logo), o que, mesmo assim, apesar do cânone (aliás, mutável) não significa que exista (e ainda bem) uma conceção universal ou uma única prática legítima para fazer (ou acontecer) sociologia.

Aliás, o caminho que escolhi, mesmo sem inicialmente o perceber dessa forma, talvez seja mais convergente com o que Joan W. Scott (2019) acentua quando escreve que os desafios às ortodoxias disciplinares não são necessariamente uma violação da liberdade académica, podendo ser, mesmo, um exercício dessa liberdade, se forem realizados com rigor e seriedade, preservando a erudição e permitindo a expansão do que conta como conhecimento legítimo.

Por outro lado, não ilidindo as reais (e por vezes complexas) interseções do campo académico e do campo científico, ao imaginar a minha posição neste último, é aí que me dou conta da enorme distância que me separa dos autores de referência (desde logo, alguns portugueses ou de língua portuguesa, não nos apouquemos, porque também os temos), os quais deram

contributos fundacionais e/ou acrescentaram significativamente o que é hoje o nosso *corpus* de conhecimento, ao mesmo tempo que cuidaram de manter viva a sociologia enquanto ciência social, campo profissional e prática reflexiva.

Em relação ao campo académico, a resposta não será a mesma, tendo necessariamente de considerar outras questões e dimensões. Uma ou outra, aliás, não deixará de estar subjacente na continuidade desta reflexão, ainda que não me caiba a mim, por razões óbvias, discorrer sobre a «posição» que eventualmente me possa (ou não) ser atribuída – o que seria desconhecer ou entrar em contradição com a definição de *campo* com a qual iniciei, pondo em causa a legitimidade da perceção dos pares, ou, até mesmo, com redobrado significado, a ausência dela.

Apenas para ilustrar o que acabei de afirmar, refiro a este propósito um artigo sobre a sociologia em Portugal onde está incluída uma nota, bastante acutilante, que aqui transcrevo: “Um balanço da produção nesta área, que considero parcial e autocentrado, mas que, em todo o caso, deixo aqui referido, é o de Stephen Stoer e Almerindo Janela Afonso, “Vinte e cinco anos de sociologia da educação em Portugal”, *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 52/53, 1999. É incompreensível que numa bibliografia de perto de 130 títulos os autores esqueçam vários trabalhos de referência. [...]. Em contrapartida, abundam as referências bibliográficas próprias dos autores do texto, trinta e duas ao todo, *em manifesta descoincidência com a sua posição no campo sociológico*” (Machado, 2009:307, nota 26, itálico meu).

Sociólogo crítico da Escola de Chicago e do interacionismo simbólico, Loïc Wacquant diz numa entrevista que é preciso ir além dos microcosmos e ter em conta as macroestruturas sociais porque “a sociedade não é só ‘interação simbólica’” (Wacquant & Vandebroek, 2023:15). Não é só, mas a sociedade é (também) interação simbólica e exercício do poder simbólico, sobretudo quando essas interações ocorrem num determinado *campo* social.

A este propósito, reportando-me apenas ao campo científico da sociologia, acrescentaria uma constatação genérica com importante significado e consequências simbólicas: aos que não seguem a ortodoxia ou (ainda que discutível) não é reconhecida identidade/produção sociológica, estão, com alguma probabilidade, destinados (intencionalmente ou não) aos

sucedâneos mais subtis do velhíssimo ostracismo, os quais, na melhor das hipóteses, e na minha perspetiva, podem passar simplesmente por “uma série de eufemismos e insinuações que, reflectindo um certo respeito e diplomacia entre pares, dificulta a sua clara problematização” (Abrantes, 2004, s/p.).

Não parece, ainda assim, que os sociólogos, enquanto sociólogos, possam ser alodoxafóbicos; seria uma contradição nos termos. Isso não significa, claro está, que, apesar de alguns raros ‘eufemismos ou insinuações’, as tensões no interior do campo sociológico, bem como nos subcampos da sociologia da educação, não estejam de facto latentes e atravessadas por crenças e visões do mundo diferenciáveis, o que, talvez por isso mesmo, na ausência da crítica como pilar estruturante das práticas quotidianas, justifique a preferência de muitos por atitudes (nada ‘diplomáticas’) de recusa do diálogo e da argumentação. Esta recusa está subjacente quando autores que se referenciam ou autorreferenciam à sociologia da educação (ou, mesmo a qualquer outro subcampo da sociologia) não são, entre nós, salvo raríssimas exceções, objeto de consistente e intencional problematização, ou referência e/ou crítica aberta nas publicações especializadas (ou mesmo em congressos e outros eventos científicos).

A este propósito, e refiro-me aqui sobretudo à sociologia da educação por ter sido a primeira reação publicada ao que escrevi, numa esqueci (pelo valor formativo que lhe atribuo, e não só) a resposta crítica (“notas de leitura”), tão cordial quanto incisiva, de António Joaquim Esteves na sequência de uma afirmação que fiz num artigo sobre sociologia da educação não-escolar, saído inicialmente na revista *Forum* e depois revisto e integrado na coletânea *A Sociologia na Escola* (Esteves e Stoer, orgs., 1992). Nesta linha, em relação à prática da crítica aberta e dialógica de trabalhos e intervenções de pares em sociologia da educação, Stephen Stoer deixou um legado significativo. Outros lhe seguiram, como é o caso, algumas vezes referenciado do debate (já lá vão três décadas) entre Telmo Caria e José Resende e Maria Manuel Vieira, nomeadamente em artigos do *Forum Sociológico* (nº6, 1995). Se outros houve (e certamente houve), corro o risco de dizer que não chegaram a ter a mesma visibilidade ou

a induzir o mesmo confronto crítico, aberto e participado entre pares, para além, é claro, do que sempre fica registado (e normalmente adormecido) nos trabalhos académicos.²

Como diz Pierre Bourdieu, “há muitos intelectuais que põem em causa o mundo, há muito poucos intelectuais que ponham em causa o mundo intelectual. É fácil compreender esta relutância, se se reconhecer que o intelectual não pode correr o risco de o fazer sem se expor a que se voltem contra si as armas da objetivação...” (Bourdieu, 2005:32). Ou recorrendo a Luc Boltanski quando escreve “que o crítico há de assumir pessoalmente a responsabilidade do que afirma, assim como os riscos que a sua ação pode implicar ao suscitar a reprovação e a ira dos defensores da ordem estabelecida” (Boltanski, 2014:163).

Apesar (ou talvez mesmo por causa) destas pertinentes observações, corro o risco de me expor ao fazer autocrítica, uma vez que, enquanto produtor da crítica, não me excludo de ser também objeto dessa mesma crítica. Em qualquer caso, e falando de uma perspetiva mais genérica, talvez, em grande medida, tudo isso se deva ao facto de o exercício da crítica pública e publicada, em relação ao trabalho dos pares, ser amplamente desvalorizado, periférico e residual, emergindo apenas como algo esporádico e sem expressão significativa num *campo* que, por definição, devia ser, desde logo, o principal contexto de disputa por sentidos e significados. A explicação pode remeter também para algum atraso ou desvalorização de dinâmicas relacionais e práticas de investigação que deveriam e poderiam ser mais avançadas, nomeadamente em termos teórico-metodológicos, de validação intersubjetiva e de rigor ético.

No entanto, são práticas que parecem estar cristalizadas, sem grandes sobressaltos ou tensões epistemológicas, e que assim se mantêm rotinizadas em algumas comunidades científicas (nomeadamente da sociologia da educação), sobretudo se considerado, por comparação, o cânone mais solidamente constitutivo das comumente chamadas ciências duras. Pode mesmo falar-se de um estranho silêncio ou mesmo desconhecimento sobre a centralidade que deve

² Para um artigo recente, num estilo inconfundível, pertinente e didaticamente erudito, para (re)pensarmos e debatermos crítica e criativamente o campo sociológico (e não só), ver Augusto Santos Silva (2024).

ter o debate e a crítica entre pares, ou seja, em sentido *popperiano*, a importância da indispensabilidade do exercício da *refutabilidade* no processo científico.

Ou dito de outro modo, talvez seja mais avisado evitar a arma da crítica, sobretudo se ela for entendida como técnica disciplinadora para vigiar os hereges. Em qualquer caso, sempre será mais fácil perceber que alguns silêncios, enquanto estratégias de sobrevivência, também decorrem da obsessão crescentemente competitiva e solipsista das carreiras profissionais (sobretudo as académicas), onde as formas de conhecimento e reconhecimento do respetivo campo científico, e a escolha dos autores e pesquisas convocáveis e referenciáveis, são, segundo os interesses individuais mais imediatos, estrategicamente seletivas. Mas a crítica mais subtil, e não menos eficaz, talvez seja a opção pelo *cancelamento*.

De uma forma ou de outra, nada disto, no entanto, é inédito, mesmo no caso de autores consagrados. E até pode acontecer com uma amplitude maior, não apenas em relação a autores concretos, como aconteceu durante bastante tempo com Basil Bernstein na Inglaterra, mas também em relação a um *subcampo* sociológico no seu conjunto. Disso mesmo dá conta Sara Delamont (2020) quando refere que uma das principais e mais prestigiadas revistas de sociologia – o *British Journal of Sociology* – num balanço que fez há anos sobre os diversos subcampos excluiu a sociologia da educação.

Entre nós, numa obra de Fernando Luís Machado (2020), que ficará indiscutivelmente como importante contributo para o campo sociológico – *Sociologia em Portugal: da pré-história à institucionalização avançada* – a sociologia da educação (subsumida na “temática/domínio especializado da educação”) não foi esquecida, mas fica relativamente circunscrita em termos geográficos e na remissão (demasiado *olissipocêntrica*) para certos autores e revistas, com residual centralidade de teses de doutoramento e, como consequência das escolhas, com alguma periferização de problemáticas (não tradicionais) da sociologia crítica e da sociologia pública, como os feminismos, a interseccionalidade, a de(s)colonialidade, entre outros. Quero, no entanto, salientar que não se trata de pôr em causa a legitimidade dos critérios adotados, dada a necessária autonomia do autor e o conhecimento profundo do campo científico e académico que possui, sem esquecer o facto de, em trabalhos desta natureza, não

existirem *a priori* critérios consensuais, tendo, por isso mesmo, sido muito importante a sua explicitação.

Para concluir este breve exercício, e no que me diz respeito, sei que há quem não me considere sociólogo (nem sequer sociólogo da educação), apesar da minha formação em sociologia e de ter sido durante quase quatro décadas professor dessa disciplina. Talvez porque nunca fui adepto de ortodoxias, protocolos asfixiantes ou rígidas demarcações de fronteiras. Muito cedo me seduziu o relatório *Para Abrir as Ciências Sociais*, efetuado pela Comissão Gulbenkian e coordenado por Immanuel Wallerstein, o qual traduz uma importante visão antecipatória, talvez a merecer ser reatualizada, mas infelizmente menos discutida do que seria desejável. Independentemente de designações, considerações ou adjetivações (igualmente fontes de poder simbólico), o que, mais modestamente, me interessa registar é que raramente deixei de procurar construir ou manter pontes entre comunidades de referência (sobretudo a da sociologia portuguesa e brasileira) e a comunidade profissional de pertença (a da educação). Algumas sínteses ou estados da arte que fiz (com critérios certamente discutíveis) terão de algum modo contribuído para a visibilidade da sociologia da educação portuguesa, não sem um detalhe curioso do qual me dou conta agora. O primeiro dossier sobre a sociologia da educação em Portugal, que organizei em 1991 para a revista *O Professor*, inclui referências a alguns projetos de teses de doutoramento então em curso; e o último trabalho dessa natureza – “Caminhos, cumulatividade e ambivalência: continuando a tecer o campo da sociologia da educação em Portugal (2004-2009)”, integrado em livro organizado por Pedro Abrantes (2010), compara teses de doutoramento de sociologia da educação de autores referenciados ao campo da sociologia ou ao campo das ciências da educação.

O que convém não esquecer para quem (re)conhece a importância da sociologia da educação é que, para além das práticas institucionais e individuais de investigação e publicação de muitas dezenas de sociólogos e sociólogas, foi o ensino de disciplinas de sociologia da educação (e de disciplinas afins), nos cursos de graduação (nomeadamente no modelo integrado de formação de professores) e de pós-graduação em educação, ciências da educação e sociologia, o que (também) contribuiu inquestionavelmente para a consolidação da sociologia em Portugal. Por aí passou essencialmente o meu próprio trabalho, sempre

como *estranho no ninho*, nesta identidade assumidamente híbrida que não deixa de estar implícita no facto de ser um dos primeiros sócios da Associação Portuguesa de Sociologia e um dos primeiros membros da Sociedade Portuguesa de Ciências da Educação.

Referências bibliográficas

ABRANTES, Pedro (2004), “Sociologia e ciências da educação: a distância entre nós”. *Sociologia, Problemas e Práticas*, 45, s/p.

ABRANTES, Pedro (org.) (2010), *Tendências e controvérsias em sociologia da educação*, Lisboa: Mundos Sociais.

BALL, Stephen (2015), “Accounting for a sociological life: influences and experiences on the road from welfarism to neoliberalismo”, *British Journal of Sociology of Education*, 36(6), pp. 817-831.

BOLTANSKI, Luc (2014), *De la Crítica. Compendio de Sociologia de la Emancipación*, Madrid, Akal.

BOURDIEU, Pierre (1976), Le champ scientifique. *Actes de la recherche en sciences sociales*, 2 (2-3), pp. 88-104.

BOURDIEU, Pierre (1986), “L'illusion biographique”, *Actes de la recherche en sciences sociales*, 62-63, pp. 69-72.

BOURDIEU, Pierre (2005), *Esboço para uma Auto-análise*, Lisboa, Edições 70.

CARIA, Telmo (1995), Debater a sociologia da educação em Portugal, *Forum Sociológico*, nº 6, pp. 33-49.

DELAMONT, Sara (2020), “Anomalous beasts and the sociology of education”, *British Journal of Sociology of Education*, 41(6), pp. 768-777.

ESTEVES, António Joaquim, & STOER, Stephen (orgs.) (1992), *A Sociologia na Escola*, Porto, Afrontamento.

LAHIRE, Bernard (2017), “Campo”, in Afrânio Catani *et al.* (orgs.), *Vocabulário Bourdieu*, Belo Horizonte: Autêntica, pp. 64-66.

MACHADO, Fernando Luís (2009), “Meio século de investigação sociológica em Portugal – uma interpretação empiricamente ilustrada”, *Sociologia*, 19, pp. 283-343.

MACHADO, Fernando Luís (2020), *Sociologia em Portugal: da pré-história à institucionalização avançada*, Porto: Afrontamento.

MERTON, Robert (1972), "Insiders/outside: a chapter in the sociology of knowledge", *American Journal of Sociology*, 78, pp. 9–47.

OLIVEIRA, Nuno (2024), "Canónicos, anticanónicos, e nenhum cânone em absoluto. Ir 'para além do cânone' ou escrutinar as opções anticanónicas?", *Sociologia, Problemas e Práticas*, 105, pp. 141-158.

RAMALHO, Maria Irene (2019), "Cânone", *Dicionário Alice*. [Consult.a 01.05.2025]. Disponível em: https://alice.ces.uc.pt/dictionary/?id=23838&pag=23918&id_lingua=1&entry=43852.

RESENDE, José Manuel, & VIEIRA, Maria Manuel (1995), "Debater a sociologia da educação em Portugal: uma resposta", *Forum Sociológico*, nº 6, pp. 51-67.

SCOTT, Joan Allach (2019), Academic Freedom Under Fire – Ideas. *Institute for Advanced Study*. [Consult.a 09.01.2025]. Disponível em: <https://www.ias.edu/ideas/academic-freedom-under-fire>

SILVA, Augusto Santos (2024), "Exortação à guerra (pela sociologia portuguesa)", *Sociologia*, vol. XLIX, pp. 105-120. <https://doi.org/10.21747/08723419/soc49a4>

TRAVERSO, Enzo; YSÀS, Pere, & MORENTE VALERO, Francisco (2024), La(s) identidad(es) del historiador. Discurso de investidura doctor honoris causa de Enzo Traverso. [Consult.a 09.01.2025]. Disponível em: <https://sinpermiso.info/textos/las-identidades-del-historiador-discurso-de-investidura-doctor-honoris-causa-de-enzo-traverso>

WACQUANT, Loïc, & VANDEBROECK, Dieter (2023), "Conceptos carnales en acción: la sociología diagonal de Loïc Wacquant", *Encrucijadas. Revista Crítica de Ciencias Sociales*, 23(3), e2305.

Almerindo Janela Afonso.

Sociólogo. Professor Associado (aposentado) da Universidade do Minho, Instituto de Educação. Membro colaborador do Centro de Investigação em Educação (CIED-UM). Endereço para correspondência: Universidade do Minho, Instituto de Educação, Campus de Gualtar, 4710-057 Braga, Portugal. ORCID ID: 0000-0001-9879-5814

E-mail: ajafonso@ie.uminho.pt

Recensão

Recensão: ROSAS, Fernando (coord.) (2022), *Revolução Portuguesa, 1974-1975*. Lisboa, Tinta-da-china.

André Costa Pina

Instituto de Sociologia da Universidade do Porto.

Artigo recebido a 10/03/2025.

Aceite para publicação a 17/03/2025.

Revolução Portuguesa, 1974-1975, publicado pela Tinta-da-china e coordenado por Fernando Rosas, resulta de um seminário dinamizado pelo Instituto de História Contemporânea (IHC) em 2022, no âmbito do início das comemorações do cinquentenário do 25 de abril de 1974. Esta obra coletiva oferece uma abordagem multifacetada da Revolução Portuguesa, abordando aspetos do plano militar, político, ideológico, cultural, económico, artístico, bem como o processo de descolonização.

Fernando Rosas, autor do primeiro capítulo, inicia a obra com uma análise que sintetiza o processo de desagregação do regime do Estado Novo, identificando as condições conjunturais que conduziram ao golpe militar do Movimento das Forças Armadas (MFA). O autor questiona o fracasso da “Primavera Marcelista”, argumentando que a tentativa de liberalização do regime foi incapaz de anular as tensões internas e externas que minavam o Estado Novo. Paralelamente, destaca, neste período, a recomposição dos campos políticos, a radicalização dos movimentos de oposição ao regime, mas sobretudo o ativismo antifascista e anticolonial, que, segundo Rosas, atingiu no final do regime uma “hegemonia ideológica e cultural” no país. A sua tese central assenta na interpretação de que o 25 de abril de 1974 não foi apenas um golpe militar, mas um movimento que rapidamente extravasou esse domínio, transformando-se assim num “processo revolucionário de massas” (p. 39).

Maria Inácia Rezola enquadra a Revolução Portuguesa na terceira vaga da democratização na Europa, definindo-a pelo seu carácter de rutura. A autora identifica três abordagens

predominantes na historiografia e nas ciências sociais: forças armadas; elites políticas; movimentos populares. Neste capítulo, Rezola destaca as transformações no MFA, especialmente após o 11 de março de 1975, que levaram à fundação do Conselho da Revolução (CR). Neste seguimento, o MFA afirmou-se como o “órgão tutelar da democracia” e comprometeu-se com um programa político centrado na “via de transição para o socialismo” (p. 71).

Manuel Loff analisa o período entre 11 de março a 25 de novembro de 1975, o “Verão Quente”. Este período foi marcado pela “via portuguesa para o socialismo” (p. 78) que se materializou em medidas como as nacionalizações da banca e dos seguros. Loff interpreta estas medidas como uma aproximação tardia do Estado português aos modelos económicos francês, alemão ocidental e britânico, onde o Estado desempenhava um papel significativo na economia. Apesar das narrativas atuais que deslegitimam as decisões do “Verão Quente” e do Governo de Vasco Gonçalves, o autor destaca que, na época, houve um consenso alargado em torno destas políticas, desde o PS ao PPD/PSD. Loff argumenta que, na sua génese, a Revolução Portuguesa foi uma revolução socialista que se alinou, progressivamente, com as democracias liberais europeias.

Álberico Afonso Costa explora o impacto da revolução a partir da história local de Setúbal, focando-se no papel das comissões de moradores e trabalhadores. O 25 de abril permitiu que populações subalternas subvertissem a velha ordem social, abrindo caminho para que os movimentos populares assumissem os destinos de Setúbal. Num contexto marcado por ocupações de casas devolutas e conflitos laborais, o autor realça as disputas à esquerda pela hegemonia dos movimentos de massas. Setúbal tornou-se, assim, num “laboratório de experiências de organização da vida urbana” (p. 161), onde se ensaiaram novas formas de participação política e de gestão comunitária.

Um dos temas mais polémicos do PREC foi a reforma agrária, analisada por Fernando Oliveira Baptista. O autor explorou as tensões sociais no Alentejo, entre trabalhadores rurais e grandes latifundiários, destacando a disputa entre uma “via socialista” e uma “via capitalista” na gestão das unidades agrícolas. Baptista refere como os processos de ocupação de terras

transcendiam a questão laboral, estendendo-se ao domínio da apropriação do espaço da aldeia. A reforma agrária enraizava-se, assim, “na vontade de mudar o mundo de ‘baixo para cima’” (p. 181).

Ricardo Noronha propõe uma análise inovadora no campo da economia política portuguesa, focando-se nos planos económicos de Mário Murteira, ministro da Economia do IV Governo Provisório. Em oposição à estratégia económica do Estado Novo, que Murteira refere como “o plano”, propôs um “anti-plano”, uma visão socialista baseada num modelo de “economia mista”. No entanto, este modelo alternativo de desenvolvimento nunca foi realizado em Portugal, em detrimento de um modelo económico liberal.

Hugo Castro abordou a dimensão artística da revolução. O autor enquadra a canção de protesto num processo de renovação da música popular portuguesa nos anos 1970. Após a revolução, as expressões culturais alinharam-se “com a luta revolucionária”, dando origem a uma “militância cultural revolucionária” (p. 230). Castro realça como os criadores artísticos se tornaram “agentes políticos”, e como a arte se encontrou no centro da disputa ideológica sobre o rumo a dar à revolução.

Pezarat Correia enquadra o 25 de abril no processo de descolonização, que precipitou o colapso do Império Português. O autor argumenta que o fim do “ciclo africano” não foi “atípico na história imperial portuguesa”, comparando-o com o fim do “ciclo do Oriente” e o “ciclo do Brasil” (p. 272). Correia realça como o Estado Novo foi incapaz de compreender as transformações geopolíticas devido aos “vícios da perspetiva do colonizador” (p. 299). Tal como Mia Couto, o autor propõe uma perspetiva crítica do colonialismo português, ao argumentar que os movimentos de libertação africanos levaram ao desmoronamento do Estado Novo.

Pedro Aires de Oliveira aborda o impacto do contexto internacional na política externa durante a revolução. O autor refuta a ideia de que Portugal estava isolado, ao destacar a continuidade das relações diplomáticas com os EUA e a Europa Ocidental. Com a transição democrática não ocorreu nenhuma transformação significativa na política externa, mantendo o vínculo à NATO e a relação com as instituições financeiras internacionais. Apesar de uma

breve aproximação aos “não alinhados” no V Governo, Portugal nunca rompeu os compromissos internacionais, optando por uma estratégia de integração europeia.

A obra *Revolução Portuguesa, 1974-1975* constitui um importante contributo para o conhecimento de um dos períodos mais marcantes da história de Portugal. Ao reunir múltiplas perspetivas sobre os corolários do 25 de abril de 1974, constitui-se também como uma fonte essencial para o conhecimento do atual estado da arte da investigação histórica sobre este período. Ao longo dos capítulos destaca-se a complexidade da Revolução Portuguesa num diálogo com as múltiplas experiências dos intervenientes que fizeram a revolução, reunindo as perspetivas epistemológicas supramencionadas por Rezola. Vários autores deixam claro na sua análise sobre os anos 1974 a 1975 que este foi um período em que o destino de Portugal estava em aberto, permeado pelo princípio da esperança, tal como aludiu Ernst Bloch (1995: 238-241), com a utopia a impor-se como força motriz para a construção de um mundo novo. Por outro lado, após o cinquentenário da revolução, em Portugal, a sua memória tem-se tornado num ponto de confronto político-ideológico, sobretudo na rejeição do socialismo como elemento fundador da democracia e da liberdade política. Assim, perante uma conjuntura atual marcada por projetos que pretendem reescrever o passado, a presente obra destaca-se como uma importante crítica, comprometida com o 25 de abril de 1974 como marco fundador da democracia portuguesa.

Referências bibliográficas

ROSAS, Fernando (coord.) (2022), *Revolução Portuguesa, 1974-1975*, Lisboa, Tinta-da-china.

BLOCH, Ernst (1995), *The Principle of Hope*, Vol 1, Massachusetts, MIT Press.

André Costa Pina.

Instituto de Sociologia da Universidade do Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Porto, Portugal. Via Panorâmica, s/n, 4150-564 Porto, Portugal.

ORCID: 0000-0002-2183-6283

E-mail: andrecostapina@gmail.com / up201501889@up.pt

PINA, André Costa (2025).

“ROSAS, Fernando (coord.) (2022), *Revolução Portuguesa, 1974-1975*. Lisboa, Tinta-da-china.”, *Sociologia: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, Vol. LI, pp. 235 - 238

DOI: <https://doi.org/10.21747/08723419/soc51r1>

Estatuto Editorial

Estatuto editorial

A Sociologia: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, da responsabilidade do Departamento de Sociologia, iniciou a sua edição em 1991, na sequência da criação da Licenciatura em Sociologia, em 1985, e do Instituto de Sociologia da Universidade do Porto, três anos depois.

Na qualidade de revista científica, tem como objetivo principal a divulgação de trabalhos de natureza sociológica que primam pela qualidade e pela relevância, em termos teóricos e empíricos. É, igualmente, um espaço que inclui os contributos provenientes de outras áreas disciplinares das ciências sociais. Prossegue uma linha editorial alicerçada na diversidade teórica e metodológica, no confronto vivo e enriquecedor de perspetivas, no sentido de contribuir para o avanço e para a sedimentação em particular do conhecimento sociológico.

A Revista aceita trabalhos de diversa natureza – artigos, resenhas, notas de investigação e ensaios bibliográficos – e em várias línguas como o português, francês, inglês e espanhol, o que visa alcançar um amplo campo de difusão e de internacionalização. Os trabalhos são avaliados por especialistas em regime de duplo anonimato. Publica-se semestralmente e com um número temático todos os anos.

A Sociologia: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto está empenhada em assegurar a qualidade dos textos que publica e o cumprimento pelos intervenientes de uma postura que siga os princípios éticos exigidos para a edição de textos científicos. Serão respeitadas as normas do Committee on Publication Ethics (COPE) e da Associação Portuguesa de Sociologia (APS).

Responsabilidade dos autores:

- deverão garantir que os textos que submetem são originais, assumindo que não foram publicados – qualquer que tenha sido a sua forma de apresentação – e que não foram submetidos simultaneamente noutra publicação;
- deverão assegurar que o texto apresentado não é o resultado de uma prática de plágio ou de uma apropriação de criações intelectuais de outros autores sem o seu consentimento legal, sendo que ambos se constituem como práticas eticamente inaceitáveis;
- deverão assegurar previamente a permissão para a utilização de conteúdos provenientes de outras fontes;
- sempre que os artigos surjam como resultado de investigações, a metodologia deverá ser descrita de forma clara e inequívoca, para que as conclusões obtidas possam ser objeto de avaliação. Igualmente deverão indicar as referências usadas e os suportes de financiamento;

- nenhum dos dados ou resultados apresentados deverá ser alvo de falsificação ou distorção intencional, de forma a ir ao encontro de uma determinada linha orientadora do trabalho ou às hipóteses de investigação previamente delineadas;
- deverão indicar possíveis conflitos de interesses que poderão ocorrer no processo de avaliação;
- deverão participar ativamente no processo de revisão em colaboração com o editor;
- todas as informações curriculares prestadas deverão ser verdadeiras. Na autoria deverão ser incluídas todas as pessoas que deram o seu contributo tanto na conceção e planificação do trabalho, como na interpretação dos resultados e na elaboração do texto;
- no caso dos artigos escritos em coautoria, o autor de correspondência deverá garantir um consenso pleno na aprovação da versão final do texto e na sua submissão para publicação.

Responsabilidade dos avaliadores:

- assumir o compromisso de empreender uma avaliação crítica, construtiva, justa e imparcial, contribuindo para a qualidade científica do texto;
- não aceitar elaborar um parecer sobre um texto cujo tema ultrapassa as suas competências ou se verificar a existência de um conflito de interesses que impeça de realizar a avaliação;
- nos casos em que o avaliador considere que o texto deverá ser modificado, todas as alterações a implementar deverão ser devidamente apresentadas e justificadas;
- sempre que o avaliador detetar a existência de um texto que já tenha sido publicado, na íntegra ou em parte, ou que tenha sido submetido em simultâneo noutra publicação, ou então que não esteja de acordo com as normas éticas de publicação deverá comunicá-lo à Direção da revista.

Responsabilidade do editor:

- garantir uma posição de isenção e objetiva na avaliação dos textos, atendendo unicamente ao seu mérito científico. Respeitar a liberdade científica dos autores;
- garantir que todos os textos serão tratados de forma confidencial e que serão selecionados avaliadores o mais idóneos possível, que empreendam uma avaliação crítica e especializada dos textos submetidos para publicação;
- assegurar que o processo de avaliação decorrerá em regime de duplo anonimato e que os nomes e endereços apresentados na revista serão exclusivamente utilizados para os serviços por esta prestados, não sendo utilizados para outras finalidades ou fornecidos a terceiros;

- as alegações de plágio ou de uso indevido de textos publicados serão devidamente investigadas. Todos os textos submetidos para publicação serão sujeitos a uma verificação minuciosa para detecção de plágio. Nos casos em que o mesmo seja detetado ou em que se verifique a utilização de textos de outros autores sem autorização prévia dos mesmos, reserva-se o direito de tomar as medidas em conformidade.

Normas para apresentação e publicação

Normas para apresentação e publicação

Instruções para os autores

1. Os textos são aceites nas línguas **portuguesa, inglesa, francesa e espanhola**. Os autores deverão indicar a natureza do seu texto: artigos, resenhas críticas, notas de pesquisa e ensaios bibliográficos.

2. Os textos deverão incluir os respetivos autores, indicando os seguintes aspetos: **nome; filiação institucional (departamento, faculdade e universidade/instituto a que pertence, bem como cidade e país onde a instituição está localizada); número de registo do ORCID; e-mail; contato telefónico/telemóvel; endereço para correspondência (preferencialmente endereço institucional; no caso de artigos em coautoria, deve haver apenas um autor correspondente).**

3. **No caso dos artigos em coautoria, os autores devem preencher e submeter o formulário em anexo**, correspondente à declaração de contribuição de autores e colaboradores providenciada pelo sistema de especificação CRediT (Contributor Roles Taxonomy). Só serão aceites artigos cujos autores tenham desempenhado contribuições significativas na conceção e/ou desenvolvimento da investigação e/ou redação do manuscrito e, obrigatoriamente, na revisão e aprovação da versão final. É igualmente pedido aos autores que especifiquem formalmente se existem ou não possíveis conflitos de interesse na realização e comunicação das investigações.

4. Os textos deverão ser redigidos em páginas A4 com margens padrão, um espaço e meio, em fonte Calibri e tamanho 12, em Word for Windows ou formato compatível. As notas de rodapé devem ser escritas em tamanho 10 e espaçamento 1,15. Nas tabelas deverá ser utilizado o espaçamento exato, registado com fonte tamanho 11.

5. O tamanho máximo dos artigos é de **12.000 palavras**, incluindo resumos, palavras-chave, espaços, notas de rodapé, referências bibliográficas, tabelas, gráficos, figuras e fotografias. As resenhas de livros devem ter no máximo **1.000 palavras**; e as notas de pesquisa e ensaios bibliográficos **3.000 palavras**.

6. **O título completo do texto deverá ser apresentado em português, inglês, francês e espanhol**. O artigo deverá ser acompanhado de um resumo de 100 palavras (máximo), escrito em cada idioma, e três palavras-chave.

7. As tabelas, gráficos, figuras e fotografias devem ser em número reduzido, identificados com numeração contínua, acompanhados dos respetivos títulos e fontes, e apresentados em tons de preto e branco ou cinza. Estes elementos não podem ser mais largos que o corpo do texto. O Conselho Editorial reserva-se o direito

de não aceitar peças não textuais cuja realização implique dificuldades gráficas excessivas ou aumento de custos financeiros.

8. Os textos deverão indicar as fontes e referências de natureza diversa relativamente aos elementos não originais. Caso existam direitos de propriedade intelectual, os autores deverão solicitar as autorizações correspondentes. A *Sociologia*, Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto não se responsabiliza pela violação dos direitos de propriedade intelectual.

9. As referências bibliográficas e citações serão incluídas no corpo do texto, conforme a seguinte apresentação: Berger (2014), Berger (2014: 35), and Berger et al. (2008).

10. Somente números devem ser usados nas notas de rodapé. A numeração das notas deve ser contínua do início ao fim do texto.

11. Nos artigos sugere-se a utilização de no máximo dois níveis com algarismos arábicos.

12. As citações deverão ser apresentadas no texto original nesse idioma e entre aspas. Palavras em idiomas diferentes do idioma do texto devem estar em itálico.

13. A bibliografia final deverá incluir apenas as referências citadas ou mencionadas ao longo do texto. As referências bibliográficas devem obedecer às seguintes diretrizes:

a) Livro de um autor: LUHMANN, Niklas (1990), *Essays on self-reference*, Nova York, Columbia University Press.

b) Livro com mais de um autor: BERGER, Peter; LUCKMANN, Thomas (2004), *A construção social da realidade: um livro sobre a sociologia do conhecimento*, Lisboa, Dinalivro.

c) Livro com mais de quatro autores: SIBLOT, Yasmin, et al. (2015), *Sociologie des classes populaires contemporaines*, Paris: Armand Collin.

d) Capítulo de livro: GOFFMAN, Erving (1999), “A ordem da interação”, in Yves Winkin (ed.), *Os momentos e os seus homens*, Lisboa, Relógio d’Água, pp.

e) Artigo em publicação periódica: ASTOR, Avraham; GRIERA, Mar; CORNEJO, Mónica (2019). «Religious Governance in the Spanish City: Hands-On Versus Hands-Off Approaches to Accommodating Religious Diversity in Barcelona and Madrid. » *Religion, State, and Society*, 47 (4-5): 390-404.

f) Artigo em publicação periódica online: FERNANDES, António Teixeira (1991), “Formas e mecanismos de exclusão social”, *Sociologia*, Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, vol. I, pp. 9-66, [Consultar. até 15.07.2014]. Disponível em:

g) Publicações online: PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS (2011), Programa do XIX Governo Constitucional Português, [Consultar. até 15.07.2014]. Disponível em:

h) Comunicações em eventos científicos: QUINTÃO, Carlota (2004), “Terceiro Sector – elementos de referência teórica e conceptual”, in V Congresso Português de Sociologia. Sociedades Contemporâneas: Reflexividade e Acção, Braga, Universidade do Minho, 12- 15 de Maio de 2004.

i) Teses: CARVALHO, Paula (2006), Caminhos de construção em Lisboa. Do Cine-Teatro Monumental ao Edifício Monumental: Estudo de Caso, Tese de Licenciatura em Sociologia, Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa.

j) Legislação: Lei n.º 147/99, de 1 de Setembro, Lei de Protecção de Crianças e Jovens em Perigo.

14. As referências bibliográficas deverão ser colocadas no final do texto e ordenadas alfabeticamente pelo sobrenome do autor. Caso haja mais de uma referência com a mesma autoria, deverão ser listadas da mais antiga para a mais recente.

15. Os textos em português deverão obedecer ao Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa desde 1º de janeiro de 2009 — porém, as citações de textos anteriores ao acordo deverão respeitar a ortografia original.

16. Não são excluídos da avaliação manuscritos que tenham sido previamente publicados em servidores de preprints.

17. Os originais deverão ser submetidos à plataforma

<https://ojs.lettras.up.pt/index.php/Sociologia/about/submissions>

ou enviados por e-mail para:

revsociologiaflup@letras.up.pt

18. O processo de revisão e publicação de manuscritos de Sociologia – Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto segue o seguinte fluxo editorial:

1) Os artigos submetidos na plataforma da revista passam por uma primeira avaliação editorial, sendo analisados e revistos não só pela equipa editorial, mas também pela Direção da revista. **Nesta primeira fase, os artigos podem ser desde logo rejeitados para publicação por decisão da Direção de Sociologia** sempre que não se enquadrem dentro dos temas tratados pela revista ou careçam de qualidade científica.

2) Os artigos validados nesta fase seguem para **revisão científica**, por *peer review*, com a atribuição do manuscrito – devidamente anonimizado – a revisores científicos especializados na temática em análise. Salvaguardando-se a cronologia do processo de seleção e contacto de potenciais revisores, bem como a aceitação da revisão, o

prazo definido, habitualmente, entre a revista e revisores para a emissão de um parecer científico é de 4 semanas.

3) Após a recepção do parecer científico, os autores serão notificados, via e-mail, da decisão editorial acerca do seu artigo, podendo esta ser de:

a) **Rejeitar o artigo para publicação;**

b) **Aceitar o artigo para publicação sem alterações** (salvaguardando-se qualquer pedido de retificação de gralhas detetadas durante o processo de revisão editorial, bem como pedidos de informação adicional aos autores);

c) **Aceitar o artigo para publicação com alterações.** Neste caso, os autores receberão, para além da notificação de decisão editorial, a transcrição do parecer científico e recomendações tecidas durante este processo para melhoria dos artigos, bem como sugestões da equipa editorial. Habitualmente, os autores dispõem de 2 semanas à data do envio da notificação para proceder à implementação das recomendações e alterações indicadas e remeter a nova versão do manuscrito à equipa editorial. Esta nova versão é então submetida a nova revisão, de modo a determinar se todas as recomendações foram implementadas satisfatoriamente, salvaguardando-se a possibilidade de devolução do manuscrito aos autores caso subsistam ainda questões a resolver. Só após validação do artigo por parte da equipa editorial é que este segue para publicação.

4) Após o término do processo de revisão supra explicitado, **o manuscrito segue para publicação e inserção no número final**, mediante uniformização da sua formatação e imagem. O número final, enquanto compilação dos artigos destacados para publicação, só é publicado após a estabilização e formatação de todos os artigos aceites para publicação, sendo o primeiro número do ano publicado em finais de junho, enquanto o último número do ano é disponibilizado ao público em finais de dezembro.

5) **Os autores serão prontamente notificados da publicação do número no qual consta o seu artigo via e-mail**, onde será junto o link que permite o acesso ao seu artigo individual, número completo e respetivo índice no website da revista.

Política de privacidade

Os nomes e endereços desta revista serão utilizados exclusivamente para os serviços prestados por esta publicação. Não serão disponibilizados para outros fins ou a terceiros.

